

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIAS E SENTIDOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA  
CRIANÇA POBRE EM CIANORTE**

**FABIANA FERNANDES FERREIRA CAMPIOTTO**

**MARINGÁ  
2016**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIAS E SENTIDOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE  
EM CIANORTE**

**Dissertação apresentada por FABIANA  
FERNANDES FERREIRA CAMPIOTTO, ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Estadual de Maringá, como um dos  
requisitos para a obtenção do título de Mestre em  
Educação.**

**Área de Concentração: EDUCAÇÃO**

**Orientadora:**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> VERÔNICA REGINA MÜLLER**

**MARINGÁ**

**2016**

**FABIANA FERNANDES FERREIRA CAMPIOTTO**

**HISTÓRIAS E SENTIDOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE  
EM CIANORTE**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verônica Regina Müller – UEM

Prof.<sup>a</sup> Marcia Rejania Lemos de Souza – UEL – Londrina/PR

Prof. Dr. Ailton José Morelli – UEM

**APROVADA EM 20/04/2016**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da existência.

À Professora Doutora Verônica Regina Müller, pessoa humana, guerreira, amiga e sábia. Esta pesquisa não poderia ser a mesma sem suas orientações. Obrigada pela oportunidade, por acreditar em mim e, sobretudo, por facilitar a minha trajetória na compreensão de que não estamos sós na luta pelas nossas crianças.

À minha família querida, pelo apoio em tudo, em especial a meu pai, pelo incentivo, escutas, apontamentos e discussões de conteúdos de história, e à minha mãe e sogra, pelas tarefas com meus filhos.

Aos amigos e amigas, por escutarem tantas vezes explicações sobre minha pesquisa, por estarem presentes mesmo quando a chatice e o cansaço chegavam e continuaram juntos até quando tive que me ausentar em alguns momentos comemorativos.

Às amigas que fiz no mestrado, Jane Eire Rigolde e Andressa Lariani, que me ajudaram na compreensão dos conteúdos durante a ida para as aulas todos os dias, discutindo, explicando, conversando por duas horas tanto na ida como na volta e, é claro, que, às vezes, não concordávamos em tudo, já que cada uma de nós participa de uma linha de pesquisa diferente, mas posso garantir que foram muitos aprendizados.

À amiga Rosangela Lima, pelo incentivo para retomar os estudos, ingressando no mestrado.

Às mestras, professoras Dr.<sup>a</sup> Elma Júlia Gonçalves, Dr.<sup>a</sup> Maria Aparecida Cecílio, Dr.<sup>a</sup> Elaine Rodrigues e Dr.<sup>a</sup> Verônica Regina Müller, que me ajudaram a adentrar no caminho do conhecimento científico sempre com muita paciência.

Às Entidades Não Governamentais de Cianorte, que me acolheram solícitamente na cedência do material para estudo. Obrigada pela confiança.

Aos meus irmãos e cunhados (as), todos me ajudaram indiretamente.

Aos amigos do grupo de estudos, que enriqueceram meus conhecimentos com suas contribuições, gestos de carinho, amizade e muita alegria nesta caminhada.

À Secretaria de Estado da Educação do Paraná e à Prefeitura Municipal de Cianorte – Secretaria Municipal de Educação, pela liberação do trabalho para que eu pudesse me dedicar à pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer às pessoinhas mais especiais, por ficarem juntos e me apoiarem, dentro, no meio e até o fim, meus filhos queridos e incentivadores, Miguel e Sabrina, que sofreram e se alegraram durante todo o processo de pesquisa. E é claro, ao meu marido Júnior, que me encorajou, ajudou, atrapalhou, me aguentou e resistiu ao meu lado em todos os momentos difíceis, e que superamos juntos os ciúmes para chegar ao fim. Muito obrigada!

FERREIRA-CAMPIOTTO, Fabiana Fernandes. **HISTÓRIAS E SENTIDOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE EM CIANORTE**. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Verônica Regina Müller. Maringá, PR, 2016.

## RESUMO

Este trabalho se insere no campo da infância e se propõe a conhecer, sistematizar e analisar a história institucional da criança pobre no município de Cianorte-PR por meio de Organizações Não Governamentais de assistência à infância. O recorte temporal baseia-se no início da fundação do município, em 1955, e vai até o ano 2000, correspondendo este último aos dez primeiros anos de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. A pesquisa tem como objetivos específicos: registrar e organizar aspectos históricos de Organizações Não Governamentais de Cianorte a fim de preservar sua memória; relacionar e significar a história contada com a teoria sobre a institucionalização de crianças no Brasil. A metodologia, de caráter bibliográfico e documental, envolveu o estudo de oito organizações não governamentais do município de Cianorte, as quais apresentavam um acervo disperso no que se refere à infância, apontando a necessidade de organização e registro dos arquivos encontrados nestas instituições privadas sem fins lucrativos, já que não havia atendimentos institucionais governamental até o ano 2000. Na pesquisa, foram utilizados os seguintes documentos: atas de fundação e de diretoria, fotos, regimentos internos, estatutos sociais, recortes de jornais, ofícios, solicitações, convênios, orientações, lista de alunos, requerimentos, escritura, memorial, contrato de comodato, relatórios, convocação, certidões, projetos e plantas de casas. Com base no acervo acessado, foi encontrada uma variedade documental de instituições que prestaram/prestam atendimento à criança pobre no município, evidenciando a relevância de seus trabalhos para o período estudado, sobretudo no que se refere à necessidade de valorizar a experiência prática. Para a efetivação desta investigação, foram entendidas como necessárias a nomeação e a sistematização dos documentos localizados, tais procedimentos de arquivística representam o início da visibilidade da história institucional da criança que, até então, não existia. O estudo teórico e a análise documental apontaram, entre outros resultados, a presença de uma forte cultura institucional de caráter filantrópico e caritativo para crianças pobres, apoiada por concepções de infância que dificultam o aperfeiçoamento de práticas igualitárias que contemplem o direito para todos independente da classe social. A institucionalização da criança tem se reconfigurado em diferentes épocas e, mesmo após a implantação do ECA, não têm ocorrido mudanças significativas na política municipal de atendimento. É possível observá-la nos atendimentos atuais chamados em meio aberto, como nas creches, ou instituições sociais voltadas para a assistência social. É possível afirmar que a institucionalização da criança é um dos mecanismos de controle social e da pobreza, apoiados por concepções constituídas na modernidade e criadas exclusivamente para a criança pobre, além da existência de controles velados destas instituições privadas, os quais afetam a participação política da comunidade local e de crianças em instâncias de decisão sobre temáticas infanto-juvenis.

**Palavras-chave:** Institucionalização da Criança; Infância; Entidades Não Governamentais de Cianorte/PR; Poder(es); Educação Social.

FERREIRA-CAMPIOTTO, Fabiana Fernandes. **NARRATIVES AND DIRECTIONS OF THE INSTITUTIONALIZATION OF POOR CHILDREN IN CIANORTE**. 201 f. Master's Dissertation in Education – State University of Maringá. Supervisor: Verônica Regina Müller. Maringá PR Brazil, 2016.

### **ABSTRACT**

Current dissertation integrates the childhood milieu and endeavors to discuss, systematize and analyze the institutional history of poor children in the town of Cianorte PR Brazil through its Non-Government Organizations devoted to childhood. Time cross-section ranged from the foundation of the town in 1955 to 2000, on the tenth year from the establishment of the Statute for Children and Adolescents (ECA) in Brazil. Research registers and organizes the historical aspects of NGOs in Cianorte to preserve their history, and to report and give significance to narrated history with the theory on the institutionalization of children in Brazil. The bibliographical and documental methodology involved the history of eight NGOs in Cianorte, with highly dispersed archives of these private charity institutions, due to the lack of governmental institutions of the type up to 2000. Research comprised the following documents: minutes of the NGO foundation and its board, photographs, rules, social statutes, newspaper cuttings, correspondence, requirements, contracts, directives, meetings, certificates, projects and house plans. The archives revealed a host of documents of institutions that provided or still provide attendance to poor children in the municipality, underscoring the relevance of their activities for the period under analysis, especially to the valorization of practice and experience. Investigation required the labeling and systemization of the documents. Archive procedures are the start of making visible the institutional history of childhood in the town. Theoretical and documental analyses demonstrated a strong institutional culture based on philanthropy and charity for poor children, based on ideas of childhood that make difficult the improvement of equalitarian practices that deal with human rights, regardless of social class. The institutionalization of childhood occurs in different periods with no significant changes within the municipal attendance policy even after the establishment of ECA. The above may be observed in current attendance sites, such as kindergartens or social institutions for social assistance. The institutionalization of childhood is one of the mechanisms in social control and poverty based on ideas constructed in the modern period and exclusively established for poor children. Other covert controls exist and they affect the political participation of the local community and children within decision-taking on childhood-adolescence themes.

**Keywords:** Institutionalization of children; childhood; Non-Government Organizations of Cianorte; Authority; Social Education.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Imagem 1-</b> Ilustrativa – Primeiros anos de trabalho da Creche CEMIC São José.....	80
<b>Imagem 2-</b> Sede da APMI em Cianorte.....	101
<b>Imagem 3-</b> Participação de crianças do Lar Infantil Allan Kardec no desfile comemorativo do aniversário de Cianorte em 1990.....	112
<b>Imagem 4-</b> Sede da APAE de Cianorte.....	127
<b>Imagem 5-</b> Participação de crianças da Legião Mirim no desfile comemorativo do aniversário de Cianorte em 1990.....	129
<b>Imagem 6-</b> Sede da Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz de Cianorte	131
<b>Imagem 7-</b> Sede da Pousada da Criança de Cianorte.....	137
<b>Imagem 8-</b> Primeira sede do SOS década de 1970.....	149
<b>Imagem 9-</b> Uma família atendida pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.....	156
<b>Imagem 10-</b> Crianças recolhidas pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto	157
<b>Imagem 11-</b> Pedinte recolhida pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto....	157
<b>Imagem 12-</b> Pedinte recolhido pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto....	157
<b>Imagem 13-</b> Distribuição de alimentos pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.....	158
<b>Imagem 14-</b> Transporte de doentes atividade desenvolvida pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.....	158
<b>Imagem 15-</b> Aulas de alfabetização para mães assistidas pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.....	159
<b>Imagem 16-</b> Local da primeira Creche de Cianorte – Creche São José.....	160
<b>Imagem 17-</b> Imagem esculpida pelo artista Dirceu Rosa encontrada na sede do SOS.....	165
<b>Imagem 18-</b> Imagem do Clube de Mães “Fraternidade” -“Mutirão da Casa Própria”.....	172
<b>Imagem 19-</b> Primeiras casas do mutirão da casa própria.....	176
<b>Imagem 20-</b> Capa da pasta de arquivos dos documentos recebido e enviados do “Mutirão da casa Própria do SOS”- Programa nacional de mutirões habitacionais.....	178



## **LISTA MAPAS**

<b>MAPA 1:</b> Localização do Município de Cianorte-Paraná-Brasil.....	38
------------------------------------------------------------------------	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Quadro técnico quantitativo e descritivo dos documentos encontrados/cedidos pelas ONGs de Cianorte.....	21
Quadro 2: Quadro demonstrativo das Organizações Não Governamentais de Cianorte....	29
Quadro 3: Primeira etapa da coleta de documentos: Órgãos Públicos.....	33
Quadro 4: Segunda etapa da coleta de documentos.....	34
Quadro 5: Terceira etapa da pesquisa: Leitura e organização dos documentos.....	36
Quadro 6: Tabulação dos dados e documentos utilizados na pesquisa.....	36
Quadro 7: Descrição de Documentos da Liga Feminina Pró-Infância de Cianorte.....	97
Quadro 8: Descrição de Documentos da Associação de Proteção à Infância (APMI) de Cianorte.....	102
Quadro 9: Descrição de Documentos do Lar Infantil Allan Kardec.....	113
Quadro 10: Descrição de Documentos da Legião Mirim de Cianorte .....	129
Quadro 11: Descrição de Documentos da Associação Assistencial e Promocional Ranha da Paz de Cianorte.....	132
Quadro 12: Descrição de Documentos da Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança.....	137
Quadro 13: Descrição de Documentos do Serviço de Obras Sociais de Cianorte.....	149

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1-</b> Dados populacionais do Município de Cianorte (1960-2010).....	42
--------------------------------------------------------------------------------	----

## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

AAB/SP – Associação dos Arquivistas Brasileiros de São Paulo  
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cianorte  
APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cianorte  
CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência  
CEAS – Centro de Estudos e Ação Social  
CEMIC – Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade  
CERIS – Centro de Estatística Religiosa e Intervenções Sociais  
CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente  
CMNP – Companhia Melhoramento Norte do Paraná  
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná  
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos  
COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica  
CSU – Centro Social Urbano de Cianorte  
CT – Conselho Tutelar  
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná  
DCA – Defesa da Criança e do Adolescente  
DNCr – Departamento Nacional da Criança  
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente  
FASPAR – Fundação de Ação Social do Paraná  
FIA – Fundo da Infância e Adolescência  
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor  
IAM – Instituto de Assistência ao Menor  
IAP – Instituto Ambiental do Paraná  
LBA – Legião Brasileira de Assistência  
LFPI ou LIGA – Liga Feminina Pró-Infância de Cianorte  
LIAK – Lar Infantil Allan Kardec  
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social  
MEL – Maratona Esportiva Liga Feminina  
MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua  
MRPB – Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira  
MP – Ministério Público.

NRE – Núcleo Regional de Educação

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PCA – Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente

PEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PLIMEC – Plano de Integração do Menor-Comunidade

PRODASEC – Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes

PROVOPAR – Programa do Voluntariado Paranaense

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SEAC – Secretaria Especial de Ação Comunitária

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SOS – Serviço de Obras Sociais de Cianorte

UEM – Universidade Estadual de Maringá

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para Infância

UNIPMIF – União Nacional das Associações de Proteção à Maternidade, à Infância e às Famílias e Entidades Sociais.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	16
1.1 MINHA CAMINHADA PESSOAL-PROFISSIONAL.....	16
1.2 O PROJETO E A SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA.....	19
1.3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	30
<b>2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE</b>	38
2.1 O MUNICÍPIO EM FORMAÇÃO.....	38
2.2 A CONSTRUÇÃO DO ATENDIMENTO À CRIANÇA NO CENÁRIO CIANORTENSE.....	43
2.3 O BRASIL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE.....	45
2.4 A CONSTRUÇÃO DAS DIFERENTES INFÂNCIAS: A RICA E A POBRE.....	48
2.5 ORIGEM E PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) DE CIANORTE.....	52
2.6 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE: ASPECTOS HISTÓRICOS E INFLUÊNCIAS.....	75
2.7 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE EM CIANORTE: PODERES MAIS OU MENOS VELADOS.....	80
<b>3 HISTÓRIA DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA POBRE EM CIANORTE.....</b>	96
3.1 LIGA FEMININA PRÓ-INFÂNCIA.....	97
3.2 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA – APMI.	101
3.3 LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK.....	112
3.4 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CIANORTE – APAE.....	127
3.5 LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE.....	129
3.6 ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ.....	131
3.7 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE CIANORTE-POUSADA DA CRIANÇA.....	137

<b>3.8 SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE.....</b>	<b>148</b>
<b>3.8.1 SOS – Década de 80 – a criação da Creche CEMIC São José.....</b>	<b>160</b>
<b>3.8.2 SOS- Clube de Mães “Fraternidade” e o Mutirão da Casa Própria.....</b>	<b>172</b>
<b>3.8.3 As Pastas.....</b>	<b>176</b>
<b>3.8.4 SOS- Sociedade Comunitária Rural de Cianorte.....</b>	<b>180</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>184</b>
<b>ANEXO</b>	<b>195</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A história da institucionalização da criança pobre em Cianorte é a temática da presente Dissertação. Esta seção está organizada em três itens com o intuito de dar mais clareza às questões tratadas. No primeiro, relata trajetória pessoal-profissional da pesquisadora, redigida na primeira pessoa do singular, no segundo trata da especificação do projeto e como está sistematizada a pesquisa desenvolvida e, no terceiro, explicita seu percurso metodológico, os dois últimos itens já na primeira pessoa do plural.

## 1.1 MINHA CAMINHADA PESSOAL-PROFISSIONAL

A trajetória que trilhei para chegar ao presente momento faz parte de uma história cheia de dedicação, decepções, alegrias e muita vontade de mudar o mundo por meio da educação. Como isto parece inviável no momento, propus-me compreender porque a infância, no contexto atual, não tem um tratamento mais digno, apesar de ser objeto de discussões internacionais e nacionais. Algumas vivências profissionais e pessoais me impulsionaram na direção e definição do tema da pesquisa e merecem ser mencionadas.

Ao concluir o ensino fundamental decidi fazer magistério para conseguir um estágio e pagar meus estudos, já que meu pai era alfaiate e não tinha condições de me ajudar financeiramente. No segundo ano do curso, consegui um estágio – que internamente, me autodenominava “escragiária”, uma mistura de escrava com estagiária – em uma creche ao lado da minha casa. Trabalhava no período da manhã e estudava à tarde.

O primeiro dia de trabalho foi inesquecível, às sete da manhã comecei a receber as crianças e todas, ao olharem para o meu rosto, choravam muito, algumas até vomitaram de tanto chorar, foram mais ou menos uns 15 dias para todas se acostumarem comigo e eu com elas. Foi neste período que me apaixonei pela Educação Infantil, trabalhei como estagiária por seis anos e posso dizer que, nos primeiros anos, não sabia muito o que fazer, mas ia fazendo, sempre intrigada com as exigências das coordenadoras, visto que, em uma creche, como sempre havia poucos funcionários, os professores não podiam sujar o prédio, deixar papéis no chão, sujar as roupas das crianças porque as mães reclamavam, nem deixar muita comida nos pratos, devendo organizar as crianças em filas para tudo que fossemos fazer, mesmo que elas andassem com dificuldade, pisando umas nos pés das outras, e mais caíam do que andavam.

Nos dois últimos anos de estágio, após ingressar no Curso de Pedagogia, “subi de cargo” fui para uma escola ministrar aulas no pré-escolar, as turmas tinham aproximadamente de 35 a 38 crianças e, não sei se era pela imaturidade na minha formação ou pela pouca idade,



para mim era o melhor trabalho do mundo. Juntamente com as crianças, organizei vários teatros, danças típicas, passeios e muitas apresentações. Fui percebendo, no decorrer deste trabalho, como a direção da escola e a secretaria de educação municipal não valorizavam a educação infantil, apenas contratavam as estagiárias para “ficarem”, no sentido real de somente ficar e fazer qualquer coisa com os alunos para mostrar que o município ofertava a pré-escola. Neste período, algumas amigas de faculdade ministravam aulas em salões comunitários e, quando morria alguém do bairro, dispensavam as aulas para ceder o espaço aos velórios da comunidade. Não recebi nenhuma orientação ou documento sobre o que seria necessário trabalhar, muito menos quais os conteúdos desta etapa, mas fui informada que, no final do ano, seria necessário organizar uma formatura para o pré-escolar com a presença das autoridades locais e dos pais.

A minha formação de nível superior aconteceu na Universidade Estadual de Maringá – Campus de Cianorte, nos anos de 1998 a 2002, no Curso de Pedagogia. O encantamento pelo Curso de Pedagogia só aconteceu no terceiro e quarto anos quando consegui traçar um paralelo entre as disciplinas que estava estudando e a prática que exercia. Nesse período de formação, o curso me deu a oportunidade de conhecer novos olhares para a educação infantil. Etapa esta da educação que foi o meu primeiro trabalho e que, posteriormente, permaneci por mais de doze anos, atuando como diretora de uma ONG até maio de 2013.

Considero importante ressaltar esta etapa de minha vida, porque foi com o auxílio da professora Marcianinha Fávoro Pinto (In Memoriam) que dei início ao processo de transformação da Creche em Centro de Educação Infantil. Um trabalho difícil para uma ONG, e que foi concluído apenas em 2010, tornando-se o primeiro Centro de Educação Infantil do Núcleo Regional (NRE) de Cianorte. Passei anos com a ilusão de que, ao transformar uma Creche em Centro de Educação, as crianças teriam o tratamento que eu achava que mereciam, por contar com pessoas formadas. Porém cada criança nova que ingressava passava pelo mesmo processo doloroso e me incomodavam o seu choro com ar de sofrimento, a dor da despedida da mãe, o bebê que não mamava na mamadeira e chorava procurando o seio da mãe, aquelas que vomitavam ou que ficavam dias sem comer por falta do aconchego do seu lar ou da família que precisava trabalhar.

A desilusão foi crescendo no meu coração porque sempre lutei muito por essas famílias, algumas vezes até exagerei e levei-as para casa. Parece que comecei a ter um sentimento diferente ou contrário, quando recebia uma mãe solicitando vaga, eu me peguei algumas vezes dizendo: “olha, se você tem um mínimo de condições, cuida do seu filho em casa que é muito melhor”. Precisava entender por que esta instituição não era mais o melhor

lugar do mundo? Buscando em minhas recordações o que mudou, parece-me que o ápice foi o nascimento do meu segundo filho, em 2010, a revolta de ter que me separar dele tão pequeno, o sofrimento de não poder mais amamentá-lo e ter que secar o leite por conta de uma mastite depois que retornei ao trabalho. A desilusão de não poder ficar com o próprio filho, porque o filho não pode acompanhar a mãe e a jornada de trabalho é tão exaustiva que não conseguia nem brincar com as crianças quando chegava à noite do trabalho.

Ante as insatisfações e sofrimentos vivenciados, fui buscar explicações científicas para o processo de institucionalização da criança. Registro que, nas minhas vivências, a institucionalização a que me refiro, na Creche Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade (CEMIC) São José, é considerada como semi-internato, ou meio aberto. Segundo RIZZINI (2004, p. 48), os projetos de meio aberto foram incentivados/financiados na década de 1980 como uma alternativa para a não internação de crianças e adolescentes e sua integração à comunidade, dando início ao movimento em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Para mim, que sou mãe e trabalhadora, deixar os filhos em atendimentos de Creche ou Escolinhas particulares por aproximadamente onze horas todos os dias torna-se a mesma coisa de internato, já que a exaustão noturna da criança e da família não permite propiciar uma educação diferenciada, apenas a controlada e vigiada.

A caminhada profissional nos doze anos na direção de uma Organização Não Governamental - ONG, passando por quatro eleições municipais, fez com que percebesse que o processo de luta das ONGs acaba por se adequar/enquadrar nas políticas de governo municipal por serem exercidas sob forte pressão. Em muitos momentos, as necessidades das crianças acabam ficando em segundo plano, sobretudo no último ano do mandato do prefeito. As necessidades das crianças não são consideradas em nenhum momento no decorrer das decisões, em especial nos Conselhos de Direitos. Por estas questões pessoais e profissionais, decidi me dedicar a participar do processo de seleção do mestrado em 2012 e ingressei no curso em 2014.

Ao cursar as disciplinas de História da Educação, ministrada pela professora Elaine Rodrigues, e Seminário de Pesquisa com a professora Verônica Regina Müller, as discussões giravam e torno de teorias que contemplam a importância da prática. Na fala das duas professoras, havia sempre algumas pinceladas quanto a necessidade de se estudar a prática e o quão difícil é adentrar neste campo investigativo por falta de registros. Determinadas falas e as questões estudadas, além da prática pessoal e profissional vivenciada me ajudaram no encaminhamento deste estudo.

## 1.2 O PROJETO E A SISTEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

Entre a prática vivida e as teorias estudadas, foi tomando forma a ideia de investigar as ONGs de Cianorte, particularmente pelo trabalho que cada uma delas desempenha na sociedade, com erros e acertos que vão além do que chamamos de trabalho. As disciplinas cursadas no Programa de Pós-Graduação provocaram confusões, angústias e perturbações, porém representaram um ponto decisivo para compreender a política que gira em torno das ONGs, que, a fim de baratear os gastos públicos, promove a participação da comunidade no financiamento de ações que deveriam ser custeadas pelo poder público. Compreender todo esse processo não tem sido fácil e sei que nossos estudos estão só começando nesta área.

Impulsionadas pela angústia pessoal de educar os filhos, da pesquisadora, e pelo interesse profissional de compreender o processo de institucionalização da criança em Cianorte, por meio de pesquisa em documentos das ONGs, propusemo-nos a pesquisar a história das instituições de atendimento direto ou indireto à criança no referido Município. Estabelecemos como compromisso a observação de dois princípios: primeiro, preservar a memória destas instituições que funcionam sob forte pressão do poder público na formação de seus dirigentes, gerando uma rotatividade de membros e de políticas de atendimento, o que dificulta a preservação de sua memória; e, segundo, a valorização do trabalho desenvolvido, já que, em alguns momentos da história, a ONG é a única que desempenha o papel de socorrer as crianças.

A busca por materiais que tratam da história dos trabalhos relacionados a crianças e adolescentes em Cianorte aponta ser um caminho profícuo para registrar a história da sociedade civil organizada por intermédio das Instituições não governamentais, porque é perceptível a deficiência de arquivamento de documentos históricos tanto pelo poder público quanto pelas próprias ONGs estudadas nesta pesquisa. A riqueza dos trabalhos desenvolvidos por pessoas em anonimato, por caridade ou pela simples ajuda ao próximo nos mostram a grandeza e a maestria com que uma sociedade luta para socorrer as mazelas sociais. A preservação da história é necessária e urgente, visto que algumas das Instituições já não existem mais e outras, com o passar do tempo, criaram novas estruturas e mecanismos de sobrevivência, atuando em áreas diferentes por interferência de políticas públicas ou pela própria singularidade do local de se reajustar o público atendido.

Ao visitar as ONGs e consultar suas respectivas documentações, encontramos oito instituições que prestaram atendimento à criança desde a fundação do Município em 1955 até o ano 2000. A classificação e a ordenação dos documentos disponibilizados pelas Instituições

foram realizadas sob os aspectos inerentes da Arquivística, seguindo padrões do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Optamos por realizar um quadro descritivo dos documentos encontrados e cedidos para a pesquisa, utilizando os manuais da série *Como fazer*, volume 1 e 2 de diferentes autores, da arquivística da Comissão de Cursos da Associação dos Arquivistas Brasileiros de São Paulo – AAB/SP.

O trabalho realizado pretende colaborar com a preservação, acomodação e catalogação dos documentos existentes já que o tempo e a formação específica para preservação de arquivos não permitem realizá-lo de outra maneira. Destacamos que, de acordo com Bernardes (1998, p. 11), a “gestão de documentos” é responsável pelo controle de todos os documentos até sua destinação final, podendo ser a eliminação ou a guarda permanente. No caso do acervo documental das ONGs de Cianorte, os documentos são considerados como “permanentes” por se tratar de interesse histórico-cultural, visto que a preservação de sua memória garante futuras pesquisas acadêmicas e a própria história das instituições. Todos os documentos possuem mais de 15 anos de idade, em alguns casos quase 60 anos de existência.

Explica Gonçalves (1998, p. 20) que, na história da sociedade, pessoas físicas e entidades (pessoa jurídica) dão origem a arquivos e compreender “o contexto de produção dos documentos de arquivo” direciona conhecer o próprio organismo produtor. Com suas palavras, a autora nos ampara tanto na necessidade de arquivamento dos documentos das ONGs quanto na sua utilização na investigação, por ressaltar que, no caso das instituições públicas, as principais informações podem ser encontradas na legislação e,

No caso de instituições particulares, ao invés da legislação, outros documentos de constituição são, frequentemente, mais decisivos (estatutos sociais, por exemplo), mas o estudo da estrutura e do funcionamento do organismo também costuma se apoiar em atas de reuniões e relatórios de atividades, ou outros documentos correlatos (planos de metas, projetos institucionais, etc.). (GONÇALVES, 1998, p. 21)

Organizamos um quadro geral de 75 documentos que foram utilizados na pesquisa e descrevemos o material fornecido pelas instituições inspirado no quadro de “definições técnicas” proposto por Gonçalves (1998, p. 19) e acrescentamos outras, como: nome da Instituição, data e números de páginas. Foram retirados da tabela os termos: suporte e gênero do documento, porque todos os arquivos se tratam de documentos em papel (suporte) e “documento textual” (gênero). Abaixo o quadro técnico quantitativo e descritivo dos documentos encontrados:

**Quadro 1:** Quadro técnico quantitativo e descritivo dos documentos encontrados/cedidos pelas ONGs de Cianorte

Nome da instituição	Forma	Formato	Espécie	Tipo	Data	Número de páginas
<b>Liga Feminina Pró-Infância</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	02/11/1956 a 21/04/1964	01 a 50
<b>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	08/05/1957 a 20/01/1997	01 a 50
<b>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	21/01/1997 a 18/03/2014 <sup>1</sup>	01 a 77
<b>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)</b>	Cópia	Estatuto	Digitalizado	-	04/05/2009	01 a 10
<b>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)</b>	Original	Jornal: Folha de Regional de Cianorte	Digitalizado Ed. Nº 1030	Matéria jornalística	16/08/2014	p. 11
<b>Lar Infantil Allan Kardec</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de atividades da Diretoria	20/03/1971 a 05/07/2000	01 a 88
<b>Lar Infantil Allan Kardec</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	29/09/1969	01 a 07
<b>Lar Infantil Allan Kardec</b>	Cópia	Folha	Certidão	Certidão de Inteiro Teor	Emitida: 20/02/2015 Período: 24/06/1964 a 06/12/1971	01 a 02
<b>Lar Infantil Allan Kardec</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	10/01/1970	01
<b>Lar Infantil Allan Kardec</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	10/01/1970	01
<b>Lar Infantil Allan Kardec</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	29/06/1972	01
<b>Lar Infantil Allan Kardec</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	23/09/1970	01
<b>Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte-Pousada da</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de atividades da Diretoria	04/10/1997 a 05/07/2010	01 a 77

<sup>1</sup> A data e o número de páginas registradas simbolizam o último registro encontrado da APMI até a data em que o material foi fornecido para estudo, portanto os registros continuam até os dias atuais.

<b>Criança</b>						
<b>Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte-Pousada da Criança</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação	23/09/1997 a 11/11/1997	01 a 06
<b>Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte-Pousada da Criança</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	2012	01 a 15
<b>Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte-Pousada da Criança</b>	Cópia	Folha	Ofício Expedido	Pedido de dissolução da Instituição	30/08/2011	01
<b>Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte-Pousada da Criança</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	04/08/2011	01
<b>Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte-Pousada da Criança</b>	Cópia	Folha	Convocação	Convocação para Assembleia Extraordinária	04/08/2011	01
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	25/10/1993	01 a 05
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	18/20/1999	01 a 06
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	13/10/2000	01 a 05
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	17/12/2003	01 a 06
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	26/02/2005	01 a 06
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	22/02/2007	01 a 05

<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	18/02/2009	01 a 02
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	15/02/2011	01 a 03
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	06/07/2012	01 a 02
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	26/02/2005	01 a 02
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	25/02/2013	01 a 02
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	03/10/2013	01 a 02
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	21/08/2014	01 a 02
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	10/08/1992 a 04/03/1998	01 a 50
<b>Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz</b>	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de atividades do Conselho Deliberativo	23/09/2004 a 12/02/2005	01 a 03
<b>Legião Mirim</b>	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	17/09/1984	01 a 14
<b>Legião Mirim</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	18/04/1985	01 a 02
<b>Legião Mirim</b>	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	30/08/1994	01 a 02
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Estatuto	1º Estatuto Datilografado.	05/01/1970	01 a 09
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Ata	1ª Ata Datilografado.	31/10/1970	01 a 02
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Livro	Livro Ata Manuscrito	Livro ata de reuniões de diretoria.	04/02/1970 a 07/11/1996 Encerrado em 19/12/1999	01 a 47
<b>Serviço de</b>	Original	Livro	Livro Ata	Livro ata de	17/02/1997	01 a 59

<b>Obras Sociais de Cianorte</b>			Manuscrito	reuniões de diretoria.	a 09/10/2014 <sup>2</sup>	
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Livro	Livro Ata Manuscrito	Livro ata de reuniões do “Clube de Mães Fraternidade”.	07/05/1987 a 15/12/1989	01 a 27
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Livro	Livro Ata Manuscrito	Livro ata de “atividades e cadastro das mulheres participantes do Clube de Mães Fraternidade”.	-/07/1993 a 15/12/1995	01 a 27
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Memorial descritivo	Memorial descritivo de “construção: CEMIC São José”.	Reconhecido em cartório 29/06/1982	01 a 02
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Requerimento	Requerimento para concessão de registro do Estatuto em cartório “Sociedade Rural de Cianorte”.	26/06/1989	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Estatuto	1º Estatuto Datilografado da “Sociedade Rural de Cianorte”.	Registrado em cartório 26/06/1989	01 a 06
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Extrato	Extrato para Fins de registro da “Sociedade Rural de Cianorte”.	Registrado em cartório 26/06/1989	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Contrato de Comodato	Contrato de Comodato: CMNP e SOS lote de terras nº 2, quadra 29-A, zona 7.	01/08/1987	01 a 04
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Escritura – Tabelionato Vieira	Escritura Pública de Doação com condição Resolutiva Livro Nº 118 –N. P. 262/265.	21/08/1987	01 a 04
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Lista	Lista de alunos e endereços – Sistema de Controle de Cadastros.	02/04/1996	01 a 14
<b>Serviço de</b>	Original	Folha	Ofício	Ofício Nº 35/87	28/04/1987	01

<sup>2</sup> A data e o número de páginas registradas simbolizam o último registro encontrado até a data em que o material foi fornecido para estudo, portanto os registros continuam até os dias atuais.



<b>Obras Sociais de Cianorte</b>			Expedido	Ao Ministro do Urbanismo e Meio Ambiente – Brasília –DF.		
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Projeto	Projeto: Solicitação de recursos para aquisição de terreno para construção de casas habitacionais.	Sem data	01 a 02
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Ofício Expedido	Ofício N° 43/87 A CNMP pedido de terreno para construção de “60 casas regime de mutirão”.	29/05/1987	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Carta	Carta: pedido de um terreno a CNMP.	22/06/1987	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Carta	Carta: agradecimento pelo empréstimo do “Salão Paroquial” ao “Clube de Mães Fraternidade”.	01/06/1987	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Ofício Expedido	Ofício N° 81/87 Ao Deputado Estadual Rubens Bueno, Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social Curitiba-PR.	05/11/1987	07
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Ofício Expedido	Ofício N° 84/87 Ao Deputado Estadual Dirceu Manfrinato Curitiba-PR.	09/11/1987	02
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Carta	Carta de agradecimento e solicitação de ajuda ao – CERIS.	19/11/1987	02
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Orientação-SEAC	Orientação: “Forma de liberação de recursos”.	-	02
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Ofício expedido	Ofício N° 107/87 “Solicitação ao Prefeito para exposição de trabalhos manuais do	09/12/87	01

				Clube de Mães Fraternidade”.		
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Ofício expedido	Ofício Nº 03/88 Devolução do processo referente ao pedido de verba ao Secretário de Est. do Trabalho e da Ação Social.	13/01/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Ofício expedido	Ofício Nº 04/88 Pedido do SOS de parecer favorável no projeto das casas populares.	13/01/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Ofício recebido	Ofício Nº 110/88 Solicitação de recursos ao Ministério da Habitação e do desenvolvimento Urbano, para o projeto do SOS, construção de casas populares. Câmara dos Deputados.	12/04/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Ofício recebido	Ofício Nº 121/88 Orientação para que o pedido de verbas seja realizado pela prefeitura municipal de Cianorte. Câmara dos Deputados.	20/04/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação de recursos ao Ministério da Habitação assinada pelo Prefeito Municipal para o projeto de casas populares do SOS. Prefeitura Municipal de Cianorte.	06/05/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação, assinada pelo Prefeito Municipal de Cianorte ao Deputado Dionísio Dal Prá para intervir no projeto de casas populares do	06/05/88	01*

				SOS		
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Ofício expedido	Ofício N° 54/88 Encaminhamento do Projeto casas populares ao Deputado Dionísio Dal Prá	18/07/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Ofício expedido	Ofício N° 54/88 Solicitação de apoio à COHSPAR na construção das casas populares	30/08/88	03
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação, assinada pelo Prefeito Municipal de Cianorte ao Deputado Dionísio Dal Prá para intervir no projeto de casas populares do SOS. Prefeitura Municipal de Cianorte	13/10/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação de recursos ao Ministério da Habitação assinada pelo Prefeito Municipal para o projeto de casas populares do SOS. Prefeitura Municipal de Cianorte	13/10/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Documento recebido	Convênio entre Prefeitura Municipal e o Ministério da Habitação para “aquisição de terreno destinado a execução de casas”.	09/12/88	05
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Documento recebido	Ofício N° 411/88, pedido de reapresentação de “documentos para a MBES em Brasília em consequência do incêndio no prédio”. Câmara dos Deputados	06/10/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais</b>	Cópia	Folha	Documento expedido	Ofício N° 73/88 Reenvio de	14/10/88	01

<b>de Cianorte</b>				documentos referente a construção das casas populares” à Câmara dos Deputados.		
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Documento recebido	CGM/DF/Nº 9.954 Ministério da Previdência e Assistência Social informando que o projeto foi encaminhado para o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social.	08/11/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Cópia	Folha	Ofício recebido	OF/INCRA/SR (09) CA/Nº637/90 “Cancelamento de Cadastro” do terreno para a Sociedade Rural de Cianorte passando à competência do mesmo ao Município de Cianorte.	13/10/88	01
<b>Serviço de Obras Sociais de Cianorte</b>	Original	Folha	Jornal	Artigos de Jornais com matérias sobre o SOS.	1971 a 2012	71 artigos <sup>3</sup>

A coleta de documentos para investigação nos espaços públicos e nas Instituições que prestam atendimento à criança conduziram-nos à identificação, a princípio, de cinco ONGs. A separação e a leitura dos documentos possibilitaram identificar mais três instituições que foram extintas, totalizando oito desde o início da fundação do município de Cianorte, em 1955, até o ano 2000. O recorte temporal baseia-se na nossa curiosidade em detectar a diferença das instituições antes e depois do ECA e na necessidade de limitar ao tempo de que dispúnhamos em função do volume de trabalho existente.

A trajetória de coleta documental tornou-se parte do percurso metodológico da pesquisa, para tanto, decidimos organizar um tópico específico na primeira seção para descrever as abordagens realizadas. Salientamos que o SOS, por se tratar da instituição com

<sup>3</sup> Os artigos de jornais foram recortados, não preservando o nome do jornal, data e autor da matéria. Apenas alguns jornais apresentam toda a descrição de informações necessárias à pesquisa e preservação da memória. Neste sentido, a Entidade foi orientada a arquivar a página inteira do jornal.

maior acervo preservado de documentos, a pedido da pesquisadora, ofereceu um espaço para organização e catalogação dos documentos na própria Instituição.

Durante o levantamento da documentação, deparamo-nos com o seguinte problema: Qual a característica da institucionalização da criança pobre em Cianorte no período de 1955 ao ano 2000? Outras questões nos ocorreram: Existem arquivos dos documentos? Haveria diferença entre as instituições de antes e depois do Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 1990? As iniciativas foram públicas ou privadas? Qual a relação da história específica estudada com o contexto brasileiro? Tais indagações e nossa curiosidade induziram-nos querer conhecer melhor as instituições que atendiam crianças pobres em Cianorte e aprofundar a busca de respostas na teoria já desenvolvida sobre a institucionalização de crianças no Brasil.

Em consequência, ficou definido como **objetivo geral**: Conhecer, sistematizar e analisar a história institucional da criança pobre em Cianorte. Os objetivos específicos foram os seguintes: Registrar e organizar aspectos históricos de Organizações Não Governamentais de Cianorte a fim de preservar sua memória; Relacionar e significar a história contada com a teoria sobre a institucionalização de crianças no Brasil.

Na segunda seção tratamos do Município de Cianorte-Paraná, que, na sua trajetória histórica, propiciou o desenvolvimento das Instituições Não Governamentais de acordo com as necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais presentes em cada período. Na sequência, contém a discussão teórica a respeito da *História da Institucionalização da Criança Pobre*, relacionando e significando a história contada com a teoria da institucionalização de crianças no Brasil.

A terceira seção contamos a história das Instituições, utilizando como principal documento os livros atas de cada diretoria e de fundação, por se tratar de um documento comum a todas. No entanto, em alguns momentos, tornou-se necessária, para a compreensão de fatos ou acontecimentos, a utilização de outros documentos cedidos e descritos na tabela anterior. Para melhor visualização dos dados gerais de cada uma das ONGS, organizamos um quadro demonstrativo constando: Nome da instituição, Sigla e abreviatura, Data de fundação, Data de Extinção e Tipo de atendimento prestado à criança. Aparece no quadro o nome da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, porém a Entidade não forneceu os documentos para a pesquisa, mas consideramos pertinente citá-la, visto fazer parte da história da infância de Cianorte.

**Quadro 2:** Quadro demonstrativo das Organizações Não Governamentais de Cianorte

Nome da Instituição	Sigla/Abreviação	Data de fundação	Data de extinção	Tipo de atendimento
Liga Feminina Pró-Infância	LFPI ou LIGA	02/11/1956	Não encontrado	À gestante e às crianças até 3 anos de idade
Associação de Proteção à Maternidade e a Infância	APMI	08/05/1957	Permanece aberta até os dias atuais	À gestante e às crianças até 2 anos de idade
Lar Infantil Allan Kardec	LIAK ou Lar	26/06/1964	05/07/2000 <sup>4</sup>	Internamento de crianças órfãs e abandonadas
Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte-Pousada da Criança	APCAC ou Pousada da Criança	23/09/1997	Permanece aberta até os dias atuais	Abrigo à criança e adolescente em situação de risco social e pessoal
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	AAPRP ou Rainha da Paz	10/08/1992	Permanece aberta até os dias atuais	À criança e ao adolescente
Legião Mirim	LM	17/09/1984	1994	“Ao menor carente de recursos”
Serviço de Obras Sociais	SOS	31/01/1970	Permanece aberta até os dias atuais	Assistência ao pobre, andarilho e crianças
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	APAE	11/11/1972	Permanece aberta até os dias atuais	À pessoa com deficiência

### 1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico utilizado na investigação e a definição de conceitos e procedimentos articulados na pesquisa deixam transparecer seus aspectos teórico-conceituais filosóficos, sociológicos, políticos e pedagógicos. Para melhor organização, o percurso se divide em três etapas, sucessivamente descritas após análise documental e pesquisa científica de autores que referenciam o estudo.

Na primeira etapa, discorreremos quanto à caracterização teórico-metodológica e a fundamentação epistemológica da pesquisa. Na segunda, descreveremos a trajetória de procedimentos e técnicas utilizadas na seleção dos documentos históricos e arquivos encontrados nas Entidades não governamentais de Cianorte. Por fim, explicamos a respeito da importância dos registros na fundamentação prática, enaltecendo a práxis como elemento básico e fundamental.

A metodologia de investigação utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, pautada na abordagem qualitativa do estudo. Neste sentido, apoiamos-nos em Triviños (2012,

<sup>4</sup> Deixou de funcionar em 1993, no entanto sua extinção foi executada no ano 2000.

p. 137) quando afirma que a “[...] pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente”, tornando-se “[...] veículo para novas buscas de informações”. Embora os acervos documentais encontrados sobre o objeto de estudo sejam extensos, priorizamos a preservação da memória das instituições apresentadas por meio de um processo “unitário e integral”, porém tornaram-se necessários enfoques aprofundados de investigação da pesquisadora para compreender o contexto histórico e acontecimentos que marcam o tempo delimitado na pesquisa (TRIVINÓS, 2012).

Optamos por dar atenção às circunstâncias das datas, ao movimento singular de determinados aspectos culturais no cotidiano das ações voltadas para a infância e que envolvem a constituição das entidades não governamentais de Cianorte.

Mas por que estudar a infância? Consideramos de fundamental importância contemplar esta pergunta para mencionarmos os princípios que sustentam esta pesquisa. Neste sentido, encontramos duas respostas que comungam com o nosso pensar. A primeira diz respeito a algumas indagações de cunho profissional que se propõem a explicar anseios, interrogações e vivências no trabalho direto com a criança, já mencionados na introdução do estudo. O segundo aspecto que move a nossa investigação é a pretensão de desvelar aspectos da infância que possam contribuir e interferir na política pública, visando, portanto, ser uma pesquisa aplicada. Sabemos que não esgotaremos todas as possibilidades de estudo nesta produção e que o trabalho de contemplar a criança nas políticas públicas como sujeito de direito e com peculiaridades específicas da idade não é uma tarefa fácil na sociedade atual. No entanto, acreditamos que faz parte do processo civilizatório a construção de novos pensares e, sobretudo, de novas ações que interferem direta ou indiretamente no cotidiano da criança.

Neste contexto, é importante evidenciar nossa compreensão sobre o que entendemos por infância e criança. Para tanto, amparamo-nos em Müller (2007, p. 18):

A infância se refere exatamente a um conjunto de seres humanos que tem características próprias e que, usado o termo, já se sabe de quem falamos, das crianças e seu mundo. Não de cada sujeito, mas da categoria onde se encontram estes sujeitos. A infância é a referência adulta ao que há de comum aos sujeitos no início de sua vida, considerando aspectos da natureza biológica, da natureza relacional e de linguagem, da forma de estar e com adultos e crianças, de aprender o mundo, de reinventá-lo e significá-lo. A criança é o sujeito que existe concretamente. Então, já podemos dizer que considerando diferentes condições, *ser criança* e *ter infância* não significa a mesma coisa [grifo da autora].

Partindo do princípio de que nem todas as crianças têm infância, no sentido ideal (MÜLLER, 2007), pretendemos pensar em um conjunto de relações que se estabelece entre a categoria desses sujeitos, crianças e o mundo que as cerca, priorizando a sua participação concreta nas ações voltadas para o seu cotidiano social. Neste sentido, partilhamos da visão do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente - PCA, o qual acredita que a infância deve ser respeitada em seus direitos, mas que merece exercer um papel político de plena participação (MAGER, 2011, p. 177). Ao contrário disto, o que temos visto na sociedade são direitos negados e a infância pensada por adultos que seguem determinados a atender às necessidades de uma cultura totalmente voltada para o consumo e o trabalho.

Assim, compreender os mecanismos de controle social voltados para infância, que não estão explícitos, mas que regem toda a dinâmica de ações pensadas para este público, é que nos move à realização deste estudo. Para tanto, a análise dos dispositivos e mecanismos de poderes com ênfase na singularidade do local e das pessoas e as interferências das políticas públicas nas iniciativas sociais são conceitos-chave. Portanto, a definição de poder que utilizamos está baseado na teoria foucaultiana, na qual o poder está nas relações e não na estrutura, não é estático, está em movimento. Conforme explica Roberto Machado na introdução do livro *Microfísica do Poder* de Michel Foucault (FOUCAULT, 1981, p. XII):

Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

A análise da prática social, por meio das Entidades não governamentais, trouxe-nos elementos para a investigação dos procedimentos técnicos de poder que foram observados nas formas de “controle, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos” que aparecem nas descrições das atas de diretoria das Entidades, que se aproximam da teoria foucaultiana. De modo idêntico, a construção da história da constituição das entidades e, posteriormente, do histórico do Município nos deu a impressão que foi como um “quebra-cabeça”, porque cada história necessitava de uma peça de outra história e somente foi possível terminar a construção da imagem com a história do município. Esta analogia de compreender o todo pelas partes nos trouxe a visão da singularidade do local, e que os mecanismos e técnicas de poderes estão relacionados a determinados saberes, contradizendo “[...] a ideia de que o Estado seria órgão central e único de poder”, ou seja, o poder foi observado no emaranhado



das coisas que se relacionam ou se encaixam no quebra cabeça (FOUCAULT, 1981, p. XIV-XV).

As instituições exercem funções importantes neste “quebra-cabeça”, com finalidades específicas de manutenção da ordem pública e privada. Neste sentido, Müller (2007, p. 64) afirma: “As Instituições surgem como espaços de diferentes funções específicas, mas fazendo parte de uma organização geral da sociedade com intenção de controle da mesma”.

Durante a coleta e análise dos dados interagimos com os seguintes materiais: atas de fundação e de diretoria, fotos, regimentos internos, estatutos sociais, recortes de jornais, ofícios, solicitações, convênios, orientações, lista de alunos, requerimentos, escritura, memorial, contrato de comodato, relatórios, convocação, certidões, projetos e plantas de casas.

Neste sentido, a fim de visualizar o caminho do processo de coleta de dados e de documentos, nós o descrevemos passo a passo, organizado em três quadros e especificando a etapa, a descrição da coleta, o período e a observação das etapas. No quadro 3, relatamos a coleta de documentos nos órgãos públicos, conforme segue:

**Quadro 3:** Primeira etapa da coleta de documentos: Órgãos públicos.

ETA PA	DESCRIÇÃO DA COLETA	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
1ª	Busca de documentos existentes na Prefeitura Municipal;	Agosto 2014	Constatou-se que a prefeitura não possui um sistema de arquivos ou de registros memorialísticos que preserve a história das instituições. Segundo informações, apenas arquivava prestações de contas do ano 2000 para frente.
	Busca de documentos no Centro Social Urbano	Agosto, novembro e dezembro de 2014. Janeiro de 2015.	Após ir ao local em agosto, novembro e dezembro de 2014 e em janeiro de 2015, a Assistente Social informou que os documentos que existiam foram digitalizados e que assim que pudesse ligaria passando informações se havia algum documento para estudo. Não ligou ao retornar em março de 2015, ela nos informou que não há registros arquivados das Entidades.
	Busca de documentos no CMDCA	Agosto 2014	Em conversa informal, a Presidente do CMDCA relatou-nos que não há registros de documentos das entidades, apenas atas de eleições de diretoria.
	Busca de documentos na Secretaria de Imprensa.	Agosto 2014	Foram encontradas pastas contendo um acervo fotográfico diverso. Em pastas, em alguns mandatos de prefeitos mais organizados, e em outros fora do padrão de pastas de arquivamento, porém não existem muitas explicações, falta de constância dos anos, dificultando o entendimento da história do município como um todo o que dificulta compreender e utilizá-los como material para a pesquisa.

Ao término da primeira etapa, foi descartada a hipótese de conseguir documentos via órgãos públicos. A segunda etapa da coleta de materiais nos impulsionou a indagar diretamente nas sedes das Organizações Não governamentais de Cianorte que trabalham ou trabalharam com crianças e adolescentes.

**Quadro 4:** Segunda etapa da coleta de documentos.

ETAPA	DESCRIÇÃO DA COLETA	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
2ª	Visita nas ONGs: APAE, APMI, SOS, Rainha da Paz e Pousada da Criança para permissão do estudo;	Agosto/2014	Aceitação de quase todas, apenas a APAE disse que deveria solicitar permissão para a diretoria, constando o fato em reunião.
	Entrega de ofício às Entidades, redigido juntamente com Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação – UEM, solicitando a Coleta de documentos nas Entidades.	Outubro/novembro 2014	Todas as secretárias e coordenadoras receberam o ofício e, de forma solícita, colocaram-se à disposição.
	Coleta de documentos e fotos para reprodução.	Novembro 2014	A APAE, Rainha da Paz e o LIAK não entregaram os documentos.
	Organização de documentos e fotos na Entidade Serviço de Obras Sociais.	Novembro de 2014	1ª quinzena: foram organizadas 1996 fotos, colocadas em álbuns em sequência cronológica de atuação do SOS. 2ª quinzena: identificamos quais documentos de 1970 até 2000 encontravam-se guardados em pastas de arquivos, descrevendo qual material consta dentro de cada pasta e o ano.

Ao término da segunda etapa, constatamos que as Entidades não governamentais não possuem um arquivo próprio de registros históricos, transferindo a preocupação de arquivamento para o único registro em comum a todas, o “Livro ATA” de fundação e registro das reuniões da Diretoria. Os espaços destinados a “guardar” os documentos nas ONGs não são acessíveis e alguns dos secretários desconhecem a existência de tais documentos.

A organização dos documentos do SOS foi passível de ser realizada porque, ao solicitá-los para reprodução, a instituição nos forneceu várias caixas que continham fotos, pastas de convênios, diversos livros atas, papéis soltos, documentos antigos como estatuto, atas de eleição de diretoria, entre outros. A primeira preocupação foi com o arquivamento das fotografias, uma vez que algumas delas já estavam danificadas, soltas e sem uma sequência. O processo para organizá-las demorou 15 dias, passando por três etapas: a primeira, separar por

décadas de atendimento década de 1970, 1980, 1990 e 2000. A segunda, encontrar e comprar álbuns que comportassem o número de fotos de cada década. E a terceira e mais trabalhosa, tentar organizá-las em ordem cronológica. Na última etapa, foi necessário fazer leitura de alguns documentos, telefonemas para pessoas que já trabalharam na Entidade ou atuaram na diretoria para saber quando exatamente os trabalhos com as crianças começaram para, posterior, separação documental. A seleção e organização dos documentos nos mostrou a riqueza do material existente que se refere aos trabalhos que envolvem a criança de forma direta e indireta na década de 1970, mesmo antes da criação da primeira Creche no Município, na década de 1980.

A separação das fotografias em preto e branco apenas observando as imagens não revelava uma sequência e, após várias tentativas, percebemos a falta de padronização das fotografias com formatos e tamanhos diferentes na década de 1970. Assim, organizá-las em tamanhos e formas e, posteriormente, olhar as imagens facilitou a construção do primeiro álbum e, sucessivamente, dos outros.

A organização dos documentos foi facilitada por constar datas nas impressões, porém separar e selecionar quais documentos seriam utilizados na pesquisa, ou seja, as atividades desenvolvidas pelo SOS, tornou-se um trabalho mais minucioso e, conseqüentemente, mais demorado.

As intervenções diretas nas secretarias das Instituições para a coleta dos documentos, seguidas de algumas conversas quanto à importância da preservação do acervo documental, gerou um avanço significativo, provocando, inclusive, o início de algumas transformações nas instituições. Dentre elas, podemos destacar: o SOS trocou o local dos arquivos por duas vezes, destinando um local somente para arquivo de documentos e foram organizadas no local 133 caixas de arquivos diversos; a Rainha da Paz deu início à digitalização das fotografias, comunicando que a intenção é digitalizar todos os documentos; a APMI trouxe os documentos arquivados para um armário de aço inox na própria secretaria, visto que ficava em uma sala coberta com uma lona; a Pousada da Criança organizou os documentos na própria secretaria.

A terceira etapa da investigação documental consistiu na leitura e organização dos documentos, apontando três outras instituições que foram extintas: o Lar Infantil, a Liga Feminina Pró-Infância e a Legião Mirim de Cianorte. Transcritas no quadro 5 a seguir:

**Quadro 5:** Terceira etapa da pesquisa- Leitura e organização dos documentos.

ETA PA	DESCRIÇÃO DA COLETA	PERÍODO	OBSERVAÇÃO
-----------	------------------------	---------	------------

3ª	Coleta de documentos das Entidades APAE, Rainha da Paz e LIAK e APMI.	Fevereiro, março e abril de 2015.	<p>LIAK: a esposa do presidente atual do Centro Espírita Allan Kardec, em fevereiro, conseguiu apenas um livro ata de fundação e reuniões da diretoria, como um único registro da existência desta Entidade.</p> <p>Rainha da Paz: em março a secretaria forneceu o primeiro livro ata e somente em abril as cópias dos estatutos e algumas atas digitalizadas.</p> <p>APAE: telefonemas em fevereiro, março e abril para a coordenadora e a secretária; visita in loco em fevereiro, março e abril. Resposta por telefone e pessoalmente da coordenadora em todos os dias é que a diretoria deveria aprovar o empréstimo dos documentos.</p> <p>APMI: a secretaria nos forneceu 2 livros atas de fundação: um da APMI e outro da Liga Feminina Pró-Infância.</p>
	Leitura dos Documentos	Janeiro, fevereiro e março de 2015	Retorno nas Entidades APAE, Pousada da Criança, Centro Social Urbano e CMDCA. Assim, a Pousada forneceu os Livros Atas; O Centro Social Urbano nos informou que não possui nenhum documento arquivado sobre as Entidades; e a APAE esclareceu que fará uma reunião com a diretoria para liberação dos documentos.
	Coleta de documentos (busca do segundo livro ata) em todas as Entidades.	Março de 2015	Após a leitura dos livros, percebe-se que os livros finalizam antes do ano 2000, data prevista para o fim do estudo. Retorno em todas as Entidades na busca por continuidade da história. Somente a APAE não forneceu o material.
	Busca em cartório sobre entidades que foram citadas nas atas e não existem mais	Fevereiro	Ao fazer a leitura das atas da Rainha da Paz e da APMI, encontramos a citação de uma Entidade denominada “Legião Mirim” e, por não encontrar documentos que comprovem a sua existência, foi necessário buscar informações de cunho legal registradas no Cartório de Registro de Títulos – Documentos de Pessoas Jurídicas de Cianorte-PR. No dia 20/02/2015, ele nos forneceu o Estatuto, a primeira e última ata da Legião Mirim comprovando sua existência. A leitura do livro ata do LIAK também nos trouxe algumas dúvidas o que nos levou a buscar em cartório a Certidão de Inteiro Teor, descrevendo as atividades da Entidade antes do ano de 1971, e destacamos que os registros do LIAK iniciaram em 1964.
	Descrição da história das ONGs;	Janeiro, fevereiro, março, abril e maio de 2015	Liga Feminina Pró-Infância de 1956, APMI DE 1957, LIAK de 1964, APAE de 1972, Legião Mirim de 1985, Rainha da Paz de 1992, Pousada da Criança e do Adolescente de 1997 e SOS de 1970.

A seguir, organizamos um quadro sintetizando a tabulação dos dados e materiais utilizados na investigação.

**Quadro 6:** Tabulação dos dados e documentos utilizados na pesquisa.

Entidade	Livro Ata	Estatuto	Regimento	Foto	Atas digitalizada	Jornais	Outros Documentos:
Serviço de Obras Sociais (SOS)	4 (232 páginas)	3 (16 páginas)	-	1996	1 (2 páginas)	2 pastas (72 artigos)	Documentos de 1970 a 2000 organizados em 7 pastas de arquivos: Memorial 1 (2 páginas); 1 Requerimento (1 página); 1 Extrato para fins de registro (1 página); 1 Contrato (4 páginas); 1 Escritura (4

							páginas); 1 Lista de alunos (14 páginas); 14 Ofícios (23 páginas); 1 Projeto (2 páginas); 3 Cartas (4 páginas); 1 Orientação (2 páginas); 4 Solicitações (4 páginas); 1 Convênio (5 páginas);
<b>Pousada da Criança e do Adolescente</b>	2 (166 páginas)	-	1 (15 páginas)	-	1	2 artigos	Documentos de encerramento da instituição 12 páginas
<b>Associação Assistencial e Promocional - Rainha da Paz</b>	2 (106 páginas)	6 (27 páginas)	-	-	11 (24 páginas)	-	-
<b>Legião Mirim</b>	-	1 (14 páginas)	-	-	2 (4 páginas)	-	-
<b>Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE</b>	-	1 (18 páginas)	-	-	-	-	-
<b>Lar Infantil Allan Kardec - LIAK</b>	1 (176 páginas)	1 (7 páginas)	-	-	6 (6 páginas)	-	Documentos em cartório Certidão de Inteiro Teor.
<b>Associação de Proteção à Maternidade e à Infância-APMI</b>	2 (256 páginas)	1 (10 páginas)	-	-	-	1- Artigo	-
<b>Liga Feminina Pró-Infância</b>	1 (100 páginas)	-	-	-	-	-	Não encontramos documentos em Cartório de Cianorte, acredita-se que há registros no cartório de Peabiru no período em que Cianorte era distrito desta Comarca.

Em síntese, para a escrita da História das ONGs de Cianorte foram analisados 12 Livros atas, totalizando 1036 páginas manuscritas; 1996 fotos; 13 Estatutos, totalizando 92 páginas, 19 atas digitalizadas, totalizando 34 páginas; 1 Regimento Interno com 15 páginas; 75 artigos de jornais; e, 96 documentos entre ofícios, termos, convênios, solicitações, requerimentos, cartas e projetos das Entidades.

Passamos, agora, ao conteúdo da institucionalização da criança.

## 2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE

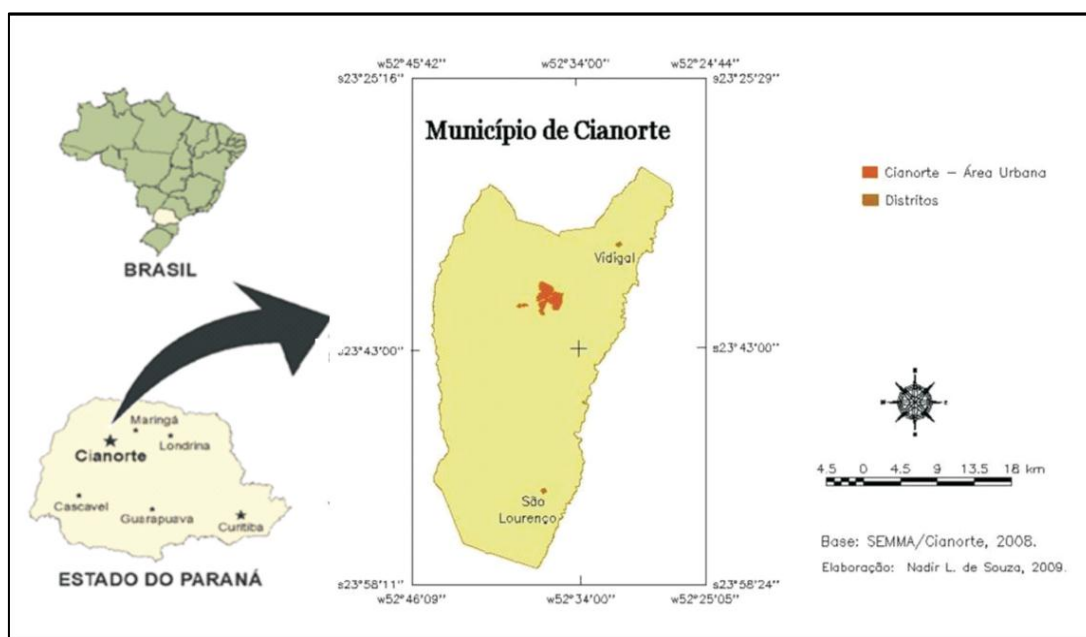
Nesta seção, tratamos do conteúdo da institucionalização da criança pobre envolvendo a história do Brasil, os aspectos históricos e influências, a construção das diferentes infâncias e optamos por contemplar as discussões práticas voltadas à história das Organizações Não Governamentais de Cianorte, percorrendo caminhos que significam os princípios e origem das ONGs de Cianorte e, na sequência, realizar a análise documental. Num segundo momento, relacionamos alguns aspectos dos resultados encontrados com a teoria sobre a história da institucionalização da criança.

Iniciamos com a constituição do Município de Cianorte a fim de situar e localizar a pesquisa no tempo e espaço, apresentando dados específicos de sua colonização e população, visto que para construir vínculo entre as instituições e seus documentos com o conteúdo da institucionalização é preciso reconstruir uma narrativa com o contexto em que estão inseridas.

### 2.1 O MUNICÍPIO EM FORMAÇÃO

O Município de Cianorte, situa-se no noroeste do Paraná conforme mapa de SOUZA (2010):

**MAPA 1:** Localização do Município de Cianorte – Paraná – Brasil.



Encontramos um livro, de 1975, que conta a história da empresa colonizadora Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, em comemoração aos seus 50 anos de existência, que aqui será utilizado para a organização dos fatos da constituição do Município. Em tal referência, o processo de colonização do Município seguiu o padrão de colonização do Norte do Paraná, organizado pela antiga Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP e financiado pelo Paraná Plantations, ambas fundadas por Lorde Lovat. O reconhecimento de terras do norte do Paraná, a princípio, estava ligado à busca por novas terras para o plantio de algodão, porém, no final da década de 1930 com a crise mundial, a diretoria passou a dedicar-se à colonização da região, fundando a sede da CTNP em São Paulo (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Na década de 1940, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, a Inglaterra retornou ao país os capitais estrangeiros, e a CTNP foi vendida para um grupo de brasileiros em fevereiro de 1944. No início da década de 1950, a CTNP passou ser chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP, diversificando as atividades da empresa, além da venda exclusiva de terras (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975).

Fundada em 26 de julho de 1953 pela CMNP e elevada a Município em 1955, Cianorte é uma cidade localizada a noroeste do Estado do Paraná, recebeu o nome em homenagem a CMNP e faz parte da divisão de Terra da Gleba Cruzeiro. Esta foi adquirida pela CMNP em 1944, na qual foram idealizados quatro centros, com distanciamento de cerca de cem quilômetros entre si, sendo eles Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. A organização dos núcleos, segundo a CMNP, foi distribuída da seguinte forma:

Cada Núcleo foi subdividido em conformidade com o respectivo zoneamento, prefixadas as zonas do centro cívico, do comércio e da indústria, das residências nobres, coletivas e proletárias, cada qual observando suas próprias características na construção dos edifícios públicos, comerciais e industriais, residenciais e educacionais, de assistência social e hospitalar, dos cultos religiosos e dos centros desportivos. Circulando o Núcleo urbano foi implantado o cinturão verde [...] (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975, p. 252).

De acordo com Souza (2010), em 1953, a organização do zoneamento do sítio urbano de Cianorte, no projeto inicial, previa a destinação de áreas para doação, que, somadas pela pesquisadora, totalizam 908.806,87 m<sup>2</sup>. Observamos ainda que as maiores áreas, destinadas a doações, encontram-se na zona 4, com um total de 4.319.062,56 m<sup>2</sup> (região onde

localiza-se APMI e a Legião Miriam), e zona 7, com 7.388.408,85 m<sup>2</sup> (localiza-se o SOS). Estes bairros são considerados de residências coletivas e proletárias. A autora destaca que, somente após os anos de 1990, as áreas destinadas a praças e recantos puderam receber a infraestrutura, quando foram aprovadas Leis Municipais que transformaram as áreas nativas, ainda de posse da CMNP, em área de preservação do meio ambiente e outras de incentivo para a instalação do Campus da Extensão da Universidade Estadual de Maringá, Shopping atacadista, indústria de confecção e conjuntos habitacionais (Localização das entidades Pousada da Criança e Rainha da Paz, ambas criadas na década de 1990).

No livro da CMNP, há a transcrição de uma mensagem de Gastão de Mesquita Filho, um dos diretores da empresa, em comemoração aos 50 anos da companhia, na qual cita que os princípios da colonização têm como base: “1) a livre iniciativa, 2) a garantia do direito à propriedade, 3) o estímulo do lucro, 4) o elemento humano “diferenciado”, o pioneiro” (1975, p. 201). Neste livro, encontramos, em vários trechos, a valorização do “elemento humano que trabalha” para o crescimento da região, desconsiderando a existência de outros povos na constituição da região norte do Paraná. Compartilham a informação de que, apenas na aquisição da Gleba Cruzeiro, souberam da existência de posseiros e supostos donos de terras pertencentes ao poder público.

Diferentemente, Cioffi et al. (1995, p. 39-41) revelam a presença de povos na região de Cianorte, informando que cerca de 4.000 índios, conhecidos como Xetá e originários da tribo Tupi-Guarani, viviam entre os rios Ivaí e Piquiri, onde localiza-se o Município. A autora segue explicando que acredita-se que, a partir da década de 1940, em vinte anos, a tribo tenha se dizimado<sup>5</sup> por ações da colonização do município, queimadas da mata, geadas e as plantações de café. O povo Xetá é descrito como um povo dócil e pacífico e acrescentam que “A ausência de agressividade enfraqueceu a disposição para a defesa de seu espaço vital, com a penetração incondicional dos colonizadores” (CIOFFI et al., 1995, p. 41). Consta, nesta obra, o depoimento memorialístico de pioneiros que envolve o povo remanescente dos Xetá, chamado de “Sutis”, os quais habitavam as terras de Cianorte em sua constituição. Destacamos alguns trechos que se amparam no mesmo discurso de “benevolência” e “progresso” encontrado no livro da CMNP:

Uma ocasião, fomos com os funcionários da Companhia, com tropas de mulas, levar presentes, ferramentas, objetos, brinquedos a eles. [...] pelos meus cálculos eles já moravam ali por mais de trinta anos. [...] soubemos que

---

<sup>5</sup> Atualmente já se sabe que a Etnia Xetá não foi totalmente dizimada e é reconhecida oficialmente pela FUNAI desde 2013 (SILVA, 2013).



foram removidos para a Serra do Dourados, uma região onde estava sendo organizada uma reserva indígena [...]. (Depoimento de Celso Antonio Broetto)<sup>6</sup> (CIOFFI et al. 1995, p. 43-44).

Eles não se julgavam donos de nada. Eles eram livres, nômades e safristas. [...] estão aí misturados com todo mundo, principalmente, aí pro lado, onde eles foram colocados, que deve ser pra diante de cruzeiro [...] (Depoimento de Helena Moraes Barros)<sup>7</sup> (CIOFFI et al. 1995, p. 45).

Os Sutis? [...] Não trabalhavam. Só cuidavam de uma rocinha, plantavam milho, mandioca e mexiam com porquinhos [...]. (Joaquim Alves Ferreira) (CIOFFI et al. 1995, p. 46).

Se chegava o progresso a Companhia mandava prá frente e os Sutis também [...] (Depoimento de Wilson Ferreira Varella)<sup>8</sup> (CIOFFI et al. 1995, p. 48).

Segundo Lima (2015, p. 37), a ocupação de terras em Cianorte não foi pacífica e ampara-se nas obras de Tomazi e de Schelbauer para afirmar que são perceptíveis “[...] contradições existentes entre os depoimentos dos pioneiros e a historiografia. Tais contradições evidenciam a forte presença dos discursos voltados ao ‘progresso’, veiculados pela CMNP, muitas vezes reproduzidos acriticamente”.

A colonização, que trouxe como base o desmatamento da cidade de Cianorte, ocasionou problemas no município, a erosão e as mudanças climáticas nos anos de 1960 e 1970. Segundo CIOFFI et al. (1995, p. 10), o solo arenoso propiciou grandes erosões, em que a mais conhecida foi o “Buracão da Mãe Biela”, que ganhou esse nome após a residência de uma senhora, com tal nome, ter caído no buraco. A exemplo de Cianorte, Galeano (2015, p. 135) descreve o período do café no Brasil como fonte de riqueza, porém, em algumas cidades, destaca que as plantações eram cultivadas “num sistema destrutivo”, que arrasava as “[...] reservas naturais esgotadas [...] a erosão arruinava sem piedade as terras anteriormente intatas” [intactas]. Durante a execução da pesquisa, encontramos documentos que se referem à “Construção de Casas Populares em Sistema de Mutirão”, promovido pelo SOS, que auxiliou famílias que moravam próximas das erosões.

Segundo Souza (2010, p. 53), o processo de constituição do Município de Cianorte, em 30 anos, reduziu a mata nativa para menos de 15 %: “as áreas antes recobertas por vegetação nativa foram ocupadas inicialmente por lavouras de café e, após a erradicação dos cafezais, nos anos 70, as pastagens e as lavouras temporárias foram inseridas”. Com relação ao clima, registraram-se, à época, grandes períodos de seca com queimadas e duas geadas fortes nas décadas de 1960 e 1970 que arrasaram as plantações de café na região de Cianorte.

<sup>6</sup> Primeiro funcionário do primeiro posto de saúde de Cianorte, na gestão Wilson Ferreira Varella.

<sup>7</sup> Esposa do Presidente da CMNP de Cianorte.

<sup>8</sup> Primeiro prefeito do Município de Cianorte.

Os pioneiros foram impulsionados pelo “sonho de possuir um pedaço de chão” (SOUZA, 2010, P. 47) e direcionados pelo discurso da CMNP de conseguir riqueza próspera pelo plantio do café, por isto, muitas famílias se deslocaram de várias regiões do Brasil e de outros países e participaram da colonização de Cianorte. Neste estudo, não vamos destacar a origem dos povos que colonizaram Cianorte, por não ser este nosso objeto de estudo e mesmo porque a relevância do atendimento à Criança e ao Adolescente cabe a toda população. Portanto, destacamos os dados gerais da população do Município de Cianorte.

Os dados populacionais se tornaram uma ferramenta importante na compreensão do processo histórico do Município, particularmente entre as décadas de 60 e 90 do século XX, por apresentar um alto índice de crianças, chegando quase à metade da população. Para tanto, organizamos um quadro, constando o número total de habitantes e de crianças até 14 anos segundo o Censo de cada década. O primeiro dado tem início na década de 1960, já que as duas primeiras Entidades encontradas são da década de 1950, que culminou com a fundação do município, e termina no ano de 2010. Neste sentido, destacamos a porcentagem de crianças em cada período com a finalidade de compreender a necessidade dos trabalhos desenvolvidos com crianças e adolescentes pelas Entidades Não Governamentais. Segue a tabela descrita:

**Tabela 1:** Dados Populacionais do Município de Cianorte (1960 – 2010)

Ano	Município	Nº Total de habitantes	Total de crianças até 14 anos	Nº de crianças de 0 à 4 anos	Nº de crianças de 5 à 9 anos	Nº de crianças de 10 à 14 anos	Porcentagem do Nº de crianças por habitantes
1960	Cianorte	48.822	23.242	9.457	7.932	5.853	48,19%
1970	Cianorte	53.025	23.579	8.837	8.209	7.033	44,46%
1980	Cianorte	49.638	18.417	5.586	6.216	6.615	37,10%
1991	Cianorte	49.846	22.570	5.002	4.841	12.727	45,27%
2000	Cianorte	57.401	15.331	4.812	5.180	5.339	26,70%
2010	Cianorte	69.958	14.495	4.549	4.427	5.519	20,71%

**Fonte:** Organizado pela autora com base em dados de Censos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

A cidade recém fundada não possuía infraestrutura necessária para atendimentos básicos de saúde, educação e assistência social. Salientamos que a análise da porcentagem do número de crianças até quatorze anos tem por base o código de menores, porém, se a análise

fosse considerada o que preconiza o ECA, criança até 12 anos e adolescente até 18 anos, teríamos uma população maior nesta faixa etária do que adultos nesse período.

Observa-se queda da população no final de 1970 e 1980, apontando crescimento populacional no quadro geral a partir de 1990. Sobre este aspecto, Martins (2012, p. 14) destaca que:

A maioria destes migrantes anônimos foi expulsa da região nos anos 70. As terras devolutivas haviam se esgotado, cafeicultura entrava em decadência e o governo incentivava os programas de erradicação, que liberavam enormes contingentes de mão-de-obra.

Sua estrutura econômica sofreu profundas modificações, passando do modelo agrário para o urbano-industrial. Entretanto, mesmo considerada uma cidade modesta no crescimento populacional em 1970 e 1980, a mudança no modelo econômico trouxe para a cidade um contingente maior de pessoas e, conseqüentemente, o aumento da pobreza, necessitando, a intervenção da comunidade por meio das instituições Não Governamentais ora estudadas. O desenvolvimento industrial de Cianorte especializou-se na confecção de roupas, transformando a cidade em um polo atacadista. Assim relata Souza (2010, p. 52):

A evolução histórica de Cianorte conduziu-a para a especialização industrial. As atividades industriais relacionadas à confecção fizeram de Cianorte um pólo atacadista nesse setor, sendo que esta atividade é responsável pela maior parte da geração de empregos diretos e indiretos, ocupando parcela significativa da população economicamente ativa no município.

Ao rever a trajetória histórica do Município de Cianorte, fomos impulsionadas a refletir sobre a institucionalização da criança, introduzindo sobre a organização do atendimento à criança no cenário cianortense antes de adentrarmos na história das ONGs.

## **2.2 A CONSTRUÇÃO DO ATENDIMENTO À CRIANÇA NO CENÁRIO CIANORTENSE**

Em Cianorte, a criação de instituições voltadas à criança pobre seguiu o padrão nacional de instituições filantrópicas. Foram organizadas pela elite cianortense e encorajadas pela política assistencialista e paternalista do Estado, adotando intervenções ligadas à higiene, à saúde e ao abandono de crianças, levando, posteriormente, à criação de semi-internatos ou meio aberto.

Encontramos registros deste tipo de atendimentos um ano depois da elevação da cidade de Cianorte à Município e abrange um público diretamente relacionado à pobreza, ou seja, os primeiros atendimentos eram destinados à criança pobre. As instituições organizadas pela camada rica da sociedade cianortense, em geral cuidadas por mulheres, começaram suas ações filantrópicas e assistenciais fundando duas ONGs: a primeira conhecida como Liga Feminina Pró-Infância, em 1956, e, no ano seguinte, em 1957, a segunda, APMI, criada pela própria Liga, ambas desenvolviam trabalhos voltados para a área da saúde e higiene, em particular à gestante e crianças recém-nascidas. Na década de 1960, constam registros de atividades do primeiro Lar infantil, intitulado Allan Kardec e, na década de 1970, a criação do Serviço de Obras Sociais – SOS e a criação da APAE, contemplando trabalhos de assistência social e atendimento às crianças.

Rever o contexto nacional, regional e o local em que as Instituições foram criadas possibilita novos olhares para cada momento histórico. Neste sentido, Dias, M.; Silva, R. (2012, p. 183) entende que “os novos valores sociais e humanos contrastavam dos modelos tradicionais quando na década de 60 os movimentos sociais apareceram juntamente com os novos estudos da Psicologia, gerando novos conceitos, categorias e explicações”. O autor continua e destaca que os atendimentos institucionais, criados pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor, passaram a ser alvos de críticas cada vez mais aprofundadas na década de 1980, provocando mudanças nas normas referentes aos direitos e ganhando expressão legal na Constituição Federal de 1988. Assim, as discussões acadêmicas e os movimentos sociais auxiliaram na transformação de crianças e adolescentes em uma categoria de sujeitos de direitos, após a promulgação do ECA em 1990 (DIAS, M.; SILVA, R., 2012, p. 183).

As preocupações quanto aos prejuízos da política de internamento instauradas nas discussões da construção do ECA, os movimentos de mulheres para inserção e melhores condições de trabalho e de direito à creche proporcionaram uma nova realidade para Cianorte. As instituições assistenciais e filantrópicas passaram a ser pensadas em semi-internatos, onde as crianças e adolescentes permaneceriam durante o dia, porém retornariam para a família à noite.

Neste contexto de transformações na década de 1980, destaca-se, no município de Cianorte, a criação da primeira Creche e Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade – CEMIC São José no trabalho diretamente voltado à criança e ao adolescente, um programa de semi-internato, mantido pelo próprio SOS, e a criação da Legião Mirim no trabalho com adolescentes.

O direito de convivência familiar e de formulação de novas políticas para o atendimento à criança, bem como a criação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, na década de 1990, impulsionaram a fiscalização, cadastramento e o fechamento de muitas instituições dedicadas ao internamento de crianças pelo Brasil. No caso de Cianorte, registra-se o fechamento do Lar Infantil em 1993, dificultando o acolhimento de crianças retiradas da família até 1997. Neste sentido, ainda nesta década, diferentemente das anteriores, os trabalhos se voltaram especificamente para atender à criança e registramos a criação da Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz em 1992, no atendimento à criança e ao adolescente, contemplando a rede de atendimentos voltados às áreas assistenciais e educacionais do Município. A abertura da última instituição objeto de pesquisa foi a Casa de Passagem- Pousada da Criança e do Adolescente, em 1997, que substituiu o antigo Lar Infantil, porém com a filosofia de “acolhimento ou passagem” proposta pelo ECA.

A constituição dos trabalhos direcionados à criança e ao adolescente faz parte do contexto histórico de atendimentos no Brasil, direcionados ao desenvolvimento de ações ligadas à filantropia, pelo qual Cianorte integra a singularidade da história brasileira, sob o prisma de um contexto maior da história. Nosso próximo passo é discorrer sobre aspectos históricos da institucionalização da criança no Brasil.

### **2.3 O BRASIL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE**

No Brasil, o processo de mudança no modo como vemos, tratamos e pensamos a criança faz parte de uma construção histórica e cultural de posturas adotadas no passado que se refletem no presente, tanto nas ações para sua proteção quanto para sua exclusão. Compreender a infância como uma categoria detentora de direitos e ciente das dificuldades em se aplicar e reconhecer esses direitos, torna-se pertinente discutir sobre a trajetória da institucionalização de crianças no Brasil, reconhecendo-a como peça fundamental na influência de atendimentos prestados e oferecidos à criança na atualidade.

A história da infância brasileira no que diz respeito a políticas sociais, legislação e assistência foi marcada por ações que reforçam e mantêm as desigualdades sociais e a exclusão de crianças. Nesta pesquisa, o foco se apresenta na categoria de crianças “excluídas”, ou seja, as pobres. Percebe-se que existe uma dualidade de pensamentos em que a maioria de segregados relacionados à pobreza acaba por ser dominada por atitudes/ ações de uma minoria. Consequentemente, há dualidade também nos atendimentos oferecidos para as

duas classes, ficando a história da criança pobre delegada, por muito tempo, ao controle da filantropia e de políticas sociais efetivadas por meio de instituições fechadas que, na sua essência, apresentam grande preocupação em inseri-la no mercado de trabalho, ou de retirá-la das ruas/família para combater os perigos que podem causar à sociedade.

A lógica dual de pensamentos entre crianças pobres e ricas não propõe em sua base a justiça social, a ética e a educação igualitária para todos. É, neste contexto, que o Brasil, desde o período colonial, firmou seus atendimentos à criança. A princípio, a assistência à infância permaneceu nas mãos do Estado e da Igreja Católica. Esclarecem Rizzini e Pilotti (2011, p. 18), nesta perspectiva, que os jesuítas desenvolveram “um complexo e bem estruturado sistema educacional” com a finalidade de moldar a infância índia segundo seus padrões, ou seja, “futuros súditos dóceis para o Estado Português” e aqueles que resistiam à catequese eram submetidos ao uso da força sob o amparo da Lei portuguesa.

Rizzini e Pilotti (2011, p. 18-19) destacam que, com a perda do poder político e material dos padres jesuítas em 1755, a escravização dos índios passou a ser proibida pela corte portuguesa, porém a exploração de mão de obra escrava para exportação da cana-de-açúcar e, depois, do café criou um ciclo de escravidão negra. As crianças, neste contexto, não eram tratadas como importantes, os filhos fora do casamento e a pobreza caracterizavam o seu abandono, as crianças negras, cujas mães eram obrigadas a se tornar amas de leite, acabavam morrendo pela vida precária dos pais.

Em sua menoridade as crianças escravas serviam como brinquedos dos filhos dos senhores (a quem inclusive eram doados como presentes) e divertimento das visitas, ou seja, eram consideradas animalzinho de estimação (cavalinhos, macaquinhos). Além de humilhações, sofriam maus tratos e mesmo exploração sexual; há estudos que indicam ter havido prostituição infantil promovida por senhores e senhoras (NEVES, 1992 apud FALEIROS, 2011, p. 204-205)

Para a criança pobre e abandonada no século XVIII, observa-se a criação das primeiras Rodas dos Expostos brasileiras, na Bahia em 1726 e no Rio de Janeiro em 1738, e perduraram abertas até 1935 no Rio de Janeiro e 1948 em São Paulo. Foram abolidas em 1926, porém somente após quase duas décadas foram realmente extintas. As crianças entregues às “Rodas” permaneciam nas instituições até os sete anos de idade, após este período, eram entregues a famílias guardiãs mediante pensão ou permanecia sob a tutela do Juiz que detinha o poder de decisão sobre sua vida (RIZZINI; POLITTI, 2011, p. 19).

No século XIX, o recolhimento de crianças em asilos tornou-se uma prática para salvaguardar os que ameaçavam a “ordem pública”. Criou-se o ideário da educação industrial para os meninos e da educação doméstica para as meninas como a garantia de um “lugar na sociedade”. O recolhimento ou a institucionalização expandiu-se no século XX, constituindo uma “[...] cultura institucional profundamente enraizada nas formas de “assistência ao menor”. Na prática, as instituições de reeducação do menor traziam em sua estrutura e filosofia formas punitivas e de privação da liberdade, sob o discurso de que a criminalidade diminuiria entre os menores. Neste processo, a polícia passou a desempenhar um papel fundamental na “limpeza das ruas”, retirando os indesejáveis da vista da sociedade (RIZZINI; POLITTI, 2011, p. 20, 23).

O período conhecido como República Velha é considerado um período de ruptura e continuidade, ruptura porque rompeu com o sistema Imperial, mas deu continuidade à política colonialista de favorecimento do grupo detentor do poder, estabelecendo relações clientelistas e coronelistas, próprias do sistema colonial, e na defesa de um Estado intervencionista na área social. As políticas voltadas para a proteção à infância não existiam e o próprio grupo no poder questionava a falta de leis e as próprias instituições de proteção à primeira infância no Brasil, criando o discurso em defesa da Creche para mães trabalhadoras “honestas”, sob o ideário moderno de que a creche ensinaria a mãe a não abandonar o filho, enquanto a Roda dos Expostos era apresentada como “matadouros de inocentes” (FALEIROS, 2011, p. 37).

Salientamos que as primeiras instituições de educação infantil criadas no Brasil se diferenciavam no atendimento entre infância rica e pobre. A origem das creches – a primeira referência à Creche é datada de 1879 – teve finalidades essencialmente voltadas ao atendimento das camadas mais pobres da população. Os primeiros jardins de infância foram fundados, em 1875, no Rio de Janeiro e na Bahia e, em 1877, em São Paulo, mantidos por entidades privadas. A criação de jardins de infância públicos, em 1886, aconteceu após a proposta de Rui Barbosa no município de Corte para a criação do “jardim de crianças” (MERISSE, 1997, p. 35).

As creches eram destinadas “para os filhos de ex-escravos, operários e trabalhadores em geral”, vinculadas à assistência e à saúde, mas de cunho filantrópico. O Estado possuía as funções de regulador e fiscalizador destas entidades, criando, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil. Em 1923, a criação do Juízo de Menores propiciou a elaboração do primeiro Código de Menores em 12 de outubro de 1927 (MERISSE, 1997, p. 36).

A leitura do Código de Menores Mello Mattos, Decreto Nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, contém vestígios de que foi destinado a uma parcela da sociedade, visto que o Estado define, no Artigo 1º, destina-se a “abandonados ou delinquentes e menor de 18 anos”. O documento é dividido em 11 capítulos que dispõe sobre as regras sociais que devem ser seguidas e mais cinco capítulos destinados à regulamentação do juizado, do processo, dos abrigos e institutos disciplinadores e do Conselho da Assistência e proteção aos menores. Merece destaque a regulamentação do trabalho infantil, sendo proibida para menores de 12 anos e a preocupação com a higiene, chegando a destituir a guarda da família em caso de comprovação de sujeira. Quanto à regulamentação e vigilância das instituições, um exemplo é o artigo 15, que exclui o sistema de rodas, obrigando a família a identificar-se e receber orientação sobre o ato de doação do filho à instituição. Observa-se que a liberdade é extremamente vigiada, definem-se as obrigações do Juizado de Menores, a organização dos processos, dos abrigos e intitula a Assistência Social como protetora dos menores (BRASIL, 1927).

Não se pretende fazer uma análise do Código, mas enfatizar que ele foi o princípio da regulamentação da institucionalização da criança no Brasil. O Código trouxe algumas mudanças na relação do Estado com o “menor”, tornando-se o “Estado protetor”, atribuindo “para si o direito de punir”, fazendo uso, com frequência, da força policial, portanto, “as crianças pertencentes às camadas mais pobres” recebiam os “seus direitos em troca de uma contínua vigilância” para manutenção da ordem pública (MORELLI, 2001, p. 65 e 67).

O Código de Menores continha o discurso educativo e assistencial ao propor ações protetoras e não punitivas, com isto, possibilitou alguns avanços, como a extinção da avaliação do discernimento nos julgamentos e a proposta de novas formas de atendimento e de punição (MORELLI, 2001, p. 66). No entanto, o autor destaca que o Estado permaneceu “omisso no cumprimento da própria lei que criara”, especificando que houve um aprimoramento do mecanismo jurídico quanto à atuação do Estado e que os encaminhamentos para internação mantiveram o contingente filantrópico para o atendimento das crianças, somente em casos de falta de vagas nas instituições filantrópicas eram encaminhados às “escolas de reservas”, acabando por manter o caráter punitivo do Estado em não implantar as condições básicas para a consolidação do Código (MORELLI, 2001, p. 82 e 83).

Assim, considerando os dados gerais que suleiam o atendimento institucional da criança pobre no Brasil e compreendendo aspectos sociais, legais, políticos, econômicos e culturais como uma teia de relações em que nenhum deles se constitui sozinho, mas são influenciadores e sofrem influências, é que refletimos a institucionalização da criança.



## 2.4 A CONSTRUÇÃO DAS DIFERENTES INFÂNCIAS: A RICA E A POBRE

Depois mandaram-me para a aula dum outro professor, com outros meninos, todos de gente pobre. Havia para mim um regime de exceção. Não brigavam comigo. Existia um copo separado para eu beber água, e um tamborete de palhinha para o “neto do coronel Zé Paulino”. Os outros meninos sentavam-se em caixões de gás. [...]. Nas sabatinas nunca levei um bolo, mas quando acertava, mandavam que desse nos meus competidores. Eu me sentia bem com todo aquele regime de miséria. [...]. Parece que ainda os vejo, com seus bauzinhos de flandres, voltando a pé para casa, a olharem para mim, de bolsa a tiracolo, na garupa do cavalo branco que me levava e trazia da escola (REGO, 2013, p. 55).

Iniciamos esta subseção com uma passagem do romance *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego (1901-1957), por expressar claramente a construção das diferentes infâncias. A criança pobre não tem sido contemplada nas reflexões voltadas para a educação da infância, a construção histórica do sentimento de infância é um processo constituído juntamente com os princípios da modernidade em que a criança passa a exercer diferentes papéis, mas apresenta-se um movimento dual entre as diferentes classes sociais no que se refere à criança. Neste sentido, enfatizamos algumas construções que apresentam a dualidade do pensamento moderno como proposta de educação para a infância rica negando às crianças pobres o mesmo direito de participação.

No século XVI, Erasmo de Roterdan (1978) publicou, em 1530, o *De civilitate morum puerilium?* para ser utilizado na educação de um príncipe e com a notificação de que serviria de modelo para as outras crianças. A publicação tratava-se de um manual de boas maneiras com ensinamentos de como se comportar à mesa, assoar-se, cuspir, urinar, andar na rua ou fitar o próximo. Já no século XVII, a preocupação em como ensinar as crianças passou a ser motivo de novos estudos e Jan Amos Comenius escreveu em 1627 a *Didática Magna* com a máxima de “ensinar tudo a todos”, utilizando um método de instrução mais rápido e eficiente, organizando a didática em fases. Foi o primeiro a introduzir o questionamento acerca da educação da criança menor de seis anos de idade e o que elas deveriam aprender (COMENIO, 1996, p. 459). Ainda neste século, repensar a educação das crianças significava compor ou organizar um novo cenário para a sociedade moderna e John Locke (1632-1704), contrapondo-se ao antigo regime e aos dogmas da Igreja Católica quanto à predestinação da nobreza, propôs a educação do *gentleman*, que não seria um príncipe, e sim a educação dos filhos da burguesia (LOCKE, 1994). Assim explica Machado (2008, p. 8):

O gentleman, a quem Locke dirigiu seu trabalho, era aquele homem rico, bem-nascido que, além de cuidar de seus negócios individuais, iria participar do Estado, ocupando cargos políticos. Eram homens gentis que levavam uma vida isenta de trabalho [...].

Diferentemente, a educação da criança pobre seguiu outros padrões, faremos uma comparação para explicar melhor. Leão (2007), em seu livro *Norbert Elias & a Educação*, observa que os impressos do Manual de Erasmo foram criados para a educação de um príncipe, sendo difundido para a educação das crianças ricas e, no antigo regime, não foram transmitidas para as crianças pobres. Os pobres não tinham acesso aos impressos escritos em Latim, já que esta língua era estudada apenas por aqueles que tinham posses e acrescenta: “os camponeses miseráveis, que viviam vergados sob o peso dos altos impostos, mendigos e os vagabundos que perambulavam pelos hospícios e pelas ruas das cidades não participavam do universo da civilidade”. A autora destaca que, somente após o século XVII, a obra de Erasmo passou a dirigir-se “indistintamente a todas as crianças” (LEÃO, 2007, p. 41).

No século XVIII, na França, destacamos o livro *Emílio*, escrito por Rousseau, em 1762, para educação de um príncipe, porém a exemplo do tratado de Erasmo fora amplamente divulgado, primeiramente, nas classes abastadas e, posteriormente, fundamentou os princípios da Educação voltada para a infância. O autor se contrapõe à visão de que a criança é um adulto em miniatura e institui fases para a infância com a preocupação de separar o que é próprio da criança e da vida adulta e defende: A humanidade tem seu lugar na ordem das coisas, e a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança (ROUSSEAU, 1995, p. 69).

O pensamento que agrega a criança como possuidora de uma infância não foi disseminado para todas as crianças. Müller (2007) destaca que, na Europa, para as crianças pobres, foram criados orfanatos, hospícios, casas de acolhida, escolas de guerra e a roda dos expostos. Ante tais evidências, a infância das crianças criadas na pobreza, claramente, é diferente da infância das crianças ricas. A autora observa que os hospícios somente passaram a ser repensados pelo Estado, na França, quando aumentou significativamente o número de crianças abandonadas e, conseqüentemente, os gastos do Estado. Neste contexto, novamente a mulher passou a fazer parte do discurso econômico e: “O Estado já não condena a mulher solteira, senão melhor, a ajuda, mas o faz porque lhe é mais econômico do que ter seu filho no hospício” (MÜLLER, 2007, p. 77).

Segundo Müller (2007), os discursos para o internamento das crianças assumem outras vertentes, baseados na ciência, e a ideia de imperfeição lentamente começa a ser substituída pelo termo proteção e o castigo passa a ser pensado como prevenção, a fim de prepará-las para a vida adulta. A autora observa que o interesse dos pais pelos estudos dos filhos forma um sentimento novo, ou melhor, a preocupação com a educação dos filhos ganha importância nas classes dominantes. Porém, nas classes populares, as famílias priorizam o trabalho, ou a aprendizagem de um ofício para os filhos.

Neste sentido, a escola, entendida como instrumento de prevenção para a manutenção da ordem e da garantia do controle social, precisa ser expandida, havendo discussões quanto à obrigatoriedade da escola. Destacamos uma passagem do *Relatório e Projeto de Decreto sobre a Organização Geral da Instrução Pública*, escrito por Condorcet (1743-1794), em 1792, para o parlamento francês-burguês, no qual fazia parte a visão presente para a disseminação de conteúdos e valores burgueses para a manutenção da nova ordem social.

Dirigir o ensino de maneira que a perfeição das artes aumente o prazer da maioria dos cidadãos e o bem-estar dos que a cultivam; que um maior número de homens se torne capaz de preencher as funções necessárias à sociedade; e que os progressos, sempre crescentes, das luzes abram uma fonte inesgotável de recursos para nossas necessidades, de remédios para os nossos males (prejuízos-sofrimentos), de meios de felicidade individual comum (CONDORCET, 2010, p. 1).

O autor defende uma instrução pública (escola primária) para todos como única forma de garantir uma igualdade de direitos. Isto não significa defender uma igualdade social, mas sim a igualdade de direitos, e são estes fundamentos que, posteriormente, irão respaldar a instituição das escolas públicas e todas as leis voltadas para a criança, ou seja, leis que se resumem apenas na garantia do Direito e não na garantia de igualdade social.

Decorrente deste processo, as famílias constituídas de um sentimento novo quanto à importância de educar os filhos para serem o futuro da sociedade, começam a defender que seria necessário diminuir o trabalho infantil para inserir as crianças nas escolas, por outro lado, as lutas das mulheres por direitos se relacionam e fomentam as lutas pela escola pública, passando a ser utilizada para difundir os princípios nacionalistas, ou de formação da nação.

Destacamos alguns pontos da história da criança, porém sabemos que as discussões que giram em torno das questões relacionadas à infância são muito maiores do que as descritas até aqui. Somente quisemos introduzir a temática para as discussões da

institucionalização da criança no Brasil. Neste sentido, no próximo subtítulo nos dedicamos a descrever a origem e princípios das Organizações Não Governamentais de Cianorte.

## 2.5 ORIGEM E PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS) DE CIANORTE

A denominação ONG ou Organização Não Governamental, segundo Landim (1993), foi utilizada pela primeira vez pela ONU na década de quarenta, no período de Pós-Guerra. Mas somente foi importada para o Brasil nos anos de 1980 e ganhou status na mídia após a fundação da “Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais” em agosto de 1991, seguida do primeiro “Fórum Brasileiro de ONGs onde se reuniram mais de 1000 entidades de todo o Brasil” (p. 17). Já em 1992, as ONGs brasileiras promoveram um evento internacional, “a Conferência da Sociedade Civil Sobre Meio Ambiente” (ECO 92), que serviu de abertura para o seu reconhecimento nacional e internacional, passando a existir para o “grande público essas organizações até então desconhecidas”. O seu florescimento tornou-se “[...] uma questão de peso, nos campos políticos, intelectuais e a nível mundial, a redefinição dos papéis do Estado e de uma ‘sociedade civil’, nos processos de mudança política e de desenvolvimento econômico e social” (LANDIM, 1993, p.17-18). Em termos jurídicos, são reconhecidas desde 1916 pelo Código Civil Brasileiro, definidas como “Sociedades Civis sem fins lucrativos” (LANDIM, 1993, p. 20).

No período em que Landim (1993) escreve sobre as ONGs, não havia ainda uma definição no dicionário, mas hoje pode ser encontrado seu reconhecimento em dicionários e outros aportes.

1. A sigla **ONG** significa organização não governamental. Trata-se de um grupo, que defende alguma causa, criado sem a ajuda financeira ou elo com o governo. Uma **ONG** defende causas sociais e não tem fins lucrativos. 2. Organização sem fins lucrativos com intuito de ajudar. 3. Sigla de Organização Não Governamental. Entidade ou órgão social sem fins lucrativos, constituído por um grupo autônomo cujo propósito tem por base ações sociais ou solidárias, as quais visam ajudar as populações e/ou minorias marginalizadas. Não possui vínculos com nenhum tipo de governo (DICIONÁRIO INFORMAL, 2015).

Neste sentido, a denominação ONG apesar de ter sido utilizada anteriormente pela ONU, somente se expandiu no Brasil juntamente com o discurso da Terceira Via e com a

mudança de paradigma do Estado Nacional brasileiro, sob a influência da economia mundial. Carvalho (2009, p. 1144) trata este período como a “reinvenção do Estado” uma tendência mundial que juntamente com o processo de globalização acirrou a competitividade no mercado necessitando reorganizar o Estado brasileiro apresentando um modelo gerencial para gestão pública e diz:

Chauí (1999) caracteriza a terceira via em suas diferentes instâncias: “a) Política: trata-se de um movimento de ‘modernizar o centro’, com aceitação da ideia de justiça social e a rejeição da ‘política de classes’ e da igualdade econômica, procurando apoio em todas as classes sociais e assegurando que o governo uma das condições para a expansão e desenvolvimento da liberdade individual; b) Economia: trata-se de criar uma ‘economia mista’ que equilibre regulação e desregulação [...]. Cabe ao Estado preservar a competição, quando ameaçada o monopólio [...]; criar bases institucionais para os mercados, uma vez que estes dependem de grande acumulação de capital que não pode ser feita diretamente pelo mercado [...] saber enfrentar as catástrofes engendradas pelo mercado, estimulando a criação de “empresas responsáveis”; c) Governo: [...] O principal problema para o Estado democrático é a sua legitimidade, e esta só será reconquistada com uma reforma administrativa que torne o Estado um administrador tão competente como uma empresa. Por outro lado, [...] precisa democratizar-se e o fará operando por delegação de poder, referendos, plebiscitos, democracia direta nas localidades, transparência nos negócios públicos, em suma, por aumento de participação política com a estratégia de renovação e de incentivo a formação de comunidades solidárias; d) Nação [...] trata-se, pois, de reinventar a nação no mundo cosmopolita como ‘força estabilizadora e freio a fragmentação’ e como ‘condição do possível desaparecimento das guerras de grandes proporções entre os Estados’; e) Bem-estar social: trata-se de corrigir os excessos e efeitos perversos do Estado-providência (burocracia, comodismo, passividade, safadeza) e reformar o Estado de bem-estar, tendo como agente os indivíduos e outros órgãos, que não o Estado criadores de riqueza. A reforma reorientará o investimento social do Estado, estabelecendo um equilíbrio entre risco, seguridade e responsabilidade (individual e coletiva) e tendo como pilar o seguinte princípio: ‘investir em capital humano e não pagar diretamente os benefícios’. No Brasil a proposição da *terceira via* foi assumida explicitamente pelo governo Fernando Henrique Cardoso, a partir da aprovação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (Brasil/MARE, 1995). (CHAUÍ apud CARVALHO, 2009, p. 1161

Se pensarmos na origem e nos princípios das Organizações Não Governamentais de Cianorte, podemos refletir que existiram e existem várias organizações sociais de diferentes perspectivas e características que foram criadas antes desta visão de ONG mais global e que, ao longo do tempo, foram se adequando às legislações ou, em alguns casos, não chegaram a se tornar pessoas jurídicas. Mas, em seu percurso, obtiveram reconhecimento como

associações, movimentos sociais, entidades beneficentes, igrejas e fundações de empresas e mesmo como ONGs.

Na busca por melhores explicações conceituais dos termos utilizados na pesquisa, no caso específico, “institucionalização da criança pobre”, a definição de institucionalização significa “Ato ou efeito de institucionalizar (-se), de transformar-se em instituição” (SARAIVA JOVEM, 2010, p. 592). Neste sentido, ao buscar a origem etimológica da palavra “instituição”, no Site de Etimologia, encontramos a seguinte informação:

Essa palavra vem do Latim INTITUTIO, de INSTITUTUS, participio passado de INSTTUERE, “definir, estabelecer”, de IN, “em”, mais STATUERE, “fazer ficar em pé”. O sentido geral de “fundar, introduzir” é do século XV. O de “organização, sociedade” é de meados do séc. XIX (CONSULTÓRIO ETIMOLÓGICO, 2015).

Consideramos pertinente destacar que as mudanças de terminologia são recorrentes traços da modernidade<sup>9</sup> e que, após o século XIX, existem algumas transformações conceituais como é o caso da palavra instituição.

Dando continuidade à perspectiva explicativa dos termos utilizados consideramos importante discutir porque optamos por utilizar “criança pobre”, ou melhor definir a pobreza como um dos determinantes para a institucionalização. A literatura tem nos apresentado que a pobreza é um fator preponderante para a institucionalização da criança, no entanto, é perceptível que existe uma suavização do termo “pobre”. Em pesquisa no Banco de Dados da CAPES, utilizando os descritores “Crianças institucionalizadas”, localizamos seis trabalhos, quatro são da área da psicologia e discorrem sobre: os prejuízos neuropsicomotores na ausência familiar, avaliação de famílias das crianças abrigadas, aprendizagem de crianças abrigadas e processos de significações em crianças acolhidas; e dois trabalhos voltados para área da medicina da saúde, que propõem averiguações próprias da área, porém em crianças institucionalizadas. Cinco são pesquisas de mestrado e uma de doutorado. Na sequência, utilizando o descritor “Institucionalização de Crianças”, encontramos sete resultados (seis dissertações e uma tese): duas em serviço social, duas em direito, uma em história, uma em psicologia e uma em política pública. Destacam abordagens de conteúdos escolares específicos de cada área com ênfase à convivência familiar de crianças institucionalizadas em

---

<sup>9</sup> Santos (2010, p. 142 a 145) mostra que a diversidade epistemológica do mundo passa por dois momentos. O primeiro vai até o início do século XX, sob a premissa do universalismo abstrato, herdada pelo iluminismo, o qual atribui prioridade ao conhecimento “supostamente válido”, basicamente Europeu. O segundo momento, presente até os dias atuais, consagrado após a “globalização”, passa a confrontar o universalismo pelo reconhecimento da diversidade epistemológica, ontológica e cultural, ou seja, epistemologias contraditórias.

quatro trabalhos, políticas públicas de assistência à infância em Caxias do Sul-RS, institucionalização precoce e subjetividade da criança e política de atendimento e a atenção à criança e ao adolescente em medida de proteção. Neste sentido, apenas Becher (2012) apresenta elementos em sua produção que trazem proximidade de conteúdos. No entanto, ao anexarmos o termo “pobre” no descritor, ou seja, “Institucionalização da criança pobre”, encontramos duas pesquisas Lopes (2012) na área do direito constitucional em nível de mestrado e Viveiros (2011) na área da educação em nível de doutorado. Estes estudos, embora não constem no título a expressão “criança pobre”, provocam discussões que convergem para o nosso olhar sobre o tema.

Neste sentido, Lopes (2012, p. 56) no capítulo *As famílias brasileiras em situação de pobreza: diferentes e iguais* aponta divergências na utilização dos termos para significar a pobreza e destaca vários autores com diferentes termos.

[...] referente ao significado da pobreza, e aos termos para designá-los, quais sejam: Vulnerabilidade Social, “em Situação de Risco” (RIZZINI, et al., 2006, p. 18) “em situação de pobreza” ou pobreza (SANTOS, 1978, p. 27-31), Marginalidade, Marginalização, ou “Massa marginal” (SANTOS, 1978, p. 27-31; ZALUAR, 1994, p. 43).

A autora salienta, amparada na literatura, que a expressão “Situação de Risco” “apresenta-se um tanto discriminatória” e que não deve ser utilizada porque o risco representa o perigo, necessitando de proteção independente da classe social. A marginalidade, marginalização, ou “massa marginal” representa o que está fora da sociedade, o que não é o caso da pobreza, pois, encontra-se em toda parte da cidade e contribui “[...] decisivamente para o processo de acumulação capitalista, sendo excelentes consumidores e inclusive atuando politicamente nos diversos microssistemas sociais”. Em “situação de pobreza” a crítica denota “a ideia de uma ‘opção’ cultural pelos pobres”, e pode estigmatizar o grupo como possuidor de uma “enfermidade incurável: sua própria cultura” ou a “cultura da pobreza”. Na sequência, cita Milton Santos que, ao rejeitar os termos e os argumentos, afirma “[...] categoricamente que: ‘Chegou a hora de chamar a pobreza pelo seu nome [...]’” (LOPES, 2012, p. 56-58).

Nós, do Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa do Direito da Criança e Adolescente – PCA<sup>10</sup>, temos utilizado o termo “sujeito com direitos violados” para definir a categoria de criança e adolescente que, por algum motivo, independentemente de

<sup>10</sup> Programa Multidisciplinar de Estudos, Pesquisa e Defesa do Direito da Criança e Adolescente – PCA, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PEC. Universidade Estadual de Maringá – UEM, é um Programa de capacitação, assessoria, intervenção e produção científica (MAGER et al., 2011, p. 28).

qual seja, ou da classe social que ocupa, encontra-se privado de exercer seus direitos, que, a nosso ver, solucionaria os problemas de terminologias pejorativas ou excludentes tratando a todos como iguais perante a sociedade (MAGER, et al., 2011).

No entanto, esta pesquisa prioriza a institucionalização de crianças que, ao longo da história, especializou-se em atender, quase que com exclusividade, à pobreza, não necessitando especificar ou criar uma categoria própria para definir o público institucionalizado. Neste sentido, aliamos-nos ao pensamento de Milton Santos em manter, no título da pesquisa, o termo pobre ou a expressão a “Institucionalização da criança pobre: Histórias de Cianorte”.

Compreendida as questões que envolvem o nome da pesquisa, voltamos-nos a refletir sobre a origem e os princípios das ONGs de Cianorte no contexto histórico brasileiro. E seguindo a linha de pensamento moderno, a introdução do movimento higienista na área social provocou uma nova fase de conceitos nos atendimentos institucionais voltados para a criança. Arantes (2011) ressalta que não se pode afirmar concretamente que a caridade foi substituída pela filantropia,

Embora não possa estabelecer apenas rupturas entre os modelos caritativo e filantrópico – coexistindo muitas vezes o mesmo propósito de controle social e mesmo método de confinamento – podemos afirmar, no entanto, que o primeiro modelo de natureza religiosa e asilar, ocupava-se basicamente da pobreza, motivado principalmente pelo dever de salvação da alma. Já a filantropia dita esclarecida, de natureza cientificista e favorável a uma assistência estatal, tendeu sempre a uma gestão técnica dos problemas sociais, ordenando os desvios a partir de um modelo de normalidade que, em última instância, revelou-se preconceituoso – pois que definia a criança pobre quase sempre como “anormal”, “deficiente” ou “delinquente” (ARANTES, 2011, p. 194).

É interessante observar que o movimento higienista faz parte da organização da sociedade moderna. Para Elias (1994), a motivação social se destaca antes da científica, a mudança de comportamento passa por um processo de suavização da delicadeza, pelo medo, pelo desagrado, pela repugnância e vergonha. O sentimento que envolve o que é prejudicial à saúde parte de controles externos (medo do controle dos outros) e controles internos (vigiados por si mesmos). Assim, a “compreensão racional do perigo” à saúde está relacionada às “razões higiênicas”, difundidas no século XIX, já que, anteriormente, as explicações giravam em torno do controle de comportamento e não contemplavam explicações advindas da medicina (ELIAS, 1994, p. 160-161). Ou seja, o movimento higienista apoderou-se da motivação social que já vinha sendo controlada pelas mudanças de comportamento e



introduziu a ciência medicinal como um novo modelo de controle, porém, agora, não mais partindo de controles internos ou externos, mas explicados pela própria medicina.

Na história da criança no Brasil, os novos burgueses são a classe formada pela elite, já que somente as crianças de classes abastadas recebiam educação. Mauad (2015, p. 155) assim se expressa a respeito: “Os filhos da elite rural e urbana foram advogados destacados, médicos distinguidos, engenheiros desbravadores de Império ou ainda políticos republicanos”, ou seja, era a classe pensante, detentora da ciência no Brasil. Os filantropos fazem parte desta elite que, juntamente com a Igreja – que, mesmo perdendo força, nunca deixou de participar das relações que envolvem a infância – e o Estado passam a definir a legislação voltada para a infância. No caso específico de Cianorte, das oito instituições estudadas, constatamos, no ato de fundação, a presença de pessoas que fazem parte da elite cianortense, destacam-se os médicos ou suas esposas, autoridades públicas, padres, pastores, advogados, juízes, promotores, a esposa do presidente da CMNP de Cianorte, comerciantes, além de outros integrantes da elite que não conseguimos detectar suas profissões no escrutínio das atas.

Segundo Faleiros (2011, p. 47), a organização da sociedade floresceu realmente após introdução do pensamento nacionalista para formar a nação brasileira e democrática. Os sindicatos, o movimento feminista, os movimentos culturais e sociais, o Partido Comunista em 1922 e o Democrático de São Paulo em 1926 atuaram fortemente nas décadas de vinte e trinta reivindicando novas organizações sociais. É, neste contexto, em que juristas, advogados e desembargadores, por um lado, fomentam e formulam as Leis e os médicos higienistas influenciam, insistentemente, o controle das doenças, enquanto a resposta do governo desencadeia um processo repressivo, introduzindo pequenas reformas de cunho assistencialista e trabalhista.

A intervenção do Estado não se realiza como uma forma de universalização de direitos, mas de categorização e de exclusão, sem modificar a estratégia de manutenção da criança no trabalho, sem deixar de lado a articulação com o setor privado e sem se combater o clientelismo e o autoritarismo. A esfera diretamente policialesca do Estado passa a ser assumida/ substituída por instituições médicas e jurídicas, com novas formas de intervenção que vão superando a detenção em celas comuns, sem, contudo, fugirem do caráter repressivo (FALEIROS, 2011, p. 49).

O autor ainda destaca que o grupo hegemônico, (médicos e juristas) no poder e no controle das questões sociais referentes à infância, passou a desenvolver “estratégia de paternalismo”, em relação ao Estado, na “[...] busca de subvenções, terrenos, pessoal cedido

para uma obra privada”, articulando o público e o privado desde o período Imperial (p. 44). E acrescenta:

Esta articulação se traduziria, de forma sistemática, através do Ofício Geral da Assistência, mas só se realiza sob forma clientelista, temporária por intermédio do esquema das subvenções que configura a política oficial de ajuda ao setor privado. A subvenção é votada ou distribuída anualmente e pode ser cortada, ampliada, modificada conforme os acordos, interesses e negociações de favores em troca de legitimação (FALEIROS, 2011, p. 42).

Os princípios da política público/privada, criados desde o período do Império nas formas de subvenções, foram encontrados nas relações entre a prefeitura municipal e as Instituições Cianortenses. Destacamos um exemplo encontrado na história da APMI: A doação de terrenos pela CMNP à APMI para a construção da Casa da Criança<sup>11</sup>, onde, mais tarde, funcionou o Hospital e Maternidade Infantil de Cianorte e, atualmente, encontra-se a sede da instituição. Ao observar a renúncia de diretorias, particularmente na APMI em 1978, ocorreu-nos investigar os motivos, já que não foram mencionados até a década de 1970. Assim, optamos por utilizar um quadro constando o início e o término de mandatos dos prefeitos e constatamos que, sucessivamente, quando havia eleições municipais, trocava-se de diretoria na APMI e na Liga Feminina. O fato deixa claro a política de subvenções de que Faleiros (2011) explica que existia anteriormente, visto que, até a década de 1970, existia uma cordialidade na entrega da presidência, passando de uma “Primeira Dama” à outra. A mudança aconteceu após a Construção do Hospital e Maternidade Infantil, a diretoria deixou de utilizar o prédio da APMI, fazendo as reuniões novamente nas residências das presidentes, e entram novas mulheres na diretoria e presidência, em especial esposas de médicos que atuavam no Hospital e Maternidade (APMI, 1977, p. 26-28). Somente após a Construção do Hospital São Paulo (Hospital Particular, em que os médicos deixam de administrar o Hospital da APMI no início de 1970), detectamos reuniões da diretoria com o prefeito solicitando subvenções devido ao corte de verbas e para forçar a saída da antiga diretoria e “eleger” a diretoria “amiga” do prefeito como troca de favores ou favorecimento da entrada novamente da Primeira Dama como presidente<sup>12</sup>. Ou seja, o corte de verbas pelo prefeito municipal é uma prática constante para trocar os membros de diretoria e, sucessivamente, a escolha de trabalhadores “amigos” nas ONGs, assim como a subvenção anual pode ser votada, cortada ou ampliada, dependendo dos acordos da instituição com a prefeitura.

---

<sup>11</sup> Livro 1, APMI, 1965, p. 7.

<sup>12</sup> Livro 1, APMI, 1978, p. 29.

As mulheres estão especificamente ligadas às Instituições criadas no âmbito social, evidenciando ainda uma separação elitista, em que mulheres pobres participavam no trato direto com a criança, enquanto as mulheres pertencentes à elite encarregavam-se da manutenção das diretorias no planejamento para arrecadação de recursos, promoções e contratações. Segundo Rizzini (2011, p. 113), o caso das Ligas, criadas no Brasil e presente na história de Cianorte, sob a denominação de Liga Feminina, faz parte de um movimento ocorrido no início do século XX, quando os questionamentos da caridade – “acusada de promover a miséria” – e a introdução da filantropia passaram a reunir diversos “[...] personagens importantes, divididos entre sócios fundadores, honorários e beneméritos que exerciam atividades de prevenção, ação direta, planejamento de programas, divulgação (campanhas), estudos e publicações”.

A Liga Feminina de Cianorte, após a sua fundação, passou a ser presidida, e se mantém até o momento, do material encontrado por primeiras Damas. No Brasil, a cultura que instituiu as primeiras Damas na acolhida das “mazelas sociais” teve início no governo de Getúlio Vargas, após a criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, “fundada por particulares e encampada pelo Estado”. A princípio, seria para dar assistência às mulheres dos soldados que foram para guerra, contudo foi estendida devido à força dada pelo Governo e pela presidência sob o comando da primeira Dama, Darcy Vargas. A instituição “amplia seu âmbito de ação”, juntamente com o Departamento Nacional da Criança – DNCR e passa a estimular “creches, além de auxílio a idosos, doentes, grupos de lazer, inserindo-se na estratégia assistencialista do governo” (FALEIROS, 2011, p. 53-54).

A organização da política assistencialista dos anos 30 instaurou um novo percurso para os atendimentos voltados à infância pobre. Faleiros (2011) destaca que a articulação entre as “políticas públicas” adotou uma “política corporativista de harmonização das Classes Sociais”: os sindicatos passaram a ser tutelados como “instrumento assistencial e não reivindicativo”, o bloco no poder realocou recursos para o favorecimento da industrialização do país, com “forte apoio Militar”, um forte movimento de “defesa da escola pública (Escola Nova)”, criando, em 1931, o Conselho Nacional de Educação, o novo pacto do Estado com a Igreja Católica com a introdução do ensino religioso e facilitando o predomínio do ensino particular. Todas estas ações baseiam-se na “defesa da nação” vinculadas à criação do Ministério do Trabalho em 1932, à Constituição de 1937, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI em 1942, do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC em 1946, Conselho Nacional de Serviço Social em 1938, Departamento

Nacional da Criança em 1940, Serviço Nacional de Assistência a Menores – SAM em 1941 e a Delegacia de Menores em 1945 (p. 48-53).

Os pressupostos estratégicos do governo Vargas para a “proteção da infância” baseiam-se em: *“privilegiar, ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação e do país”* (FALEIROS, 2011, p. 53, grifo do autor). De acordo com esta perspectiva, observamos a organização da sociedade para promoção dos atendimentos à criança pobre, ligados à caridade (igreja católica), à filantropia (médicos higienistas na preservação da raça), aos juristas (na preservação da ordem) e ao progresso por meio do ensino profissional e técnico (articulação governo/ empresários).

Definidos os caminhos das políticas públicas nacionais do governo para manutenção do país, configuram-se as organizações estaduais e municipais e a própria organização da sociedade civil voltadas para a infância pobre. É dentro da perspectiva da preservação da raça, do progresso pelo trabalho e na ordem social que entendemos a construção dos princípios que respaldam a criação das outras sete instituições encontradas em Cianorte.

Neste sentido, a fundação da APMI, em 1957, foi intermediada pelo Departamento Estadual da Criança, que propôs a sua criação à Liga Feminina de Cianorte. As Associações de Proteção à Maternidade e à Infância foram criadas e apoiadas pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, criado pelo médico Artur Moncorvo Filho, em 1899, e ofertava serviços de pré-natal, puericultura e higiene infantil, hospitais infantis, gotas de leite, creches, jardins de infância, escolas elementares e profissionais (CONCEIÇÃO, 2014, p. 82).

No caso do Paraná o Instituto de Proteção e Assistência à Infância foi fundado em 1921 e o Departamento Estadual da Criança (DECr) em 1947 e foi responsável pela implementação das diretrizes nacionais elaboradas pelo Departamento Nacional da Criança (DNCr) e por estabelecer redes e a sistematização das políticas de proteção à maternidade e à infância no Estado. Assim como no plano Nacional o DECr primava pela ideia de cooperação entre o Estado e sociedade destacando a importância da iniciativa privada, a qual deveria dedicar-se ao atendimento direto de mães e crianças. Entre 1947 à 1960 foram criadas no Estado do Paraná 167 novas APMIs por incentivo do DECr (BOSCO, 2006. p. 2-4).

As ações para a proteção e assistência à infância se efetivaram realmente no século XX e, até 1930, suas bases voltavam-se para o atendimento médico-sanitário à criança. Entre 1930 a 1980, as ações concretizaram-se na área de assistência social e educacional, multiplicando-se, juntamente com os órgãos estatais no atendimento à primeira infância

devido as “[...] novas necessidades da sociedade urbano- industrial” brasileira (CONCEIÇÃO, 2014, p. 82).

Arantes (2011, p. 186) descreve a puericultura como a “arte de cultivar as crianças”: “Assim como o criador de animais e o agricultor, deveriam as famílias se tornarem ‘puericultores’: cultivadores de crianças”. A autora destaca que a puericultura da pré-fecundação, a intrauterina e a extrauterina era dirigida à educação da criança rica, predominando o “fator genético para saúde da prole”, por meio de um “casamento eugênico, cientificamente planejado” com destaque para a prevenção: “exames pré-nupciais”, “atestado de saúde” e “exames de sanidade mental”.

No entanto, o que fazer com a criança que não passou por este processo de “limpeza” da boa genética? Somente a caridade não daria conta de suprir, de defender e de proteger a sociedade e os homens de bem deste mal social. Arantes (2011) considera este período como o “início da formalização de modelos de atendimentos” ou a “racionalização da assistência”. Assim os descreve:

Recolhida a instituições “higiênicas” ou “pedagógicas”, a criança pobre passou a ser constantemente submetida a observações, exames, avaliações: no caso das meninas, exame ginecológico, para se detectar a integridade do hímen; exame da ossatura, para verificação da idade; testes, para aferição da inteligência e personalidade; inquéritos, a despeito da vida pregressa e entrevistas psicossociais, para avaliação das condições familiares (ARANTES, 2011, p. 191).

Sob estes moldes de pensamento, são feitos os atendimentos apresentados pela APMI e, anteriormente, pela Liga Feminina de Cianorte, é claro que há algumas diferenciações por se tratar de atendimentos à gestante e à criança de até dois ou três anos de idade. Identificamos que as discussões quanto à necessidade de “contratação de parteira”, “distribuição de leite e enxovais para recém-nascidos”, “curso pré-natal”, “distribuição de alimentos na própria instituição para diminuir o índice de anemia nas mães e crianças” e “cuidados básicos de higiene pessoal para a criança recém-nascida” estão presentes nos discursos da diretoria das duas instituições. Observamos a participação das mulheres, esposas de médicos, nas diretorias executando propostas de parcerias gratuitas com clínicas médicas para aferição de exames em crianças.

A década de 1930 apresenta a ascensão de discursos e políticas presentes no surgimento de instituições que abrigam crianças e destaca-se pela rearticulação da Igreja Católica nas questões sociais, por meio da criação do Centro de Estudos e Ação Social –

CEAS, em 1932, e a Escola do Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1936. Em 1934, a Inspetoria de Higiene Infantil foi transformada em “Diretoria de Proteção à Maternidade e à Infância”, tornando-se “Departamento” em 1941, mesmo ano de criação do Serviço de Assistência ao Menor – SAM (FALEIROS, 2011, p. 54-56).

Segue, neste contexto, a descrição do autor quanto à criação do Serviço de Obras Sociais (SOS):

O Departamento Nacional da Criança (DNCr) articula o atendimento às crianças combinando serviços médicos com assistência privada, através do Serviço de Obras Sociais (SOS), fundado em 1934 e constituído por “senhoras intrépidas” (DNRr, 1946, p.15) que atendem às necessidades de remédios, hospitais, asilos, orfanatos, além de ensinar higiene e trabalhos domésticos (Departamento Nacional da Criança, 1946, p.15). No DNCr, como bem assinala Livia Maria Fraga (1988), predomina a orientação higienista com campanhas educativas, inquéritos médico-sociais, formação de puericultores, orientação sobre funcionamento de creches, organização do atendimento pré-escolar, incentivo do Clube de Mães. No pós-guerra, organiza concursos de higiene e atua como executor dos programas do UNICEF (Fundação da Nações Unidas para Infância (FALEIROS, 2011, p. 56).

Comparando a criação e os princípios que regem o atendimento do SOS de Cianorte, encontramos algumas das descrições acima pontuadas pelo autor, como: o Clube de Mães, campanhas educativas, ensino de higiene e trabalhos domésticos para as mães, criação da Creche CEMIC São José e atendimento pré-escolar. No arquivo fotográfico da Instituição, encontramos uma imagem constando várias prateleiras com remédios, que, acreditamos, seriam para distribuição, mas não encontramos este serviço descrito nas atas estudadas. Além disso, ao organizar os arquivos finais, encontramos algumas caixas de bandagens para curativos, escritas em alemão e inglês, especificando “Hydrophile Zelfkantwindsels” e, como localidade de fabricação, “Made In Western Germany”, da marca “Hartmann”.

Este fato pode ser explicado porque, no período da criação do SOS de Cianorte, década de 1970, algumas instituições não governamentais passaram a receber recursos de ONGs internacionais, sobretudo dos EUA, para executar projetos de interesse social no Brasil. Segundo Steil e Carvalho (2001), esta foi a primeira geração das ONGs, chamada de “filantropia internacional”, que atua por meio de projetos “de desenvolvimento local para os setores carentes dos países pobres”, na figura de fundações e citam como exemplo a Fundação Interamericana, mantida pelo Congresso Americano e a Fundação Ford. A segunda geração está relacionada com o ciclo de conferências da ONU quando, de fato, o termo ONG aparece em 1972. Os autores ainda destacam um importante fato ocorrido na América Latina de que,

nos períodos das ditaduras militares, os financiamentos das ONGs internacionais “tiveram como destino os centros e institutos de educação e assessoria que surgiram como focos de resistência aos regimes militares”. Com o fim da ditadura, a mudança no discurso passou a englobar as questões da cidadania que engajam a valorização do pluralismo e de identidades, diversificando o campo das reivindicações. A terceira fase das ONGs está ligada ao contexto de globalização, no qual a fonte de recursos provém de “organismos multilaterais, ligados ao capital financeiro mundial”. Outro movimento de bastante relevância foi o movimento Comunidades Eclesiais de Base, da igreja católica, que defendia os oprimidos por meio das pastorais (Faleiros, 2011, p. 59).

Podemos dizer, portanto, que as caixas de bandagens curativas recebidas da Alemanha para a distribuição no SOS de Cianorte fazem parte da “filantropia internacional”. Os autores fazem referência aos EUA, mas países europeus, conforme sua história contada anteriormente, são o berço do movimento higienista.

Ainda na década de 1970, no esforço para compreender os princípios nos quais se respaldam os trabalhos do SOS, podemos afirmar que os cursos de alfabetização de adultos, citados na seção II, como a “alfabetização para mães”, integram-se aos discursos produzidos no período dos movimentos de luta pela educação, aproximando-se da visão de Paulo Freire (1921-1997), cujo objetivo era contribuir para a eliminação do analfabetismo de jovens e adultos.

Segundo Beisiegel (2010), os movimentos de luta pela educação se destacam na contribuição ao pensamento nacionalista, o analfabetismo, na década de 1950, era tido como um problema social que dificultava o progresso do país, visto se manter com altos índices. Mesmo com as tentativas de escolas noturnas para adultos, o sistema trabalhado fracassou por reproduzir os mesmos conteúdos aplicados para a infância. No bojo das políticas assistencialistas e higienistas, os problemas escolares se centravam tanto na pouca oferta de escolas como nas precárias condições financeiras para dela participar ante a falta de investimento no setor educacional (BEISIEGEL, 2010, p. 26).

Como decorrência, Gonçalves et al. (2007, p. 11) explica as mudanças ocorridas:

Nas décadas de 1960/70 surgiram vários centros de “educação popular” e de assessorias a movimentos sociais, com ênfase na “conscientização” e “transformação social”. A “educação popular”, fundamentada no método de Paulo Freire, era utilizada no sentido organizativo-conscientizador, e palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia” constituíam o eixo de seu repertório. Grupos, já existentes, abandonaram práticas

assistenciais-filantrópicas e outros foram criados para incentivar a “organização popular”.

A década de 70 ainda foi marcada por um quadro de dirigentes institucionais que atuava como militantes de oposição ao governo e que tinha como ideal trabalhar em prol de uma sociedade mais justa, mas sem considerar como um lugar para exercer o profissional. Landim (1993, p. 54) afirma que “suas atividades nestes espaços eram vividas como uma ‘anti-profissão’, de modo que o valor da militância se sobrepõe ao da profissionalização”. **A afirmação da autora é crucial para nos mostrar o quanto o capitalismo se apropria das engrenagens criadas pela sociedade e as transforma em “quase mercados”, é claro que não generalizando, mas este fato é o que vai marcar novos rumos dos estatutos das ONGs na década de 1990 e, em especial, nos anos 2000, redefinindo suas missões e objetivos, a fim de se enquadrar no financiamento público.**

Nesta linha de pensamento, de promover uma “sociedade mais justa” de militância, porém com a influência de “quase mercados” em busca de subvenções do poder público, a década de 1960 foi marcada, até o Golpe militar de 64, por movimentos sociais e grandes críticas aos atendimentos direcionados à criança. Neste sentido, o SOS de Cianorte foi criado sob os princípios da política assistencialista da década de 30, particularmente com o discurso de “limpeza das ruas” no trato com os andarilhos, mas também vemos as influências dos movimentos sociais adentrando e modificando características nos atendimentos, como é o caso da educação popular. Isto se explica porque, em alguns momentos da leitura dos documentos do SOS, percebemos, nos programas desenvolvidos, um modelo participativo entre diretoria, comunidade e pais, influenciando, de acordo com as suas necessidades, as novas estruturas de funcionamento do SOS. Destacamos como ponto forte a criação da creche, em que as mães recebiam cursos profissionalizantes, no entanto, reivindicavam um lugar para deixar os filhos para trabalharem. Posteriormente, na organização do mutirão da casa própria, a forma como foram organizados os grupos, primeiramente, retirando a elite da formação do grupo e enaltecendo a participação efetiva das próprias mães nas tomadas de decisões. Nos ofícios 35/87 (SERVIÇO DE..., 1987f) e na carta de jun. 1987 (SERVIÇO DE..., 1987a) encaminhados para o governo federal solicitando recursos, a presidente destaca que o Clube de Mães foi criado com “objetivo de realizar discussões sobre a realidade vivenciada pelas famílias e organizar trabalhos coerentes com suas necessidades” e “proporcionar à criança e à família uma educação emancipadora”.



No contexto em que o SOS foi criado, também apontamos a criação da APAE de Cianorte, em 1972. Segundo o Site da ONG: “apaebrasil”, editado pela Federação Nacional das APAEs, o movimento apaeano teve início em 1954 por influência de uma diplomata norte-americana, Beatrice Bemis, mãe de uma portadora de Síndrome de Down. O texto destaca que a diplomata já havia participado da criação de 250 Associações de Pais e Amigos de Deficientes nos EUA. A primeira APAE criada no Brasil ocorreu em 11 de dezembro de 1954 e, no ano seguinte, duas “classes especiais” foram instaladas na “Sociedade de Pestalozzi do Brasil” no Rio de Janeiro. Em 1962, aconteceu a primeira reunião nacional dos dirigentes das APAEs e foi criada a Federação Nacional de APAE, com sede em Brasília. A partir da criação das Federações Estaduais, o movimento apaeano difundiu-se para o interior dos Estados, neste mesmo ano, o texto cita a existência da APAE de Curitiba e de Londrina-PR.

Segundo Salaberry (2007, p. 44-49), ao longo do percurso do movimento apaeano, encontram-se três concepções filosóficas: Segregacionista/Assistencialista, Integrativa/Integradora e a Inclusiva/Transformadora. Para discutir os princípios que regem a constituição da APAE de Cianorte, utilizamos as duas primeiras, porque se enquadram no momento histórico que focamos, enquanto a última concepção faz parte de princípios atuais.

Salaberry (2007) explica que a primeira concepção parte do princípio de recolhimento para a proteção do deficiente, isolando-o do mundo em instituições. A segunda acontece na década de 1970, amparados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, concomitantemente, momento em que o país passa por um processo (Crise) de desinstitucionalização das pessoas com deficiência e deficiência mental, primeiro transferindo-as para os cuidados em suas residências e, posteriormente, baseados nas políticas públicas de Assistência Social, realizadas pela LBA, elabora a “habilitação e reabilitação” da pessoa com deficiência, por meio de Serviços prestados pela comunidade. Assim, houve o cadastramento de várias entidades vinculadas ao Serviço para o cumprimento de “metas”, agregando, neste momento, além dos serviços médicos, os pedagógicos (educação tecnicista).

A autora destaca a desinstitucionalização das pessoas com deficiência, o período histórico mostra o fechamento de instituições públicas de internamento e está amparado no novo discurso proferido na Política Nacional de Bem-Estar do Menor, assim como a diminuição do aparato Estatal nos atendimentos ao setor social. Segundo Fuzetti e Capocci (2003) a desinstitucionalização faz parte do Movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira – MRPB estimulada por movimentos mundiais principalmente nos E.U.A e Europa e que inicia-

se no Brasil a partir dos anos de 1970 com objetivo de implantar programas comunitários, alternativos ou complementares para atendimento de pacientes com deficiência mental.

Neste sentido, o contexto em que a APAE de Cianorte foi criada situa-se na política de fechamento dos asilos e hospícios mantidos pelo poder público, transferindo a responsabilidade para a família nos cuidados da pessoa com deficiência, mas, ao mesmo tempo, existia o discurso de incapacidade da família em educar os filhos, ainda mais no caso da deficiência, área exclusiva da medicina.

No âmbito da legislação, as políticas intervencionistas adotadas pelo SAM, na década de 1940, passaram a sofrer fortes críticas pela exaltação do controle e aprisionamento de crianças. Esclarece Passetti (2015, p. 362) que a finalidade do SAM era orientar e sistematizar os serviços de assistência de internados em estabelecimentos oficiais ou particulares, no entanto, polarizou o “complexo institucional de controle” do “menor” proveniente das camadas pobres da população e com ênfase na repressão das crianças e jovens infratores ou abandonados. O autor destaca que o controle do “menor”, utilizado pelo SAM, preparou o campo para programas “interdisciplinares de reeducação”, propostos pela FUNABEM em 1964, e que a formalização desta política explicitou ainda mais o estigma de crianças pobres abandonadas e delinquentes como “menores em situação irregular” (PASSETTI, 2015, p. 363-364).

No mesmo ano em que os Militares assumiram o poder com o Golpe, destacamos a criação do Lar Infantil Allan Kardec de Cianorte, em 1964. Criado nos moldes da caridade e partilhando uma visão asilar, culturalmente instituída desde o século XIX, não pela Igreja Católica, mas pela Religião Espírita. Neste sentido, Medeiros (2010, p. 38-40) observa, em seu estudo sobre as *Práticas Espíritas Diversificadas: uma variação de conduta dentro de uma mesma doutrina*, que o Espiritismo foi “introduzido no Brasil na segunda metade do Século XIX”, mesmo período em que as correntes filosóficas e científicas europeias estavam influenciando a reorganização da sociedade brasileira. O movimento para se legitimar encontrou rejeições, assim como aceitações, particularmente das camadas médias urbanas. Medeiros (2010, p. 39-40) destaca que seus “participantes possuem um grau elevado de escolarização” no período, e que, pelo nível de instrução formal e de participação na cultura erudita ou de elite, “[...] acaba por definir um formato sociológico e cultural como uma religião de camadas médias urbanas”.

A criação do Lar Infantil de Cianorte aparece sob os moldes de organização da sociedade espírita, encontramos na presidência da diretoria da instituição pessoas ligadas à elite cianortense, sendo que a presidência ou a vice-presidência foram cargos exercidos por

médicos por longos períodos. Medeiros (2010, p. 39-40) destaca que o Espiritismo se consagrou “como doutrina da caridade e da assistência aos pobres” após o advento da República por trazer o “princípio constitucional da liberdade religiosa”.

Os discursos propostos pela Política Nacional do Menor, na segunda metade da década de 1970, criou o Plano de Integração do Menor-Comunidade – PLIMEC para atendimento aos menores nas comunidades de origem (LIMA, 2013, p. 16). Após a implantação do Código de Menores de 1979, as crianças e jovens que percorreram os caminhos do processo de condenação judicial passaram a ser recolhidas ao sistema prisional ou de internamentos, aumentando o “círculo de compaixões” em nome da “[...] suposta integração social, da ordem, da educação, da disciplina, da saúde, da justiça, da assistência social, do combate ao abandono e a criminalidade” (PASSETTI, 2015, p. 364).

A proposta de integração social incentivou a abertura de novas instituições com práticas voltadas a crianças e adolescentes. A Revista *Psicologia: Ciência e Profissão* destaca:

Como prática em meio aberto, nessa época, proliferaram as guardas mirins, entidades privadas conveniadas com o Estado, que desenvolviam projetos educativos orientados a partir de estratégias militares, reproduzindo assim práticas repressivas e autoritárias (REVISTA PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO, 1988, s/p).

A Legião Mirim de Cianorte, criada em 1984, apresenta uma mistura de características próximas dos “círculos de compaixões”, que PASSETTI (2015) destaca, e as práticas em meio aberto. A instituição, ao mesmo tempo que prevê a disciplina, a ordem, a educação em seu estatuto, apresenta como fundadores a assistência social do município, o conselho de curadores, prefeitura municipal, o poder judiciário, a polícia militar, o delegado e a associação comercial com a finalidade de enfrentar o “problema do menor na atualidade” (LEGIÃO MIRIM, 1985, p. 1).

Esclarece Venancio (2015) que o ato de recolher crianças nas ruas e os discursos, provenientes do Estado, para internamento de crianças pobres como alternativa de uma boa educação foram utilizados também no período da Guerra contra o Paraguai (1864-1870). O autor mostra a mudança na legislação para o recrutamento de crianças junto às forças naval e armada, enfatizando que, além das crianças recolhidas pela polícia, muitas foram servir à nação “voluntariamente”, ou melhor, foram matriculados pelos próprios pais. Destaca que o Estado, no caso do voluntário, entregava “gratuitamente enxoval” e um “prêmio de cem mil réis” como incentivo para o recrutamento. E faz uma análise de que esta era uma das poucas

alternativas de aprendizado profissional para as crianças pobres, já que, pela falta de escolas públicas, os ofícios de guerra proporcionavam estudo das “primeiras letras”, tornando-se a única opção na tentativa de “ascensão social” (p. 196-202).

A ação policialesca na retirada do menor das ruas das cidades, sobretudo nas grandes, aumentava a legitimação do poder político do Estado na execução racional sobre a infância brasileira, em alguns momentos, apoiada pela própria família pobre na tentativa de adquirir ascensão social. Neste sentido, para Foucault (2010, p. 18), a racionalidade do Estado consiste na “forma do pacto e do contrato social” ligado ao “mercado, à população e à economia” inaugurada na modernidade. O poder político e legítimo possui a capacidade de “[...] conquistar e manter um apoio social majoritário, transformando a simples concordância em adesão ativa e assegurando a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso arbitrário da força”. A racionalidade da obediência precisa ser “suficientemente suscitada, provocada e motivada” pelo exercício do poder da “arte de governar”, o que implica na capacidade de governar plenamente (FOUCAULT, 2010, p. 19).

Os discursos de integração da criança na comunidade ampliam-se atrelados à política de convênios com instituições privadas, visando não somente ao internamento, mas ao “semi-internato” e “externatos”. Nos mesmos moldes, os discursos aparecem quanto à “insensibilidade” e “indiferença” da mãe solteira ou doméstica em criar e educar seus filhos (RIZZINI. 2004, p. 38 e 41). Decorrente de tais discursos, observamos que o SOS de Cianorte interagiu sob a influência das políticas públicas, na criação do programa denominado “Creche São José”, em 1981, e, posteriormente, em 1983, para pleitear o título de Utilidade Pública Federal, passando a denominar o programa como Creche CEMIC (Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade) São José.

Neste sentido, Merisse (1997), ao citar o surgimento das creches no Brasil, salienta que estas instituições foram pensadas para as camadas mais pobres e de caráter beneficente, vinculadas às associações filantrópicas, porém organizadas diferentemente das instituições que abrigavam as crianças abandonadas ou rejeitadas. As creches foram organizadas com:

[...] o intuito de receber a criança por um período prolongado, mas não em regime de internação; depois, a faixa etária (bebês e crianças pequenas) e, por último, a qualificação das mães, que deveriam necessitar da guarda dos filhos por serem pobres, de boa conduta (o que permite supor uma intenção disciplinadora) *e que trabalham fora de seu domicílio*. Eram, assim, mulheres que trabalham como empregadas domésticas em casas cujas patroas não queriam – ou não permitiam – a presença dos seus filhos (MERISSE, 1997, p. 36, grifo do autor).

Revivendo a história contada da criação da primeira creche de Cianorte, observamos que a elite cianortense participou atuando nas diretorias, o que nos leva a inferir a respeito de que as empregadas domésticas trabalhavam para esta elite e que a criação da Creche era imprescindível para o cuidado da criança pobre e necessária para a inserção da mulher pobre no mercado de trabalho, em particular no doméstico.

Na década de 1980, as ONGs, tornaram-se fortemente voltadas para a redemocratização do país. O espírito de mudança encontrou força na nova proposta de democracia institucionalizada pelo voto direto, é o que afirma Rodrigues (2012, p. 39):

Acreditar na democracia era crer na ruptura com o longo passado autoritário e elitista, significava permitir a participação autônoma dos movimentos sociais nas decisões nacionais por meio de representação legitimada pelo voto direto. Saúde, educação, previdência social, seguro-desemprego figuram como elementos de um discurso aceito e reproduzido por todos, chegando a uma aparente homogeneidade de objetivos, como exigências mínimas de uma sociedade democrática.

Os discursos sobre a liberdade da eleição direta e a redemocratização do país fomentam a restauração do Brasil com a proposta de educação como “cura para todos os males”, desencadeando, assim, a produção legislativa na área educacional como um mecanismo de salvação da Pátria (RODRIGUES, 2012, p. 47).

No campo da educação infantil, as discussões passaram a abarcar, inclusive, o sistema de creches, denunciando as formas de controle sobre a população pobre e aprofundando os estudos sobre a infância. No Brasil, “a Educação Infantil permaneceu quase totalmente restrita a creches, e estas, em sua maioria, eram mantidas por entidades assistenciais ou pertenciam à rede particular” (MORELLI, 2010, p. 53). Em Cianorte, esta realidade é passível de ser constatada, uma vez que a primeira Creche foi criada pelo SOS, vinculada à área da assistência social, e somente vamos encontrar a criação de creches públicas, em Cianorte, em meados a década de 1990<sup>13</sup>.

No que se refere ao sistema pré-escolar no Brasil existente na década de 1970, destaca-se que foi bastante criticado na década de 1980, por atender a poucas crianças de quatro a seis anos de idade, em especial as de baixa renda, e por não atender às necessidades de “alimentação, saúde e higiene das crianças pobres” (RODRIGUES, 2012, p. 41).

---

<sup>13</sup> Informação obtida pela Secretaria de Educação do município de Cianorte – Divisão de Educação Infantil. A criação da Primeira creche pública é datada de 1995, chamada Creche “Criança Feliz”.

Esclarece Faleiros (2011) que, em meados da década de 1980, as lutas e pressões sociais e o debate da constituinte colocaram em evidência os direitos da criança e do adolescente, em uma sucessiva construção de movimentos. Cita alguns:

[...] destaca-se o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (Barbetta, 1993), a Pastoral do Menor, entidades de direitos humanos, ONGs, que apresentam emendas para a defesa dos direitos da criança e do adolescente, que refletem também as discussões internacionais, consubstanciadas nas Regras de Beijing (1985), nas Diretrizes de Riad (1988) e na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989) (p. 75).

O autor destaca que a “Comissão Nacional e Constituinte, instituída por Portaria Interministerial”, fez “intenso *lobby*” na criação da “Frente Parlamentar” pelos direitos das crianças e dos adolescentes, multiplicando os fóruns “de Defesa da Criança e do Adolescente” – DCA, estimulados pelo apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância - UNICEF na articulação das ONGs (FALEIROS, 2011, p. 75-77).

A organização dos movimentos sociais e a política de governo, instaurada pelo Presidente José Sarnei, na criação da Secretaria de Ação Comunitária com o slogan de “tudo pelo social” foram amplamente divulgadas (FALEIROS, 2011, p. 77). À época, destacamos que, em Cianorte, esta política de ação comunitária possibilitou a execução do Mutirão da Casa Própria do “Clube de Mães Fraternidade”, criado desde 1975. Neste momento, foi organizada a construção de casas populares para famílias, em especial mães, atendidas pela Creche CEMIC São José e, posteriormente, estimulou a criação da “Sociedade Rural Comunitária de Cianorte”, ambos os programas desenvolvidos pelo SOS de Cianorte.

Salientamos que, na capa da pasta de documentos do SOS, referente ao mutirão, ilustrada na imagem 18, com o subtítulo: *As pastas*, evidencia-se que, para a organização do mutirão de Cianorte, existia uma política nacional de implantação de mutirões habitacionais que estimulava e permitia a execução do programa por meio de ONGs, mas que, no caso de Cianorte, não foi subsidiada com recursos federais. Isto nos permite afirmar que, realmente, o “Programa Nacional de Mutirões Habitacionais”, proposto pelo governo federal, apenas incentivava a construção de “casa própria pelas próprias mãos” da sociedade civil, amenizando os problemas de habitação sem onerar gastos aos cofres públicos.

Até o final da década de 1980, os discursos sobre “formas alternativas de atendimento à criança” estavam mais organizados. A iniciativa de projetos, no âmbito comunitário, era fortemente apoiada e financiada pelo UNICEF, existiam convênios firmados

com municípios contrapondo-se à internação de crianças, destaca-se o papel fundamental do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR e a Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA como articuladores da negociação e aprovação em tempo recorde do ECA em 1990 (FALEIROS, 2011, p. 79).

A década de 1980 foi um marco histórico para a institucionalização da criança no país, as políticas começaram a se articular em torno da política de proteção proposta pelo ECA e as tradições asilares da criança provocaram fortes embates. Em Cianorte, após a aprovação do ECA, destacamos o fechamento do Lar Infantil Allan Kardec em 1993 e da Legião Mirim em 1994.

Nos anos de 1990, após a implantação do ECA, vemos o início do aprimoramento das políticas voltadas para a infância. A criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA (Lei 8.242/91) abriu as portas para a implantação dos conselhos estaduais e municipais, sendo realizada, em 1994, a Primeira Conferência Nacional dos Conselheiros de Direitos e Tutelares da Criança e do Adolescente. A Conferência propiciou um diagnóstico da situação da criança no país e, conseqüentemente, cobranças na efetivação das Políticas de Proteção instauradas pelo ECA. Em 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu o Ministério do Bem-Estar Social e da Integração Regional, juntamente com o CBIA, transferindo o acompanhamento dos direitos da criança e do adolescente para o Ministério da Justiça (FALEIROS, 2011, p. 83-84).

Dentro dos princípios instituídos pelo conjunto social de relações e com a necessidade de proteger (ECA), de inserir o adolescente no mercado de trabalho (mão de obra) e de retirar as crianças das ruas, da marginalidade e das drogas (segurança nacional) que a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz foi criada em 1992 em Cianorte. No entanto, ela se articulou dentro da política da assistência social.

As políticas de proteção à criança, no caso de Cianorte, sobretudo na acolhida de crianças em situação de risco pessoal e moral e de retirada do pátrio poder da família em tempo provisório, passam a ser cobradas da prefeitura pelo Ministério Público após o fechamento do Lar infantil. Tal cobrança impulsionou alguns de seus antigos membros, o Prefeito Municipal, a primeira Dama, alguns membros da elite cianortense, encabeçados pela Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, a criarem, em 1997, a Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança.

As políticas que giram em torno do incentivo e da abertura de ONGs no Brasil, na década de 1990, são tendências mundiais para a solução de problemas decorrentes da crise do sistema capitalista. A crítica ao Estado recai sobre o exagero de gastos públicos, a grande

contingência de serviços (o inchaço do Estado) e a incompetência em administrá-lo, precisando reconfigurar seu modo de atuação (PERONI, 2003, p. 29). Há a proposta de organizar o processo produtivo fomentado pela política neoliberal, para o livre comércio, cuidando dos direitos de propriedade, reforçando os contratos privados e, conseqüentemente, diminuindo recursos das políticas sociais, agravando as tensões sociais (CARVALHO, 2009, p. 1114). Neste sentido, a proposta da Terceira Via vai se encaixando entre as críticas ao Estado e as necessidades sociais no que se refere a diminuir tensões e ajustar o mercado, reforçando a visão de Estado regulação (GIDDENS, 1998, p. 63).

A globalização decorrente desta nova visão de mercado afetou diretamente a vida das crianças, desenvolvendo uma “precarização dos arranjos institucionais de existência humana” diminuindo as “redes de parentesco” e diluindo as “redes sociais de apoio”, deixando-as mais “dependentes das instituições públicas, nem sempre eficazes, ou do assistencialismo de algumas organizações” (TOMAZ, 2011, p. 39). A autora cita Hewlett para explicar que a “recessão mundial na década de 80”, “a crise” e o “desmantelamento do Estado-Providência” propiciou cortes nas despesas do setor social que originou um fenômeno chamado: “*espírito ante criança*”, particularmente “pela privatização dos serviços de atendimento às crianças” (TOMAZ, 2011, p. 39-40, grifo da autora).

Neste sentido, Tomaz (2011, p. 40), para explicar a posição da infância no “processo civilizacional” da modernidade, adota um quadro conceitual que utiliza a Europa como exemplo e os autores Näsman e Frones (1994) para explicar que o processo de institucionalização da infância passou por três esferas: a individuação, a individualização e a institucionalização. A individuação é “um processo em que o Estado moderno e o sistema organizacional consideram o indivíduo como a unidade da sua intervenção” com o objetivo de que todos tenham direitos e obrigações, aumentando a eficácia estatal. A individualização é a transição da infância “do mundo do trabalho para o sistema educativo” e, por sua vez, “à escolarização, a transferência da criança do trabalho pago para o não-pago e a compartimentação da infância deram origem à institucionalização da infância que é parte integrante do processo de individuação”. A autora ainda destaca o termo “domesticação” para a retirada das crianças dos “espaços públicos para os espaços protegidos” e que as medidas de bem-estar se traduziram em institucionalização para “aumentar a autonomia dos pais, não os interesses das crianças”.

Para a compreensão do tripé analógico em que Tomaz (2011) explica a forma em que se constitui a institucionalização da criança, é preciso buscar na história moderna a construção do poder do Estado sobre os indivíduos como via única de regulamentação, que, no caso



brasileiro, expandiu-se de forma tão eficaz no movimento da Terceira Via. Neste sentido, Santos (2011, p. 257), ao discorrer sobre a “reconstrução teórica da regulamentação e da emancipação”, considera importante uma análise epistemológica e histórica entre a ciência e o direito estatal modernos na construção do Poder político do Estado. O autor salienta que estas duas vias (ciência e direito) de conhecimento assumiram “extraordinários privilégios” na ordem da vida social e o jurídico é visto como “única forma de direito válido”. E explica como se deu este processo:

Ao reduzir as ricas tradições epistemológicas do primeiro período do Renascimento à ciência moderna e as ricas tradições jurídicas desde a recepção do direito romano ao direito estatal, o Estado liberal oitocentista teve papel fundamental, e concedeu a si próprio um extraordinário privilégio político enquanto forma exclusiva de poder. Esta tripla redução do conhecimento à ciência, do direito ao direito estatal e dos poderes sociais à política liberal – por muito arbitrária que tenha sido nas suas origens – atingiu uma certa dose de verdade à medida que se foi inserindo na prática social, acabando por se tornar uma ortodoxia conceptual (SANTOS, 2011, p. 257-258).

Assim, consideramos pertinente afirmar que a função do Estado, enquanto regulador e diminuidor de tensões e o seu poder político na interferência das práticas sociais como fontes de verdade, faz parte do desafio de superar a cultura da institucionalização da criança no Brasil.

A ampliação do Estado, de acordo com Mascaro (2013, p. 69-70), na reforma do Estado brasileiro na década de 1990, funciona sob duas lógicas: na garantia das relações de produção e na sua constituição ideológica, tornando-se a sua formação mais do que a simples ampliação do espaço público não-estatal, porque “[...] elas são reconstruídas, reconfiguradas e tomam forma comum a partir de um mesmo movimento da dinâmica social do capital” (p. 71). A educação das massas é conclamada a exercer um papel fundamental “para a permanência da oferta de força de trabalho, a educação, controlada pelo Estado, é orientada à formação técnica” e a comunicação em massa “[...] interdita conhecimentos, reconfiguram o imaginário social e instituem repulsas e desejos”. Neste sentido, o Estado, por percorrer um caminho que está dentro das estruturas sociais ou ser próprio dos movimentos, pode parecer um acesso mais “facilitado à contra-hegemonia”, mas, na verdade, quando estas instituições passam a fazer parte das atividades do Estado passam a ser controladas por ele, reproduzindo sua ideologia, cujo fim último é a manutenção do sistema capitalista (p. 71).

Pensando nesta organização de Estado regulador e percorrendo os caminhos próprios das estruturas sociais em que o envolvimento das instituições passam a fazer parte do Estado

nas decisões políticas, é possível compreendemos a criação do CMDCA, na década de 1990, em Cianorte. A participação das ONGs nos conselhos é apresentada nas reuniões como indicação de membros de sua diretoria ou de funcionários para integrar-se como representantes no Conselho. Neste sentido, a ênfase que damos neste momento é para a importância do início da participação política destas instituições nas decisões referentes à área da criança, assim como aos princípios que o Estado articula para diminuir tensões sociais, vindas da década anterior, utilizando o seu poder político na reconstrução do próprio Estado regulação.

Esta reconfiguração do Estado brasileiro normatiza o terceiro setor no âmbito jurídico. A Emenda Constitucional (EC) 19, que trata da Reforma Administrativa, estabelece:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos (BRASIL, 1998a, Artigo 241).

A EC 19 passou a promover suporte jurídico aos contratos ampliados do Administrativo e do financiamento do Estado, bem como regulamentar as Organizações Sociais que participam da administração indireta, direcionando a utilização de recursos, por meio de prestação de contas, fixando controle das suas ações na implantação das metas nos contratos. Sob sua orientação, as metas mudam o foco de controle administrativo, porque o não cumprimento poderá ocasionar alteração ou rescisão dos contratos. Na prática, de acordo com as instituições de Cianorte, a partir da EC 19, novos termos passaram a aparecer nos convênios com a prefeitura, enaltecidos por consenso na criação de novas metas e definição de público atendidos, porém executados como termos de parceria ou de cooperação<sup>14</sup>.

No âmbito legislativo, o Programa Nacional de Publicização criou a denominação Organizações Sociais por meio da Lei 9637/98 (BRASIL, 1998b) e a Lei 9790/99 (BRASIL, 1999) trata da criação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), em que, seguindo a tradição nos trabalhos assistenciais das primeiras damas, Ruth Cardoso destaca-se pelo empenho na criação da Lei em questão. Ressaltamos que estas Leis merecem maiores análises, mas, neste contexto, por não se tratar do tema central do estudo, nos apegamos ao fato de que, mesmo com a criação de tais Leis, no município de Cianorte, não

---

<sup>14</sup> Os termos modificaram os nomes, porém são utilizados desde o Império no Brasil, citados anteriormente, como subvenções.

encontramos mudanças nos estatutos das instituições que referenciam a utilização dos termos “Organizações Sociais” ou “OSCIPs”.

## 2.6 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE: ASPECTOS HISTÓRICOS E INFLUÊNCIAS

O Brasil, desde a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na década de 1990, está passando por um processo de desinstitucionalização, no sentido de evitar a internação da criança que fora culturalmente estabelecida no país, desde o período colonial, de forma assistencialista e filantrópica. Amplos debates foram instaurados na década de 1980 sobre o assunto, questionando os tratamentos e os atendimentos oferecidos à criança que culminaram com a inserção do Artigo 227, na Constituição Federal em 1988, na qual, a criança passa a ser considerada como uma cidadã, sujeito de direitos (BRASIL, 1988a). Posteriormente, o aparato legal de direitos da criança e do adolescente passou a ser definido com a aprovação do ECA (BRASIL, 1990). No entanto, a cultura da institucionalização da criança permanece presente até os dias atuais e discuti-la não é uma tarefa fácil, em particular porque, na sua maioria, os atendimentos são prestados por Entidades não governamentais de características filantrópicas e assistencialistas, dificultando o acesso a informações, já que nem todas são cadastradas ou, em alguns casos, elas nem existem perante os órgãos governamentais. Em 2004, Rizzini afirmou que não existiam no país “[...] estatísticas que dimensionem o número de crianças e adolescentes institucionalizados”, a autora refere-se ao século XIX e XX e continua “os números apontados em relatórios do governo referem-se apenas a algumas instituições e mostram-se poucos confiáveis” (p. 14).

Neste sentido, em consulta aos dados do IBGE, censo de 2010, encontramos cadastradas 13.659 “unidades de serviços de assistência social privadas e sem fins lucrativos” das quais, apenas 2.808 dedicam-se ao acolhimento institucional. Salientamos que não foram encontrados dados quanto à especificação do público atendido, informando apenas que pertencem à assistência social, de modo geral, no atendimento à criança e ao idoso. Outro fator que gostaríamos de destacar é que existem poucas produções acadêmicas que trabalham com a discussão do tema em nível nacional, dificultando o diálogo na estrutura do estudo entre autores. Isto não significa que não existam pesquisas, porém a maioria trata de questões pontuais e locais da institucionalização de crianças.

O direito ao convívio familiar, defendido no ECA, é uma proposta de não institucionalização da criança de modo que sua família seja acolhedora e detentora da sua

criação. Porém a pobreza é um dos fatores que, historicamente, mais tem contribuído para o processo de institucionalização da criança não apenas no Brasil, mas mundialmente. Neste sentido, para discutir aspectos que contribuíram para a cultura da institucionalização de crianças, sentimos a necessidade de recorrer à história da criança que, culturalmente, desenvolveu-se no Brasil e no mundo para compreender a atualidade vivenciada e descrita anteriormente no Município de Cianorte. Voltamos um pouquinho na história da criança.

Segundo Ariès (1978), no período medieval, os cuidados com as crianças não aconteciam no núcleo familiar, ao nascerem, já eram separadas dos pais no sentido de serem introduzidas no mundo comunitário.

[...] a transmissão dos valores e dos conhecimentos, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos, a criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. (ARIÈS, 1978, prefácio)

A participação da criança nas atividades e nos cuidados familiares passou a ser estimulada entre os séculos XVI a XVIII, juntamente com a constituição do Estado e da vida privada. O crescimento das cidades necessitava de uma organização social e a família ganhou status de importância nos cuidados das crianças perante o Estado.

O Estado, para se proteger da vagabundagem que causava desordem social e econômica, e para ter forças para seus exércitos, incentivava a manutenção da vida das crianças, sendo um a mais para responsabilizar a família pelo desenvolvimento destas. (MÜLLER, 2007, p. 48).

Segundo Müller (2007), além do Estado como incentivador da família como provedora dos cuidados da criança, a Igreja Católica também se interessa em tê-la como aliada, propagando a visão de que as “crianças são criaturas de Deus”. Porém o interesse da Igreja era de que: “O bom futuro delas significava que existiriam numerosos e honrados homens cristãos, condição ideal para manter e multiplicar o poder ideológico e econômico da Igreja” (p. 48). Para a formação do Estado, seria interessante que a caridade fosse promovida pela igreja porque “[...] partindo da Igreja, não se relacionava a existência e o aumento dos pobres na sociedade com a estrutura do Estado. As causas apontadas dirigiam-se à incompetência familiar” (p. 58).

Neste sentido, a Igreja Católica tem um papel histórico importante na institucionalização das crianças, por meio da criação de instituições que as acolheram. O abandono e o infanticídio são questões que influenciam a abertura destas instituições. Müller (2007, p. 33), ao trilhar a história de crianças e de infâncias nascidas na Europa Ocidental e no Brasil da Idade Média até o século XIX, afirma que o infanticídio “[...] perdurou com intensidade na Europa durante a Idade Média e seguiu de forma mais moderada até o século XIX”. A autora observa que, cotidianamente, “não havia um sentimento de culpabilidade por haver matado intencionalmente uma criança” e destaca que as causas do fenômeno variavam, tais como: “a criança que não fosse perfeita em forma ou tamanho, ou que chorasse muito, ou muito pouco”, e ainda as crianças que fossem “do sexo feminino” e os “bastardos”. Com relação ao abandono, a autora observa que os motivos pelos quais os pais abandonavam “são diferentes entre ricos e pobres” : “Os primeiros podem abandoná-los porque têm dinheiro para pagar uma ama de leite e não terem o trabalho com a criação dos filhos, e as mulheres pobres porque estavam ocupadas trabalhando principalmente no comércio e no artesanato” (MÜLLER, 2007, p. 55).

O abandono se torna uma das possibilidades de vida da criança, porém sem estar sob os cuidados da família, delegando os cuidados às instituições de caridade. O Estado, neste contexto, ao mesmo tempo que estimula a permanência da criança na família, estimula o atendimento filantrópico de acolhimento às crianças abandonadas. A instituição da criança nos cuidados da família vai se organizando sob a influência das relações sociais e a mulher vai se constituindo como peça fundamental nos cuidados da criança. E se desenvolve o interesse pela saúde física da criança. Destacamos que o índice de mortalidade era enorme no período, assim, os médicos passaram a estabelecer “relação importante com a mulher da casa” para aconselhamentos “educativos e higiênicos” (MÜLLER, 2007, p. 51).

A rede de relações sociais que ia se estabelecendo em torno da vida familiar da criança cultivava, concomitantemente, a introdução do cuidado por elas, assim como padrões de funcionamento e comportamento social e familiar. O controle social vai se tornando cada vez mais evidente, e destacamos duas vias nas quais a criança passa a ser controlada: a primeira é a educação que, segundo Müller (2007, p. 49), a família vai sendo “[...] elegantemente persuadida pela cultura letrada a encaminhar seus filhos à escola, para adquirir formação adequada e nas entrelinhas e com seu acordo, a família habitualmente vai sendo tachada de incompetente para a criação de seus filhos”; e a outra é a força policial que desempenha um papel primordial na construção de uma cultura de vigiar e impor a ordem

dentro das cidades. Neste sentido, percebe-se a construção da educação das crianças cercada por todas as instituições sociais. Müller (2007, p. 51-52) destaca:

É assim que “desde o século XVI” se desenha com traços cada vez mais firmes uma política educativa de caráter totalizador que tenta abarcar as crianças de todas as situações sociais, para aprisionar suas vidas em tantas ocupações e, em um encerramento tal, que ao de um monastério poderia comparar-se. Desde agora, a *infância* estará sitiada, protegida, tutelada. (Grifo da autora).

A família, neste emaranhado de relações que vai sendo tramado, a despeito dos cuidados com a criança, passa a exercer funções, sobretudo, de ser a responsável pelos cuidados da criança, porém cria-se a cultura de ser incapaz de educá-las, passando a responsabilidade da educação para as instituições acadêmicas consideradas capazes de fazê-lo. Destaca Müller (2007, p. 66): “Estas famílias estão discreta e diretamente vigiadas, orientadas pelos aportes higienistas, psicopedagógicos e religiosos da época”.

A nova estrutura econômica e social exige, em alguns casos, que os homens trabalhem longe da família, ou se dediquem à manutenção do lar e a mulher cada vez mais passa a ser responsabilizada pela formação do filho e tem a obrigação de encaminhá-lo para o bom caminho, além de cuidar da casa. Müller (2007, p. 71) evidencia como este modelo vai sendo alterado:

Mas, muitas mulheres atuaram contra lugar social que lhes destinavam e através de variados meios lutavam pelos seus direitos cidadãos, conquistando outras maneiras de viver. De filha, mãe e esposa, a mulher sentia-se no direito de ser considerada como mulher. A desigualdade foi substancialmente questionada e modificada.

O movimento das mulheres por direitos, com reivindicações do direito ao voto e ao trabalho, são questões que vão sendo organizadas na sociedade juntamente com a regulamentação do trabalho infantil. Com o surgimento das fábricas, a exploração do trabalho infantil, por ser mão de obra barata, ganhou força. Segundo Rocha (1997, p. 19-20), o trabalho infantil nas fábricas, que começara na França e na Inglaterra, espalhou-se pela Europa e depois para o resto do mundo, chegando a “tornar-se uma praga universal”. O relato nos dá uma ideia da brutalidade com que a exploração aconteceu e suas consequências “[...] sobre a população mais pobre têm a proporção das grandes pestes e supera em dano os episódios de guerra”. O autor expõe duas situações, na França no início do século XIX, que são relevantes citar para se pensar no processo de institucionalização das crianças. A primeira

delas, o desemprego e a grande carga horária de trabalho das mães nas fábricas terão como resultado “um número crescente de crianças entregues à Assistência Pública” e “não é certo que 10% cheguem a ficar adultas”. O outro é que o trabalho infantil nas fábricas criou uma geração de corpos deformados e inválidos, afirmando que “o resultado da juventude é um verdadeiro quadro de terror” e “mesmo os sobreviventes da indústria, nove em cada dez estavam definitivamente deformados por ela” (ROCHA, 1997, p. 21).

O catastrófico resultado do trabalho fabril foi tratado pela sociedade científica da saúde e da assistência social como a “nova e científica medicina mental”, formulada por “Morel, em 1857”, e conhecida como teoria da degenerância, na qual explica a deformidade como um problema de evolução da espécie humana, isentando as fábricas de suas responsabilidades e, pior, condenando os degenerados ao aprisionamento (ROCHA, 1997, p. 22). Explica o autor na mesma obra:

Os efeitos dessa concepção atingirão todos os pobres e marginalizados, sobretudo as crianças e os jovens. O mundo verá, a partir daí, um terrível desdobramento prisional de manicômios, reformatórios e institutos de regeneração que reiterarão a determinação biológica da inferioridade dos oprimidos até, pelos menos, a derrota do nazi-fascismo na II Guerra Mundial (p. 23).

Para o Estado, as famílias pobres apresentam problemas nas cidades, assim a marginalidade precisa ser controlada e combatida, aprisioná-la acaba por ser a saída utilizada. Neste sentido, a delinquência ganha status de ilegalidade, sendo justificável seu aprisionamento perante a sociedade e sob a tutela do Estado. Foucault (1987, p. 227) ressalta que esta maneira de gestão com relação às “ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação”, acrescentando que a delinquência é fruto desse sistema carcerário, ou melhor, ela é fruto da falência da prisão. E acrescenta:

O atestado de que a prisão fracassara em reduzir os crimes deve talvez ser substituído pela hipótese de que a prisão conseguiu muito bem produzir a delinquência, tipo especificado, forma política ou economicamente menos perigosa – talvez até utilizável – de ilegalidade; produzir os delinquentes, meio aparentemente marginalizado, mas centralmente controlado; produzir o delinquente como sujeito patologizado. (FOUCAULT, 1987, p. 230).

Desde então, os degenerados e a delinquência, consideradas uma ameaça, estão patologicamente nos discursos da medicina e sob os cuidados do Estado, substituindo qualquer discurso econômico como provocador e provedor das desigualdades sociais,

culpabilizando os próprios sujeitos pela situação em que se encontram. Assim, a questão do direito, da ilegalidade, da delinquência e do crime, dentro da teoria penal, incorpora o discurso de exclusão social, onde a lei é feita para todos, porém não se aplica a todos. Neste sentido, Foucault (1987, p. 229) esclarece:

[...] seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo: que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros; que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; que, ao contrário do que acontece com as leis políticas ou civis, sua aplicação não se refere a todos da mesma forma; que nos tribunais não é a sociedade inteira que julga um de seus membros, mas uma categoria social encarregada da ordem sanciona outra fadada à ordem.

Com base nas discussões anteriores, podemos afirmar que a questão do direito da criança ao convívio familiar passa por vertentes diferentes entre ricos e pobres. Para as crianças ricas, temos o aprimoramento da institucionalização no seio familiar por meio da educação, pensada e copiada sobretudo da nobreza. Assim, a educação dos príncipes, após a criação da imprensa escrita, foi amplamente divulgada e disseminado um novo código de condutas e o disciplinamento das crianças da burguesia. Neste sentido, daremos alguns exemplos no próximo item.

## 2.7 INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CRIANÇA POBRE EM CIANORTE: PODERES MAIS OU MENOS VELADOS

**Imagem 1:** Ilustrativa – Primeiros anos de trabalho da Creche CEMIC São José



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.



No subitem a seguir, tratamos de discutir nove aspectos encontrados na história das ONGs: a importância do registro histórico das ONGs; poderes velados: o poder da autoridade e do seu discurso; a atuação das crianças como forma de resistência e a necessidade da participação política da criança nos ambientes que fomentam a política voltada para a infância; a relação trabalho/criança; a relação trabalho/mulher/criança; as singularidades do local; a desvalorização da Infância e a supremacia da higiene social; relação criança/menor; e, a institucionalização volta-se exclusivamente para a criança pobre. Registramos, no entanto, que a pesquisa documental nos chama a atenção a um conjunto maior de aspectos, que se tornou inviável discutir pelo volume do trabalho e o tempo de que dispomos. Reiteramos que, neste momento, nossa intenção é analisar a institucionalização da criança pobre presente na história das ONGs de Cianorte com o intuito de destacar e compreender alguns aspectos à luz da teoria privilegiada. Salientamos que o trabalho desenvolvido por estas instituições e as pessoas que trabalharam/trabalham merecem todo nosso respeito.

Na década de 1960, o quadro populacional do Município de Cianorte, organizado na segunda seção, registra 48,19% da população formada por crianças até 14 anos. Se abrangêssemos a contagem para 18 anos, o número de crianças e adolescentes nas décadas de 60 e 70 excederia a mais da metade da população sem os serviços públicos existentes atualmente, como: hospitais, creches, escolas, entidades não governamentais e os atendimentos públicos ligados à Assistência Social, Conselhos, Associações de bairros e outros. Utilizando o quadro, comparamos o número de crianças residentes no Município nas décadas mencionadas com o último Censo de 2010 e concluímos que, sucessivamente, existiam 8.747 e 9.084 crianças a mais nas décadas de 1960 e 1970 sem atendimentos básicos, o que justifica a grandiosidade dos trabalhos das ONGs. Nestas duas décadas, foram criadas cinco Entidades das oito encontradas até a década de 1990, das quais três permanecem abertas até o presente momento e alguns dos serviços prestados se especializaram na área pública da saúde, educação e assistência social.

Ao dar início à coleta de dados sobre as Instituições, nenhum responsável citou a Liga como fundadora da APMI, ou mesmo referenciou sua existência, somente ao solicitar os livros atas de fundação, foi entregue o livro ata da Liga juntamente com o da fundação da APMI. Assim, ao retornar em novembro de 2014 na Entidade e perguntar à coordenadora porque existiam dois livros de fundação de instituições diferentes, ela relatou que esperava que a pesquisa pudesse dar melhores esclarecimentos, o que elas sabiam é que as primeiras damas tomavam conta da Liga e que a APMI recebeu dois terrenos que eram desta instituição,

mas que não sabiam bem ao certo o porquê. Não conseguimos afirmar até que data a Liga funcionou e nem quando foi a última gestão que atuou, todavia, no estatuto da APMI de 1973, a Liga passou a ser anexa à APMI, o que explica a doação dos terrenos da Liga para a APMI, mencionados pela coordenadora da APMI, sanando as dúvidas das dirigentes ao entregar os documentos para estudo. Neste sentido, reafirmamos a necessidade e importância da preservação da história das ONGs de Cianorte, descrita na segunda seção, porque parte de sua história está perdida e a falta de preservação da memória dessas instituições também afeta a história da criança no município.

Constatamos, observando as datas de eleições municipais, que o início das gestões de prefeitos coincide com as renúncias coletivas de diretoria ou as eleições/troca de diretoria. No período estudado da fundação do Município de Cianorte até o ano 2000, todas as primeiras Damas assumiram os serviços tanto da Liga quanto da APMI. Apenas, na Gestão do prefeito Nelson Prendin<sup>15</sup> (1973-1977), não encontramos o nome da primeira Dama no cargo de presidente, mas quem a presidiu no período foi uma mulher, esposa de um médico. E, na primeira gestão municipal (1996-2000)<sup>16</sup>, consta que a primeira dama permaneceu na tesouraria enquanto a esposa de outro médico assumiu a presidência da APMI e seu marido a da Pousada da Criança. No que se refere à Pousada da Criança, não eram as primeiras Damas que assumiam a presidência, porém a ata de fundação e a eleição da primeira Diretoria foi composta pela Secretária de Bem-Estar Social, o Prefeito, a presidente do PROVOPAR municipal que era presidida pela primeira Dama, Conselho Tutelar, CMDCA, CMAS, Juíza e Promotor da Vara da Infância e Juventude de Cianorte, Vereadores, presidentes de ONGs e o Padre da Igreja Católica. Quanto às outras Instituições, não constam nas presidências as Primeiras Damas, porém, em alguns momentos, elas participavam em cargos do conselho deliberativo ou conselho fiscal. Encontramos a cedência de funcionários públicos ou não para realização de trabalhos na secretaria, serviços gerais, professores e direção das ONGs, bem como algumas trocas/substituições de funcionários públicos em mandatos diferentes de prefeitos em alguns casos, como no SOS, em que a primeira Dama passou a fazer parte do Conselho Deliberativo em 1997. Em 1992, a presidente do SOS pediu a municipalização da Instituição por corte de funcionários e observamos a intervenção do Rotary Clube Furquim de

---

<sup>15</sup> Nelson Prendin era padre e deixou o celibato para concorrer à eleição municipal.

<sup>16</sup> O PROVOPAR Estadual foi criado pelo Decreto nº 2.194, de 15 de abril de 1980, vinculado à Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social. Em 17 de junho de 1983, o Provopar foi desvinculado do Estado e passou a atuar em parceria com a sociedade civil e órgãos governamental. (PARANÁ, 2016) Em Cianorte, a primeira Dama assumiu os trabalhos do PROVOPAR Municipal, por isto a presidência da APMI foi repassada a outra pessoa.

Castro na mediação dos conflitos entre prefeito e Entidade, já que, em 1991, houve eleições municipais e troca de prefeito.

Com estas passagens destacamos como o poder da autoridade influencia a definição dos participantes das Instituições e envolve a presença de diferentes segmentos da elite cianortense na fundação das ONGs.

Destacamos a solicitação da Prefeitura Municipal, por meio da Primeira Dama, para a contratação de três funcionários pela APMI para atuar na secretaria municipal de saúde em 1998. Na sequência, após várias reuniões, no ano 2000, a diretoria informou um aumento de verba no valor de dois mil trezentos e sessenta reais, porém sem poder aumentar o número de crianças no berçário, ou seja, o recurso recebido não seria utilizado para o pagamento de funcionários da APMI. No entanto, a Presidente da Instituição agradeceu a Primeira Dama pela liberação de recursos para aquisição de equipamentos, comprovando a política culturalmente instituída no Brasil de troca de favores. Salientamos que o pagamento de funcionários que não atuavam diretamente nas Entidades Não Governamentais foi observado em outras Instituições também.

O corte de recursos municipais, a transcrição em atas de efetuar os pagamentos atrasados pela nova diretoria, a retirada e cedência de funcionários públicos nas ONGs, a renúncia de diretorias e, sucessivamente, a constituição de eleições presididas pelo poder público municipal representados por chefes de gabinete do prefeito ou pela Secretária de Bem-Estar Social, a prevalência de chapa única nas eleições de diretoria, a troca de recursos públicos por favores ou ainda presença de pessoas representantes do poder público municipal nas reuniões de diretoria mostram “[...] como o grau de controle correspondente à posição social da pessoa que os impõe, em relação à posição daquela em cuja companhia está”, são características de intervenções no cotidiano institucional e formas de poderes “velados”, ainda que não possamos afirmar concretamente sua imposição, percebemos o poder da autoridade e do discurso da autoridade presente, ou seja, a “[...] armadura dos controles é vestida em um grau aceito como natural nas sociedades democráticas industrializadas” (ELIAS, 1994, p. 143).

A falta de continuidade das gestões por trocas de prefeitos afeta o atendimento a criança. Este tipo de conduta, ou seja, indicação/imposição na definição dos dirigentes e funcionários das Entidades Não Governamentais pelo poder público municipal, interfere diretamente na participação popular, especialmente nos conselhos municipais ou outras decisões a favor de melhores políticas públicas voltadas à infância, já que a permanência do membro/funcionário na Entidade fica atrelada ao comando municipal como uma política de

troca de favores construída na história brasileira por um processo coronelista e paternalista de atendimento à pobreza.

A participação popular por meio de conselhos articulou uma nova política participativa, formulada na década de 1990, pela descentralização do Estado, ou a Reforma do Estado brasileiro, articulando a formação de Conselhos Estaduais e Municipais, no caso da criança e do adolescente, o Conselho de Direitos, Conselhos Tutelares e dos Fundos geridos por estes conselhos. A construção dessa política participativa acompanhou um processo global de estratégias para a diminuição da pobreza. Tomaz (2011, p. 67-68) informa que, após a adoção das Nações Unidas, em 1989, da Convenção Internacional relativa aos Direitos da Criança, criou-se um novo caminho na reconstrução das legislações nacionais no campo da infância. A criança passou a ser considerada como cidadã suscetível a direitos, substituindo a concepção de proteção pela concepção de participação. A autora destaca que, em 1991, a UNICEF estabeleceu que a Convenção deveria servir como ponto de referência para todos os programas relacionados à criança, transformando o seu reconhecimento universal e consensual.

O global interferindo no local de forma decisiva nas ações desenvolvidas para mudança de atendimentos à criança e o repensar do papel do Estado, neste contexto, tornaram-se imprescindíveis para a formulação de novas políticas. Referencia Campos (2008, p. 14) a este respeito:

Nesse cenário, de pobreza global, observamos nas últimas décadas do Século XX uma crescente intervenção dos Organismos Internacionais que, por meio de programas, projetos e/ou ações, anunciam a necessidade de interromper aquilo que designam como “círculo vicioso da pobreza”. Para tanto, defendem estes organismos, é fundamental uma ação conjunta, já que a responsabilidade pela erradicação da pobreza, que afeta as crianças, é global. Sob essa perspectiva, o UNICEF (2006) afirma: “nenhum governo, nenhuma agência pode alcançar estes objetivos individualmente”. E isto justifica a necessidade de respostas globais, de ações conjuntas em favor de agendas mundialmente definidas. É neste contexto que o papel do Estado é repensado, assim como as políticas sociais e sua condução no mundo de hoje.

No Brasil, na década de 1990, temos um conjunto de normas, estabelecidas por meio de Leis e Decretos em âmbito nacional, que encaminha a descentralização do Estado para as esferas Municipal e Estadual. Com destaque para a implantação do ECA, a extinção da FUNABEM, a criação do Centro Brasileiro da Infância e Adolescência – CBIA, a Promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, e a criação do

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) em 1991 (LONGO, 2010, s/p).

No município de Cianorte, de acordo com a primeira Lei do CMDCA (Lei Municipal 1.398/92) o Conselho era: “*vinculado a chefia de gabinete do Prefeito Municipal*” (CIANORTE, 1992, grifo nosso), mantida até o ano de 2007. Passou, a partir deste ano, a vincular-se à Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, devido à aprovação da Lei Municipal 2990/07 (CIANORTE, 2007). Na primeira Lei, o conselho era formado por oito integrantes sendo quatro representantes do governo e quatro membros representando a sociedade civil por meio das Entidades Não Governamentais.

Atualmente, a Lei que regulamenta o CMDCA é a Lei Nº 3467/2010, a qual, em seu Artigo 6º, define “18 (dezoito) membros efetivos” sendo “9 (nove) membros provenientes de órgãos governamentais” e “9 (nove) membros de órgãos não governamentais”. Conforme estabelece o § 5:

As entidades não governamentais serão representadas por 9 (nove) membros integrantes de entidades da sociedade civil, legalmente constituídas e diretamente ligadas à defesa ou atendimento à criança e ao adolescente, em funcionamento há mais de 01 (um) ano (CIANORTE, 2010).

A sociedade civil, de acordo com a Lei, é compreendida ou representada pelas Entidades Não Governamentais e quando menciona “legalmente constituídas” passam a constituir-se do poder de decidir quem serão as pessoas indicadas para representar a sociedade civil nos conselhos. Observamos a indicação de pessoas para representação da instituição no CMDCA e no Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS decididas em reuniões de diretoria na década de 1990 em quatro Instituições de Cianorte. No caso das quatro ONGs: APMI, SOS, APAE e Rainha da Paz, que permanecem abertas até os dias atuais, possuem cadeiras cativas no Conselho da Criança e destacamos que a Pousada da Criança e do Adolescente, a partir de 2010, foi municipalizada passando a compor o quadro de entidades governamentais (esta é uma suposição, pois não tivemos acesso ao regimento interno do CMDCA). Assim, com esta explanação da composição do CMDCA e a anterior sobre a imposição/indicação do Poder Público Municipal dos dirigentes ou trabalhadores das ONGs, fica evidente que a participação popular permanece impossibilitada de ser uma participação efetiva na definição de políticas voltadas para a criança no município, bem como diminui a possibilidade de militância no conselho, ou melhor, não permite de fato uma representação

popular, já que a sociedade civil é representada pelas ONGs e as pessoas que ocupam os cargos superiores nas secretarias, direção e diretoria são indicadas do governo municipal.

Não pretendemos com esta discussão negar os avanços que a política de descentralização tem proporcionado para os atendimentos à criança e a visibilidade que a sociedade atualmente tem se apropriado na destinação dos recursos públicos, em particular na esfera municipal, mas, retomando a discussão anterior de Estado regulação (SANTOS, 2011; TOMAZ, 2011) e algumas características de Estado ampliado (MASCARO, 2013), reforçamos a ideia de que as políticas de Estado têm percorrido o caminho das estruturas sociais e movimentos, facilitando a participação da sociedade civil nas suas engrenagens, porém existe a necessidade de compreender as imposições, regulações e a formalização que determinam as formas de representatividade da sociedade civil.

Outro aspecto importante e um poder pouco explorado é a participação da criança neste processo, tornando-se necessário repensar estratégias de participação popular e novas formas de representação que contemplem a participação da criança. Tomaz (2011, p. 86), amparada em Sarmento, entende que a modernidade transformou a concepção de infância “[...] em uma questão gerível exclusivamente no interior da família e refletem políticas protecionistas, conduzidas predominantemente na ausência de voz das crianças, reforçadamente subordinada ao poder adulto”, ou seja, “dependentes da leitura que esse mesmo adulto faz” do que considera melhor para a criança. A autora destaca que é preciso romper com as concepções de infância criadas basicamente pelo ocidente “[...] porque são responsáveis pelo processo de invisibilidade das crianças e da sua realidade social. Existem diferentes infâncias [...]” (p. 86- 87) e a participação dessa categoria em decisões que dizem respeito ao seu mundo é fundamental para mudança de paradigma.

Ao mencionar a participação de crianças como um poder pouco explorado, reiteramos destaque para a atuação da criança nas instituições de Cianorte. A recusa ou resistência em aceitar os destinos que lhes são impostos provoca mudanças, mesmo que pequenas, no cotidiano da criança nas instituições. Na história das ONGs de Cianorte, quanto à atuação das crianças para conseguirem “ter voz” ou serem escutadas, destacamos, no LIAK em 1987, a fuga de duas meninas que fez com que a diretoria trocasse as pessoas que trabalham no Lar; em 1990, as crianças solicitaram à presidente do LIAK “pratos de louça, garfo e faca”, “abolindo o prato de alumínio e colher”; “servir farinha de mandioca” à vontade, definição de cardápio pelas crianças; e, “horário para assistir televisão”. Após este fato, o diálogo com as crianças foi colocado pela diretoria como necessário. Na Pousada da Criança, em agosto e setembro de 1999, registrou-se a fuga de outras duas adolescentes,

levando a presidente a responder judicialmente por denúncias de maus tratos; em 1999, a diretoria da Pousada da Criança decidiu não deixar mais as crianças nas residências dos membros da diretoria no período de férias da mãe social, porque, segundo a diretoria, as crianças apresentaram “problemas de comportamento”, ficando “revoltados quando enxergam a realidade de suas vidas”, ou seja, as crianças não aceitam ficar com pessoas que não têm vínculo afetivo; em 2006, três adolescentes fugiram da Pousada da Criança acusando a mãe social e o marido de violência psicológica, levando a diretoria a trocar novamente a mãe social. Em 1998, a Rainha da Paz, encaminhou quatro adolescentes para Brasília para “defender as crianças contra o trabalho infantil”.

Moura (2015, p. 270), ao relatar sobre o trabalho infantil das crianças operárias no Estado de São Paulo, no início do século XX, mostra que a resistência da criança pode ser percebida como uma desobediência, uma malcriação ou ainda como brincadeiras (traços característicos da infância), no cotidiano dos estabelecimentos industriais, como forma de resgate, mesmo que mínimo, ao “direito à infância e à adolescência, tão negado a esses trabalhadores a partir do ingresso no mundo do trabalho”.

Neste sentido, as fugas, as reivindicações ao presidente da instituição, os problemas de comportamento, a revolta e a participação em fóruns mostram a resistência das crianças no ambiente das instituições e a necessidade de priorizar a sua participação nas decisões de diretorias no caso das ONGs, ou na decisão de ações voltadas ao público infantil e juvenil, como conselhos de direito, associações e outros. Porém destacamos que um adolescente representante no Conselho não conseguiria definir as especificidades de cada setor voltado para a infância, é preciso que cada segmento crie a cultura e mecanismos de escuta da criança, ou seja, é necessário rever as formas de representatividade em que a sociedade está amparada legalmente e inserir a criança neste processo.

Para tanto, a reflexão do paradigma conceitual da representatividade precisa ser compreendida dentro da cultura difundida por uma “sociedade hierarquicamente estruturada” em que “todos se tornam socialmente iguais”, no entanto, o “valor de prestígio” a algumas pessoas também se tem constituído igualmente exacerbados, movidos pela posição no qual ocupa ou pela classe social (ELIAS, 1994, p. 144). Frisamos, utilizando o pensamento de Elias (1994), que, na construção do processo civilizatório, as maneiras à mesa ou as formas de servir pessoas, no conjunto de relações, foi tornando as “categorias niveladas” pela “polidez” e pelo autocontrole, todos comem ao mesmo tempo, as mesmas comidas, participam das mesmas conversas, e **participam da mesma mesa** [grifo nosso] de reuniões, por exemplo, todavia prevalece o domínio da superioridade das autoridades, mesmo sem uso da força. O

controle foi moldado nas relações humanas por hábitos e padrões culturalmente construídos hierarquicamente, inibindo a participação de uns pelos outros (ELIAS, 1994, p. 144).

Simbolicamente, tais instituições representam a participação popular no CMDCA de Cianorte e na formulação de novas políticas. No entanto, esta representação evidencia-se nula diante da manipulação nos processos de escolha dos membros no Conselho. Neste sentido, trazendo a discussão para o campo da criança, tentamos mostrar que, culturalmente, as concepções de infância provocam sua invisibilidade e a subordinam ao poder do adulto, predominando a sua ausência de voz. Assim, para repensar a representatividade popular, é preciso dar início a um movimento contrário de visibilidade e escuta da criança, propiciando sua participação nas decisões das diretorias das ONGs e na própria indicação como representantes no Conselho Municipal. Fica como sugestão o aprofundamento da questão para futuras pesquisas.

A relação trabalho/criança, encontrada na história das ONGs de Cianorte, segue o padrão nacional instituído pela cultura elitista de manutenção das desigualdades, de formação de mão de obra, de trabalhos subalternos, instituído na educação da criança pobre, modificando-se de acordo com as necessidades do mercado. Neste sentido, observamos discussões no escrutínio das atas que merecem ser destacados. No LIAK, desde o ano de 1978, começaram a aparecer meninos e meninas em algum tipo de trabalho e primamos por estas passagens: “trabalho remunerado de uma das meninas nas Confecção Zamber de Cianorte”; “problemas dos abrigados que trabalham fora”; “meninas passam a fazer a comida, a cozinheira pediu demissão”; “prudente que elas não trabalhem fora”; ou “exigindo melhores condições de salários em seu trabalho”; “meninas começam a fazer artesanato para uma exposição”; “discutem a viabilidade de trabalho para maiores de 12 e 14 anos no comércio”. Na Legião Mirim, no ato de fundação, o prefeito “convoca os empresários a admitirem os menores”. Na Associação A. Rainha da Paz, constatamos os seguintes trabalhos desenvolvidos: marcenaria, coleta de lixo reciclável, costura e costura industrial, serigrafia, fabricação de carretas de brinquedos, estufa de flores e padaria, além da fala da diretoria, em 1994, que colocou “por objetivo prepará-los com mão-de-obra adequada para o trabalho”. Na Pousada da Criança e do Adolescente, no ano de 2000, foi citado que um dos meninos começou a “trabalhar em um Lava jato”. No SOS, destacamos: “encaminhamento de senhoras e jovens para cursos profissionalizantes”, coleta de lixo e venda, clube do papeleiro com crianças de rua, trabalhos manuais, marcenaria, bordado, pintura de guardanapos, corte e costura, costura industrial, olaria e confecção de salgados salientado pela diretoria que a confecção de salgados garantiria, no futuro, um trabalho certo.



No caso da costura industrial, a nova realidade econômica do Município, na década de 1990, aparece no manejo de atividades voltado aos trabalhos profissionalizantes das instituições. É um fator importante para o mercado de trabalho e a história do município, a cidade se torna polo industrial no ramo da moda. No entanto, destaca-se a contradição da história, porque, ao mesmo tempo em que cria Leis para erradicar o trabalho infantil, estimula a formação de mão de obra para o mercado, influenciando as atividades desenvolvidas como profissionalização nas instituições cianortenses.

Conforme citado na origem das ONGs no Brasil, houve a criação do SENAC, SENAI e, posteriormente, o SESI, são serviços criados pelo poder público, mas considerados do terceiro setor, que fomentam a formação profissional no Brasil. Se pensarmos na criação do SAM no mesmo período e articularmos os dois processos com a aceleração da industrialização, conseguimos entender a preocupação em “cuidar” das crianças ou da mão de obra futura em nome de uma “ordem pública”. Sob esta perspectiva, a institucionalização, naquele momento, visava a assegurar a mão de obra profissional para o futuro, partindo do discurso que a marginalidade e a ociosidade causam perigo nas cidades em crescimento. Moura (2015, p. 271) destaca a existência de lei que proíbe o trabalho infantil desde o século XIX no Brasil, no entanto, os aspectos discutidos durante a pesquisa, como: o trabalho infantil pouco remunerado, os acidentes de trabalho, a má formação dos corpos, a exploração excessiva de horas de trabalho, os esforços contínuos e intensos, os serviços insalubres que prejudicam a sua saúde física, as mutilações, os espancamentos, denunciam a contradição nos permitindo afirmar que a lei não se aplica a todos da mesma forma.

As relações entre trabalho/mulher/criança impulsionaram a criação da Creche São José na década de 1980, mostra a inserção da mulher no mercado de trabalho primeiro, assim como a criança em trabalhos subalternos, como doméstica e trabalhos manuais respectivamente. No entanto, quando o município passou a articular o trabalho produtivo para o ramo de confecções, as mulheres entraram maciçamente nas fábricas como costureiras, justificando a necessidade da criação da creche pelo SOS, transferindo sua competência assistencial do andarilho para a criança. Conseqüentemente, a história passa a apresentar questões relacionadas aos adolescentes, como a necessidade de cadastrar os meninos de rua no clube do papeleiro, a criação de curso profissionalizante de costura industrial, a criação da Legião Mirim e, posteriormente, no início da década de 1990, a fundação da Rainha da Paz que definiu claramente, em seu estatuto, atendimento a adolescentes usuários de drogas, vítimas de violência sexual, abandonados e marginalizados. A inserção da mulher no mercado de trabalho em Cianorte, o crescimento da cidade e a criação de instituições para abrigar

criança e adolescente apontam indícios da necessidade de institucionalização da infância para diminuir a pobreza e retirá-las das ruas.

A década de 1980 é um marco na história da institucionalização da criança no país. As mudanças ocorridas até a promulgação do ECA passaram a reconfigurar a institucionalização em meio aberto. Em Cianorte, a criação da primeira Creche e da Legião Mirim, neste período, dão indícios de que a atividade econômica modifica a estrutura social das famílias, gerando o aumento de crianças nas ruas sem o amparo da mãe por ter se tornado uma trabalhadora, no entanto não há abertura de instituições em regime fechado e sim em regime de meio aberto.

Na década de 1990, a cidade apresentou um aumento no número de crianças até doze anos, chegando a 45% embora não apresentasse um crescimento populacional significativo. A história das instituições de Cianorte nos apresenta a abertura da Rainha da Paz em regime de meio aberto com ideais voltados para a profissionalização, “substituindo” a Legião Mirim, fechada em 1994, que estava ligada ao Poder Judiciário, Polícia Militar e ao Delegado, e a abertura da Pousada da Criança em regime fechado, porém nos moldes propostos pelo ECA, de acolhida e não de asilo como era o LIAK, fechado em 1993. Estes fatos evidenciam a reconfiguração da institucionalização da criança em Cianorte.

Não poderíamos deixar de observar que a reconfiguração da institucionalização em Cianorte trouxe avanços significativos, sobretudo na criação da Pousada da Criança, modificando a estrutura de recebimento de crianças em regime fechado, passando, desde então, por um processo judicial mais rigoroso na aceitação de crianças. Se, antes, no LIAK, encontrávamos crianças internadas pelas próprias famílias, crianças deixadas sem documentação por alguns dias, por viagens dos pais, os quais não retornavam para buscá-las ou a simples caracterização da pobreza na falta de recursos financeiros para a criação do filho poderia acarretar seu internamento, a partir da criação da Pousada, esses motivos se modificaram. No entanto, destacamos apenas uma reconfiguração, porque a morosidade da lei em aplicar soluções viáveis para o retorno da criança na família ou incluí-la em família substituta ou parentes próximos permite que a criança permaneça por muito tempo na instituição, gerando a busca constante das diretorias em sanar os problemas que não competiam à sua alçada, chegando ao desentendimento com a promotoria e o juiz da vara da infância. Salientamos que não estamos desmerecendo, em momento algum, o trabalho que o LIAK desenvolveu nos seus quase trinta anos de existência e sabemos que a instituição fez o desejável e com muita dedicação para o momento histórico em que se manteve aberta.

Mesmo correlacionando a história nacional e social da criança, encontramos algumas características específicas e singulares da cidade de Cianorte. E, amparadas no que Elias (1994, p. 49) destaca: “é fato observável que pessoas de unidades sociais diferentes se comportam de forma diferente e em maneiras muito específicas”, vamos fazer uma tentativa de aproximar os fatos e compreender algumas situações.

Na formação do município, a CMNP proferia o discurso de que Cianorte seria “a menina dos olhos da Companhia”, uma “cidade modelo”, homenageando o empreendimento com o próprio nome da empresa (CIOFFI et al., 1995, p. 84-86). A colonizadora resguardou áreas estrategicamente localizadas para valorização nas futuras vendas, impedindo loteamentos particulares e seguindo o plano inicial de colonização até a década de 1980 (SOUZA, 2010, p. 136). Assim, os chamados pioneiros, uma categoria criada pela CMNP, que chegaram à cidade, apropriaram-se do discurso da beleza e do cuidado com a cidade interferindo diretamente em qualquer obstáculo que dificultasse o sonho de prosperidade e, conseqüentemente, do lucro certo no futuro. Nas Entidades Não Governamentais, como a Liga e a APMI, que foram as primeiras de Cianorte, percebe-se a preocupação em diminuir a pobreza, ou melhor, o cuidado para que não aumentasse a pobreza no município. Observamos que, na fundação das duas Entidades, a esposa do presidente da CMNP estava presente, reforçando a expansão do discurso da empresa colonizadora e colaborando para o encaminhamento de uma cidade “modelo”. Ainda nos dias atuais, são enaltecidos discursos como: “Cianorte possui a segunda maior reserva florestal urbana do país”<sup>17</sup>; “Destaca-se por sua qualidade de vida”<sup>18</sup>; “a cidade leva o título de 3ª cidade mais desenvolvida do Estado. No ranking nacional, está na 35ª posição”<sup>19</sup>. No entanto, o desmatamento acelerado e o cultivo de café num sistema destrutivo das reservas naturais, associado ao solo arenoso propiciaram grandes erosões na década de 1960 e 1970, assim como a crise nacional e a crise do café modificaram as estruturas produtivas financeiras/ comerciais do município, mas os discursos permanecem nos munícipes (pioneiros) em mantê-la como cidade “modelo”.

Vemos esta preocupação nos membros das ONGs em assistir todas os setores assistenciais do município, como: recolhimento dos andarilhos, distribuição de leite e medicamentos, roupas e cobertores, inserção dos pobres no mercado de trabalho, cursos profissionalizantes, criação de creche, criação de maternidade e hospital, mutirão de casas populares, acolhimento a crianças órfãos, abandonados, pobres ou que sofreram alguma

---

<sup>17</sup> Folha Regional de Cianorte, matéria publicada em 29 de abril de 2015.

<sup>18</sup> Wikipédia, consultado em 14 de janeiro de 2016.

<sup>19</sup> Castellano (2015).

violência/negligência, entretanto percebemos algumas singularidades próprias das pessoas, como no episódio das crianças que trabalhavam coletando lixo nas ruas e foram cadastradas pelo SOS, formando o “Clube do Papeleiro”. Elas não foram recolhidas à força ou obrigadas a pararem a atividade, foram chamadas a se cadastrarem e aceitaram, ainda que, posteriormente, não haja indícios que o Clube tenha continuado. Elas foram integradas ao atendimento do SOS de forma pacífica por ambas as partes, evidenciando o diálogo como ferramenta de conquista desse público.

Apesar de não encontramos em documentos escritos durante esta pesquisa, Cianorte<sup>20</sup> é conhecida por não ter crianças pedindo nas ruas e isso não significa que não exista pobreza, porém as ONGs de Cianorte, até o ano estudado, conseguiram suprir as necessidades institucionais do município, uma vez que, de certa forma, quando as políticas públicas se apropriam de termos ou ideias da sociedade civil organizada, também acabam por ter que praticar/oferecer políticas próximas das que já existem ou são praticadas.

Não se pode negar que existe uma forte cultura institucional da infância em Cianorte, como vimos na pesquisa das ONGs, mas algumas construções e a forma como as pessoas das Instituições trabalham é singular, própria do local. Neste sentido, destacamos a organização em que o mutirão da casa própria, realizado pelo SOS na década de 1980 e 1990, promoveu várias reuniões para decidir os passos a serem tomados quanto ao mutirão. Ainda que percebamos a intervenção da presidente em alguns momentos e o incentivo federal proferido pelo Governo José Sarney, descrito na capa da pasta de documentos do “Programa nacional de mutirões habitacionais” sob o slogan “tudo pelo social”, “juntos a gente dá jeito”, a prioridade voltava-se para as decisões dos membros que participaram do Clube de Mães. Assim, o trabalho de mutirão conseguiu priorizar pessoas que não tinham casa própria e que não haviam conseguido se cadastrar no mutirão realizado pela prefeitura municipal anteriormente. Supomos que seja por falta de documentos, conhecimento, ou seja, os que não se encaixaram na política que é para “todos”. O mutirão prestigiou os que foram realmente excluídos pela pobreza, tendo como ênfase, na decisão das famílias atendidas, “as mães” de crianças da Creche CEMIC São José. Este trabalho assistencial sustentou, por anos, o slogan de que “Cianorte não tem favelas”. A preocupação com a “beleza” da cidade é percebida sutilmente na fala dos membros de diretorias das instituições. No caso da erosão, por exemplo, o problema foi resolvido nas partes centrais da cidade, enquanto outras, como é o caso da erosão conhecida como “Mãe Biela”, demorou mais tempo, chegando a cair uma

---

<sup>20</sup> Consideramos pertinente, neste momento, citar a vivência da pesquisadora, nascida e criada no município de Cianorte-PR.

residência na erosão, levando o SOS a destinar uma das casas construídas para acolher tal família.

Constatamos, no escrutínio das atas da APMI, que, após a criação do “Berçário Nosso Lar”, aumentaram as dificuldades financeiras para manter o pagamento de funcionários no atendimento das crianças e, com mais ênfase, no SOS. Poucos momentos ou quase nenhum, entretanto, os membros das entidades relataram dificuldades financeiras até a década de 1980, antes da criação da Creche São José. Isto simboliza a importância que tanto a população quanto os políticos municipais davam às Entidades, financiando seus trabalhos, sobretudo no que se refere ao “problema do andarilho”<sup>21</sup> e no controle da pobreza. No entanto, após a decisão da diretoria do SOS dedicar-se exclusivamente à criança, percebemos a falta de entendimento com a prefeitura e a necessidade exagerada de promoções. Sabemos, também, que o custo de atendimento à criança é mais oneroso do que com o andarilho, mas somente aparecem divergências no SOS a ponto de a diretoria pensar no fechamento da instituição após o atendimento voltar-se exclusivamente à criança, possibilitando inferir a desvalorização da infância e a supremacia do valor de limpar a cidade.

Ao observar as finalidades do primeiro estatuto do SOS, conseguimos identificar conceitos próprios da concepção higienista e da educação para a ordem, a moral e o controle dos indivíduos instaurada no Brasil. Ideias como: eliminar as causas da mendicância nas ruas; promover internação [do indigente] em estabelecimento que lhes proporcione nutrição, tratamento médico e agasalho; aconselhar o pai ou mãe pobre e ignorante no sentido de enviar seu filho menor à escola; ensino próprio à índole; apoio moral; solução dos casos prejudiciais e a higiene social (SOS, 1970b, p.2-3), amparam-nos a afirmar que a higiene social foi a principal atividade desenvolvida pela instituição até a década de 1980, quando seus trabalhos passaram a dedicar-se com exclusividade à criança. O arquivo fotográfico, acrescido de registros no verso das fotos, contribuiu muito para demonstrar a prática de higiene social e a construção da cidade modelo. As formas de atuação da Liga Feminina e da APMI, voltadas para área da saúde no cuidado da gestante e a preocupação com a nutrição das crianças, apresentam traços da concepção higienista e da puericultura.

Outra questão merecedora de destaque é a relação criança/menor. Encontramos diferentes terminologias para designar o público atendido pelas instituições, como: criança e

---

<sup>21</sup> Expressão utilizada em atas de reuniões do SOS. Não encontramos o termo “Cianorte não tem pedintes ou andarilhos” descrito em ata, mas a geração de pessoas desse período, no caso o pai da pesquisadora, criaram a cultura de encaminhar os andarilhos para o SOS e não para o Albergue Noturno de Cianorte. Porque, diferentemente do Albergue que oferece hospedagem por três noites, o SOS apreendia o andarilho, recolhia seus pertences, solicitava que tomasse banho e colocava-o no trem com destino à Maringá- PR, com a intenção de que se criasse o boato, entre os andarilhos, de que Cianorte não era uma boa cidade para pedir ou mendigar.

adolescente, criança pobre, infância, infantes carentes, crianças carentes, criança órfã, desvalida e abandonada, criança abrigada ou abrigados, internas, criança mendicante, excepcional, pessoa com deficiência, crianças do Lar, menor carente de recursos, menores abandonados, marginalizados, meninas exploradas sexualmente, crianças e adolescentes em situação de risco, filhos menores e meninos de rua. Ao nomear ou mencionar as crianças com alguns destes termos ou expressões, percebemos, nas falas da diretoria, certa afetividade, como próprio das pessoas, um tom de preocupação, de acolhida ou de socorro em quase todos os momentos, mesmo que não descrita, mas sentida na leitura dos documentos. A exemplo deste carinho, destacamos: em 1988, um membro da diretoria do LIAK, em meio a muitas discussões sobre as dificuldades financeiras pelas quais a instituição passava, sugeriu que um casal passasse no Lar “para dar boa noite às *crianças*” [grifo nosso]. No entanto, na sequência, ao proferirem fala referente ao juiz e ao promotor, solicitando ajuda, utiliza-se o termo *menor* [grifo nosso] para nomear as crianças.

O termo menor é utilizado nas instituições de Cianorte quando existe algum envolvimento com as políticas do Estado em convênios, pedidos de recurso, solicitações, relatórios e estatutos. Isto se explica na fundação da Creche São José que, após convênio com a FUNABEM, passa a denominar-se Creche CEMIC (Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade) São José e, no regimento interno da Rainha da Paz, ao destacar, no título de deveres, direitos e proibições do Menor e do Adolescente como se fossem dois públicos diferentes.

Esta confusão da Rainha da Paz ao definir o Público que atende está inteiramente ligada ao fato de ter sido criada após a promulgação do ECA, levando em consideração que a criança e o adolescente devem ser contemplados nos serviços sem distinção da classe social, inibindo atendimentos excludentes e contemplando todos ao utilizar o termo adolescente. Mas nos mostra que ainda está presente, na década de 1990, a cultura instituída do termo menor para designar o sujeito próprio de intervenção que representa o perigo para a sociedade, instituído nos dois Códigos de Menores e, com mais ênfase, no então reformulado Código de 1979.

Não encontramos referências ou sugestões de institucionalização para outro público que não seja a criança pobre em nenhuma das instituições de Cianorte. A infância é pensada de forma diferente para crianças de classes sociais diferentes, segue o padrão moderno e a cultura histórica de propor uma educação para os filhos da elite a exemplo da educação dos príncipes, do *gentleman* para formar o grupo racional e pensante da sociedade nos cargos de mais prestígios e uma educação profissionalizante, técnica e, em especial, controlada para os

filhos dos pobres, geralmente necessitada da caridade e filantropia. Deixa transparecer que nem todas as crianças têm infância e que ela é direcionada para uma determinada classe social.

Portanto, a institucionalização da criança pobre em Cianorte, analisada especificamente nesta seção, leva a pensar que a história das instituições no município apresenta singularidades, mas suas origens e princípios são reflexos de um conjunto maior de relações existentes no país. As diferentes concepções de infância, basicamente as europeias, atuaram juntamente com os discursos das áreas da saúde, assistência, educação e jurídico, impulsionando políticas pontuais, desarticuladas e sem planejamento integrado, proporcionando atendimentos excludentes e discriminatórios de cunho caritativo e filantrópico sem alcançar realmente transformações significativas na vida das crianças pobres. Podemos asseverar que restou para a infância pobre a institucionalização nas ONGs de Cianorte com diferentes formas, organizações e atendimentos descontínuos, dependendo da visão de cada governo municipal.

Passamos, agora, ao conteúdo da história institucional da criança pobre de Cianorte à história das oito ONGs.

### **3 HISTÓRIA DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA POBRE EM CIANORTE**

Esta seção é resultado do trabalho de coleta documental que se encontra no acervo das ONGs de Cianorte e que subsidia esta pesquisa. Tornou-se um instrumento de pesquisa produzido para preservar a memória de tais instituições no que se refere à infância no período de 1955 ao ano 2000. De acordo com as “Recomendações para a Produção e Armazenamento de Documentos de Arquivos” do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) a principal função dos arquivos é preservar seu acervo (BRASIL, 2005). Neste sentido, visto que algumas destas instituições não existem mais e o arquivamento de documentos que contam a história institucional da criança depende da organização das próprias instituições que não possuem em seu quadro pessoas com qualificação profissional; considerando também que o próprio município não dispõe de um banco de dados para o armazenamento adequado de documentos, decidimos manter aqui a sistematização da história das instituições não-governamentais de atendimento às crianças como material disponível para futuras pesquisas.

A classificação e ordenação dos documentos são características aplicadas pela arquivística no trato de documentos. Utilizamos como material de apoio para a organização dos quadros descritivos dos documentos encontrados e cedidos pelas Instituições Não Governamentais de Cianorte os manuais da série *Como Fazer*, volumes 1 e 2, de diferentes autores, inerentes ao aspecto da arquivística da Comissão de Cursos da Associação dos Arquivistas Brasileiros de São Paulo – AAB/SP).

Destacamos que, de acordo com Bernardes (1998, p. 11), a “gestão de documentos” é responsável pelo controle de todos os documentos até sua destinação final, podendo ser a eliminação ou a guarda permanente. No caso do acervo documental das ONGs de Cianorte, os documentos são considerados como “permanentes” por se tratar de interesse histórico-cultural, visto que a preservação de sua memória garante futuras pesquisas acadêmicas e a própria história das instituições. Todos os documentos possuem mais de 15 anos de idade, em alguns casos quase 60 anos de existência. Salientamos que o processo realizado é uma tentativa de preservar, acomodar e catalogar tais documentos, já que o tempo e a formação específica para preservação de arquivos não nos permitem realizá-la de outra maneira.

Explica Gonçalves (1998, p. 20) que, na história da sociedade, pessoas e entidades (pessoa jurídica) dão origem a arquivos e compreender “o contexto de produção dos documentos de arquivo” direciona conhecer o próprio organismo produtor. Com suas



palavras, a autora nos ampara tanto na necessidade de arquivamento dos documentos das ONGs quanto na sua utilização na investigação, por ressaltar que, no caso das instituições públicas, as principais informações podem ser encontradas na legislação e,

No caso de instituições particulares, ao invés da legislação, outros documentos de constituição são, frequentemente, mais decisivos (estatutos sociais, por exemplo), mas o estudo da estrutura e do funcionamento do organismo também costuma se apoiar em atas de reuniões e relatórios de atividades, ou outros documentos correlatos (planos de metas, projetos institucionais, etc.). (GONÇALVES,1998, p. 21)

Na sequência, narramos a história de cada uma das instituições. Iniciamos cada subitem com a descrição do material fornecido pelas instituições, utilizando algumas das terminologias do quadro de “definições técnicas” proposto por Gonçalves (1998, p. 19) e acrescentamos outras, como: nome da Instituição, data e números de páginas. A autora utiliza em seu quadro o termo suporte para especificar se o documento é registrado “em papel” e gênero para “documento textual”, como todos os documentos encontrados são em papel e documento textual, é justificável, por isto, retirarmos tais termos da tabela.

### 3.1 LIGA FEMININA PRÓ-INFÂNCIA

A Liga Feminina Pró-Infância (1956-1964) era uma Entidade Não Governamental de Cianorte e, por não existir mais, o material fornecido para estudo foi cedido pela APMI, uma Instituição criada pela própria Liga e que foi arquivado juntamente com os Livros Atas desta Instituição. Salientamos que encontramos apenas um Livro Ata para descrever sua história.

A seguir, descrevemos os arquivos encontrados.

**Quadro 7:** Descrição de documentos da Liga Feminina Pró-Infância de Cianorte.

<b>Nome da instituição</b>	<b>Forma</b>	<b>Formato</b>	<b>Espécie</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data</b>	<b>Número de páginas</b>
Liga Feminina Pró-Infância	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	02/11/1956 a 21/04/1964	01 a 50

**Fonte:** Organizado pela pesquisadora de um livro ata da Liga Feminina Pró-Infância (1956-1964).

A Liga Feminina Pró-Infância (LFPI ou LIGA) do Município de Cianorte foi fundada em 02 de novembro de 1956, uma associação dirigida por mulheres que compunham a elite cianortense. O objetivo era realizar trabalhos assistenciais para crianças recém-nascidas cujas famílias fossem pobres e não possuíssem recursos para a sobrevivência, desde o leite até as vestimentas.

Como a Liga não possuía uma sede própria, as mulheres se reuniam em suas residências, cuja ordem seguia a casa de cada presidente eleita. Apresentamos, cronologicamente, os referidos mandatos. A primeira presidente a ocupar o cargo, em novembro de 1956, foi Luiza Lucia Rufini Varella, juntamente com mais três integrantes que participaram da Diretoria, assim nominadas e com os respectivos cargos e funções: Wanda Maraccini Franzoni, vice-presidente; Helena Rocha da Cunha Moraes Barros, secretária; e, Maria de Lurdes F. da Silva, tesoureira. A escolha dos membros consta no registro da ata de fundação como um convite a participar da Liga. As mulheres escolhidas destacam-se pela disponibilidade para atividade voluntária. Observa-se que, no início dos trabalhos, a Liga Diretora não desenvolvia ações diretamente com o público atendido, mas fazia intervenções com autoridades e população local.

Em outro ponto do texto, destacamos aspectos do documento investigado. Verificamos que a diretoria definiu a indicação para o cargo de Assistente Geral Juvir Correa de Castilho, e a presidente ressaltou suas qualidades: “[...] por ser professora e parteira e pelas suas altas qualidades pessoais de trabalho e humanidade preencheria o cargo com eficiência e dignidade”, ocupando o cargo até julho de 1963 (LIGA FEMININA PRÓ-INFÂNCIA, 1956, p. 1 e 48verso)<sup>22</sup>.

Cita-se que a Liga existia no ano anterior de sua fundação formal e oficial, ou seja, já exercia atividades antes de se tornar uma Entidade de direito, conforme Ata datada de 16/11/1956 e registro da tesoureira Maria de Lourdes F. Silva. Sugeriu ainda a organização do Natal da Criança Pobre<sup>23</sup>: “[...] que cada presente constasse de um brinquedo e um corte de fazenda [fazenda], lembrando as dificuldades havidas no ano de um mil novecentos e cinquenta e **cinco** relativas às confecções”. (LIGA, 1956, p. 1, grifo nosso).

<sup>22</sup> Nas referências das oito instituições, utilizaremos o nome completo na primeira vez e, posteriormente, usaremos apenas a sigla de cada instituição pelo volume de vezes que citamos os documentos. No caso específico da Liga, por se tratar de um movimento nacional e reconhecido por Ligas Femininas, utilizaremos o termo LIGA para citar o documento. Salientamos que as páginas do livro ata não são numeradas no verso, por este motivo, seguimos um padrão: usamos o número da página anterior e acrescentamos a palavra verso para diferenciá-las.

<sup>23</sup> O termo “criança pobre” é utilizado pela Liga ao citar o público a que presta atendimento.

Evidenciam-se as atividades desenvolvidas pela Liga conforme o documento: curso pré-natal com a colaboração dos médicos (LIGA, 1957, p. 4 verso); distribuição de leite para recém nascidos (LIGA, 1956, p. 1); distribuição de brinquedos, roupas e doces no natal (LIGA, 1956, p. 2); distribuição de medicamentos e leite (LIGA, 1957, p. 5 verso); fundação da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância (APMI) em 1957, anexa à Liga; baile beneficente no aniversário da Cidade com venda de colares de flores de papel; arrecadação da renda de jogos de futebol; doação de sangue para casos de “cesárias gravíssimas” (LIGA, 1957, p. 10); auxílio na alimentação das mães e participantes da Liga; organização de quermesse (LIGA, 1959, p. 33).

A partir de 1957, a instituição passou a formular pedidos de ajuda a políticos e à Legião Brasileira de Assistência – LBA do Paraná, como não obteve êxito, passou a “fazer apelos à população”. A comunidade atendeu ao apelo de acordo com os registros: “bom êxito da campanha de roupas para o inverno feita pela Diretoria, que veio melhorar a situação de cerca de vinte crianças pobres” (LIGA, 1957, p. 6verso, 7verso e 8).

Por meio de orientação do Conselho Estadual da Criança – CEC, em carta datada de três de abril de 1957, a Liga decidiu fundar a Associação de Proteção à Maternidade e Infância (APMI) nos moldes estabelecidos pelo Departamento Estadual da Criança. Evidencia, em suas Atas, a organização e disponibilidade para atendimento às crianças, conforme descrito na Ata 21.<sup>a</sup>:

A senhora presidente recomendou o fornecimento da quota do leite até fins de Outubro, podendo a senhora tesoureira fornecê-lo a gestantes matriculadas bem como às crianças doentes mesmo além de um ano de idade, visto o leite recebido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância permitem uma maior largueza [largueza] na distribuição (LIGA, 1957, p. 11).

Ainda sobre estes aspectos, observa-se que, no ano de 1958, há registro do recebimento de verbas federais para compra de remédios e despesas de hospital; aconteceu a primeira “Campanha da Flanela”, no inverno de 1959, e a “Campanha do Cobertor”, em 1960. Esta última ação social ainda acontece atualmente, intitulada como campanha do agasalho, e tem sido realizada nas Entidades beneficentes de Cianorte (LIGA, 1958- 1959, p. 16 e p. 29verso).

Em 1959, para prefeito do município, foi eleito Antonio Rodrigues Motta e, conforme citado em Ata, houve mudança da presidente da Liga, assumindo sua esposa. A

partir desse ano, observou-se que, após cada mudança de prefeito, suas esposas, automaticamente, assumiam a Liga.

As atas dos anos de 1960 a 1963 chamam atenção pelos apelos que a presidente faz em relação à colaboração das sócias, justificando o aumento do número de crianças pobres e as dificuldades encontradas para atendê-las. Afirmam a presidente:

[...] as crianças pobres isto é o número aumenta dia por dia e as snras [senhoras] sócias abandonaram com suas contribuições e trabalhos e isto não pode acontecer (1960, p. 36);  
 [...] A snra [senhora] presidente empenhou que todas levassem à Liga roupas porque a pobreza era enorme e as roupas muito poucas; e também algum remédio que não ocupasse em casa que aí seria bem empregado (1961, p. 41verso);  
 [...] pediu as snrs [senhoras] que colaborassem mais com: donativos e boa vontade em ajudar sinão [se não] teria que acabar com a Liga (1961, p. 42);  
 [...] a Liga não suporta pagar nem os remédios quanto mais suavizar o frio terrível das crianças de nossa terra (1961, p. 43).

Ainda sobre os fatos, informou a assistente geral:

[...] sobre os partos atendidos durante aquele período; mostrando a pobreza espalhada nos cantos do Município de Cianorte (1961, p. 43).

Em janeiro de 1962, a presidente em exercício registrou o aumento do número de crianças e da pobreza ao apresentar a prestação de contas dos trabalhos de dezembro de 1961, citou uma lista de 800 crianças contempladas com brinquedos. Ela empregou a palavra infância para substituir a expressão “criança pobre” ao agradecer a próspera campanha de natal, dizendo que foi “brilhante alegrando assim a nossa infância” (1963, p. 46verso).

Em março de 1963, a presidente, pediu a colaboração das sócias para ajudar uma menina de cinco anos, queimada e encaminhada para Maringá-PR. No mesmo ano, em abril, anunciou a “campanha do agasalho”, sugerindo que todas as sócias doassem “um metro de flanela” ou um “cobertor” para a organização dos trabalhos para o próximo inverno e encerrou com a informação de que a rifa de um fogão ocorreria no próximo mês nas dependências da “Rádio de Cianorte” (1963, p. 47 e 47verso).

Constam nas Atas as movimentações financeiras feitas pela tesoureira: “a sra tesoureira, M<sup>a</sup>. Lurdes da Silva, apresentou o balanço referente ao mês de abril de 1963, pedindo as sras sócias que deixem importância mensal em sua casa ou então na casa da sra presidente para melhor facilitar a cobrança”. Os registros mostram que elas decidem pedir ajuda nas escolas, juntamente com “o professorado”, para a campanha do agasalho no mês de

maio de 1963. Não são encontrados registros de nomes ou quantidades, apenas a presidente informou que várias crianças queimadas e doentes receberam atendimento da Liga no mês anterior (1963, p. 48).

No período entre julho a setembro de 1963, verificou-se um planejamento voltado para as seguintes ações: “10º aniversário de Cianorte” e confecção de um “carro alegórico” (p. 48verso); a presidente pediu que fosse organizado e repassado “tudo que fôr referente à Liga Feminina Pró Infância de Cianorte à sra do prefeito Municipal de Cianorte o qual for eleito aos 6 dias de outubro de 1963”, acrescido do balanço financeiro (p. 49).

A primeira dama, esposa do novo prefeito Ramon Máximo Schulz, ao assumir a diretoria, convidou novos membros, e pediu ajuda para a “Campanha Pró Natal da Criança Pobre”, informando que solicitaria doações às casas de tecidos, laboratórios e fábricas de brinquedos. Posteriormente, distribuiu serviços e promoveu uma sessão de cinema com filme cedido pelo Cine Local (1963, p. 49verso).

No ano seguinte, a presidente solicitou que cada sócia fizesse o pagamento das contribuições mensais e comentou sobre as respostas das cartas dizendo que “[...] arrecadou um bom auxílio para o ‘Natal da criança pobre’” (1964, p. 50). Observa-se que, na reunião datada de 21/04/1964, na página 50 verso, não houve registros de assuntos por falta de quórum e, até a presente data, não encontramos o próximo livro que transcreve a sequência dos trabalhos da Liga.

### 3.2 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA (APMI) DE CIANORTE

**Imagem 2:** Sede da APMI em Cianorte



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, fotografada em 09/11/2015.

**Quadro 8:** Descrição de documentos da Associação de Proteção à Maternidade e a Infância (APMI) de Cianorte.

<b>Nome da instituição</b>	<b>Forma</b>	<b>Formato</b>	<b>Espécie</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data</b>	<b>Número de páginas</b>
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	08/05/1957 a 20/01/1997	01 a 50
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	21/01/1997 a 18/03/2014 <sup>24</sup>	01 a 77
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)	Cópia	Estatuto	Digitalizado	-	04/05/2009	01 a 10
Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI)	Original	Jornal: Folha Regional de Cianorte	Digitalizado Ed. Nº 1030	Matéria jornalística	16/08/2014	p. 11

**Fonte:** Organizado pela pesquisadora

A APMI é uma Entidade não governamental, sem fins lucrativos e de caráter assistencial, fundada em 8 de maio de 1957 pela Liga Feminina Pró-Infância. Sua fundação seguiu a orientação do Conselho Estadual da Criança, que enviou uma carta à presidente da Liga, em 03 de abril de 1957, solicitando à Entidade que fundasse a APMI no município. Assim, registra-se na 11ª Ata da Liga:

Em seguida foi feita a leitura da carta recebida do Conselho Estadual da Criança aconselhando a fundação da Associação de Proteção à Infância de Cianorte nos moldes estabelecidos pelo Departamento Estadual da Criança (p. 6verso).

<sup>24</sup> A data e o número de páginas registradas simbolizam o último registro encontrado até a data em que o material foi fornecido para estudo, portanto os registros continuam até os dias atuais.

Após a criação da APMI, a instituição passou a ser anexa à Liga, assim justifica a 13ª Ata da Liga: “[...] a senhora presidente comunicou oficialmente à Diretoria a aprovação pelo Conselho da criação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cianorte, **anexa a Liga**” (p. 7, grifo nosso).

O período inicial das ações da APMI esteve ligado aos atendimentos na área da saúde, mantendo o pagamento de médico e da parteira, visto que os partos eram realizados nas próprias casas desde o ano de sua fundação em 1957 até o ano de 1965. Neste período, os registros em atas são dedicados apenas a eleições de diretoria.

Em 06 de abril de 1965, os registros se atêm a: recebimento de verbas do Governo Estadual para a construção da “Casa da Criança” e a doação de lotes de terra realizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Registrou-se:

[...] a senhora presidente abriu a sessão, sendo o assunto principal a construção da Casa da Criança. Falou em seguida sôbre a verba conseguida do Governo estadual, por intermédio do senhor bispo D. Elizeu Simões no valor de sete milhões e meio que já se encontram depositados no Banco à disposição da Associação e mais dois milhões e meio cedidos pela Prefeitura Municipal. Falou sobre a data de [terras] a ser doada pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, uma na Zona 03, sendo quadra nº 8 e a outra na zona 7, quadra 90. Entretanto em discussão foi aprovada a escolha da data na zona 7 (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E A INFÂNCIA, 1965, p. 7).

Na sequência de atas do período de julho a outubro de 1965, são mencionados, em vários momentos, a compra de materiais para a construção da “Casa da Criança” e o andamento da construção, mas não encontramos registro sobre seu término e inauguração. Somente a partir do dia 15/08/1966, são registradas reuniões realizadas na “sede desta entidade”, sem descrição do local (APMI, 1966, p. 10).

Para melhor compreender a situação da construção da Casa da Criança, encontramos, na edição nº 1.030, de 16 de agosto de 2014, no jornal Folha Regional de Cianorte, uma matéria referente à comemoração dos 42 anos de fundação do Hospital e Maternidade São Paulo Ltda., intitulada “Recordações”. Ela transcreve a entrevista cedida por seu fundador Doutor Francisco Busto Moreno, que, ao contar a história do Hospital, cita que foi instalado provisoriamente o Hospital Infantil e Maternidade de Cianorte na sede da APMI. Partes de seu relato:

Há quatro anos, em 1965, o governo federal destinara uma verba, através do BNDES para Cianorte, durante a gestão do Dr. Ramon Máximo Schulz<sup>25</sup>, que a aplicou na construção do prédio da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) em 1967.

[...] Graças à existência desta obra construída pelo prefeito anterior, foi possível adaptar e implantar o Hospital Infantil e Maternidade, na gestão do Sr. Ricardo de Queiroz Cerqueira<sup>26</sup>, como prefeito eleito em 1968.

[...] Na época existiam quatro hospitais particulares em Cianorte, que somados, não valeria meio hospital, pois de nenhuma forma um auxiliava o outro, para socorrer os pobres.

[...] o governo estadual [...] incentivava a descentralização de suas ações [...] mas apenas com filosofia e promessas, pois não havia um plano de obras hospitalares [...] era um completo esquecimento destas obrigações, deixando os municípios, como era o caso de Cianorte, abandonados à própria sorte (FOLHA REGIONAL DE CIANORTE, 2014, p. 11).

De acordo com a matéria jornalística e os dados da ata, a denominação “casa da criança” foi utilizada para aquisição de verbas para a construção da sede da APMI. No entanto, após o término da obra, o prédio foi utilizado para o funcionamento do Hospital Infantil e Maternidade de Cianorte, possuindo como mantenedora a APMI. Ressalta-se que, diferentemente do registro em ata, que informa ter sido escolhido o lote de terras da zona sete, a Casa da Criança foi construída na zona 3, atual sede da APMI de Cianorte.

No período entre 1967 a 1972, as reuniões passaram a ser feitas em residências dos membros da diretoria. Em outubro de 1967, registrou-se eleição da diretoria para o biênio 1967-1969, elegendo como presidente a esposa do novo prefeito (APMI, 1967, p. 12). Não constam registros no ano de 1968.

A reunião realizada na residência da senhora L. R. C., em fevereiro de 1969, registrou nova eleição de diretoria, reelegendo-a como presidente da instituição. Salientamos que, neste ano, teve início a gestão do novo prefeito municipal, Ricardo de Queiroz Cerqueira, sendo a nova presidente sua esposa.

Em fevereiro de 1971, nova eleição de diretoria reeleveu a presidente anterior (APMI, 1971. p. 14).

Em março de 1972, registrou-se a aprovação do novo Estatuto, conforme determinação do Departamento Estadual da Criança, em consonância com o Decreto nº 69.514, de 09 de novembro de 1971, que dispõe sobre a execução de medidas de proteção materno-infantil, passando a competência de orientar, coordenar e controlar a proteção materno-infantil à Política Nacional de Saúde, priorizando à população de baixa renda. Nesta

---

<sup>25</sup> 3º Prefeito de Cianorte, gestão 1963-1969.

<sup>26</sup> 4º Prefeito de Cianorte, gestão 1969-1973.



ata aparece, pela primeira vez, a publicação de convocação no jornal “A Tribuna de Cianorte” (APMI, 1972, p. 17).

A ata de fevereiro de 1973, sem citar o local da reunião, apresentou a nova diretoria, que não foi eleita, mas indicada pelo prefeito municipal devido à “renúncia coletiva” da antiga diretoria da Entidade. Eleita em segunda reunião, na Câmara Municipal de Cianorte, a nova diretoria foi homologada pelo Departamento Estadual da Criança, já que não houve *quórum* suficiente para a eleição na primeira. A troca de diretoria culminou com a troca do comando municipal, assumindo Nelson Prendim como prefeito e João Bonametti como vice-prefeito. A presidente eleita da instituição foi a esposa do vice-prefeito (APMI, 1973, p. 21 e 22verso).

Nos meses de agosto e outubro do seguinte ano, a Associação incluiu dois itens em seu Estatuto, a fim de conseguir Utilidade Pública Federal. O primeiro vedou a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens aos dirigentes, mantenedores ou associados e o segundo incluiu uma cláusula que estabelecia que era mantenedora do Hospital e Maternidade Cianorte e da Liga Feminina Pró- Infância de Cianorte. Alterou, portanto, suas finalidades, porque, como já dissemos anteriormente, a APMI foi fundada anexa à Liga e, desde então, a Liga passou a ser anexa à APMI (APMI, 1973, p. 22verso e 23).

Um fato que merece destaque é a mudança no olhar sobre a criança, que está registrado na fala da presidente da Associação, no ano de 1975, ao citar a necessidade de comemorar o dia da criança. Justificou que, “no natal, várias associações [se] encarregam do Natal dos pobres e no dia dedicado às crianças geralmente elas não são lembradas” (APMI, 1975, p. 25verso).

Na reunião de reeleição da diretoria, em fevereiro de 1975, consta que foi realizada “no recinto do Hospital e Maternidade de Cianorte” (APMI, 1975, p. 25).

No ano de 1977, a diretoria propôs, ao invés de fazer o tradicional baile em comemoração ao aniversário da Cidade, a realização da primeira “Festa das Nações”, com a participação das Entidades assistenciais e a gincana com os estudantes das escolas e 1ª Maratona Esportiva da Liga Feminina – MELF. Neste mesmo ano, aconteceu a nova eleição da diretoria, assumindo a presidência A. F. N., primeira presidente que não era esposa do prefeito nem do vice-prefeito municipal (APMI, 1977, p. 26, 26verso e 28).

A renúncia coletiva dessa diretoria aconteceu em maio de 1978, alegando que “a APMI praticamente deixou de funcionar” e, em seguida, foi eleita uma nova diretoria que se comprometeu em efetuar “[...] os pagamentos dos meses de novembro, dezembro e o 13º Salário” atrasados (APMI, 1978, p. 29 e 29verso). Neste ano, assumiu o novo prefeito,

Francisco Honório Arieta Negrão, e a presidência da instituição passou a ser representada por sua esposa.

No ano de 1981, constatamos a renúncia da antiga diretoria e nova eleição, constando chapa única para concorrer à diretoria, assumindo a presidência a chefe de gabinete municipal (APMI, 1981, p. 30verso).

A próxima reunião que contemplou a eleição da diretoria ocorreu em abril de 1983, assumindo a esposa do prefeito eleito, Jorge Moreira da Silva (APMI, 1973, p. 31).

No ano de 1984, está registrado em ata a abordagem de três assuntos de grande relevância: o primeiro discutiu a necessidade de alugar o “prédio da antiga Maternidade” para a junta de conciliação e julgamento pelo valor de 4 mil cruzeiros, que seria utilizado para a “compra de leite para os infantes carentes”, visto que a Maternidade “na atual situação, não tem condições de funcionar como Hospital e Maternidade”, justificando o seu fechamento; o segundo tratou da participação em uma festa intitulada como “domingo alegre”, mas o que chama a atenção é o trabalho em conjunto com o Centro Social Urbano e a divisão da renda em “50% para cada”; e, o terceiro referiu-se à “Ação de Execução que o Instituto Nacional de Previdência aforou no juízo da Comarca de Cianorte contra a A.P.M.I., sobre o INPS dos funcionários da antiga Maternidade”. Na sequência, discutiu-se a “possibilidade de substituir a penhora do imóvel da Rua Tocantins, nº 312, pelo prédio da Rua Abolição s/n, onde atualmente está ocupada pelos Vicentinos” (APMI, 1984, p. 33verso e 34).

No dia 16/05/1985, registrou-se a aquisição de um veículo ano 1976 realizado pela APMI, que aconteceu no ano anterior e que seria “doado para a Prefeitura Municipal de Cianorte”, constando um adendo que: “o referido veículo ficará à disposição desta entidade sendo mantido, digo a sua manutenção de inteira responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cianorte”. Na sequência, no dia 21/05/85, consta o registro de duas atas, uma às 10:00 horas, cancelando a ata anterior e justificando que “o adendo ali colocado não condiz com a real doação”, e outra às 10:30 horas, na qual apresenta novamente a aquisição do veículo e “que o referido automóvel será doado para a Prefeitura Municipal de Cianorte”, retirando o adendo que a instituição poderia fazer uso do veículo e a sua manutenção seria realizada pela prefeitura (APMI, 1985, p. 34, 34verso e 35).

Em 14/08/1985, há o registro da eleição da diretoria, constando convocação por edital em jornal local. Para esta eleição, concorreram duas chapas, e, nas duas, a primeira dama foi indicada para presidente. Ainda nesta ata, ao definir os trabalhos, foi utilizada a expressão “crianças carentes” ao invés de “crianças pobres”. Em outubro foi votada a locação do prédio da antiga Maternidade para o Núcleo Regional de Educação, firmando contrato com

o Governo do Estado do Paraná, não há registros se realmente aconteceu a locação (APMI, 1985, p. 35verso).

Em outubro de 1987, a eleição foi convocada pelo jornal local e duas chapas competiram, entretanto, nas duas, constava a esposa do prefeito municipal como presidente. Ao prestar contas, foram citados “os trabalhos de produção e cursos desenvolvidos com as mães no decorrer do ano de 1986” e, pela primeira vez, foi mencionado o nome da Legião Mirim<sup>27</sup> (APMI, 1987, p. 37).

Não há registros no ano de 1988, retomando a transcrição das atas em abril de 1989 para constar a renúncia dos componentes da Diretoria e a eleição da nova Diretoria. Assumiu a presidência a esposa do Prefeito eleito, Edno Guimarães. A ata registra uma longa descrição de utensílios da APMI, pertencentes ao antigo hospital e maternidade, cedidos para o “Recanto dos Velhinhos, Departamento Municipal de Saúde e Legião Mirim” sob a justificativa de não “terem utilidade” para a entidade (APMI, 1989, p. 38-41verso).

Nesta gestão, foram registrados trabalhos juntamente com os postos de saúde e o empréstimo de materiais e equipamentos da antiga Maternidade para outros setores. Em dezembro do corrente ano, após nova eleição, permaneceu a mesma presidência e foi mencionada a necessidade de criação da “casa da mãe solteira”, porém não encontramos registro da abertura desta entidade ou programa (APMI, 1989, p. 41verso e 43verso).

Em 1990, os trabalhos se voltaram exclusivamente para as gestantes “objetivando inicialmente a confecção de acolchoados infantis, além de fazer orientações e esclarecimento sobre as principais dúvidas que surgem durante e após a gestação” e foram registrados atendimentos aos dois distritos de Cianorte, Vidigal e São Lourenço (APMI, 1990, p. 44verso).

Em 1992, relatou-se a confecção de enxovais para bebês e de acolchoados infantis como prestação de contas dos trabalhos realizados e a nova eleição da diretoria, permanecendo a esposa do atual prefeito como presidente e a renúncia de uma mulher, membro da diretoria, para viabilizar sua candidatura a vereadora (APMI, 1992, p. 45-46).

Em abril de 1993, após a eleição municipal ocorrida no ano anterior, reassumiu a presidência a esposa do prefeito reeleito Jorge Moreira, que efetivou a contratação de uma assistente social<sup>28</sup> para trabalhar com “as gestantes carentes” (APMI, 1993, p. 46verso).

---

<sup>27</sup> Esta entidade funcionou no prédio da APMI, por este motivo, não houve locação do prédio até 1994, não foram encontrados materiais arquivados na APMI, sua história será contada, mais adiante, por meio de registros em cartório.

<sup>28</sup> Em visita ao Centro Social Urbano na busca de documentação da Legião Mirim, a assistente social afirmou nunca ter exercido a função de Assistente Social, relatando que quando assumiu, após o concurso, foi transferida

A reeleição da diretoria aconteceu em maio de 1995 e a Entidade retornou para a Rua Santos, 315, “antiga maternidade”. Para o desenvolvimento dos trabalhos, constam atividades para as mães, como preparação para o mercado de trabalho após o nascimento dos bebês. Em agosto do mesmo ano, registrou-se a presença de uma servidora pública, como coordenadora, para desenvolver os trabalhos burocráticos da Entidade, a qual estabeleceu uma nova organização, apresentada como “sistema de cadastros e visitas às mães assistidas”, citando também a confecção do enxovalzinho no clube de mães como uma nova atividade anexa à APMI. Porém esta atividade era realizada desde sua fundação, parando em alguns momentos de acordo com a visão de cada presidente. O primeiro repasse de recursos, através do Fundo Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, ocorreu em maio de 1995<sup>29</sup>. Em dezembro, foi citada a Lei Municipal nº 69/95 que, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e Lei Federal nº 8.742/93 (BRASIL, 1993), criou o Fundo Municipal de Assistência Social, definindo o funcionamento dos repasses de recursos para o próximo ano (APMI, 1995, p. 47-49verso).

A última ata registrada no livro foi no dia 02 de fevereiro de 1996, apresentando uma representante para participar do Conselho Municipal de Assistência Social (APMI, 1996, p. 50). O encerramento do 1º Livro ata foi em 20 de janeiro de 1997.

A abertura do próximo livro ata é datada de janeiro de 1997, e a sua primeira transcrição tratou da renúncia, por escrito, da antiga diretoria e o recebimento de um veículo Kombi do Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR Estadual no ano anterior (APMI, 1997, p. 1verso).

Em fevereiro do mesmo ano, após um edital de convocação e de eleição para diretoria, elegeu-se a esposa do atual prefeito, Flávio Vieira, como tesoureira, e outra mulher como presidente. A ata ainda discute outros assuntos, propondo uma nova organização na utilização do veículo Kombi, ficando acordado que “[...] nem mesmo a Prefeitura poderá utilizá-la sem autorização por escrito da Presidente”. A afirmação da nova presidente se justifica devido à utilização do veículo pela gestão municipal anterior, sem autorização registrada da Entidade (APMI, 1997, p. 3-4).

---

para a chefia da Secretaria M. de saúde e faz apenas seis anos que retornou para a sua função do concurso e que não se lembra do funcionamento destas entidades.

<sup>29</sup> A criação dos Conselhos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente, bem como de um fundo próprio fazem parte da exigência da política de atendimento do ECA de 1990, Artigo 88, na qual delibera, em seu inciso I, a municipalização do atendimento e, no inciso II, a criação dos conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e dos adolescentes, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais (BRASIL, 2002).

Na ata seguinte, redigiu-se um ofício à Prefeitura comunicando que a APMI recebera o veículo com um amassado na parte traseira. Registrou-se, na sequência, que a Entidade faria um levantamento de dados sobre a situação das gestantes no município, em colaboração com a Secretaria Municipal de Saúde, para a criação de atendimento em “creche ou de uma pousada para mães gestantes desamparadas”. A participação de voluntários está presente na fala da presidente nos agradecimentos em “servir a causa da caridade”, e informa que os funcionários que eram registrados pela Entidade teriam que se adequar a um “[...] novo sistema de frequência dos funcionários da APMI, livro ponto, com registro de entrada e saída” (APMI, 1997, p. 5-7).

A próxima reunião foi realizada no Salão Paroquial do Distrito de Vidigal, em março de 1997, a presidente informou que estava protocolando os ofícios na instituição, que foi necessário o empréstimo do veículo Kombi à prefeitura Municipal para o transporte de alunos da zona rural para a escola e que foram encontradas duas máquinas de costura da APMI, que serão levadas para conserto (APMI, 1997. p. 7verso e 8).

Ainda no mesmo mês, em outra reunião realizada na sede da APMI de Cianorte, destacou-se a visita a “duas famílias carentes” para averiguar se havia necessidade de atendimento. A presidente relatou sobre trabalhos nos Distritos de Vidigal e São Lourenço duas vezes por semana para a confecção de enxovais e que, na sede de Cianorte, seria realizado “trabalho de ensino de Práticas de boas maneiras com as mães”. A presidente da instituição informou que solicitou funcionários à prefeitura e o repasse dos recursos atrasados do ano anterior (APMI, 1997, 9verso).

O repasse de materiais para confecção de enxovais no distrito de São Lourenço foi feito em abril de 1997 e a presidente comunicou que a Clínica Oftalmológica Nossa Senhora do Guadalupe faria exame de acuidade visual nas mães e nas crianças atendidas pela APMI e que a Secretaria Municipal de Saúde “forneceu uma vez por semana uma fisioterapeuta e uma enfermeira para trabalharem com as mães na sede – Centro de Cianorte”. A presidente explicou a existência de duas novas “sub-sedes” nos bairros de Cianortinho e Pedro Moreira e que, uma vez por semana, seriam enviados lanche e material para trabalhos manuais. A presidente convidou a todos para uma reunião juntamente com o PROVOPAR Municipal no Centro Social Urbano (APMI, 1997, p. 10verso).

Em maio, a presidente relatou o empréstimo de dinheiro a uma gestante para o pagamento do seu aluguel, o encaminhamento ao Conselho Municipal de Ação Social e para o PROVOPAR do “Projeto do Berçário Nosso Lar” para atendimento de crianças até dois anos de idade, que fora aprovado em Cianorte e seria encaminhado para Curitiba.

O Rotary de Cianorte fez a doação de uma máquina de costura overloque para ser utilizada no Distrito de Vidigal, a esposa do gerente da COCAMAR (não foi citado o seu nome) propôs a realização de um “café colonial” em prol da instituição, a presidente solicitou que seja adequado o regimento interno da APMI, justificando que é de 1987 e precisa ser revisto, informou, ainda, que estão servindo refeições diárias para as gestantes e fez uma cobrança à secretária de Bem-Estar Social para ajudar uma mãe da zona rural de Vidigal (APMI, 1997, p. 12 e 12verso).

Em julho, durante a entrega da máquina de costura overloque para Vidigal, a presidente comentou que os integrantes do Rotary “[...] ficaram impressionados com a saúde das crianças” e que participaria de um curso intitulado “Protegendo a Vida, nas palestras: Aspectos gerenciais da APMI” realizado em Campo Mourão (APMI, 1997, p. 12).

A presidente informou que a APMI faria parte da “Semana do Aleitamento Materno” juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde e que adquiriu uma máquina fotográfica para a instituição em agosto de 1997. Na reunião de novembro, a presidente fez um balanço dos trabalhos, em que consta a doação de “[...] (290) duzentos e noventa enxovais completos durante estes meses (de fevereiro a novembro) e (30) trinta acolchoados confeccionados pela entidade, todo este material foi distribuído às mães carentes de Cianorte e seus distritos”. Decidiram realizar um bazar de natal, contratar um contador, fazer uma confraternização de final de ano e mencionou que foram dadas sugestões para um berçário, porém não estão descritas quais (APMI, 1997, p. 14verso).

Na reunião de janeiro de 1998, a presidente informou que recebeu recursos para “compra de bens de consumo”, porém não esclareceu de onde e nem a quantia, mencionando estar aplicado em conta poupança. Na sequência, destacou sobre a necessidade de reformas no prédio e que o atendimento do “berçário Nosso Lar” seria para crianças de três meses a dois anos de idade. A presidente decidiu solicitar ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente aumento de recursos e a contratação de uma estudante de psicologia para a secretaria e coordenação do berçário (p. 15verso).

Em maio de 1998, foram apresentados os candidatos “à eleição do Conselho Tutelar de Cianorte” e “ideias sobre a reforma do prédio”. Em julho, aprovou-se a contabilidade da APMI, foi informada uma visita às “[...] instalações do Berçário Nosso Lar que está em fase final de acabamento” (APMI, p. 16verso e 17).

A presidente da instituição iniciou a reunião de setembro agradecendo a participação de todos na inauguração do “Berçário Nosso Lar”, realizado no dia quatorze de agosto, apresentou a nova coordenadora e servidora municipal, informando que estão matriculadas

onze crianças no berçário e acrescentou: “porém há um caso especial encaminhado e com acompanhamento do Conselho Tutelar referente à menor: B. de 2 meses, com o objetivo de combater a desnutrição, pois a mãe vive pelas ruas como mendigante”. A presidente justificou que, por não ter recebido repasse de subvenção da prefeitura, há algumas pendências.

A presidente relatou a falta de recebimento de verbas da prefeitura e, na sequência, houve a fala da primeira dama cobrando a entidade por não ter utilizado ainda o recurso doado pelo PROVOPAR para a confecção de enxovais. Consta na ata a solicitação da prefeitura para a contratação de funcionários pela Entidade para atuar na secretaria municipal de saúde, porém não menciona quem solicitou. Assim descreve secretária:

Falou também do repasse de recursos da Expovest<sup>30</sup> e subvenção da Prefeitura, os quais ainda não foram creditados, assim sendo ficaram algumas despesas pendentes, inclusive o pagamento das tintas para novembro. Foi reivindicado [Foram reivindicados] mais recursos do Fundo para folha de pagamento, pois as duas (02) atendentes é [são] contratadas pela Instituição o que acarretará um custo de 720,00 (setecentos e vinte reais). A primeira Dama [...] sugeriu trabalho em parceria, bem como também foi comentado que o Conselho iria contribuir com R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensal para confecção dos enxovais das gestantes, porém não temos nenhuma definição do mesmo. Foi apresentado o contrato de três funcionários à saúde pública através da Instituição com o Convênio com a Prefeitura, sendo ainda para ser analisado. (APMI, 1998, p. 17).

Na reunião de novembro, foram citados os problemas anteriores, além de discutirem promoções e o encerramento das atividades em dezembro (APMI, 1998, p. 19).

Em fevereiro de 1999, a presidente relatou que o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA e as senhoras Rotarianas fizeram repasse de recursos para ajudar nas dívidas da instalação do berçário e que a prefeitura, por meio do CMDCA, aumentou os recursos de subvenção para este ano. Ainda no mesmo mês, aconteceu a eleição da diretoria, permanecendo a mesma presidente e a primeira dama como tesoureira (APMI, 1999, p. 19verso e 20).

Em março de 1999, a presidente relatou que as dívidas anteriores estavam quase sanadas, abordou a respeito das promoções, confecção de enxovais para “mães carentes”, o recebimento de dez cestas básicas do fórum. Em abril, a presidente propôs a distribuição de carnês e um sistema de “padrinhos das crianças” que contribuiriam mensalmente para a instituição. Em junho, a presidente informou que a APMI internou uma criança com “sarna e

---

<sup>30</sup> Feira de Moda realizada juntamente com a festa do aniversário do Município, atualmente acontecem em eventos separados. A partir de sua implantação, o município passou a ser reconhecido como “Capital do Vestuário”.

pneumonia dupla” e propôs fazer uma poupança para aumentar o berçário. Ela pediu desculpas, em agosto, por não ter encaminhado a prestação de contas ao tribunal de contas, justificando que não sabia que teria que encaminhá-la ao órgão (APMI, 1999, p. 21, 22 e 23verso).

No mês de outubro, houve o registro de quatro reuniões: a primeira relatando que a diretoria se reuniu para tratar de assuntos gerais, porém não foram especificados quais; a segunda sobre alteração do estatuto; a terceira tratou do afastamento de um dos membros, prestação de contas, promoções e a festa do dia das crianças; e a quarta relatou uma advertência dada a uma funcionária da secretaria por não ter participado de uma palestra sobre prestação de contas e mencionou a necessidade de contratação de mais duas funcionárias devido uma delas estar grávida e a outra, doente (APMI, 1999, p. 24 a 28verso).

No mês de novembro, a presidente comunicou que fez um empréstimo de máquinas de costura para o SENAI por três meses e que colocou a funcionária da secretaria à disposição da prefeitura por ter “[...] levado para a entidade o seu sobrinho o qual estava drogado e colocou em risco a vida dos bebês e dos demais funcionários”. Na reunião seguinte e no mesmo mês, a presidente relatou que o irmão da funcionária dispensada “fez sérias ameaças”, mas que já se desculpou depois da intervenção de um advogado e, na sequência, prestou contas de promoções, informando que adquiriu equipamentos para lavanderia e estava organizando os preparativos de final de ano e encerramento das atividades (APMI, 1999, p. 29-30verso).

### 3.3 LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK

**Imagem 3:** Participação de crianças do Lar Infantil Allan Kardec no desfile comemorativo do Aniversário de Cianorte em 1990.



**Fonte:** 37.º Aniversário de Cianorte (CIANORTE, jul. 1990).



**Quadro 9:** Descrição de documentos do Lar Infantil Allan Kardec de Cianorte

<b>Nome da instituição</b>	<b>Forma</b>	<b>Formato</b>	<b>Espécie</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data</b>	<b>Número de páginas</b>
Lar Infantil Allan Kardec	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de atividades da Diretoria	20/03/1971 a 05/07/2000	01 a 88
Lar Infantil Allan Kardec	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	29/09/1969	01 a 07
Lar Infantil Allan Kardec	Cópia	Folha	Certidão	Certidão de Inteiro Teor	Emitida: 20/02/2015 Período: 24/06/1964 a 06/12/1971	01 a 02
Lar Infantil Allan Kardec	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	10/01/1970	01
Lar Infantil Allan Kardec	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	10/01/1970	01
Lar Infantil Allan Kardec	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	29/06/1972	01
Lar Infantil Allan Kardec	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	23/09/1970	01

**Fonte:** Organizado pela pesquisadora

Diferentemente das outras Entidades consultadas, o primeiro registro em livro ata do Lar Infantil Allan Kardec, datado de março de 1971, não consta ata de fundação. O livro inicia os registros em agradecimento ao Deputado Estadual Hélio Manfrinato que assinou, por procuração, um convênio com o Instituto de Assistência ao Menor de Curitiba e fez a doação de um reservatório de água para a instituição. O secretário Lerge, descreveu que a doação “[...] terminará o angustiante problema de falta de água que tanto nos aflige” e “[...] nos oferecerá melhores condições para continuar a assistir a criança órfã e desvalida”. Devido à ausência deste documento, a fundação da instituição será descrita por meio de documentos registrados em cartório e, após o ano de 1971, utilizaremos os registros transcritos em atas. Destacamos que o Lar Infantil foi destituído legalmente em 2000 e não encontramos outros documentos, apenas este livro no Centro Espírita Allan Kardec de Cianorte, que gentilmente nos foi emprestado pelo Presidente atual Doutor Jucélio Andrade e sua esposa Tânia Elias da Vinha Andrade, que justificaram não encontrar outros registros porque os trabalhos de servir

ao próximo, nesta época, e segundo os seus ensinamentos, não carecem de registros, mas de ações.

Neste sentido, segundo a Certidão de Inteiro Teor (LAR INFANTIL ALAN KARDEK, 1964-1971), solicitada no cartório de Registros de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas e Protesto em 2015, a primeira diretoria eleita é datada de 26/06/1964, tendo como presidente o Senhor Álvaro Lopes Cortez e vice-presidente o Senhor Antonio Rossi. Encontramos o registro de novas eleições em 1º de julho de 1966 e 28 de junho de 1968, nas quais foram mantidas as mesmas pessoas para os cargos de Presidente e Vice (LIAK, 1970b). Somente em 29 de junho de 1972, foi eleito o senhor Guines Hernandes Vidal para presidente e o Senhor Vicente Rufino para vice-presidente (LIAK, 1972b).

O primeiro Estatuto autenticado em cartório data de 03 de setembro de 1969 e, segundo ata registrada em 30 de julho de 1970, foi realizada alteração no artigo 56 “[...] para satisfazer exigências do Conselho Nacional de Serviço Social, para registro desta Entidade naquele órgão oficial”. Neste sentido, para fins de organização das datas de fundação das Instituições, o LIAK foi fundado na década de 1960 no Município de Cianorte e não na década de 1970 como se acreditava quando se conhecia apenas o livro ata como documento histórico (LIAK, 1964).

Sanadas as dúvidas quanto à data de fundação do LIAK, a história apresentada passa a ser descrita por meio do livro atas a partir de 1971, referenciado como Lar Infantil Alan Kardec (1971-2000). A segunda ata, datada do mês de maio de 1971, relata a dificuldade em apresentar os balancetes pelo acúmulo de serviços e a deficiência do quadro social do LIAK, fato este que se estende. Em junho, solicitou-se a um escritório de contabilidade para fazer o relatório de rendimento, justificando estar com dificuldade de declarar os rendimentos de 1969 e que se estendeu até o meio da construção em “junho de 1964”. Salientamos que este fato nos impulsionou a buscar informações em Cartório de Registro e Títulos (LIAK, 1971, p. 1 verso e 2).

Em junho de 1971, consta que foi redigida uma carta endereçada ao Instituto de Assistência ao Menor – IAM, na qual se solicitava “pagamento da importância de C\$ 6.480,00 (seis mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros) referente benefício calculado sobre 29 crianças nossas internadas, a razão de CR 60,00 (sessenta cruzeiros) per capita, de janeiro à abril, do ano em curso, pelo que estabelece a cláusula 7ª do convênio com aquele Departamento”. Em julho, receberam resposta da Federação Nacional de Bem-Estar do Menor de outra “Carta enviada em 22/09/1970”, na qual informa que foi indeferido o pedido sob a justificativa de que não havia nenhum registro de criança abrigada no LIAK, ou seja,

“nenhuma criança procedendo daquele instituto”. Em setembro, conseguiram um roteiro para habilitar a entidade e o Juiz de Direito redigiu um documento endereçado ao IAM informando que a entidade estava em funcionamento e anexou uma lista com dados de 33 crianças. Interessante que, em junho de 1972, o próprio Juiz informou a um dos membros que foi recomendado pelo Secretário do Trabalho e Assistência Social, Osmario Zelli, que não fornecesse “[...] cartas guias de menores que venham a ser internados neste Lar, para fins de benefícios, soube [sob] alegação de que esta cidade não tem âmbito para número de crianças já existentes” causando indignação aos membros da diretoria do Lar, que justificaram que as crianças “procedem de vários lugares do Paraná e do País” (LIAK, 1971 e 1972, p. 2, 5 e 8).

A diretoria na intenção de divulgar os trabalhos da entidade, no 18º aniversário da cidade, organizou-se um carro (Caminhão) alegórico para levar todas as crianças e consta que foi “muito aplaudido pelo público”. O termo “Crianças do Lar”, utilizado no registro da ata de outubro de 1971, está ainda presente na memória dos munícipes e das próprias pessoas que foram abrigadas neste local, que se auto denominam “eu fui criança do Lar” (LIAK, 1971, p. 4).

Em agosto de 1971, fez-se um anteprojeto para a construção de mais uma ala que serviria para abrigar os meninos. A construção começou em novembro do corrente ano e, em abril de 1972, um fiscal da prefeitura visitou a obra e a embargou por algum tempo, devido a planta não ser assinada por engenheiro e nem serem os pedreiros registrados (LIAK, 1972, p. 6verso).

No relatório de janeiro de 1972, ao prestar contas das atividades, há um índice altíssimo de crianças internadas, um total de dezessete: “sendo 13 por orfandade e 4 por abandono” (LIAK, 1972, p. 7).

Em maio de 1972, o secretário participou de uma reunião, realizada em Curitiba, com o Diretor do Instituto do Menor, os representantes de Entidades de Assistência ao Menor do Estado e o presidente da Federação Espírita do Paraná. A pauta da reunião contém dados interessantes, referentes à década de 1970 para o Estado, com relação ao atendimento de crianças.

Em longa exposição, o Diretor do instituto, pedia a cooperação da Federação, para que fosse formulado um entrosamento entre esta e todas as entidades, uma vez que, 25% (vinte e cinco por cento) das crianças órfãs ou covenciadas [conveniadas] do Estado, estão sob os cuidados de Instituições Espíritas. Tôdo o tema da reunião versou em bem-estar do menor; com promessas com melhores e pontual assistência às obras de menores. Foi

prometido pelo diretor do IAM<sup>31</sup> uma visita ao LIAK, de pessoas de sua assessoria, para junto às autoridades jurídicas dar melhores apoio e assistência às entidades, enormemente nos casos de triagem para internamentos futuros, assim como pretensão de desinternamentos de menores, entregando-os aos pais ou parentes com condições de recebê-los, onde receberão assistência direto do Instituto. (LIAK, 1972, p. 7verso).

Após a reunião, encontramos um relato do presidente de junho de 1972 que expressa a perspectiva de “desinternamento” de crianças. Informava à época:

Houve a registrar o desinternamento das meninas Cícera e Maria Cristina de Almeida, irmãs, por determinação do Juiz de Menores desta Comarca, atendendo solicitação de s/ [sua] mãe, sob a alegação de possibilidade de prover a subsistência das menores (LIAK, 1972, p. 8verso).

Com relação ao número de crianças atendidas, constatamos que, em janeiro de 1973, houve o internamento de “11 (onze) crianças sendo 6 por abandono e 5 (cinco) por orfandade”. Em 1975, consta o registro de 39 crianças atendidas, no entanto não há registros do número de crianças nos anos de 1976 a 1978, destacando que, no ano de 1977, não houve registros de atas (LIAK, 1973 e 1975, p. 11,18-31).

Em maio de 1973, foi relatado que as crianças começaram a fazer tratamento odontológico, realizado por dentistas particulares que prestam serviço gratuitamente. Esta informação: “as crianças do Lar com idade superior a 7 (sete) anos, um total de 14 (quatorze) estão tratando de dentes” (LIAK, 1973, p. 13verso) possibilita inferir que as crianças estão com a idade mais avançada, dando início a preocupações que não se restringem apenas à alimentação.

No relatório de atividades desenvolvidas pela diretoria, datado de janeiro de 1975, foi utilizado o termo crianças para retratar que prestaram atendimento a 39 crianças e o termo menor para relatar o reconhecimento dos trabalhos do LIAK e seus mantenedores pela população. Conforme o secretário:

Em resumo a vida do LIAK continua normal, e como sempre recebendo toda atenção e admiração do público em geral, pela conscientização do nosso trabalho em prol de **menor**, sendo esta considerada uma célula ótima a Serviço da Assistência Social. Existem atualmente internado [as] no LIAK 39 **crianças**, as quais recebem toda assistência e amor. O LIAK continua recebendo as subvenções municipais, bem como o Convênio que mantém com o IAM, sendo estes dois os principais mantenedores do Lar (LIAK, 1975, p. 18 e 18verso, grifo nosso).

<sup>31</sup> IAM – Instituto de Assistência ao Menor foi criado em 1962, pelo Decreto 4.167, de 16 de julho e regulamentado pelo Decreto 17.954, de 27 de abril de 1965.

De 1975 a 1978, há poucos registros de atas, as quais constam apenas eleições para diretoria e mudança de Estatuto, supomos que foi devido ao fato de terem sanado as dificuldades com os pagamentos, já que passara a ter convênios públicos (LIAK, p. 19-31). Destacamos que, no ano de 1976, houve eleição para troca de diretoria; no ano de 1977, Tereza Albardeiro Martins foi a primeira mulher a assinar a lista de presença na ata de diretoria. Entendemos que, como decorrência desta presença feminina, na eleição de janeiro de 1978, aumentou a presença de mulheres nos cargos de segunda secretária, bibliotecária e no conselho deliberativo.

Em julho de 1978, diferentemente do que aconteceu em outras assembleias, na posse da nova diretoria, o presidente da Assembleia citou o artigo primeiro do Estatuto, frisando que nenhuma “criança poderá deixar o LIAK sem autorização escrita do Juiz”. Se considerarmos o tempo de sua constituição em 1964, as crianças estavam ficando adolescentes e isto fica claro na fala seguinte, quando se discutia sobre “curso de profissionalização para os abrigados” e a necessidade da criação de um regulamento interno (LIAK, 1978, p. 24).

Em junho de 1978, a questão do abandono de crianças na instituição foi abordada durante a explicação do presidente da assembleia quanto à necessidade de comunicar ao Juiz a saída e a entrada delas na instituição. E, para conscientizar a nova diretoria, mencionou um exemplo interessante:

Esclareceu também que, quando uma criança, for deixada no lar por qualquer motivo, citando como exemplo, uma viagem feita pelos pais, e não for retirada, comunicar o fato ao Juiz antes de trinta dias. Resumindo, o Senhor Lerges declarou que qualquer entrada ou saída das crianças, deverá ser comunicada ao Juiz, visto que as mesmas estão sob tutela da Lei. (LIAK, 1978, p. 23verso e 24)

Com o avançar da idade das crianças, os relatos começam a apontar as dificuldades com os meninos dentro da instituição. Em setembro 1978, a diretoria chegou a sugerir que eles fossem encaminhados para outras entidades como a “guarda- mirim”. A ata não foi aprovada por unanimidade, necessitando fazer uma retificação que mudariam o Estatuto novamente, voltando a atender somente meninas como em sua fundação. Observamos que, após 14 anos de sua fundação, a diretoria do LIAK recebeu proposta de ajuda de “senhoras, muitas delas, alheias ao espiritismo” e do grupo de “Jovens da Igreja Católica” que enviou um relatório com atividades que poderiam auxiliar o Lar, porém os membros ficaram de pensar nas sugestões (LIAK, 1978, p. 25-26).

Em outubro de 1978, pela primeira vez, “algumas meninas maiores”<sup>32</sup> foram chamadas para receber elogios “pelo bom procedimento principalmente com relação ao comportamento, trabalho e estudo” e uma delas ganhou o cargo de auxiliar de secretaria, que naquela conjuntura, seria muito importante para quem o ocupasse (LIAK, 1978, p. 27).

Em novembro de 1978, novamente foi discutida sobre a dificuldade de colocar a prestação de contas em ordem, a necessidade de elaboração do Regimento interno e a dificuldade de organizar os registros de nascimento das crianças. Ressaltou o presidente:

[...] sobre os registros das crianças que ainda não os possui, frisando bem a necessidade de se comunicar ao Juiz, sobre as crianças que forem deixadas no lar, tomando o nome de quem a está entregando e tomar o nome dela o máximo de informações possíveis: nome, sexo, filiação, naturalidade [...] (LIAK, 1978, p. 28-29verso).

Na sequência, foi citada a oferta de trabalho remunerado para uma das meninas nas Confecções Zamber de Cianorte, a qual foi aprovada pela diretoria, porém não há menção da idade dela. Neste mesmo mês, a diretoria recebeu uma verba doada pelo IAM para a conclusão da obra, mas o escritório de contabilidade advertiu que, devido ao tempo em que o projeto foi elaborado, houve alta nos preços. O secretário registrou a necessidade de ser realizada uma “[...] sindicância com relação às famílias das abrigadas”, porém não constam mais informações (LIAK, 1978, p. 28verso e 30verso).

Os registros são retomados em agosto de 1979, constando relatórios financeiros de datas anteriores. Na sequência, as atas começam novamente com datas anteriores, evidenciando que foram registradas posteriormente. A página 32 está em branco e os registros retornam com data de fevereiro a agosto de 1979, nos quais constam reclamações e divergências entre os membros, chegando a registrar a transcrição de uma ata realizada pelo Conselho Deliberativo que convocou assembleias sem o comparecimento da diretoria. Nesta reunião do Conselho, fica explícita a desunião entre os membros, solicitando que se fizessem “reuniões em conjunto com a diretoria”, “que aumente o limite de verba do presidente”, “a falta de organização do Lar”, “a falta de jantar para as crianças em dois dias da semana” e citam o “problema do catecismo”, afirmando que as crianças terão que participar no Centro Espírita, definindo como responsabilidade da diretoria levá-los (LIAK, 1979, p. 37verso e 38).

---

<sup>32</sup> O termo “Maiores”, empregado pelos membros da diretoria, não significa maior de idade, mas sim para simbolizar que essas meninas são mais velhas do que as outras. Esta percepção se instala ao realizar a leitura geral do documento, porque não há registros de atendimentos a maiores de dezoito anos.

Ainda no mesmo mês de agosto, outra reunião discutiu: “horários para os abrigados ver televisão; reforçar mais a alimentação dos internos; desobediência por parte dos funcionários do LIAK”, reclamação dos membros quanto à conduta do presidente que dava ordem contrária à dos membros da diretoria, além de problemas dos abrigados que trabalhavam fora. Estes temas foram apenas citados e não esclarecidos, mas percebe-se que a discussão sobre fixação de horários, saída e retorno dos internos e melhoria na alimentação significa que as crianças cresceram e que nem os membros e nem os funcionários estão conseguindo conciliar os trabalhos com a nova rotina dos internos. Constatamos, na sequência, que uma funcionária do LIAK pediu demissão e informou “que vai levar junto uma das abrigadas”, que era sua filha. As atas, até o fim do ano de 1979, transcrevem as dificuldades que estavam passando com os internos. Para evidenciá-las, destacamos dois fatos: o primeiro relata transferência de um dos internos, por determinação judicial, para a Vara de Menores da cidade de Curitiba e o segundo o pedido constante da necessidade de contratar um administrador para o Lar (LIAK, 1979, p. 39verso-41verso).

Em agosto de 1979, o secretário relatou ter recebido uma carta do Rio de Janeiro, não diz quem é o remetente, solicitando que se enviassem “três mil cruzeiros acompanhados de dados referentes ao Lar para se conseguir isenção da conta de luz” que a princípio todos concordam. Porém, na ata posterior, foi feita uma ressalva, trocando a palavra luz por água e não há registro se foi mandado (LIAK, 1979, p. 39verso e 41verso).

Em janeiro de 1980, ao fazer a prestação de contas da rifa, informou o presidente:

[...] houve prejuízo de dez mil cruzeiros (C\$10.000,00) sendo oito mil cruzeiros (C\$8.000,00) do lar e dois mil cruzeiros do senhor João Guilhem, prejuízo este causado por um vendedor de Umuarama, que não deu satisfação com relação aos bilhetes vendidos por ele (LIAK, 1980, p. 42verso).

Em janeiro de 1980, consta a abertura de uma “[...] caderneta de poupança para todas as crianças e o resultado do serviço remunerado de cada uma, irá para a poupança” e, na sequência, decidiu-se que as meninas passarão a fazer a comida sob a justificativa de que a cozinheira pediu demissão (LIAK, 1980, p. 43).

Em fevereiro, um médico da cidade solicitou para que o LIAK fosse receptor de verba para a APMI, já que, no momento, era a única instituição com certificação federal de filantropia. O pedido foi recusado pela diretoria sob a justificativa de problemas de contabilidade (fato que vem se estendendo desde sua fundação) e ficou decidida a contratação de um dos membros para ser o administrador da Entidade (LIAK, 1980, p. 43verso e 44).

Em abril, novamente citaram-se problemas com o contador da Entidade. Em junho, todos foram convidados para participar da festa junina com as crianças. E, no mesmo mês, aconteceu nova eleição da diretoria e, na posse, o presidente pediu uma reunião particular com os abrigados e começou a construção do Centro Espírita de Cianorte (LIAK, 1980, p. 44-46).

Em julho, na primeira reunião da diretoria recém-eleita, houve menção sobre querer “colocar a casa em ordem” e relataram-se: “pedidos de atualização de verbas aprovadas pelo IAM”, criação do “livro caixa”, pedido de doação de cortes de madeira e das datas vizinhas ao Lar para a CMNP. Entraram em contato com os vereadores para que fossem liberados os recursos de 1978, 1979 1980 ainda não repassados, tentativa de arrecadação dos 5% que podem ser descontados do Imposto de Renda e foram estabelecidos horários de estudos às crianças. O único assunto que não se conseguiu acordo foi sobre o trabalho das meninas dentro e fora do Lar, alguns “acham prudente que elas não trabalhem fora” e prestem serviços dentro do Lar. Tal defesa levou o Presidente a intervir, dizendo: “[...] que o LIAK deve preservar pelos interesses e direitos das crianças, exigindo para as mesmas melhores condições de salários, em seu trabalho”. Assim, passam para o Conselho Deliberativo decidir se elas permanecem trabalhando fora ou não. Foram discutidos muitos assuntos, porém dois pontos chamam atenção: o primeiro é o interesse de um dos membros em adotar uma das crianças e o segundo trata-se da fala da diretoria em dizer que vai entrar em contato com a família da criança para saber se os pais têm interesse em tirar a criança do Lar para, depois, “comunicar as normas legais” para adoção (LIAK, 1980, p. 47verso, 49verso).

Em agosto de 1980, relatam o recebimento de uma verba atrasada de 1978 e a desativação do viveiro de café. A partir desta década, encontramos o registro de falas de mulheres que participam das decisões referentes ao Lar, são mencionadas necessidades específicas das crianças e a preocupação com aulas começam a aparecer nas falas. De agosto a novembro, destacamos intervenções durante as reuniões, separamos algumas falas de mulheres, esposas dos membros da diretoria, que valem a pena sua transcrição.

[...] N. levantou a questão dos horários de aula das crianças, que não estariam sendo cumpridos com rigor por parte da professora [...] (LIAK, 1980, p. 50verso).

[...] N. que ressalta que as crianças do Lar precisa [precisam] de mais horas de lazer fora do lar, passeios, etc. a N. sugere que o Lar adquira um relógio de parede M a Loja [não compreendemos], se instale uma campainha no Lar [...] (p. 50verso).

A N. sugeriu a realização de um Chá Beneficente na semana da criança [...] (p. 51).



[...] A. N. tomou a palavra para relatar que a N. está com o Padrão do Estado a favor do LAR, dedicando assim o seu trabalho profissional ao LAR todas as tardes [...] (p. 57verso).

No ano de 1981, não constam registros, foram retomados, em maio de 1982, para organizar a nova eleição da diretoria em junho. No dia da eleição, em junho, as crianças apresentaram um número musical em homenagem a todos os presentes (LIAK, 1981, p. 51verso, 52 e 52verso).

Não encontramos registros sobre a saída dos meninos do Lar, mas pode ser confirmada esta decisão por meio da fala do atual presidente, quando informou, em outubro de 1982, que “está pressionado pelo Dr.º Newton Grein (diretor do IAM), para internar crianças de ambos os sexos no LIAK”. Porém não há concordância entre os membros sobre a volta do atendimento de ambos os sexos e o secretário justifica:

1) o LIAK foi desde o início destinado à meninas. 2) Na época de se retirar estes meninos, o Senhor Newton Grein já não estará no IAM para cumprir o prometido. 3) Na gestão anterior a esta, foi ponto pacífico a retirada dos meninos; sendo que o presidente de então não mediu sacrifícios, inclusive separar irmão e irmã, para cumprir o que foi combinado, inclusive com a convivência do Senhor A. R., que abre se muito propenso a mudar de idéia, isto é, luta que volte os meninos [...] (LIAK, 1982, p. 54).

As discussões quanto ao acolhimento dos meninos perduraram até dezembro do corrente ano e resolveram esperar uma visita dos membros do IAM para resolverem juntos a situação. Ressalta-se que uma das justificativas para o retorno dos meninos é que “a FUNABEM não aceita convênios com entidades que discriminam o sexo”. Na sequência, em novembro, o presidente pediu afastamento sob a justificativa de problemas de saúde, mas permaneceu até dezembro, quando foi constituída nova Diretoria (LIAK, 1981, p. 55 e 55verso).

No ano de 1983, consta apenas uma ata, relatando a falta de participação efetiva dos membros do Centro Espírita nas atividades e reuniões do Lar. No que se refere às crianças, foi citado um pedido do senhor “Hugo de Cambé” para abrigar um bebê de 16 meses. A diretoria achou mais prudente não aceitar pela dificuldade em encontrar pessoas para cuidar de um bebê (LIAK, 1981, p. 56verso).

Os registros retornam em janeiro de 1984 e discutem os seguintes assuntos: solicitação para agilizar as prestações de contas de outubro a dezembro, visto que a prefeitura promete repasse de recursos para este ano; reforma da Kombi; mudança na escada para segurança das crianças; venda de lajotas e menção de que a prefeitura está pagando duas

funcionárias para o LIAK. Foi registrado que saíram sete crianças e entraram 11, ficando com um total de 33 crianças e que, com o início das aulas, seria preciso providenciar uniformes e materiais escolares. Discutiu-se quanto à dificuldade de auxílio da população que não pertence à mesma religião, e foi pensado em fazer um churrasco no salão paroquial que pertence à igreja católica, “porém comentamos notícia que o padre proíbe os fiéis de ajudar instituições não católicas”. Registrou-se que meninas começaram a fazer artesanato para uma exposição, e que “cinco meninas trabalham fora do LIAK e nove maiores cuidam de todo o serviço do LIAK” (LIAK, 1981, p. 57 e 58).

Em junho de 1984 (p. 58verso), foi realizada nova eleição para diretoria e solicitou-se maior comparecimento dos membros no Lar, justificando que “o calor humano é necessário para as crianças”. Foi apresentado pela tesoureira o quadro de funcionários, sendo quatro pessoas pagas pela prefeitura e mais ela que é funcionária do Estado. Em julho, a nova diretoria tomou posse e houve um relato sobre o formato e como estão os trabalhos quanto à admissão de crianças. Informou a tesoureira que:

[...] segundo o escritório, responsável pela documentação do LIAK, tudo está ligado junto ao juizado de menores. Diz ainda a Sra N. que o LIAK não mais recebe crianças do sexo masculino, nem crianças com mais de sete anos e que também não aceita crianças por alguns dias [...] (LIAK, 1984, p. 60).

A tesoureira finalizou-se a ata com um relato sobre um piquenique realizado em um sítio com todas as crianças do LIAK (LIAK, 1984, p. 60).

O último registro de 1984 é do mês de setembro, no qual foi relatada pelo presidente a necessidade de algumas reformas no prédio, porque “à noite as crianças para chegar à cozinha passam pelo pátio, ficando expostas” e novamente foi pedida ajuda ao Deputado Dirceu Manfrinato, alegando dificuldades financeiras (LIAK, 1984, p. 61).

Estão registradas duas atas no ano de 1985. A primeira, em maio, descreve o bom funcionamento financeiro em que a entidade está passando, citando ajuda de vários lugares, inclusive doação da Maçonaria e do IAM. Na segunda, consta a prestação de contas com saldo positivo, que possibilitou a conclusão e a reforma do Lar, bem como registrou-se doação do Banco Banestado e a reedição de um livro de receitas em parceria com a Maçonaria (LIAK, 1985, p. 61verso-62verso).

No ano de 1986, encontramos registros de três atas, na primeira, está transcrita uma proposta da prefeitura municipal ao LIAK, oferecendo mão de obra para reativar o viveiro de café, porém solicitava em troca 10 % da renda; na segunda, foi marcada a nova eleição para

julho, que, na sequência, reelegeu a mesma diretoria por falta de inscrição de uma chapa nova (LIAK, 1986, p. 63-64verso).

Em 1987, a prefeitura assumiu o pagamento dos funcionários do LIAK e foi informada a saída de seis internas, das quais, quatro foram morar com parentes e duas fugiram. Na sequência, foi discutida a insatisfação dos internos e dos membros da diretoria quanto ao trato com as internas, e que funcionários seriam dispensados pela diretoria. Transcreve-se a fala da tesoureira:

A sra N., responsável pelo andamento do LIAK, comunica à Diretoria que a interna L. foi embora com o pai; que S. B. foi para Cornélio morar com a irmã, que H. M. foi embora com sua mãe e que S. da S. também foi morar com a mãe. Fica registrado ainda que duas garotas do Lar L. e C. fugiram. A seguir, fatos lamentáveis foram narrados e discutidos em reunião, decidindo-se que o Sr A. deve deixar o LIAK e que o casal que reside na casa será mudado; devendo os mesmos serem notificados da decisão da Diretoria [...] (LIAK,1987, p.65).

Na ata de maio de 1987, a tesoureira cita que realizou “uma reunião com as moças que já saíram do Lar” e, segundo ela, a “reunião foi muito proveitosa, onde vários pontos de vista foram postos em questão e decididos a contento”. Na sequência, descreveu dificuldades com o funcionário que foi dispensado dos trabalhos e ainda não desocupou a casa, decidindo arrumar um lugar para que ficasse por três meses (LIAK, 1987, p. 65 e 65verso).

Em julho, a tesoureira, em seu relato, informou que a prefeitura está pagando seis funcionários, “incluindo uma psicóloga que tem realizado excelente trabalho com as crianças”, porém, dentre outros relatos, um dos membros informou: “quanto ao problema das moças, continua na mesma, já que elas querem é deixar o LIAK embora a idade não permita”. Neste sentido, o presidente disse que tentaria resolver da melhor forma possível o problema de cada uma das internas (LIAK, 1987, p. 66verso).

Em setembro de 1987, uma reunião foi realizada no Centro Espírita, na qual a tesoureira destacou que está com dificuldades de “tocar o LIAK sozinha” e anunciou a contratação de uma psicóloga e de uma pessoa para fazer a contabilidade. Acrescentou ter recebido “4 crianças de 4, 6, 8 e 10 anos de idade”. A Diretoria propôs que se aumentasse o número de sócios e que fossem convidadas pessoas da comunidade cianortense “para participar da manutenção do LIAK” (LIAK, 1987, p. 67).

Em fevereiro de 1988, solicitou-se uma participação maior de novos membros, descrevendo que existe a necessidade de “sangue novo na administração do LIAK”, necessidade de alterações nos estatutos e que precisava de uma Entidade mantenedora para o

Lar caso o Centro Espírita não conseguisse mantê-lo. Os problemas do Lar continuaram a ser discutidos até o encerramento de suas atividades que aconteceu apenas em 1993.

Após a abertura para novos sócios, ou seja, pessoas fora do Centro Espírita, a tesoureira relatou “as dificuldades do Lar, do seu funcionamento, e associados que são poucos, cerca de 100 (cem), dos quais apenas alguns são espíritas” (LIAK, 1988, p. 67verso).

Em abril, mais sócios, fora do espiritismo, passaram a contribuir com a manutenção do Lar. A tesoureira, novamente, convidou os membros para visitar as crianças no Lar e disse que precisavam de materiais escolares, e que esta preocupação se tornara frequente desde sua entrada no Lar. Em junho, foi realizada a eleição da diretoria e, como em todas até o momento, um homem foi eleito como presidente, a diferença é que participavam quatro mulheres da diretoria, constituindo a metade dos membros do sexo feminino (LIAK, 1988, p. 68verso, 69verso e 70).

Em julho, na posse da nova diretoria, as reuniões retornaram para a sede do LIAK e, ao prestar contas, foi informado que 35 crianças estavam recebendo auxílio da FUNABEM<sup>33</sup> (LIAK, 1988, p. 70verso).

Ainda em julho, em outra reunião, colocou-se a necessidade de “[...] substituição do administrador do LIAK”, a mudança de trabalho do “Dr. H. para o Lar”, mas houve uma ressalva, dizendo que o Juiz deveria ser comunicado, uma vez “que nem toda a comunidade aceita o trabalho efetuado pelo Doutor”. Não foi descrito na ata qual era o trabalho realizado pela pessoa citada (LIAK, 1988, p. 71).

A ampliação da biblioteca sempre foi motivo de preocupação, desde sua fundação, tanto que, na composição da diretoria, desde a primeira, existe um cargo específico de bibliotecário, que somente deixou de ser citado na eleição de 1982, porém, em novembro de 1991, o cargo foi novamente introduzido na composição da diretoria.

Destacamos a fala de um dos membros, durante a reunião de outubro de 1988, relatada pela secretária: “O Sr. Baltazar sugeriu que um casal passasse no LIAK para dar Boa Noite às crianças”. Esta é uma evidência da preocupação da diretoria para que todos participassem mais da vida cotidiana das crianças (LIAK, 1988, p. 71verso).

A reunião de outubro foi realizada no Centro Espírita e registrou dificuldades financeiras no Centro Espírita e no LIAK, solicitando que a diretoria arrume novos sócios,

---

<sup>33</sup> Criada pela Lei Federal 4.513 de 01/12/1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – substituiu o Serviço de Assistência ao Menor – SAM. À FUNABEM, competia formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor em todo o território nacional. A partir daí, criaram-se as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor.

inclusive pessoas jurídicas, que façam doações para abater no imposto de renda (LIAK, 1988, p. 72).

Em novembro, o relato da situação do Lar revelou os problemas enfrentados quanto aos cuidados prestados às crianças.

[...] com a palavra: foi colocado inicialmente o abandono do Lar. Pela manhã as crianças pequenas ficam sem cuidados especiais; A menor Sueli pegou berne; funcionária pedindo doações que deveriam ser para o Lar, para uso próprio. Ficou decido pelos componentes da reunião que as queixas deverão ser feitas em uma reunião no Lar com os funcionários na presença da coordenadora N., para maiores esclarecimentos. Procurar esclarecimentos com o Juiz (Dr. L., M., B.) para viabilizar o trabalho de maiores entre 12 e 14 anos no comércio; A Izabel comentou um telefonema dado pela N. ao Promotor e foi falado a respeito da menor S., 4 meses é dado abandono e poderá ser feito as documentações devidas para encaminhamento de adoção, depois de um ano a mãe não poderá reclamar. O senhor E. colocou que deverá ser feito um documentário das crianças que chegam no Lar, com foto para comparação futura [...] (LIAK, 1988, p. 73 e 73verso).

Não encontramos outros registros sobre o assunto, a próxima ata, datada de junho de 1990, teve como pauta a formação de chapas para eleição da nova diretoria, o fato novo que aparece é o pedido de uma mulher falando da “importância de se constituir uma chapa com mulheres com disponibilidade de tempo, e vontade de trabalhar em benefício das crianças do LIAK”. A diretoria foi eleita ainda em junho, constando apenas um homem como tesoureiro, porém, em 1991, pediu afastamento da função, assumindo a psicóloga no cargo de tesoureira (LIAK, 1991, p. 74, 74verso e 76verso).

Na posse desta diretoria, destacamos as sugestões quanto ao funcionamento do Lar, e relatou o secretário:

Também foi sugerido um melhor relacionamento entre funcionárias/crianças. As sugestões foram para que as funcionárias usassem mais paciência, carinho e tolerância. Procurar dar mais funções a determinados funcionários, com tempo ocioso. Atendendo solicitação das crianças feitas a Senhora I. numa visita oportuna ao LIAK, dias antes da reunião, ficou decidido que seriam introduzidos:

- 1- Pratos de louça, garfo e faca nas principais refeições para que as crianças possam se aproximar mais da realidade dos Lares. Abolindo então os pratos de alumínio e colher.
- 2- Servir farinha de mandioca em cada mesa, para ser usada conforme a vontade de cada um;
- 3- Volta do cardápio que seria definido pelas crianças para posterior aprovação da Diretoria;
- 4- Horário para assistir televisão. Após as novelas todos se recolher (LIAK, 1991, p. 76).

Em maio de 1991, o ponto forte da discussão foi a indisciplina das crianças e dos funcionários, alegando que muitas crianças estão na adolescência e que é necessário estabelecer “mudança no tratamento” e a necessidade de “diálogo”. A presidente informou que lhe fora solicitada a “internação de uma criança no LIAK. Depois de analisado e discutido o problema, ficou para ser solicitado a Maringá uma vaga na creche, haja visto a mãe trabalhar em Maringá”. Uma das mulheres da diretoria informou que sua aposentadoria estava perto e que seria preciso providenciar uma substituta (LIAK, 1991, p. 77).

Em agosto, ficou decidido que a verba atrasada da prefeitura seria utilizada para a “[...] confecção de agasalhos padronizados que as internas usarão diariamente” e um “manto de inverno para as crianças”. Foi relatado que a presidente estava respondendo um processo judicial pela “fuga” de uma das internas, que se abrigou na residência de uma vizinha e que, segundo os membros, distorceu os fatos e “[...] informou a polícia que não queríamos abrigar a criança, que as internas tinham maus tratos<sup>34</sup>”. A diretoria, diante da explanação resolveu dar total apoio às duas envolvidas por “se tratar de uma calúnia” e que a “atual presidente é dedicada e compreensiva” (LIAK, 1991, p. 78).

Em setembro, foi registrada a “fuga” de outra interna, que ficou ausente por dois dias e retornou. A presidente informou que ela “será levada ao programa de menor para ser transferida, pois que no lar após uma fuga não mais é permitida a permanência do menor”. O diferencial desta reunião para as outras foi a presença do Juiz da Vara da Infância e Adolescência que, desde o início das atividades em 1964, não havia sido registrada a participação de nenhum membro do juizado, eram repassadas informações apenas através de documentos (LIAK, 1991, 78 verso).

Em novembro, a Diretoria pediu “demissão” (termo utilizado na descrição do fato na ata, mas que se tratava mesmo de uma renúncia coletiva) por se sentirem “desgostosas” com a imposição do Promotor de Justiça sobre o internamento de uma criança, mesmo sem o consentimento da diretoria. As senhoras justificaram que o Centro Espírita é o Mantenedor da Entidade desde sua fundação e não cabe ao Ministério Público intervir de tal maneira, “[...] ficando o Conselho Deliberativo, responsável pela direção do LIAK” (LIAK, 1991, p. 78 e 78verso). Um fato ainda citado e que merece ser destacado é que, ao relatar as dificuldades que a diretoria estava passando para conduzir a instituição, a aposentadoria de uma das mulheres da diretoria que prestava serviço na instituição provocou alterações no cotidiano das

---

<sup>34</sup> Com a aprovação do ECA em 1990, o termo “maus tratos”, descrito em seu artigo 13, passou a ser utilizado com veemência por todos os setores que trabalham com criança.

atividades, porque, desde 1978, ela atuava na diretoria e no Lar Infantil, transferindo seu padrão do Estado para trabalhar no Lar.

Em novembro de 1991, foi eleita uma nova diretoria para terminar o mandato interrompido, retornando o cargo de bibliotecário na composição da diretoria. No ano de 1992, registrou-se apenas uma ata no mês de agosto para substituição de dois cargos na diretoria. Em 1993, foi realizada a eleição da diretoria para o biênio de 1993 a 1995, constando apenas uma chapa inscrita. Não há registros quanto a situação do LIAK nem quantas crianças abrigadas. Os registros retornaram em maio de 2000 para aprovação de um novo estatuto e eleição de Diretoria e Conselho Deliberativo. Ao final da ata, consta um adendo de cancelamento da atual ata, sob alegação de constar “incorreções”. Na mesma data e local foi transcrita, com nova redação, a eleição da Diretoria e Conselho Deliberativo com os mesmos membros da ata cancelada. Ao findar a reunião, foi citada a necessidade de alteração do estatuto por ter “havido algumas alterações não condizentes com a situação atual” (LIAK, 1991, p. 83verso e 84verso).

No dia 30 de maio de 2000, nova reunião com aprovação de alterações do Estatuto, no qual foi modificado integralmente o artigo 27, parágrafo 3º, que estabelece serem necessários 2/3 (dois terços) dos sócios para alteração de Estatuto, mas não foi descrita a nova redação. No dia 5 de julho de 2000, foi realizada uma reunião extraordinária para “estudar a possibilidade do Lar Infantil Allan Kardec, ou pedir baixa do C.G.C.”, ou ser colocada em votação a reabertura do LIAK, “**reativando suas atividades que se encontram inativos desde 1993**” [grifo nosso]. Após discussão, a diretoria chegou à conclusão de que seriam tomadas as medidas cabíveis para o seu fechamento, por não haver condições financeiras de continuidade do trabalho. Os bens, móveis e imóveis foram repassados para a Federação Espirita do Paraná (LIAK, 2000, p. 87 e 87verso).

O conteúdo do livro foi encerrado no dia 05 de julho de 2000, na página 88, constando apenas assinaturas.

### 3.4 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CIANORTE – APAE

**Imagem 4:** Sede atual da APAE de Cianorte.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, fotografada em 12/02/2016.

Diferentemente das outras Entidades Não Governamentais citadas até o presente momento, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cianorte – APAE, não nos forneceu os documentos para realização da pesquisa. Após várias solicitações – de agosto de 2014 a abril de 2015, a coordenadora da Entidade nos informou que pediria autorização à diretoria, por meio de reunião, para liberação dos documentos (Livros ata de fundação e diretoria e estatuto), ação esta que não obtivemos devolutiva. No entanto, salientamos a importância de contemplar a Entidade na pesquisa por fazer parte da história dos atendimentos direcionados à criança com deficiência no Município de Cianorte desde a década de 1970 até os dias atuais, a qual, por vários anos, foi a única provedora de atendimentos a este público. Neste sentido, como não tivemos acesso aos documentos, a história será escrita apenas com informações dispostas no SITE da Entidade “APAE Cianorte” sob o endereço eletrônico: <http://cianorte.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=19052>

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cianorte foi criada em 11 de novembro de 1972 e é responsável pela manutenção da Escola de Educação Especial João Paulo I, que foi fundada em 31 de março de 1973, e do Centro de Reabilitação João Paulo I, cuja data não consta no site. Sua missão, fundamenta-se em quatro princípios: Lutar em defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência; Apoio à família; Atendimento educacional especializado; Aprendizagem qualitativa e eficaz.

A estrutura organizacional da Entidade se divide em diretoria, direção e coordenação pedagógica, Equipe Multifuncional de Reabilitação, na qual destacam-se os seguintes



profissionais: psiquiatra, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapia ocupacional, nutricionista, assistente social, dentista, equipe docente e auxiliares.

A última diretoria que consta no site é referente ao biênio de 2008-2010, portanto, as informações aqui citadas, acreditamos, são do mesmo período.

### 3.5 LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE

**Imagem 5:** Participação de crianças da Legião Mirim no desfile comemorativo do Aniversário de Cianorte em 1990.



**Fonte:** 37.º Aniversário de Cianorte (CIANORTE, jul. 1990).

**Quadro 10:** Descrição de documentos da Legião Mirim de Cianorte.

Nome da instituição	Forma	Formato	Espécie	Tipo	Data	Número de páginas
Legião Mirim	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	17/09/1984	01 a 14
Legião Mirim	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	18/04/1985	01 a 02
Legião Mirim	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	30/08/1994	01 a 02

**Fonte:** Organizado pela pesquisadora

Para contar a história da Legião Mirim de Cianorte, utilizamo-nos de um arquivo de materiais coletados no Cartório de Registros e Títulos Documentos e Pessoas Jurídicas pela dificuldade de encontrar os materiais, já que se trata de uma Instituição extinta e seus documentos não foram preservados na antiga sede, local em que funciona a APMI atualmente, e nem no Centro Social Urbano, órgão responsável pela sua criação. Neste sentido, são aqui analisados a primeira ata registrada, o primeiro Estatuto e a última ata registrados em cartório.

O Estatuto da Legião Mirim de Cianorte é datado de 17 de setembro de 1984, possui como finalidade, em seu artigo 2º: “amparar, educar e encaminhar o menor carente de recursos, sem distinção de raça, cor, sexo, condição social, credo política ou religioso”. Em seu Artigo 1º, caracteriza-a como uma Entidade filantrópica e educacional, constituída por iniciativa do Centro Social Urbano – CSU e pela Prefeitura do Município de Cianorte (LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE, 1984, p. 1).

O Artigo 11 define quem pode compor sua diretoria: pessoas “pertencentes ao CSU e prefeitura Municipal”, aprovadas pelo “[...] Conselho de Curadores, as pessoas que tenham contribuído com donativos valiosos, ou prestado à Legião Mirim serviços relevantes”. Ao definir o Conselho de Curadores, o Artigo 15 estabelece a participação de cinco categorias, que são elas: oito membros da Sociedade e cinco membros representantes da Prefeitura Municipal, do Poder Judiciário, da Polícia Militar, o Delegado Titular e Associação Comercial.

A Entidade se tornou pessoa jurídica em 03 de maio de 1985 e, de acordo com o tabelionato, a ata foi redigida em 18 de abril de 1985, lavrada nas folhas 6verso, 7 e 7verso. Estes dados nos explicam que foi constituída legalmente, mas sua memória não foi preservada ou encontra-se guardada com algum dos últimos membros desta Entidade. Esperamos que, com a publicação e divulgação desta dissertação, alguém possa encontrar o arquivo para a preservação da memória das instituições do município. Segundo a ata de fundação, na explicação do Senhor Tércio Bastos Mello, Juiz de Direito, a Legião Mirim foi criada sob o ideário de trabalhar com o “problema do menor na atualidade”. O prefeito municipal, antes da eleição, convocou os “empresários a admitirem os menores”. Neste sentido, o termo utilizado pelo prefeito nos possibilita uma dupla interpretação: de que o comércio empregue os menores ou custeie os trabalhos da Legião Mirim (LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE, 1985, p. 1).

A primeira presidente eleita foi a Primeira Dama, Amaflor Oliveira da Silva, que permaneceu no cargo até 1994, quando pediu afastamento sob a alegação de “motivo de

saúde”, passando a presidência à Vania Tereza Franzoni de Melo em agosto daquele ano (LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE, 1994, p. 1).

Não foi registrada em cartório a destituição da Entidade, que ocorreu no mês de agosto de 1994, quando consta o último registro que trata da eleição de uma nova diretoria para o biênio de 03/94 a 03/96. Não está citado, em nenhum dos documentos analisados, o local onde funcionou a Legião Mirim, porém, de acordo com a descrição da ata da APMI, seu prédio foi cedido para o funcionamento da Legião Mirim, já citado anteriormente. Conforme descrição dos trabalhos da APMI, suas atividades retornaram ao Prédio na Rua Santos em maio de 1995, o que nos leva a crer que a última diretoria eleita da Legião Mirim, em 1994, não chegou ao fim de seu mandato em 1996 e as atividades finalizaram no final de 1994.

Como encontramos esta Entidade descrita no livro ata da Rainha da Paz, este fato nos motivou a conhecer e a contar sua história. No ano de 1978, o LIAK citou a “guarda mirim”, que acreditávamos ser a mesma Entidade, porém sua criação se deu apenas em 1984, portanto, acredita-se que seja outra instituição que não encontramos dados ou, talvez, a exemplo de outras Entidades, prestava atendimento às crianças antes de sua criação e registro legal.

### 3.6 ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ

**Imagem 6:** Sede da Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz de Cianorte.



**Fonte:** Acervo fotográfico da Associação<sup>35</sup>

<sup>35</sup> A diretoria da Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz forneceu a fotografia para ser anexada à pesquisa, por este motivo mantemos o formato e padrão da foto, servindo como ilustração no início do subitem.

**Quadro 11:** Descrição de documentos da Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz de Cianorte.

<b>Nome da instituição</b>	<b>Forma</b>	<b>Formato</b>	<b>Espécie</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data</b>	<b>Número de páginas</b>
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	25/10/1993	01 a 05
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	18/20/1999	01 a 06
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	13/10/2000	01 a 05
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	17/12/2003	01 a 06
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	26/02/2005	01 a 06
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	22/02/2007	01 a 05
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	18/02/2009	01 a 02
Associação Assistencial	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	15/02/2011	01 a 03

e Promocional Rainha da Paz						
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	06/07/2012	01 a 02
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	26/02/2005	01 a 02
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	25/02/2013	01 a 02
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	03/10/2013	01 a 02
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	21/08/2014	01 a 02
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação e atividades da Diretoria	10/08/1992 a 04/03/1998	01 a 50
Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de atividades do Conselho Deliberativo	23/09/2004 a 12/02/2005	01 a 03

Fonte: Organizado pela pesquisadora.

De acordo com o primeiro Estatuto, a Associação Assistencial e Promocional Rainha da Paz foi fundada em 10 de agosto de 1992, “por um grupo de cidadãos Cristãos Católicos”, definindo sua missão e público atendido em seu artigo 1º: letra a) “Acolher, amparar, assistir e recuperar os usuários de drogas, menores abandonados, marginalizados, assim como meninas exploradas sexualmente.

A primeira reunião registrada em livro ata aconteceu na Praça Osvaldo Cruz, no Recanto São Vicente de Paulo, conhecido como Recanto dos Velinhos de Cianorte, para votação de criação da instituição e definição dos responsáveis por elaborar o Estatuto. O primeiro presidente eleito foi Carlos Roberto Brunei e os trabalhos encaminhados pela Irmã Auremi Gomes de Araújo (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ, 1992, p. 1-2).

Em fevereiro de 1993, a reunião aconteceu na sede do Recanto dos Velinhos, o presidente apresentou os trabalhos desenvolvidos pelos “Menores”, e disse “os tapetes de retalhos de tecidos fabricados por eles (menores), [...] seriam vendidos em praça pública, para arrecadar fundos e reverter aos próprios menores”, na sequência nomeou um assessor jurídico. Em março de 1993, o Padre Wilson Galiani assumiu a presidência, a convite da diretoria, impondo a condição de que pessoas de “outros movimentos” pudessem participar da diretoria. A Irmã Benigna passou a fazer parte da diretoria, e atua até o presente momento nos cuidados da instituição (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E..., 1993, p. 8-9).

O segundo trabalho desenvolvido com os “menores” foi o de marcenaria e, posteriormente, iniciou-se a “coleta de lixo reciclável”<sup>36</sup>. Em abril de 1994, foi registrado o número de “sessenta e dois menores de rua” atendidos e se estabeleceu como “objetivo prepará-los como mão de obra adequada para o trabalho”. Consta que, até aquela data, a AAPRP conseguiu empregar 18 jovens. Na marcenaria, os meninos fabricavam carretas de brinquedo, e a instituição adquiriu máquinas de costura e conseguiu a doação de uma máquina de serigrafia. A diretoria realizava palestras “sobre religião e comportamento” aos meninos e foi avaliado que, “quanto ao comportamento dos menores, já se nota uma grande melhora”. Neste mesmo mês, foi criada uma equipe intitulada “equipe Pró-Construção” formada somente por homens, com a finalidade de construir a sede da Entidade, o presidente Padre Wilson recusou um terreno doado pela prefeitura porque, segundo ele, “a localização do terreno é péssima, sendo um buraco sem condições de construção”, optando por utilizar o

---

<sup>36</sup> A partir de 1995, a prefeitura se encarregou da coleta de lixo reciclável.

mesmo terreno do Recanto dos Velinhos,<sup>37</sup> uma praça desativada. Observa-se que, ao definir a finalidade do atendimento, o presidente evidencia “que essa construção será para abrigar os mendigos também” (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E..., 1994, p. 11, 11verso e 15verso).

Nos anos de 1995 e 1996, apareceu pela primeira vez a palavra criança ao invés de menores na fala do presidente, “sugerindo que as crianças da Associação Rainha da Paz trabalhem com estufas de flores” (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E..., 1995 e 1996, p. 25verso e 26). No entanto, na reforma do estatuto, em junho 1996, a expressão menores abandonados e marginalizados ainda consta como finalidade de atendimento, utilizando apenas as palavras crianças e adolescentes no estatuto reformado no ano 2000. Mas constatamos que os termos foram se suavizando antes deste período, visto que, em 1998, ao fazer a leitura do texto bíblico antes de iniciar a reunião, fez uma comparação da leitura (que não cita qual) “com os problemas dos adolescentes e jovens em situação de risco” (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E..., 2000, p. 50).

Em 1997, a diretoria sugeriu a contratação de uma professora de educação física, todavia, na sequência, ao serem relatadas as dificuldades de comportamento das crianças, foi solicitada a “troca da professora de Educação física por outra de outra qualificação”. Em agosto, foi aprovado e redigido novo Regimento Interno, do qual destacamos, no Título II, os direitos, deveres e proibições dos **menores e adolescentes** (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E... 1997, p. 43, grifo nosso).

A inauguração do prédio da Entidade aconteceu em 22 de novembro de 1997, cinco anos após sua fundação (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E..., 1997, p. 44).

Em fevereiro de 1998, destacam-se, dentre os assuntos discutidos: solicitação de abate no pagamento do asfalto pela prefeitura municipal, nova construção para aumento do prédio e a doação de lajotas pela CMNP (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E..., 1998, p. 45).

Na última ata registrada do livro, em maio de 1998, o atual presidente citou que uma entidade que trabalha com drogados passa por dificuldades, denominada *Casa Amanhecer*, dizendo que faz parte da Igreja Quadrangular e “[...] que obriga os meninos de atos religiosos e até de jejum”. Porém não há outros registros sobre o fato. Em seguida, a Irmã Benigna apresentou a possibilidade de comprar uma casa no Distrito de Vidigal para extensão dos trabalhos, a diretoria propôs solicitar a doação do terreno pela prefeitura, mas um membro informou que os terrenos da prefeitura em Vidigal “estão destinados a casas para os favelados”. O último assunto proposto tratou da ida de quatro meninos para “Brasília para

---

<sup>37</sup> Entidade assistencial de Cianorte que atende às pessoas idosas, seu prédio foi construído para funcionar o primeiro hospital de Cianorte, porém foi destinado ao atendimento da pessoa idosa.

defender as crianças contra o trabalho infantil” no dia 11 de maio de 1998 (ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E..., 1998, p. 50verso).

Ao constatar o término do livro, foi solicitado à Entidade o próximo livro ata para dar continuidade aos registros da Associação. Porém a secretaria da Rainha da Paz apenas nos forneceu algumas cópias de atas digitalizadas do ano de 2005, 2009 até 2015. Como a delimitação do tema vai até o ano de 2000, não vamos citá-las, encerrando a pesquisa até 1998, com bastante tristeza, visto que a Entidade presta um trabalho de grande relevância às crianças e adolescentes do município e os registros que mostram sua história têm sido pouco utilizados ou mesmo armazenados, não demonstrando o respeito que um documento histórico merece ter.

### 3.7 ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE CIANORTE – POUSADA DA CRIANÇA

**Ilustração 7:** Sede da Pousada da Criança de Cianorte.



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora, fotografada em 12/02/2016.

**Quadro 12:** Descrição de documentos da Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança de Cianorte.

<b>Nome da instituição</b>	<b>Forma</b>	<b>Formato</b>	<b>Espécie</b>	<b>Tipo</b>	<b>Data</b>	<b>Número de páginas</b>
Associação de Proteção à Criança e ao	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de atividades da Diretoria	04/10/1997 a 05/07/2010	01 a 77



Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança						
Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança	Original	Livro ata	Relatório Manuscrito	Ata de fundação	23/09/1997 a 11/11/1997	01 a 06
Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança	Cópia	Folha: Estatuto	Digitado	Estatuto	2012	01 a 15
Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança	Cópia	Folha	Ofício Expedido	Pedido de dissolução da Instituição	30/08/2011	01
Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança	Cópia	Folha	Ata digitada	Relatório de reunião	04/08/2011	01
Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança	Cópia	Folha	Convocação	Convocação para Assembleia Extraordinária	04/08/2011	01

**Fonte:** Organizado pela pesquisadora.

Fundada em 23 de setembro de 1997, a Pousada da Criança é uma Entidade Social, não governamental e sem fins lucrativos. Segundo sua ata de fundação, tem como

responsabilidade a “[...] execução do programa de abrigo no Município, para atendimento às crianças e adolescentes que estiverem em situação de risco e se caracterize a necessidade de Proteção Especial”. De acordo com a explicação dos participantes em sua fundação, a Entidade está amparada nos princípios do artigo 92 do ECA, quando se refere “às Entidades que desenvolvem programas de abrigo” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – POUSADA DA CRIANÇA, 1997, p. 1).

O seu primeiro Estatuto Social foi aprovado em novembro de 1997, estabelece as seguintes finalidades:

Art. 2º - A “Pousada da Criança” tem por finalidade precípua: desenvolver programas de Abrigo, objetivando proteção especial a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal, adotando os seguintes princípios: - I Preservação dos vínculos familiares; - II integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem; - III Atendimento personalizado e em pequenos grupos; IV Desenvolvimento em regime de co-educação; V – Não desmembramento de grupos de irmãos; Evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados; VII – Participação na vida da comunidade local; VIII – Preparação gradativa para o desligamento; IX – Participação de pessoas da comunidade no processo educativo; X – Atendimento médico, psicológico, odontológico e farmacêutico; XI – Deligenciar pela escolarização dos adolescentes em programas de iniciação profissional; XII – Propiciar atividades culturais e de lazer; XIII – Propiciar assistência religiosa aos que desejarem de acordo com suas crenças; XIV – Manter arquivo de anotações onde constem, data e circunstâncias do atendimento, nome da criança ou adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereço, sexo, idade, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento. (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1997, p. 03).

A Entidade apresenta dois livros atas, no primeiro, consta apenas a ata de fundação e, no segundo, as anotações dos trabalhos e atendimentos realizados pela diretoria na instituição. Neste sentido, utilizaremos, para relatar a história, o livro ata da diretoria (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1997-2010) que tem início no dia 04/10/1997. Inicia-se com o registro de uma reunião para organizar os materiais, a recepção das crianças, abertura de conta em banco, definição de funções entre os membros e a elaboração do Estatuto. Observamos, nas discussões, a preocupação e a necessidade em estabelecer “afetos” com as crianças e “laços” com as famílias, “saber dizer não”, além de sugerir passeios “com as crianças aos finais de semana”, ficando cada membro responsável por uma criança.

O primeiro encaminhamento para a Pousada da Criança foi de uma jovem de 24 anos com problemas mentais, que foi encaminhada pela Vara da Família por meio de solicitação da APAE. O presidente relatou que a jovem fora recusada sob a alegação de que a Pousada foi

criada para atendimento da criança e do adolescente, solicitando que a Vara da Família observe os “estatutos e regimento interno da Entidade”. Porém, no registro de março de 1998, o presidente informou que estava prestando atendimento à jovem por não haver lugar onde deixá-la (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1997-1998, p. 1, 1verso, 2, 2verso e 3).

Em abril de 1998, o presidente sugeriu a proposta de parceria com outros municípios, mas foi recusada pela diretoria, na sequência, foi citada a assinatura de convênio com o Município de Cianorte no valor de nove mil reais por ano. E, ao final do registro, o presidente destacou que foi conseguido “[...] aula de computação gratuita para as quatro crianças que se encontram na casa”, evidenciando que existem crianças já atendidas pela Entidade (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1998, p. 4).

No mês de junho de 1998, registraram-se doações de alimentos pela Loja Maçônica Cruzeiro do Sul “todas as terças feiras”, e discutiu-se a necessidade de atender a “adolescentes acima de doze (12) anos”, proposta feita pela Secretária de Bem-Estar Social. (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1998, p. 4verso)

A reunião de julho de 1998 girou em torno da entrada de crianças, sugeriu um dos membros que fosse esclarecido aos “conselheiros” [Conselho Tutelar] que somente aceitassem crianças por meio de encaminhamentos de “autoridades” [judicialmente]. Assim, a diretoria decidiu que não aceitaria a entrada de adolescentes que apresentassem determinados problemas e registrou:

[...] a Pousada não irá aceitar a permanência de adolescentes com problemas de drogas, atos infracionais, pois poderá pôr em risco os outros adolescentes que ali residem, ressaltando ainda que as conselheiras C. e L. do Conselho Tutelar estavam presentes e, após as explicações pelo não aceitação entenderam as condições da Pousada [...] (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1998 p. 5verso).

Prosseguindo, a diretoria, enumerou os documentos que passam a fazer parte do processo de entrada das crianças e do adolescente na instituição, sendo eles: “Termo de devolução”, “Histórico de Passagem” e “Termo de Responsabilidade” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1998, p. 5).

Constatamos a recusa da diretoria quanto à entrada de um adolescente encaminhado pelo Conselho Tutelar em dezembro de 1998. Entre março e julho de 1999, há registros de reclamações da diretoria quanto ao excesso de crianças, encaminhou o presidente que se deveria “estipular o número máximo de 8 crianças” para atendimento e, como dois

adolescentes estavam apresentando “problemas de comportamento na escola”, seria necessário solicitar a participação do Conselho Tutelar nas reuniões da Pousada (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1999, p. 7 e 8).

Na elaboração do Regimento Interno, em dezembro de 1998, houve a participação da Secretária de Bem-Estar Social com orientações sobre a faixa etária de atendimento e a possibilidade de “firmar convênios com outros municípios” e dar, em caso “excepcional, guarita por até três pernoites para adolescentes até 14 anos”.

A eleição para o Conselho Deliberativo foi realizada em agosto de 1999, e quem presidiu a assembleia foi a presidente do CMDCA e atual Secretária de Bem-Estar Social, e observamos que, dentre os eleitos, alguns membros faziam parte da diretoria do antigo LIAK. Na sequência, em setembro, realizou-se a eleição de Diretoria, elegendo um médico que já havia sido presidente do LIAK.

Na primeira reunião da nova diretoria, discutiu-se o caso de cada criança, porém sem especificar seu teor. Em seu relato, o presidente afirmou que algumas delas estão em “situação irregular” e como a Entidade é de “passagem, o Promotor terá que resolver esta situação” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1999, p. 8, 9, 9verso, 10 e 11).

Em novembro de 1999, o presidente, ao discutir quanto às férias da mãe social da instituição, ponderou que seria analisada a melhor possibilidade, que poderia ser a contratação de uma nova pessoa ou encaminhar as crianças para “[...] famílias que já ficam com elas nos finais de semana, fechando a pousada por 30 dias” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1999, p. 12verso).

Ainda no mês de novembro, a diretoria decidiu que o Conselho Tutelar – CT – somente participaria das reuniões quando convocado mediante ofício. E, na sequência, o CT foi convocado a participar da próxima reunião ainda no mesmo mês. Destacamos alguns pontos que foram discutidos com os membros do CT:

[...] Dr J. [presidente], disse aos conselheiros que a Pousada da Criança tem lugar para acolher 6 (seis) crianças, e por muitas vezes temos colocado mais crianças, porém não podemos nos esquecer que a casa é de passagem [...].

[...] A presidenta do Conselho Tutelar [...] comentou sobre os casos de crianças que são tiradas das mães, o promotor não aceita a família substituta, comentando o caso de crianças abandonadas.

[...] A senhora [...] ressalta a importância de passarmos estas crianças e adolescentes para a Casa Lar, onde elas se sentirão mais seguras, o ministério público tem que tomar providências e abrir mais vagas [...] (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1999, p. 13-14).

Segundo a fala do presidente da Instituição, no mês de dezembro, “as crianças passarão o período de férias da mãe social na casa dos membros da diretoria” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 1999, p. 15verso). Porém, em fevereiro do seguinte ano, a medida tomada pelo presidente foi desaprovada pela própria diretoria, e registrou a secretária que as crianças apresentaram “[...] problemas de comportamento nas residências e ficam revoltados quando enxergam a realidade de suas vidas” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2000, p. 17).

As discussões quanto às alterações do Estatuto iniciaram-se em março de 2000, e foi destacada a necessidade de definir um prazo para a criança ficar na instituição. Foi explicado na discussão, sem citar o nome do membro da diretoria, que o processo de adoção é moroso e, por este motivo, o prazo acaba por se estender. Dando continuidade à reunião, o presidente informou que a pousada, por dispor de vagas, aceitou formalizar convênio com a prefeitura de Terra Boa, atendendo três crianças. Explicou que foi um pedido da Secretária de Bem-Estar de Cianorte e, em seguida, fez a leitura de um ofício encaminhado pela promotoria de Cianorte em que destacava que o “convênio firmado com a Prefeitura de Terra Boa” é no valor de “cento e vinte e cinco reais por mês e não cobre as despesas com as crianças que ali estão” e que, “por atender outros municípios, acabam negando vagas para as crianças de Cianorte”. A Promotora finalizou o ofício justificando que “a Entidade que conta com recursos do Município, sem a contrapartida do Estado, não precisa ceder às pressões de quaisquer órgãos que seja”. A diretoria registrou a decisão de encaminhar o ofício ao Município de Terra Boa e à Secretaria de Bem-Estar Social de Cianorte, a fim de desfazer os atendimentos (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2000, p. 18-19).

Em abril de 2000, a Entidade fez a alteração do Estatuto, incluindo, no Artigo 2º, a faixa etária de atendimento para até 12 anos e a permanência da criança de, no máximo, seis meses. Mas, em junho, relatou que a Pousada está com “9 (nove) crianças” “uma criança à mais do limite, sendo que algumas estão acima da idade permitida pelo Estatuto” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2000, p. 22 e 27).

Em agosto de 2000, a Entidade apresentou equipamentos comprados com recursos do FIA Estadual e um déficit nas contas de trezentos reais ao mês, justificando a necessidade de aumento de verbas municipais. Consta, na reunião do dia 28 de agosto, pela primeira vez, “que duas crianças foram adotadas pela mesma família”. Entre outubro e dezembro, os principais assuntos discutidos foram: as despesas da Entidade são maiores do que o recurso repassado pela prefeitura; o atendimento de uma criança de cinco meses do município de Jussara a pedido do promotor de Cianorte; as férias da mãe social e uma conversa com os

internos na qual se pedia a colaboração com os horários (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2000, p. 30verso, 31verso, 32).

Durante os registros do ano de 2000, observamos, pela fala dos membros da diretoria, a permanência de um adolescente que, além de não estar adequado à idade prevista no Estatuto da instituição, apresentava dificuldades em se “adaptar às regras da Entidade” devido ao seu “comportamento”. O presidente relatou, em abril, que o adolescente apareceu “com um celular roubado”, que começara “a trabalhar em um Lava Jato” e, na sequência, saíra da “escola” e “do emprego”, retornando ao emprego apenas em outubro. A diretoria pensou, em vários momentos, em encaminhá-lo à família (avó), todavia tal encaminhamento não aconteceu porque o próprio jovem se recusou a aceitá-lo. Destacamos a fala de um dos membros quando diz: “o que nos angustia é que o menor tem família”. Assim, a diretoria decidiu que precisaria da intervenção do Ministério Público na solução do caso (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2000, p. 22, 29verso e 30).

O período proposto para o estudo se encerra no ano 2000, mas, como em agosto de 2011 houve a dissolução da Pousada da Criança, entendemos de fundamental importância contar a história até a sua dissolução, a fim de compreender os fatos que provocaram este acontecimento. Para tanto, discorreremos os relatos por ano e em alguns momentos não oportunizaremos a mesma riqueza em que os fatos foram descritos até o momento.

Entre janeiro à dezembro de 2001, os assuntos que se destacaram são: alteração do estatuto; dificuldades com os dois adolescentes que permaneciam na Entidade em “situação irregular” por não estar adequado à idade prevista no Estatuto da instituição, na qual foi relatado pelos membros do Conselho Tutelar que, segundo a promotoria, os adolescentes não poderiam retornar às famílias de origem por terem sido destituídas do Pátrio-Poder; a permanência de outra adolescente “que já completou idade” e continuava na Entidade; recusada a entrada de uma criança de São Tomé, cidade vizinha de Cianorte, por não haver vaga; realização da eleição de diretoria e divergências nas prestações de contas, relatando que a “nova diretoria não irá sanar as dívidas deixadas pela diretoria anterior”; obtenção de aumento da verba municipal; apresentação do caso de uma criança que estaria dormindo debaixo de um ônibus por causa das agressões da mãe e discussão sobre os “problemas de comportamento” dos adolescentes (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2001, p. 43 e 43verso).

No ano de 2002, registraram-se duas atas, a primeira relata o caso de um jovem “que tem idade ilegal para sua permanência” na instituição e, por isto, a nova presidente encaminhou “um ofício à promotoria pública comunicando-lhes que o mesmo não se encontra

mais nesta Entidade”. Na segunda ata, datada de junho, a presidente discutiu a possibilidade de se realizar “um trabalho pedagógico. A proposta busca melhorar no atendimento as crianças” e que o “SAI (Serviço Auxiliar a Infância) encaminhou para esta entidade” duas crianças de dois e quatro anos de idade e que “após alguns dias, as mesmas foram transferidas para a Aldeia de Goioerê, sendo transportadas pelo Conselho Tutelar” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2002, p. 44 e 44verso)

Em 2003, a presidente informou sobre o aumento de verba destinado à “Casa da Criança” e à “Casa do Adolescente” pela prefeitura Municipal de Cianorte; a eleição da nova diretoria, cuja presidente, uma assistente social, após assumir, trocou a pessoa responsável pelas compras e prestação de contas, bem como as novas organizações do trabalho, inclusive “trabalhos de restauração com as famílias das crianças da Pousada e Casa do Adolescente (pais que tenham vínculos e que as crianças irão retornar)”. Passou a oferecer atendimento psicológico para as crianças, por meio do programa SENTINELA<sup>38</sup> e consta o relato sobre uma adolescente que “está presa em Londrina por furto e havia pedido emancipação” e que a adolescente “foi encaminhada para a casa de recuperação em Cascavel-PR”. A presidente apresentou o caso de um jovem de 19 anos que permanece sob os cuidados da “Pousada do Adolescente” e que teria sido “preso por ter participado de um assalto numa residência próxima da Casa do Adolescente”. Na sequência, em longa explicação, a presidente fez algumas observações quanto ao atendimento das crianças e adolescentes. Lembrou que

[...] compete aos adolescentes colaborar na manutenção, na limpeza e higiene, conservando os materiais pessoais em ordem e conservação de materiais de uso diário que fica estipulado os horários de alimentação, educação e lazer; que o adolescente que não acatar as ordens da casa em encaminhamento judicial; que o caráter da casa é provisório, atendendo adolescente em trânsito ou extremo risco. Adolescente com antecedência criminal não poderá ficar na casa, pois esta não é reformatório e sim uma casa de passagem; que a cada trinta dias a pousada informará ao Ministério Público as condições das crianças inseridas na entidade; havendo as oito crianças na pousada não aceitar crianças impostas para ficarem na entidade [...]. (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2002, p. 51). Foi proposto que a casa ou pousada não atenderá crianças de outros municípios, pois naquela semana havia duas crianças na pousada impostas pela promotoria pública sem a autorização da diretoria [...] (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2002, p. 5verso).

---

<sup>38</sup> SENTINELA: Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Governo Federal (BRASIL, 2006)

Em março de 2003, foi realizada a reeleição da Diretoria. No mês seguinte, foi observado que um dos adolescentes está com 19 anos e permanece na Casa do Adolescente (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2003, p. 49verso, p. 50 e 51verso).

Em julho, as crianças participaram de atividades esportivas e aulas de violão e novamente questionou-se o posicionamento da promotoria, dizendo que “a entidade ficará como o antigo orfanato ‘Lar Infantil’”. A indignação pode ser compreendida porque, em seguida, discutiram a necessidade de internamento para o adolescente de 19 anos que retornou para a Casa do Adolescente. A partir desta data, as crianças menores passaram a ser citadas pelas iniciais dos nomes para preservar sua identidade (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2003, p. 51, 51verso e 52).

Descreveu-se, em julho, um desentendimento entre o Juiz da Vara da Família com a diretoria ao encaminhar o adolescente para que o CT a fim de ser transferido para a casa de recuperação, o qual, a partir desta data, passou a dormir em uma residência fora da Casa do Adolescente (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2003, p. 53-54).

Em setembro de 2003, registrou-se a inauguração das novas instalações da Pousada da Criança e da Casa do Adolescente, não sendo citado o local, mas as construções das duas casas ainda estavam em funcionamento, sito à praça Osvaldo Cruz, ao lado da Rainha da Paz e do Recanto dos Velhos de Cianorte, porque, na devolução do prédio à Federação Espírita, seu representante, ao receber as chaves, disse que o local seria utilizado pela Casa da Sopa<sup>39</sup>. Em novembro, a diretoria reuniu-se com o Prefeito de Cianorte para discutir sobre os atendimentos a crianças de outros municípios e ele disse que os outros municípios podem “custear uma família índole para que atenda estes casos em suas cidades sem a necessidade de locomoção à Cianorte”. Segundo relato, o prefeito iria ter uma reunião com o Juiz de Cianorte para justificar que as Casas foram construídas com recurso do FIA e que os outros municípios também receberam o mesmo recurso e que deve ser priorizado o atendimento a crianças de Cianorte. Na reunião de dezembro, foi constatada, pela primeira vez, uma discussão da diretoria sobre a necessidade de comprar brinquedos para as crianças, justificando que foi realizado o calçamento “para que as crianças tenham, um espaço para brincar, uma vez que a casa é pequena” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2000, p. 56verso, 57 e 58verso).

No ano de 2004, foi comunicada a contratação de uma pedagoga para atender às crianças; que o adolescente de 19 anos foi morar com o pai na cidade de Maringá-PR.

---

<sup>39</sup> *Casa da Sopa*, entidade mantida pelo Centro Espírita Allan Kardec de Cianorte, serve almoço aos andarilhos e pessoas que passam pelo município e que não têm condições de custear suas refeições.



Discutiu-se a respeito da necessidade de adquirir brinquedos, bem como um parquinho para as crianças. Informou-se que duas crianças foram devolvidas à sua cidade de origem (Japurá-Paraná) e que estão “tendo progressos” com as famílias das crianças. Aprovou-se a construção de um “berçário e uma sala lúdica às crianças” no último registro do ano. Vale ressaltar que, nesse ano, ocorreu eleição para prefeito (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2004, p. 59verso, 60 e 62).

A presidente informou, em janeiro de 2005, que não tem interesse em permanecer no cargo nas próximas eleições para diretoria. Ela mencionou a notificação recebida do Ministério Público em decorrência da mãe social que mora na Entidade com seu marido e dois filhos, que, segundo o órgão, teria que sair e apenas prestar serviço no local. A partir de março de 2005, as reuniões passaram a ser realizadas no endereço novo, na Praça Oswaldo Cruz. A nova eleição da diretoria foi realizada por aclamação, por se tratar de chapa única, conduzida pelo novo chefe da Secretaria de Bem-Estar Social. Assumiu a presidência a esposa de um médico e, na sequência, afirmou estar “[...] inconformada com a morosidade da justiça em relação ao processo de destituição ou de retorno à família, pois os pequenos já estão adquirindo vínculos na Entidade”, citou um caso excepcional, no qual a mãe, por precisar de tratamento e não tendo onde deixar a criança, concordaram todos os membros em acolhê-la e reclamou que muitos adolescentes têm sido encaminhados para a Casa do Adolescente por motivos de desentendimento com os pais e que isto foge das obrigações da Entidade, já que não estão em risco eminentemente comprovado. Sua última fala foi desaprovada pelo secretário de Bem-Estar presente na reunião. A presidente falou ainda da necessidade de se construir muros ao redor da Entidade e a dispensa da funcionária que prestava serviços na secretaria. Ressaltamos que esta foi a única ata registrada pela nova diretoria (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2005, p. 62-66).

No ano de 2006, atenta-se a dificuldade da Instituição em firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Cianorte, necessitou-se da intervenção do Ministério Público para que fosse efetivado; relatou-se a fuga de três adolescentes recém “internados” que, ao serem encontrados, acusaram a mãe social e seu marido de violência psicológica, a presidente relatou que havia “outras reclamações do referido casal, mas, como eram feitos por adolescentes dependentes químicos ou com sérios problemas emocionais, não foram levados em consideração”; informou ainda problemas com uma adolescente: “depois que seus irmãos passaram para outra instituição” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2006, p. 67).

Em fevereiro de 2007, houve a intervenção ou participação dos membros da Secretaria de Bem-Estar Social na reunião, quando foi discutida a pouca participação dos membros nas atividades da Entidade, chamando o período de “presidência centralizadora”, justificando que a presidente resolvia tudo “de imediato e sozinha”. Discutiu-se a denúncia de que as crianças estariam mal alimentadas, mas a presidente apresentou notas fiscais de alimentos do período mencionado, como suspeitavam que os alimentos estivessem sendo desperdiçados ou retirados da Entidade, propuseram a elaboração de um cardápio e entrega programada dos alimentos pela quitanda e mercados. A presidente foi questionada ainda quanto ao pagamento da fatura de energia e ela disse que houve um atraso porque priorizou o pagamento dos funcionários, mas que, também, já havia resolvido o problema (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2006, p. 67 e 67verso).

Na reunião de abril, a presidente informou: que seria preciso adequar o Estatuto ao novo Código Civil; que fez um empréstimo de oito mil reais para quitar dívidas de encargos sociais dos funcionários, alegando que os recursos recebidos pelo município eram insuficientes e solicitou que se realizasse uma promoção para sanar a dívida feita. O pedido foi recusado pelos demais membros sob a alegação de que a presidente não consultou anteriormente os demais membros da diretoria. Consta, no final da ata, uma observação, bem confusa, dizendo que o registro foi o segundo ato da nova diretoria, sem terem realizado nova eleição e foi assinada apenas pela secretária que lavrou a ata. Na sequência, o registro é do mês de março, o que explica a observação anterior, já que fora registrada posteriormente, com data retroativa à eleição da nova diretoria. A confusão nos registros nos permite observar que a presidente da antiga e atual diretoria não registrou em ata a eleição que foi convocada pelo “Jornal Tribuna de Cianorte nos dias 16 e 23 de fevereiro e 02 de março de 2007”, ou que esta reunião aconteceu posteriormente à recusa da diretoria em custear o empréstimo da ex-presidente (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2007, p. 68, 68verso e 69).

A alteração no estatuto aconteceu em maio de 2007 e a Entidade passou a ser nomeada como: *Associação de Proteção à Criança e ao Adolescente de Cianorte – Pousada da Criança*. Na reunião de junho, foram discutidas algumas promoções e uma reunião com o prefeito para solicitar o aumento de verbas, já que o recurso repassado era insuficiente para as despesas, e informou a nova presidente: “pedimos um aumento de 115% (cento e quinze por cento)” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2007, p. 70).

Em julho de 2007, discutiu-se a dispensa da psicóloga que prestava atendimento à Instituição e ao CT. Entretanto, na ata seguinte, são encontradas discussões acerca dos horários de trabalho da mesma e, na sequência, mencionam ter solicitado ao prefeito aumento

do repasse à Entidade, por estar com saldo devedor. Em setembro, a diretoria recebeu a notícia da Secretaria de Bem-Estar Social de parecer desfavorável quanto à prestação de contas, por estarem fazendo pagamentos de funcionários sem registros. A presidente justificou que as prefeituras vizinhas que utilizam os serviços da Pousada não fizeram os repasses, inclusive a de São Tomé-Paraná está em dívida com a Entidade referente ao convênio não pago. Ante tal situação, decidiram não mais atender às crianças de outros municípios e diz a presidente: “a diretoria se impôs, pois sempre outros municípios abusam da boa vontade dessa instituição, sendo que esses podem adquirir recursos através do FIA, a Família Acolhedora e outros programas” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2007, p. 70verso e 71verso).

Em fevereiro de 2008 (p. 73verso e 74), consta que foi realizada a prestação de contas e aprovada pela diretoria, o que se subentende que os gastos foram sanados, informando ainda que estão custeando à psicóloga que presta atendimento ao CT e às crianças da Pousada. Em julho, houve reunião para organizar promoções e, em dezembro, registrou-se dificuldade para pagamento de férias e décimo terceiro dos funcionários, solicitando “verba extra” ao prefeito, além do relato de uma ação trabalhista contra a Entidade.

No ano de 2009, foi registrada apenas uma reunião, na qual a diretoria decidiu somente sobre os dias de trabalho da psicóloga e foi feita menção de um carro que seria doado pela promotora para a Entidade (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2009, p. 74).

Em janeiro de 2010, na transcrição da ata da reunião, consta a participação da Promotora e da Juíza de Direito, ambas da Vara da Infância e Adolescência. A reunião foi iniciada pela nova presidente, porém não encontramos registro de eleição. Deduzimos que assumiu a presidência em 2009, porque seu nome consta nos documentos de dissolução da Entidade. A reunião foi encaminhada por meio das falas das autoridades, alertando que serão advertidos os membros e funcionários que fizerem comentários sobre “conversas paralelas” e de “assunto delicado” quanto ao que acontece dentro da Entidade. A Promotora e a Juíza proibiram a saída das crianças sem autorização do fórum e disseram que o bebê que está na pousada passará “os finais de semana com o suposto pai até sair o resultado de DNA” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2010, p. 74verso e 75).

Na reunião de julho de 2010, a diretoria aceitou o uso de celulares para as abrigadas e aprovou a construção de uma sala para atendimento psicológico, para a qual o CMDCA disponibilizaria três mil e quinhentos reais e o restante caberia à Entidade custear. No dia seguinte, consta outro registro que altera o Estatuto, incluindo o item quanto a não

remuneração aos dirigentes da Pousada da Criança (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2010, p. 75verso e 76).

Em agosto de 2010, segundo a fala da presidente, as contas bancárias da Entidade foram bloqueadas “devido à ação trabalhista movida por uma antiga funcionária da Casa do Adolescente, onde o Juiz deu ganho de causa a ela, só será desbloqueada a conta depois do pagamento”. A diretoria discutiu a possibilidade de dialogar com o prefeito quanto ao pagamento da ação trabalhista, solicitar ao MP a aceleração no processo de adoção das crianças e que uma das freiras que trabalha na Rainha da Paz, Entidade sita ao lado, entrou na Entidade sem autorização e encaminhou uma das adolescentes para “[...] fazer exame de sangue para comprovar que ela era usuária de drogas” (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2010, p. 76 e 76verso).

Em setembro, foram relatados problemas com a funcionária e decidiu-se, novamente, contratar uma “pedagoga para trabalhar com as adolescentes”, deixando a referida funcionária somente para cuidar da “papelada” e discutiu-se sobre a possibilidade de fazer convênios com municípios vizinhos. No dia 20 de dezembro, consta o último registro em ata, o qual não possui assinaturas, havendo apenas o relato da presidente em relação às dificuldades financeiras para a manutenção da Entidade e que, segundo reunião realizada no CMDCA dia 14/12/2010 com a participação do MP, os membros do Conselho foram unânimes em deliberar sobre a municipalização da Pousada em sessenta dias. Sendo assim, os membros da diretoria também concordaram com a municipalização fazendo apenas uma ressalva: que se preocupem com a contratação de funcionários para trabalhar com as crianças após a municipalização (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2010, p. 77).

A Entidade hoje municipalizada, ou seja, sob a responsabilidade total da Prefeitura Municipal de Cianorte, ao entregar os documentos para estudo, disponibilizou os documentos da dissolução, nos quais consta cópia do Ofício nº 26/2011, de 30 de agosto de 2011, solicitando a dissolução da Pousada em cartório; Convocação de Reunião, tendo como pauta a extinção da Entidade e Ata digitalizada e registrada em cartório, aprovando sua Extinção e passando todos os bens móveis para a responsabilidade do Município (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA..., 2011a, 2011b, 2011c respectivamente).

A próxima Entidade a ser estudada denomina-se Serviço de Obras Sociais de Cianorte, fundada em 31 de janeiro de 1970, desenvolveu trabalhos assistenciais a famílias e crianças no Município de Cianorte.

### **3.8 SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS (SOS) DE CIANORTE**

**Imagem 8:** Primeira sede do SOS de Cianorte (1970)

**Fonte:** Acervo fotográfico do SOS década de 1970.

O Serviço de Obras Sociais (SOS) de Cianorte foi fundado em trinta e um de janeiro de 1970, é uma instituição assistencial, sem fins lucrativos e que permanece aberta até os dias atuais, desenvolvendo trabalhos com crianças até doze anos. Para contar sua história, utilizaremos outros documentos além dos livros atas, visto que disponibilizou para a pesquisa todo o seu acervo fotográfico e documental. Possui guardados atas, cartas, ofícios, recortes de jornais, plantas de casas, projetos, convênios e os livros atas de diretoria e do “Clube de Mães” conforme tabela descritiva abaixo.

**Quadro 13:** Descrição de documentos do Serviço de Obras Sociais de Cianorte.

Nome da instituição	Forma	Formato	Espécie	Tipo	Data	Número de páginas
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Estatuto	1º Estatuto Datilografado	05/01/1970	01 a 09
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ata	1ª Ata Datilografada	31/10/1970	01 a 02
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Livro	Livro Ata Manuscrito	Livro ata de reuniões de diretoria	04/02/1970 a 07/11/1996 Encerrado em 19/12/1999	01 a 47

Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Livro	Livro Ata Manuscrito	Livro ata de reuniões de diretoria	17/02/1997 a 09/10/2014 <sup>40</sup>	01 a 59
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Livro	Livro Ata Manuscrito	Livro ata de reuniões do “Clube de Mães Fraternidade”	07/05/1987 a 15/12/1989	01 a 27
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Livro	Livro Ata Manuscrito	Livro ata de “atividades e cadastro das mulheres participantes do Clube de Mães Fraternidade”	-/07/1993 a 15/12/1995	01 a 27
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Memorial descritivo	Memorial descritivo de “construção: CEMIC São José”	Reconhecido em cartório 29/06/1982	01 a 02
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Requerimento	Requerimento para concessão de registro do Estatuto em cartório “Sociedade Rural de Cianorte”	26/06/1989	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Estatuto	1º Estatuto Datilografado da “Sociedade Rural de Cianorte”	Registrado em cartório 26/06/1989	01 a 06
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Extrato	Extrato para fins de registro da “Sociedade Rural de Cianorte”	Registrado em cartório 26/06/1989	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Contrato de Comodato	Contrato de Comodato: CMNP e SOS lote de terras nº 2, quadra 29-A, zona 7	01/08/1987	01 a 04
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Escritura – Tabelionato Vieira	Escritura Pública de Doação com condição Resolutiva Livro Nº 118 –N. P. 262/265	21/08/1987	01 a 04
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Lista	Lista de alunos e endereços – Sistema de Controle de Cadastros	02/04/1996	01 a 14
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ofício Expedido	Ofício Nº 35/87 Ao Ministro do Urbanismo e Meio Ambiente – Brasília-DF.	28/04/1987	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Projeto	Projeto: Solicitação de recursos para aquisição de terreno para construção de casas habitacionais	Sem data	01 a 02
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ofício Expedido	Ofício Nº 43/87 A CNMP pedido de terreno para construção de “60 casas regime de mutirão”	29/05/1987	01

<sup>40</sup> A data e o número de páginas registradas simbolizam o último registro encontrado até a data em que o material foi fornecido para estudo, portanto os registros continuam até os dias atuais.

Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Carta	Carta: pedido de um terreno a CNMP	22/06/1987	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Carta	Carta: agradecimento pelo empréstimo do “Salão Paroquial” ao “Clube de Mães Fraternidade”	01/06/1987	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ofício Expedido	Ofício Nº 81/87 Ao Deputado Estadual Rubens Bueno, Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social Curitiba-PR	05/11/1987	07
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ofício Expedido	Ofício Nº 84/87 Ao Deputado Estadual Dirceu Manfrinato Curitiba-PR	09/11/1987	02
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Carta	Carta de agradecimento e solicitação de ajuda ao CERIS	19/11/1987	02
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Orientação – SEAC	Orientação: “Forma de liberação de recursos”	-	02
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ofício expedido	Ofício Nº 107/87 “Solicitação ao Prefeito para exposição de trabalhos manuais do Clube de Mães Fraternidade”	09/12/87	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ofício expedido	Ofício Nº 03/88 Devolução do processo referente ao pedido de verba ao Secretário de Est. do Trabalho e da Ação Social	13/01/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Ofício expedido	Ofício Nº 04/88 Pedido do SOS de parecer favorável no projeto das casas populares	13/01/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Ofício recebido	Ofício Nº 110/88 Solicitação de recursos ao Ministério da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, para o projeto do SOS, construção de casas populares. Câmara dos Deputados	12/04/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Ofício recebido	Ofício Nº 121/88 Orientação para que o pedido de verbas seja realizado pela prefeitura municipal de Cianorte. Câmara dos Deputados	20/04/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação de recursos ao Ministério da Habitação assinada pelo Prefeito	06/05/88	01

				Municipal para o projeto de casas populares do SOS. Prefeitura Municipal de Cianorte		
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação, assinada pelo Prefeito Municipal de Cianorte, ao Deputado Dionísio Dal Prá para intervir no projeto de casas populares do SOS.	06/05/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Ofício expedido	Ofício Nº 54/88 Encaminhamento do Projeto Casas Populares ao Deputado Dionísio Dal Prá.	18/07/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Ofício expedido	Ofício Nº 54/88 Solicitação de apoio à COHSPAR na construção das casas populares.	30/08/88	03
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação, assinada pelo Prefeito Municipal de Cianorte, ao Deputado Dionísio Dal Prá para intervir no projeto de casas populares do SOS. Prefeitura Municipal de Cianorte.	13/10/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento recebido	Solicitação de recursos ao Ministério da Habitação, assinada pelo Prefeito Municipal, para o projeto de casas populares do SOS. Prefeitura Municipal de Cianorte	13/10/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento recebido	Convênio entre Prefeitura Municipal e o Ministério da Habitação para “aquisição de terreno destinado a execução de casas”	09/12/88	05
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento recebido	Ofício Nº 411/88, pedido de reapresentação de “documentos para a MBES em Brasília em consequência do incêndio no prédio”. Câmara dos Deputados	06/10/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento expedido	Ofício Nº 73/88 Reenvio de documentos referentes à construção das casas populares” à Câmara dos Deputados.	14/10/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Documento recebido	CGM/DF/Nº 9.954 Ministério da Previdência e Assistência Social, informando que o projeto foi encaminhado para o Ministério da Habitação e Bem-Estar Social.	08/11/88	01
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Cópia	Folha	Ofício recebido	OF/INCRA/SR (09) CA/Nº637/90 “Cancelamento de Cadastro” do terreno para a Sociedade	13/10/88	01



				Rural de Cianorte, passando a competência do mesmo ao Município de Cianorte.		
Serviço de Obras Sociais de Cianorte	Original	Folha	Jornal	Artigos de Jornais com matérias sobre o SOS.	1971 a 2012	71 artigos <sup>41</sup>

**Fonte:** Organizado pela Pesquisadora.

Os documentos descritos na tabela foram os materiais selecionados para realização da pesquisa, porém o acervo da instituição abrange uma grande quantidade de documentos que não foram utilizados, mas consideramos pertinente arquivá-los na sede da própria instituição. Não constam no corpo da pesquisa, mas juntamente com a secretaria da instituição foi realizado um trabalho de arquivamento, com a finalidade de preservar os documentos e sua memória, bem como facilitar novas pesquisas. Assim, enfatizamos que os documentos estavam guardados na garagem do prédio e, após o início da pesquisa, a direção do SOS, cedeu um novo local para o trabalho de arquivamento. Foram organizados no local 133 caixas de arquivos diversos descrevendo o nome, tipo e data dos documentos.

Alguns dos programas e projetos serão descritos como subitens para melhorar a estética do texto, já que conforme previsto no Estatuto, Artigo 1 letra g, a Instituição participou da fundação e auxílio de outras instituições, bem como na formulação de programas, dos quais, alguns funcionaram ou funcionam como extensão da mantenedora SOS e outros se desmembraram.

A primeira ata, seguida do Estatuto, registrada no Tabelionato Mori sob o número 05 do Livro “A” de Pessoa Jurídica, em 14 de setembro de 1970, relata a reunião de eleição e a posse da diretoria, realizada em 31 de janeiro de 1970, que escolheu como presidente do Conselho Deliberativo Albino Turbay; Presidente Pastor Alcidy Martins de Castro; Primeiro-vice Padre Theobaldo Blumesey [Blume]; e Segundo-vice Pastor Jonathan Ferreira dos Santos. A reunião foi presidida por Nelson Casotti, que, na sequência, encaminhou a discussão sobre o Estatuto que fora elaborado em 5 de janeiro de 1970, citando como mérito a colaboração dos senhores Benedito Moraes Praxedes, Sr. Prefeito Ricardo de Queiros Cerqueira e João Vissoto (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970a, p. 1-2).

As finalidades estatutárias propõem intervenções que abrangem questões maiores do que um aspecto específico, dispondo sobre o atendimento aos indigentes, a crianças pobres, auxílio a outras entidades e intervenção junto às autoridades nos casos de higiene social.

---

<sup>41</sup> Os artigos de jornais foram recortados, não preservando o nome do jornal, data e autor da matéria. Apenas alguns jornais apresentam toda a descrição de informações necessárias à pesquisa e preservação da memória. Neste sentido, a Entidade foi orientada a arquivar a página inteira do jornal.

Neste sentido, são descritos nove itens, que serão transcritos para conhecer suas primeiras finalidades e dar conta de como foram mudando no decorrer dos anos. Estabelece o artigo 1 do Estatuto:

- a) Suprir do necessário para a vida os verdadeiros indigentes, domiciliados em Cianorte e, assim, eliminar as causas da mendicância nas ruas;
- b) Socorrer pobres, mesmo não fichados indigentes, em caso de necessidade eventual ou urgente;
- c) Socorrer, por tempo limitado, pessoas válidas necessitadas e agenciar para elas colocação ou emprêgo honesto, compatível com as suas aptidões;
- d) Promover, de acordo com as condições especiais dos indigentes, a sua internação em estabelecimento que lhes proporcione nutrição, tratamento médico e agasalho;
- e) Proteger as crianças pobres, órfãs ou abandonadas, obter para elas protetores idôneos ou interná-las em um instituto de ensino, sem deixar no entanto, de velar por elas até que se encaminhem na vida;
- f) Aconselhar o pai ou mãe pobre e ignorante no sentido de enviar seu filho menor à escola, preferindo aquela onde houver caixa escolar, ou de colocar em instituto de ensino próprio à índole e condição especiais da criança;
- g) Auxiliar e apoiar, quando possível, as outras sociedades filantrópicas existentes em Cianorte, procurando manter com elas as melhores relações e com elas colaborando;
- h) Agir sem preocupação partidárias políticas e pedir aos poderes públicos e a outras associações apoio moral e material;
- i) Interessar-se junto das autoridades competentes pela solução dos casos prejudiciais e da higiene social (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970b, p. 2-3).

Nota-se, no primeiro estatuto, a exigência de formação do Conselho Social, e, em seu artigo 3º, parágrafo único, dispõe que deverá ser constituído por colaboradores imediatos “formado por pessoas do sexo feminino”. No parágrafo 6º, tornam-se sócios fundadores todos que assinaram o livro ata até 30 de março de 1970. Assim, seguindo a especificidade do artigo terceiro do estatuto, ficam constituídos como membros fundadores: Nelson Casotti, Irmão Elenor Turra, Pastor Alcidy Martins de Castro, Josafat de Sousa, Jorge Moreira da Silva, Sra. Luzia R. Cerqueira, João Visoto, Sra. Ivanir Pagani, Pastor Jonathan F. Santos, Belmiro Magron, Padre Theobaldo Blume, Sra. Odila Z. Martins, Sra. Wilaibe Franzoni, Irmã Diva Barichelo, Albino Turbay, Ramon Máximo Schulz, Dr Benedito de Moraes Praxedes, Jovino Silveira Martins, Gabriel Nani, Servino Cardoso, Antonio Nhani, João Guilhern, Manoel Rodrigues, Nelson Esperidião e Ricardo de Queiroz Cerqueira, por estarem descritos na ata de fundação registrada em cartório. Já na ata transcrita em livro até o mês de março de 1970, encontramos ainda como membros fundadores Alvina Gavioli, Luzia Cerqueira, Laura

Schutz, Arminda Pinto, Eusa Almeida dos Santos, Mirthes Nhani, Lêda de Oliveira, Luízinha Costa, Iraci Hans Brianese, Cremilda Motta, Angelina Rodrigues de Godoy, Francisca Dias, Ivanilde Pagani, Arnaldo Rodrigues, Professor Alceu Brianese, Dorcas Alves da Cunha e Eunice F. Machado (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970a, p. 1 - 2).

A primeira ata registrada em cartório, em janeiro de 1970, foi lavrada no auditório da Rádio Porta Voz, a primeira Rádio de Cianorte, registrada no Ministério das telecomunicações. O registro em livro desta ata ocorreu em fevereiro, mencionando que foi em sua sede, porém não descreve o local. A primeira campanha realizada denominou-se “mil sócios”, tinha a finalidade de conseguir mil sócios para manutenção das atividades do SOS (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970a, p. 1).

A diretoria, em março de 1970, previu a contratação de funcionários para arrecadação de mensalidade e duas funcionárias para os trabalhos relacionados à secretaria. Em setembro de 1972, a diretoria comunicou a situação irregular dos funcionários por falta de “matrícula da Entidade” nos órgãos competentes para seu funcionamento, inclusive fiscal e contábil, ficando decidido “[...] contratar os serviços de um Escritório Profissional, para atendimento dos encargos contábil, fiscais e burocráticos da Entidade” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 2).

Observamos a presença de Maria da Sé Saveiro Pernomian, conhecida como Dona Sé, e a Irmã Suzana Flores na composição da diretoria. Estas mulheres, a partir de 1974, passaram a organizar os trabalhos desenvolvidos pelo SOS e foram as responsáveis por dar início aos atendimentos à criança e à fundação da primeira Creche no Município (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 1verso-2).

Antes da eleição da diretoria em 1975, foi citado um relatório do ano anterior que “[...] deixou todos maravilhados e entusiasmados a continuarem essa obra que tantos benefícios vem trazendo aos menos favorecidos de nossa cidade”. Na sequência, o presidente do Conselho Deliberativo pediu a reeleição dos membros atuais, justificando que “obtiveram êxito nos trabalhos no ano anterior”. Os membros apoiaram sua opinião e reelegeram novamente as mesmas pessoas, alterando somente alguns cargos: Maria da Sé, citada anteriormente, assumiu como vice-presidente. Em continuidade, foi criado o programa “Clube de Mães”, por meio da fala do presidente, o Clube iniciou sua atividade no dia 03 de março de 1975 (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 3verso-4).

Constatamos pelos registros que a mesma diretoria foi eleita nos anos de 1976, 1977, 1978, 1979, elegendo a Irmã Jildeth para presidente e Maria da Sé como vice-presidente, mudando apenas algumas novas pessoas no Conselho Deliberativo e Social, sempre a

reeleição era justificada pelo bom trabalho de seus membros. Apenas em 1980 a presidente foi substituída por ter sido transferida de cidade, assumindo a Irmã Ivone Aparecida Lemos (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p.5-8 verso).

Constatamos que, na reunião de fevereiro de 1980, foi citado pela primeira vez o endereço da sede do SOS, sito à Rua Florianópolis, número 1813. Este é o local que aparece na foto ilustrativa no início do subitem (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 5).

Os registros em livro ata e nos documentos pesquisados não exemplificam e nem especificam as atividades desenvolvidas pela Instituição com a mesma riqueza de detalhes que as fotografias nos permitem observar, porém a utilização da fotografia como fonte de pesquisa do SOS demandaria um trabalho específico de tratamento da imagem e de características próprias que o documento exige e o tempo definido para a pesquisa não nos permite. Utilizaremos apenas as descrições encontradas no verso das fotografias a fim de ampliar as discussões quanto aos trabalhos realizados pelo SOS no período.

As imagens selecionadas são da década de 1970 e contêm no verso das fotografias um breve relato do fato documentado. Entendemos que sua transcrição servirá como registro das atividades desenvolvidas pelo SOS no período. Salientamos que as imagens foram fotografadas para melhor preservação do documento e que, por se tratar de fotografias antigas, suas imagens não possuem uma boa resolução, assim como algumas anotações foram feitas a lápis, dificultando sua visualização e, as imagens servem apenas como ilustração. Porém o que pretendemos destacar é a transcrição contida no verso das fotografias para auxiliar o conhecimento da história da Instituição. Seguem as fotografias, frente e verso com a respectiva transcrição:

**Imagem 9:** Uma família atendida pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.

**Transcrição:** “Esta família recolhida pelo S.O.S pedia na rua dinheiro para prosseguir viagem. Além de possuírem o dinheiro para a mesma, tinham malas repletas de roupas novas, brinquedos, relógio novo, rádio, bolsa, etc.”

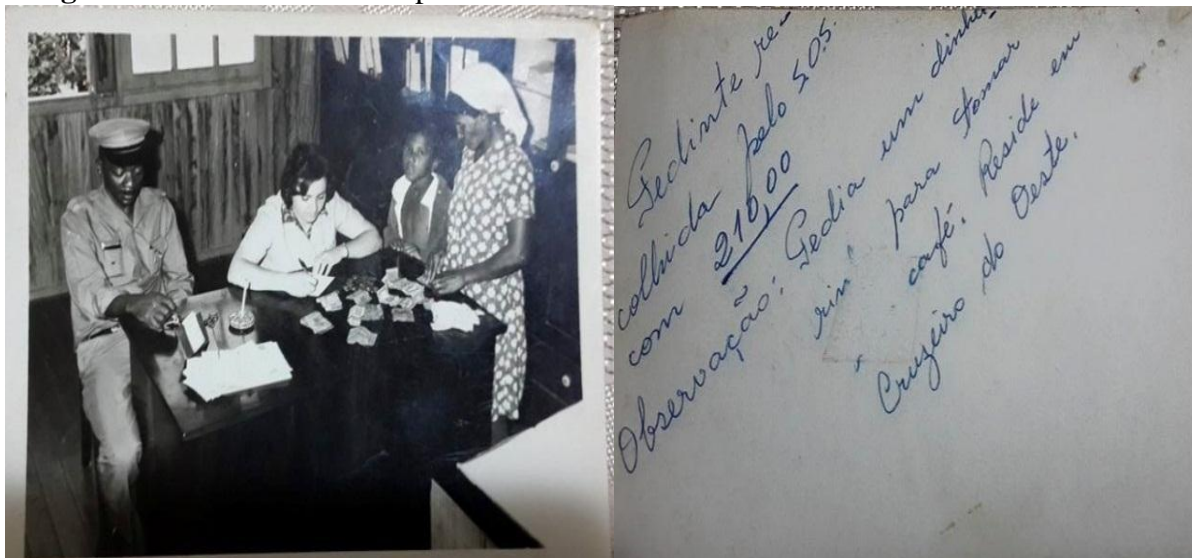
**Imagem 10:** Crianças recolhidas pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.

**Transcrição:** “Crianças pedindo na rua enquanto o pai passava o dia dormindo”.

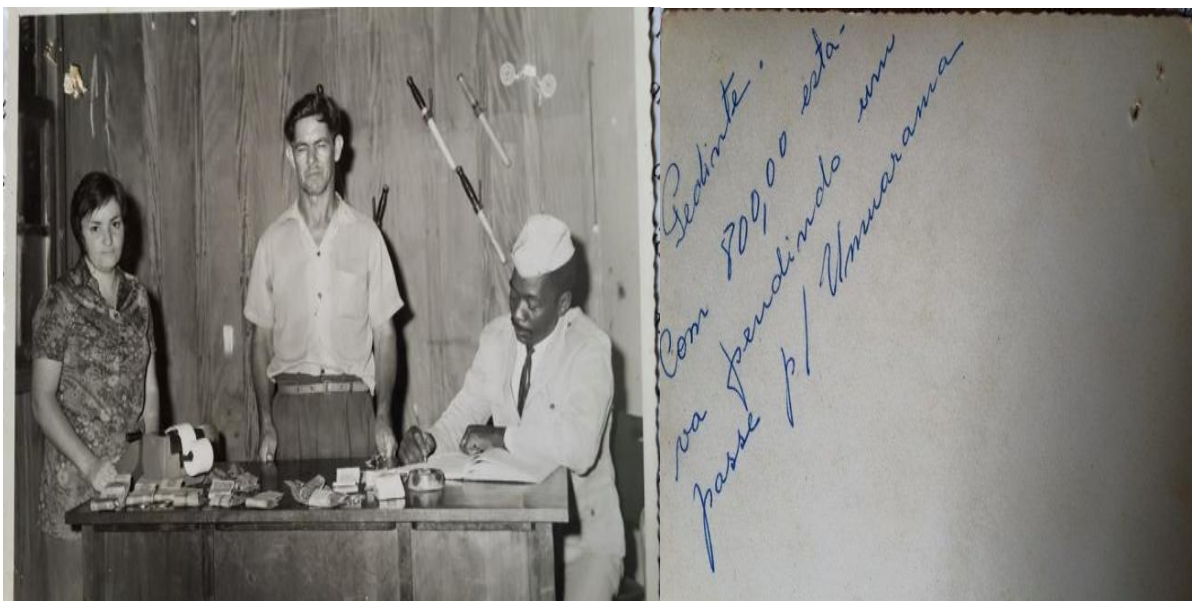
**Imagem 11:** Pedinte recolhida pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.

**Transcrição:** “Pedinte recolhida pelo S.O.S com 210,00. Observação: Pedia um dinheirinho para tomar café. Reside em Cruzeiro do Oeste”.

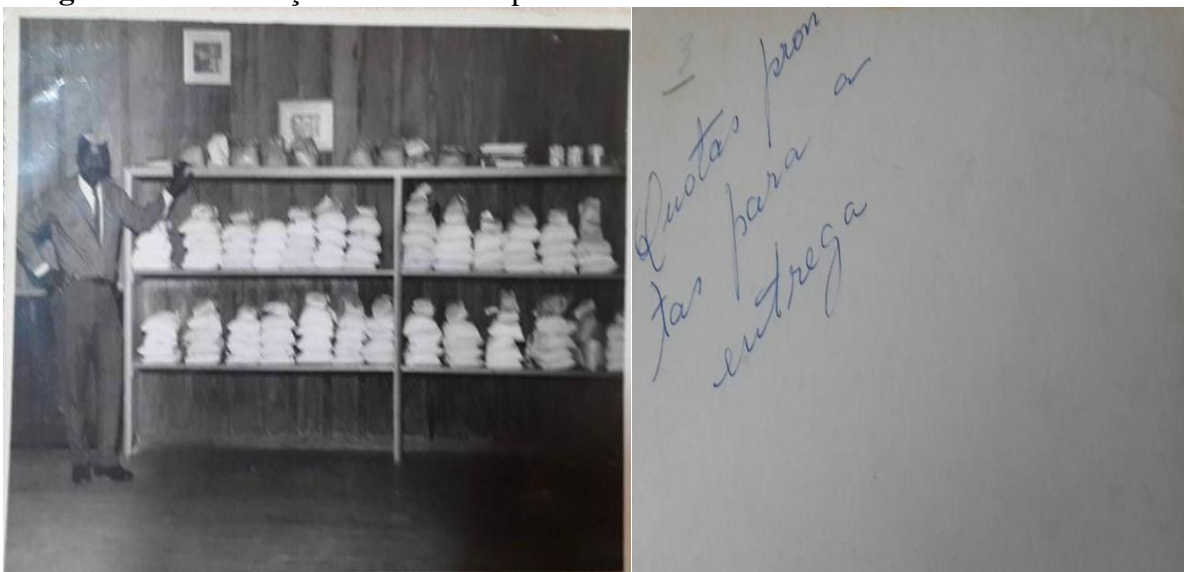
**Imagem 12:** Pedinte recolhido pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.

**Transcrição:** “Pedinte. Com 800,00 estava pedindo um passe para Umuarama”.

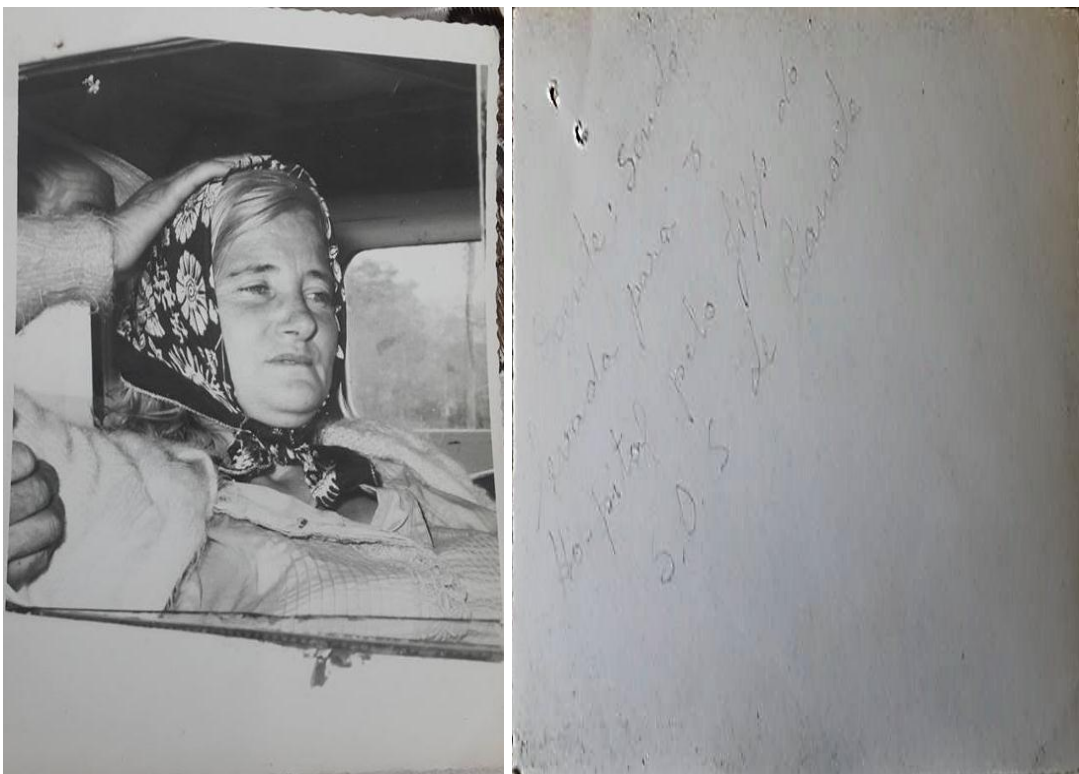
**Imagem 13:** Distribuição de alimentos pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.

**Transcrição:** “Quotas prontas para a entrega”.

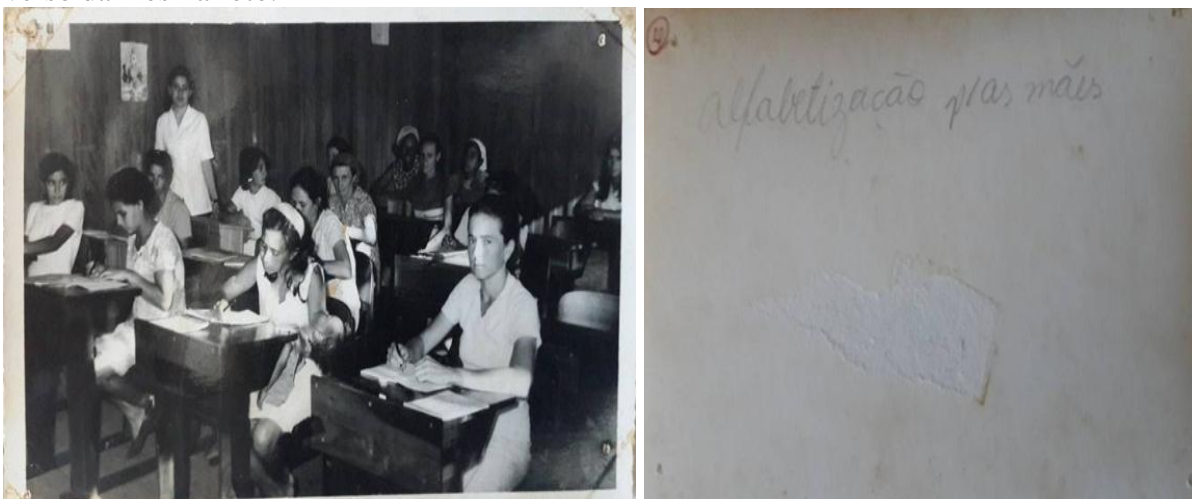
**Imagem 14:** Transporte de doentes atividade desenvolvida pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.

**Transcrição:** “Doente: Sendo levada para o Hospital pelo Jipp [jipe] do S.O.S de Cianorte”.

**Imagem 15:** Aulas de alfabetização para mães assistidas pelo SOS na década de 1970 e o verso da mesma foto.



Fonte: Acervo fotográfico do SOS.

**Transcrição:** “Alfabetização para as mães”

Os trabalhos do SOS, na década de 1980, passaram a ter como preocupação o atendimento à criança no sistema de Creche, assim, no próximo subitem, destacaremos sua criação, já que foi a primeira creche do Município.

### 3.8.1 SOS – Década de 1980 – A criação da Creche CEMIC São José

**Imagem 16:** Local da primeira Creche de Cianorte – Creche São José.



**Fonte:** Acervo fotográfico do SOS.

A Vice-Presidente Maria da Sé, em fevereiro de 1980, passou a presidir a reunião por motivo de viagem da presidente e lembrou “os objetivos deste trabalho conjunto em prol das pessoas carentes” e propôs um estudo do “planejamento para os trabalhos a serem desenvolvidos tanto na promoção humana da clientela como os meios para arrecadação de fundos, junto à comunidade, para se conseguir os objetivos propostos”. Da fala passou ao ato de distribuir “tarefas aos grupos”.

O próximo registro, em março de 1980, citou a “festa da Coca-Cola”, realizada desde o primeiro ano de fundação da Entidade, de modo a intensificar os trabalhos voltados à divulgação por meio de propagandas (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 10).

No dia 28 de março de 1981, a diretoria do SOS criou o programa denominado *Creche São José* a fim de “atender à aquelas pessoas que necessitam trabalhar e não podem em vista de filhos menores”. Nesta data, o Conselho Deliberativo do SOS criou, deste ato, um “Departamento com a Diretoria do SOS, para dinamizar a instalação da Creche, no imóvel que estava instalado o Recanto dos Velhinhos de Cianorte” aprovando “a instalação da Creche para atendimento a todos os que necessitarem ficando sob responsabilidade do SOS a administração do órgão, bem como as obrigações de Receita e Despesas”. Colocado em



discussão, a diretoria aprovou o nome “Creche São José, com sede à Rua Curitiba Nº 1906”, instituindo a presente ata como de fundação do programa (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 11 e 12verso).

Merece destaque, nas eleições da diretoria, a seriedade com que a Instituição tratava as prestações de contas, apresentadas e aprovadas a partir de 1972 e realizadas pelo presidente do Conselho Deliberativo, Albino Turbay. Na eleição de 27 de abril de 1982, assumiu a presidência do SOS Maria da Sé Saveiro Pernomiam e, em seu discurso de posse, ressaltou “[...] o valor do trabalho em conjunto, com um só objetivo: a promoção dos necessitados”. O discurso presente nos trabalhos do SOS com pessoas necessitadas era de promoção, por este motivo, a ajuda às famílias eram acompanhadas, desde sua fundação, de atividades que desenvolvessem algum tipo de trabalho (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 13 e 13verso).

Na ata de eleição datada de 27/04/1982 (p. 13), no final, registrou-se um adendo cancelando o registro e ressaltando que sua transcrição correta constava na página dezessete, assim, nas páginas 15 e 16 existem dois registros com datas anteriores e sucessivamente transcritas nos dias 07/02/1981 e 15/02/1981. Na primeira, está registrada a eleição de 1981, em que tomou posse novamente a Irmã Ivone como presidente e o senhor Albino Turbay como presidente do Conselho Deliberativo da Instituição. Na redação da ata, foram destacados os trabalhos realizados pelo SOS pela transcrição da fala da presidente:

Iniciou-se a reunião expondo-se a finalidade que é o estudo dos meios para arrecadação de fundos para aquisição do necessário para o atendimento de emergência aos necessitados, planejando-se campanhas, como: bazar de objetos usados, campanha do Kilo (solicitação de alimentos à comunidade) almoços beneficentes [beneficentes], venda de folhagens e outras [...]. Foi tratado ainda, das sindicâncias domiciliares, com troca de experiências sob as diversas formas de promover as famílias: encaminhamento para o emprego, dos doentes aos hospitais, das senhoras e jovens, a cursos profissionalizantes. Houve, ainda, momentos de reflexão sobre o valor do trabalho das voluntárias, que numa doação de si mesmas se colocam a serviço do irmão carente [...] (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 16-16verso).

Em abril de 1982, a diretoria atual se reelegeu, dando continuidade aos trabalhos, sobretudo aqueles voltados à criança. Em 10 de março de 1983, registrou-se a necessidade de alteração do Estatuto para conseguir “secção de Utilidade Pública, do Ministério da Justiça, em Brasília” e foi lembrada a promoção do “Barreado” em prol da Creche CEMIC São José, já utilizando a sigla CEMIC – Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade. No

mês de agosto do corrente ano, foi registrada uma reunião apenas para avaliar a promoção do Barreado (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 17verso-18).

A presidente informou que a intenção da reunião em agosto de 1984 pretendia dar “esclarecimento sobre os trabalhos” do SOS, trazendo o foco da discussão para o direcionamento dos trabalhos com crianças. Sua posição:

A presidente fez uma explanação sobre a conscientização do trabalho do CEMIC dentro do SOS afirmando ser um trabalho mais direcionado às crianças carentes residentes na cidade bem como às suas famílias, deixando claro que os problemas com indigente andarilho fugiam à responsabilidade do SOS. A presidente Maria da Sé Pernomian falou ainda sobre os trabalhos que poderão ser feitos pelas crianças nas indústrias e comércio locais, bem como deixou claro as responsabilidades de cada membro da diretoria [...] (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 19).

Ainda nesta ata de agosto, decidiu-se pela intensificação das campanhas de “coleta de lixo e venda” do mesmo, fatos já relatados e praticados por outras Entidades, para “arrecadar fundos para a construção da nova Creche já em andamento”. Além disso, ficou estabelecido que os presentes de natal para as crianças seriam doados pelas “madrinhas das crianças” e que haveria uma reunião mensal da diretoria na “última sexta feira de cada mês onde se comemora o aniversário de todas as crianças do mês”. Assim, com as reuniões mensais, os trabalhos passaram a ser mais descritos e detalhados nas atas (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 19).

Em setembro, a reunião tratou sobre o aumento da arrecadação de lixo por meio de telefonemas que cada membro iria realizar e, como ainda não havia creches no município e a necessidade era imensa pela população carente, a diretoria “salienta” “que está recebendo grande ajuda do povo nesse sentido”. A fala da presidente destaca a necessidade de “fazer visitas às mães das crianças da Creche para verificação se, de fato, estão trabalhando”, caso não estejam, deve-se substituir as crianças de mães que não trabalham ou encaminhá-las ao mercado de trabalho. Na reunião de outubro, foram decididas promoções a serem realizadas com vistas à festa de Natal das crianças. Em dezembro, durante a reunião, decidiu-se pela distribuição de cestas de natal para as famílias das crianças e organização de uma festa no Salão Paroquial com a participação do Lions Clube (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 20-20verso).

Em fevereiro de 1985, registrou-se a primeira dificuldade da Creche, a contratação de funcionários envolvendo a prefeitura. Segundo a diretoria, a saída da coordenadora “Shizuko” (professora atualmente aposentada do município) prejudicava o andamento dos

trabalhos por falta de funcionários, assim foi feita uma solicitação à prefeitura e estavam esperando resposta. Caso houvesse uma resposta contrária, o fechamento da creche seria inevitável e decidiu-se fazer “uma reunião com as mães onde haveria uma explicação para o fechamento da creche até que houvesse solução para tal”. Foi finalizada a reunião falando sobre uma festa, na qual sua renda seria destinada ao pagamento da “cobertura da Creche em construção”, ou seja, da construção de uma nova sede, voltada apenas para o atendimento de crianças (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 21).

Em março de 1985, foi informado que o problema de funcionário seria resolvido com a contratação de duas funcionárias e que a Creche teria a obtenção do Registro de Utilidade Pública. Ante a apresentação de uma dívida da Instituição de “vinte e cinco milhões”, novamente decidiu-se solicitar auxílio da comunidade por meio de doações no “livro ouro”, já utilizado na fundação do SOS. Finalizaram-se as discussões, mencionando, sem maiores explicações, a participação da presidente em um “Curso de treinamento com o menino de rua” em Curitiba e que seria necessário aumentar a “fiscalização no trabalho das mães que têm filhos na Creche” (p. 22). Em abril de 1985 (p. 22verso), decidiram lançar o sistema de carnês, já que enfrentavam dificuldade para a arrecadação de recursos para a cobertura da sede nova e a presidente solicitou peças de roupas para reaproveitamento.

Em maio de 1985, o balancete foi aprovado pelo Conselho Deliberativo e notamos que não constava mais o nome do senhor Albino Turbay. Na sequência, a presidente citou “a obtenção de um convênio com a FUNABEM que a partir de então nos mandará mensalmente 2.830,000 (dois milhões oitocentos e trinta mil cruzeiros) que seriam utilizados na alimentação da creche”. A presidente relatou o problema de moradia de uma mãe com quatro filhos e, de imediato, a diretoria decidiu resolver, porém não há registro das medidas tomadas (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 22verso).

Em junho, foi apresentada a primeira contratação de psicóloga da Creche, porém, em agosto, relataram o seu desligamento e a presidente comunicou que a “Prefeitura não fará nenhuma substituição de funcionários até janeiro próximo”. Em meio às discussões, duas decisões nos chamam atenção, a primeira é que, ao prestar contas das promoções realizadas, foi dito que o recurso seria dividido entre as “duas entidades, ou seja entre o SOS e CEMIC”, o que justifica que os trabalhos desenvolvidos pelo SOS, mesmo não sendo citados em ata, permanecem em pleno funcionamento. A segunda se deu pela preocupação com as crianças de rua e sugeriu a presidente:

A presidente deu a idéia para que fundasse o “clube do papelero” isto é, para que os meninos de rua que catam papel, da creche ou não, fossem encaminhados por um membro da Diretoria ao S.O.S acompanhados de suas mães e aí fizessem a sua inscrição passando a pertencer a esse clube [...] (p. 23 verso).

A presidente informou, em setembro, que o “menino de rua e sua família seriam todos reconhecidos por uma camiseta verde com um crachá da Creche”, este fato pode nos levar a pressupor que já foram todos cadastrados e que “trabalhariam” junto com a entidade na coleta de lixo reciclável. Em outubro, registraram-se duas reuniões em uma única ata e o assunto principal foi a dificuldade no término da construção da Creche e quais promoções seriam necessárias para findá-la. A outra discutiu sobre promoções e compra de presentes para o natal das crianças. Ao final da última reunião, a diretoria fez a prestação de contas, em que se destacaram as verbas recebidas: “de 15000000 do governador e 6000000 da PRODASEC”, bem como uma “colônia de férias patrocinada pela LBA” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 25verso).

A presidente iniciou a reunião de março de 1986 dizendo que, no final do ano anterior, havia recebido verbas “de 15.000 cz. do Deputado Dirceu Manfrinato, 10.000cz do IAM: e 40.000cz do Deputado Álvaro Dias”. Explicou que, com este auxílio, o término da construção seria mais rápido, e informou que foram construídas salas para “trabalhos manuais” e de “marcenaria para as crianças”, mas que precisava, no segundo caso, de autorização da Secretaria de Educação.

No dia 20 de março de 1986, durante a reunião, destacou-se que, no dia 12 de abril, haveria “missa em ação de graças” para a inauguração do novo prédio e solicitou voluntários para a limpeza no prédio da nova Creche. Não encontramos maiores explicações quanto à inauguração, porém, dois meses depois, foi mencionada a separação do CEMIC e do SOS na fala da presidente ao dividir os trabalhos manuais, ficando, no SOS, os cursos de “tricô e crochê” e, na Creche, “bordado, pintura, costura e outros trabalhos do gênero”, já instalados na nova sede, sito à Rua do Artesão, 135, vila 07. Os trabalhos promocionais continuaram a ser fortemente relatados, no entanto, destacamos um em específico, por se tratar de uma promoção diferente daquelas habitualmente feitas pelas Entidades: a diretoria promoveria um vernissage em parceria com o escultor Dirceu Rosa nos dias 16 a 20 de julho de 1986. Outra fala que chamou atenção foi o pedido de duas funcionárias ao prefeito para aumentar o atendimento de mais 50 crianças (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 26-27).

Em julho do mesmo ano, entre as discussões quanto às promoções a serem realizadas, a presidente, Maria da Sé, propôs um baile popular a ser realizado pelo Clube de

Mães, “cuja renda seria para compra futura de casas populares para as próprias mães organizadoras da promoção”. A presidente ressaltou a necessidade de contratação de uma assistente social para o trabalho com as famílias. E, na sequência, avaliou que “foi boa” a promoção realizada pelo Clube de Mães e decidiu que as próximas promoções seriam organizadas junto com a diretoria da Creche e do Clube de Mães. A presidente informou que o ganhador da escultura de Dirceu Rosa fez doação da peça para a Creche e, como agradecimento, deram-lhe uma colcha de retalhos produzida pela Entidade (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 28). A escultura encontra-se na Entidade até os dias atuais e conseguimos registrá-la. Segue a foto:

**Imagem 17** – Imagem esculpida pelo artista Dirceu Rosa na sede do SOS



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora fotografada em 26/05/2015

A diretoria apresentou a nova assistente social e convocou o Clube de Mães para participar de uma “Tribuna Livre” na Câmara dos Vereadores de Cianorte com o objetivo de que se aprovasse verba para pagamento da assistente social e de conseguir “forças deles para aprovação dos terrenos das casas populares”. Porém esta doação, em específico, não aconteceu nestes moldes, foi o que verificamos mais à frente (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 28verso).

Na última reunião de 1986, datada o dia 23 de outubro, a presidente, Maria da Sé pediu afastamento para tratamento de saúde. Discutiu, ainda, procedimentos a serem cumpridos pela diretoria até o final do ano, inclusive as promoções e brinquedos de natal para as crianças e lembrou: o “valor do trabalho do (SOS) além da criança [também é] a promoção da família” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 29).

Não há registro de ata por sete meses e, na reunião seguinte, registrou-se Maria da Sé presidindo a reunião em abril de 1987. Convidou a diretoria para visitar a olaria, dizendo que era preciso ter um melhor aproveitamento da mesma, retirando “os meninos maiores das ruas”, fazendo um “trabalho integral com esses adolescentes”. Comentou sobre a venda de pães e broa no comércio, decidindo que cada membro da diretoria aprenderia a fazer os acolchoados e, uma vez na semana, cada um se encarregaria de ensinar as mães. Apresentou a nova psicóloga e decidiu-se que o aniversário das novas instalações seria marcado com uma palestra proferida pelo Padre da Paróquia (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 29verso e 30).

Na Edição especial do Jornal Tribuna de Cianorte, datada de 26 de julho de 1987, encontramos uma matéria intitulada “S.O.S CEMIC São José”, destacando o atendimento de “250 crianças” e “80 famílias”. O artigo dá ênfase aos trabalhos desenvolvidos pelo SOS e descreve: “Com relação às crianças, estão os trabalhos manuais, recreação, reforço escolar, profissionalização, higiene corporal, palestras educativas, enfim, trabalhos que estimulem o desenvolvimento humano da personalidade da criança” (TRIBUNA DE CIANORTE, 1987, p. 4)

A presidente pediu aos membros da diretoria sua liberação para participar, em “Santa Bárbara do Oeste-SP no congresso do SOS será no dia 13 de setembro de 1987, citou também o aniversário do SOS de Londrina-PR e que seria no dia 14/8/87”.

Em dezembro de 1987, a presidente destacou os trabalhos desenvolvidos pelo SOS durante o ano, citando: corte e costura industrial, curso de pintura para as mães e crianças, curso de crochê, tricô e bordado, confecção de acolchoados, pão e panetões, bazar de panos de pratos, aquisição de presentes (brinquedos) para as crianças, organização de 104 cestas de natal para as famílias das crianças e do almoço de natal em que participaram todos os familiares da diretoria e das famílias atendidas. A presidente informou que o projeto das casas populares estava pronto e explicou como foi a compra do terreno.

[...] o projeto das casas que serão construídas em regime de mutirão pelo clube de mães, que já está pronto o projeto doado pela arquiteta Mônica Nacle. O terreno foi adquirido pelo valor de CZ 400.000,00, (quatrocentos mil cruzados) que seria pagos no prazo de dois anos, sendo que a 1ª prestação é de CZ 40.000,00 (quarenta mil cruzados) que já foi paga [...] (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 31verso).

A próxima reunião é datada de abril de 1988, nela, a vice-presidente Ana Lúcia justificou a ausência da presidente para tratamento de saúde. Foi discutido, no transcorrer da

reunião, a dificuldade que o bazar “de confecção dos Serviços de Obras Sociais” tem apresentado, evidenciando que “as vendas estão baixas e que os preços das mercadorias estavam altos não competindo com o comércio”. Finalizaram a ata destacando o trabalho da padaria com a participação das crianças em todas as atividades, inclusive no feitiço dos salgadinhos para festas, entendendo a presidente que: “as crianças maiores teriam trabalho garantido” no futuro (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 32verso).

Em maio de 1988, a presidente destacou o projeto de construção da padaria “visando trabalho profissionalizante das crianças e mães” e as dificuldades quanto ao curso de costura, justificando que não estavam conseguindo vender as mercadorias da confecção por falta de competitividade com o comércio local (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 33).

No ano de 1989, encontramos apenas um registro de ata de reuniões, na qual a presidente relatou ter assinado um termo de compromisso com a Companhia Paranaense Energia Elétrica - COPEL se comprometendo em “entregar 12 (doze) casas no final de mês de abril, 08 (oito) no final do mês de junho e as restantes no final do corrente ano”. Porém não há registros neste livro sobre o trabalho das casas (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 33verso).

Em 1990, existem dois registros de atas, o primeiro de julho, no qual não cita quem presidiu a reunião, há somente um relato de que a CEMIC ficaria responsável por fazer a comida da Festa das Nações. Na segunda, presidida pela presidente Maria da Sé, o tema principal foi a “venda de uma data em Jussara que pertence ao CEMIC” e a necessidade de uma nova eleição da diretoria “pois ela (a presidente) estará colocando seu cargo à disposição”. Fato este que não aconteceu (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. p. 34-34verso).

No ano de 1991, encontramos apenas dois registros, o primeiro de abril, em que o assunto principal foi a municipalização da Creche sob a alegação de o SOS não ter condições de custear os funcionários para manter o “[...] atendimento às centenas de crianças hoje assistidas em período integral” e que, após a aprovação da Lei Orgânica, a prefeitura não permite a permanência de funcionários públicos fora de qualquer órgão municipal. Na sequência, foi decidido pedir ajuda à LBA e marcar uma reunião com o Prefeito. A segunda ata é do mês de novembro, a reunião ocorreu na residência da presidente, com a finalidade de afastá-la por motivo de saúde, assumindo a Vice-presidente Ana Lúcia M. do Amaral (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 35verso).

No ano de 1992, há o registro de duas atas, mas não consta o nome de quem presidiu as reuniões. A primeira em março, bem sucintamente, tratou da municipalização da Creche,

entregando-a à prefeitura ou ao Rotary Clube Furquim de Castro. E a segunda em maio, comunicando que o Rotary entrou em contato com o prefeito e, após conversa, comunicou à presidente que o assunto “municipalização deveria ser esquecido”.

Em 1993, há registro de duas atas, apresentou-se uma subvenção com o Estado-PR, na cedência de professores para os trabalhos com as crianças na Creche. Segundo a ata, os professores que adentravam nos trabalhos da entidade (contratados pelo Estado) “agem apenas como docente e ignoram a parte de serviços gerais para os quais foram contratados”. Foram apresentados os trabalhos desenvolvidos pelo CEMIC, pelo Clube de Mães e o trabalho com as “avós”<sup>42</sup>. Na sequência segundo relato da vice-presidente esta explanação dos trabalhos faz-se necessário para encaminhamento de um relatório ao CMDCA a fim de divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo SOS já que o mesmo inferiu um documento contestando os atendimentos da instituição e ressalta que “[...] efetuaram um documento de forma primária e insatisfatória não condizendo com a realidade” da Instituição, sendo solicitada uma nova avaliação, exigindo técnicos mais capacitados. Ainda nesta reunião, foram discutidos mais três pontos, que devem ser destacados: o corte de repasses de recursos estaduais para as crianças maiores de sete anos; a doação de um veículo recebido do “Pro Vida”, entidade filantrópica denominada Central Geral do Dízimo; e, a desistência de uma viagem para a praia por falta de liberação do ônibus pela prefeitura. Já havíamos encontrado fotos de viagem com crianças nas Cataratas de Foz do Iguaçu e na Praia de São Vicente em Santos no arquivo histórico, porém não encontramos o registro dos anos em que os passeios aconteceram (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 37, 37verso e 38).

Em 1994, ocorreu apenas um registro, bastante extenso, explicando os trabalhos do SOS e os recursos recebidos para os novos integrantes da diretoria. Destacamos, como pontos fortes da reunião, o aumento do número de crianças, a necessidade de mudança do Estatuto sob a justificativa de que a Instituição foi registrada como fundação, mas funciona como Associação. Porém as mudanças não constam em ata (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 38, 38verso e 39).

---

<sup>42</sup> O grupo das Avós foi criado para ajudar as avós de crianças que passam por dificuldades financeiras e se tornam peças importantes no auxílio aos cuidados com as crianças nos casos da falta da mãe ou por estarem no seio familiar e não conseguem mais ingressar no mercado de trabalho. A Entidade passou a promover ações junto ao sistema de saúde, educação e assistencial. Notando a falta de políticas voltadas a esta faixa etária, atua com aulas de alfabetização, encontros semanais com rodas de conversa, entrega de cestas básicas, palestras, acompanhamento da pressão arterial, visitas domiciliares pela assistente social, atendimento médico e encaminhamento à rede pública de saúde. Um dos projetos desenvolvidos foi a caminhada com o idoso que, posteriormente, foi adotada pelo sistema de saúde municipal. Atuou nesta área até a criação do Conselho do Idoso que assumiu os trabalhos com avós da região da Vila Sete.



Em março de 1995, foi feita a apresentação dos programas que foram inclusos no novo estatuto, elaborado no ano anterior, conforme descritos: “1) Creche para 180 crianças; 2) CEMIC – para 200 crianças de 7 a 12 anos e 50 adolescentes; 3) Clube de Mães; 4) Apoio à Pessoa idosa 40 pessoas com mais de 57 anos”, totalizando 430 crianças e adolescentes (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 39verso, 40 e 40verso).

Em abril de 1995, constam os informes para a composição da nova diretoria, solicitação de mais recursos ao CMDCA sob alegação de funcionárias com contratação irregulares e decisão de mudar o Estatuto para Fundação Serviço de Obras Sociais de Cianorte. Foi tema de discussão a manutenção do Centro de Convivência do Idoso com encontros sociais recreativos, já explicados em nota de rodapé. Em novembro, registrou-se uma ata de seis páginas, cujos assuntos principais foram: ampliação de quatro salas, justificada pela impossibilidade da prefeitura em construir novas creches; dificuldades para efetivação dos convênios firmados para crianças até sete anos; incerteza na renovação do convênio com a SEED quanto à destinação de professores para o Programa “Amparo Técnico”; e, informação da participação da UEM em palestras para o clube de mães (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 42-44).

Há um único registro das reuniões da diretoria no decorrer do ano de 1996, justificando a impossibilidade de registro por conta da mudança estatutária. Relatou-se que foi suspenso o convênio de “Amparo Técnico” pelo Governo do Estado e que, segundo registro “resultou numa queda significativa na qualidade do atendimento dos serviços”. Sobre esta questão, encontramos uma fotografia, no arquivo de documentos, tirada durante o desfile em comemoração ao aniversário do Município, em que há uma faixa com a seguinte frase “Creche é educação Básica. Onde estão os professores?” Na continuidade da ata, foi informado que a coordenadora foi convocada pela prefeitura para retornar ao trabalho de professora, função pela qual foi concursada, permanecendo somente meio período na instituição. Foi citada novamente a possibilidade de se levar as crianças à praia no mês de fevereiro do próximo ano e a coordenação solicitou a compra de um veículo (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1970-1996, p. 45verso, 46-46verso).

O livro se encerrou na página 47, constando como data de encerramento 19 de dezembro de 1999.

É importante registrar que encontramos, nos documentos pesquisados, uma lista de alunos datada de dois de abril de 1996, intitulada “SOS – CEMIC São José, Sistema de Controle de Cadastros, Relatório de Alunos” que contém nomes de alunos e endereço residencial de 555 alunos cadastrados.

O novo e ainda atual livro de registros de atas inicia-se com o registro de uma reunião em fevereiro de 1997, constando a eleição antecipada da diretoria e do conselho deliberativo, sem explicar o motivo. Observamos que a presidente Maria da Sé assumiu a tesouraria e a primeira Dama passou a fazer parte do Conselho Deliberativo (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 1 e 1verso).

Na reunião datada de abril de 1997, estão registradas as promoções a serem realizadas, a necessidade de construir novos banheiros e o falecimento de uma funcionária. Na reunião de maio de 1997, foi discutida a necessidade de construir uma creche no “Cianortinho”, bairro residencial e popular do município, e informou-se que a creche promoveria um bingo em prol de sua construção. Em junho, ficou decidido a realização de benfeitorias na Entidade e que seria falado com o Prefeito Municipal sobre as dificuldades financeiras (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 2verso-4).

Em março de 1998, ficou decidida, de fato, a venda dos terrenos pertencentes ao CEMIC na Cidade de Jussara-PR e o dinheiro seria utilizado para o término dos banheiros e para pagamento de dívidas da Padaria. Inferimos, pela fala da presidente, que a Instituição vendeu panetones a um empresário da cidade e que ele “não honrou com o pagamento dos 1.500” produtos encomendados (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 4verso).

A reunião de maio teve como pauta uma denúncia realizada pelo jornal “Voz do Povo”, que publicou um artigo “denunciando maus tratos de crianças do CEMIC”. A diretoria esclareceu que não tem procedência a denúncia, porque a pessoa que a fez ao editor do jornal não conhece os trabalhos e compareceu poucas vezes na entidade. E foi tomada a decisão de “processar o Jornal por calúnia e difamação” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 5-5verso).

Em setembro, foi aprovada a finalização da venda de terrenos no Município de Jussara-PR e se propôs uma promoção para o pagamento do 13º salário dos funcionários. Foi invalidada a ata por registrar o nome da Entidade de modo incorreto e foi transcrita na sequência, constando apenas a venda dos terrenos. Em novembro, deu-se a notícia de cortes no orçamento da União para a Assistência Social no próximo ano. Assim, a representante do SOS no Conselho da Assistência Social, não foi citado seu nome, relatou que foi sugerido em reuniões que se faça uma triagem de crianças, “priorizando atendimento às famílias que recebam até 2 salários mínimos”, e que se estudasse a possibilidade de os pais ajudarem na manutenção dos serviços com uma contribuição mensal nos “casos de crianças maiores de 6 anos”. A sugestão apresentada foi aprovada pela diretoria, estabelecendo uma “contribuição mensal de dez reais” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 6-8).

Em fevereiro de 1999, aconteceu a eleição da diretoria, assumindo a presidência do SOS Maria da Sé. Na sequência, discutiu-se a retomada da distribuição de carnês no município e a comemoração dos aniversariantes, crianças, funcionários e membros da diretoria. A diretoria aprovou o regimento interno em junho e a presidente relatou sua preocupação em relação às condições da Instituição para o pagamento do 13º salário e das férias dos funcionários, prevendo a realização de uma promoção para este fim. A reunião de julho tratou de uma proposta da prefeitura para que o SOS ampliasse suas metas para mais 130 crianças na nova creche que seria inaugurada no Cianortinho. A presidente relatou a recusa da oferta e disse que solicitou ao prefeito o retorno dos funcionários cedidos pela prefeitura. Na continuidade da discussão, ela justificou que “causaria grandes transtornos” transferir os funcionários da prefeitura já capacitados pela instituição para a nova Creche e decidiu-se enviar os novos contratados do SOS para trabalhar na nova creche (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 8-11).

Na reunião de outubro, foi informada a promoção de um bingo para o pagamento do 13º salário dos funcionários e a aquisição de cestas alimentícias para serem entregues às famílias durante as férias da Entidade em dezembro. Foi apresentado um curso de empregada doméstica, ministrado pelo Rotary Clube de Maringá, para ser oferecido às mães, informando-se que foi cedido o pátio coberto da instituição ao Monsenhor Wilson Galiani<sup>43</sup>. A vice-presidente sugeriu que os membros do Projeto Pró Vida profiram palestras para as famílias e vendam espaços no muro para propaganda (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 11-12).

Em março de 2000, decidiu-se que seria celebrada uma missa no SOS em comemoração aos seus trinta anos e que seriam feitas promoções para o pagamento do asfalto orçado em seis mil e quinhentos reais (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 12verso).

Na reunião de novembro, a presidente fez a prestação de contas das promoções e disse que conseguira pagar três parcelas do asfalto, porém não havia recursos para o pagamento do 13º salário e da última parcela do asfalto. Em seguida, pediu a colaboração da diretoria para que fossem complementados “os alimentos doados pelo PROVOPAR Municipal” a fim de atender às 180 famílias do CEMIC com cestas de natal. A próxima discussão tratou da transformação do atendimento de Creche em Centro de Educação Infantil. A diretoria propôs que o nome do Centro fosse uma homenagem à idealizadora da Creche e

---

<sup>43</sup> As missas, nos finais de semana, foram realizadas na Entidade até o término da construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus, situada em frente à instituição.

dos trabalhos com a criança, Maria da Sé Saveiro Pernomiam e que o atendimento das crianças acima de sete anos ficasse com o nome do CEMIC São José. A presidente terminou a reunião afirmando o compromisso das famílias em ajudar na contribuição de dez reais ao mês e que elas deveriam ser orientadas em vários aspectos, inclusive na “defesa dos direitos” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1997-2014, p. 13-14).

No estatuto, reformulado no ano de 2001, encontramos registrados os dois programas “Centro de Educação Infantil Maria da Sé” e “CEMIC São José”, porém, de acordo com o Núcleo Regional de Educação, o Centro de Educação Infantil São José obteve liberação de funcionamento no ano de 2010, permanecendo com o mesmo nome, e, no segundo semestre de 2015, a sigla CEMIC (Centro de Estudo do Menor e Integração à Comunidade) São José foi substituída por “Centro Educacional Tia Sé” em homenagem à sua idealizadora. Salientamos ainda que o Centro Educacional Tia Sé atende a crianças de 7 a 12 anos.

As atas continuam até os dias atuais, porém, na proposta de estudo, por conta do tempo em que o mestrado nos proporciona, foi delimitado o encerramento do estudo até o ano de 2000. A seguir, retornaremos à proposta inicial de relatar também a história do Clube de Mães e da Sociedade Rural, já que possuem livros próprios (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1987-1989). No entanto, nestes dois casos, relataremos somente os principais pontos discutidos nas reuniões.

### 3.8.2 SOS – Clube de Mães “Fraternidade” e o Mutirão da Casa Própria

**Imagem 18:** Imagem do Clube de Mães “Fraternidade” – “Mutirão da Casa Própria”



**Fonte:** Acervo fotográfico do SOS – Álbum intitulado “36 Casas populares”

Foram encontrados, no arquivo histórico, dois livros atas, duas pastas com documentos: ofícios recebidos e enviados, cartas, projetos, estatuto, lista de crianças e um envelope com as plantas de casas referentes ao clube de mães. O primeiro livro registro, aberto em maio de 1987 do Clube de Mães, tem por finalidade retomar as atividades desenvolvidas desde 1975, mas que, neste momento, organiza-se para “lutar pela casa própria” das mães da Creche CEMIC São José. O projeto de construção das casas populares desenvolvido pelo “Clube de Mães”, agora intitulado como “Fraternidade”, propôs o sistema de “mutirão da casa própria”. Foram apresentadas pela presidente do SOS, Maria da Sé, a assistente social, Denise Maria Galhardi, e a psicóloga, Sandra Mara Telles, como organizadoras dos trabalhos. Porém a elaboração das atas, as resoluções e promoções são totalmente de responsabilidade do grupo de mães (SOS – CLUBE DE MÃES, 1987, p. 1).

Durante o processo de organização do grupo de mães, a entrada e saída de pessoas no grupo foi bastante comum, ocorrendo em todo percurso. Observamos que, em alguns casos, mães sorteadas ou contempladas com casas construídas pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, passaram por um processo de votação quanto à sua permanência ou saída do grupo. Nos primeiros casos, o dinheiro era dividido entre as mães. Após algumas famílias serem desligadas, a votação acontecia, mas priorizava apenas a saída sem a devolução do dinheiro. Em outros casos, o desligamento era feito por falta de participação nas atividades do grupo. As novas mães, ao adentrarem no grupo, passavam por um período de 30 dias para serem integradas, de fato, no grupo, dependendo de sua participação nas atividades (SOS – CLUBE DE MÃES, 1987, p. 6-6verso, 7verso, p. 9verso).

As reuniões aconteciam uma vez por semana, após as reuniões, as mães desenvolviam atividades de costura e confecção de acolchoados; participavam de várias promoções juntamente com a diretoria do SOS e clubes de serviço, como Rotary e Maçonaria, venda de pão caseiro na feira aos domingos e de guardanapos bordados, pintados e com “bico” de crochê. As famílias eram convidadas, juntamente com as crianças acima dez anos para ajudar na confecção de tijolos que seriam utilizados na construção das casas populares em sistema de mutirão (SOS – CLUBE DE MÃES, 1987, p. 9verso).

Notamos que os conflitos entre o grupo eram constantes, necessitando de intervenções e trabalhos com a psicóloga e a assistente social, praticamente em todas as reuniões. Os termos e expressões: “trabalho em grupo”, “equilíbrio”, “tranquilidade”, “falar mal das companheiras”, “exposição de pessoas”, “preguiça”, “frequência”, “disposição”, “focofas”, “atritos”, “responsabilidade”, “diferenças”, “comunicação”, “reciprocidade”, “cuidado com as ferramentas” e “organização” eram utilizados para diminuir os conflitos que,

segundo as profissionais, torna-se necessário desenvolver tanto para a convivência no grupo como no “futuro entre vizinhos”. Este trabalho, com vistas a tranquilizar o ambiente, foi debatido em várias reuniões, sobretudo durante o trabalho de mutirão realizado nos finais de semana. Eram 36 famílias com pensamentos e perspectivas diferentes que trabalhavam em promoções e, nos finais de semana, ajudavam a construir a sua casa. Os registros transcrevem momentos de “brigas” e “desentendimentos” entre o grupo e os mestres de obras e apontam divergências na utilização e organização do banheiro comunitário construído na obra (SOS – CLUBE DE MÃES, 1987, p. 8verso, 9verso e 16).

Em agosto de 1987, a presidente do SOS, anunciou a compra do terreno para a construção das casas e a diretoria do SOS se responsabilizou em pagar as prestações. Consta que a elaboração do regimento interno ficou pronta em março de 1988, entretanto não conseguimos encontrá-lo, embora alguns pontos tenham sido discutidos em reuniões a fim de diminuir os problemas internos. Assim, destacamos a abertura de caderneta de poupança para as mães do grupo, totalizando 36 contas, as quais, segundo item discutido em reunião, trata-se de um dos itens descrito no regimento (SOS – CLUBE DE MÃES, 1987, p. 11-11verso).

Em julho de 1988, a presidente do SOS, Maria da Sé, comunicou ao grupo que o terreno estava limpo para iniciar as construções, mas que o prefeito “não tem condições de instalar a energia elétrica e nem rede de esgoto”, na sequência, anunciou que o SOS recebeu um “recurso atrasado no valor de um milhão e meio de cruzados” para a compra do terreno e explica que somente poderá ser utilizado na compra de terreno. Em discussão, o grupo decidiu adquirir mais um terreno para construção de casas e beneficiar outras famílias (SOS – CLUBE DE MÃES, 1988, p. 13).

A presidente do SOS, Maria da Sé, em agosto de 1988, propôs em reunião que se construíssem oito casas com o recurso que se tinha e se realizasse um sorteio entre as mães para selecionar quem seria contemplada primeiro, mas a proposta foi recusada em assembleia pelas mães. Então, em segunda proposta, sugeriu que se fizesse uma casa para o guarda que iria cuidar dos materiais e com o restante do recurso fossem construídos todos os alicerces das casas, sendo aprovada tal forma de encaminhamento da construção. Ao final, convocou a todos para trabalharem no “mutirão aos finais de semana”: no “sábado”, após as “14 horas”, e, “no domingo, a partir das 8 da manhã”. Na reunião de novembro, em reunião, o grupo decidiu retirar o dinheiro das contas poupanças para a compra dos materiais (SOS – CLUBE DE MÃES, 1988, p. 14).

Em março de 1989, a presidente comunicou que, em reunião com o prefeito Municipal, ele prometeu ajudar com 12 banheiros prontos, colocação de água e energia

elétrica. Comunicou que a prefeitura adquiriu o terreno do lado e que seria utilizado para construção de novas casas populares, porém advertiu a todos que as casas populares seriam entregues primeiro ao financiamento da COHAPAR. Dando continuidade, a presidente fez um sorteio distribuindo as casas às famílias, porém ressaltou que todos entrariam juntos na construção, para não “ter problemas” com trabalhos individuais em cada residência sorteada. A presidente decidiu substituir o guarda e negociou a troca de residência, oferecendo outra casa no mutirão, construída pela prefeitura, no findar da reunião, além das promoções, decidiram solicitar uma ajuda por mês das famílias para compra de materiais (SOS – CLUBE DE MÃES, 1989, p. 18-19).

No início de abril de 1989, a reunião tratou de outro assunto polêmico diante do anúncio de que oito casas seriam entregues. Algumas mães sentiram-se injustiçadas e se fez a proposta de que as mães que iriam parar de pagar aluguel aumentassem a contribuição mensal para auxiliar o término de outras casas, aquelas mães que não concordassem com o pagamento suas casas seriam sorteadas novamente e esperariam o fim da obra (SOS – CLUBE DE MÃES, 1989, p. 19verso).

Em junho, com muitas dificuldades e depois de um cancelamento, o grupo conseguiu realizar uma tarde recreativa. Depreendemos, pelo relato do grupo, que a renda foi bastante satisfatória e decidiram revertê-la para a construção ou término das casas (SOS – CLUBE DE MÃES, 1989, p. 20-22verso).

Durante a reunião de julho, a Presidente do Grupo de Mães expôs o posicionamento do grupo: deixar o término das casas sob a “responsabilidade de cada família, dispondo-se se necessário [o SOS em] ajudar na aquisição de material de construção”. Não consta registro da decisão, contudo, algumas observações foram apresentadas em seguida pela diretoria do SOS a título de esclarecimento: “que as casas não poderão ser vendidas, deverá ser passada de pai para filho, também que, nos primeiros cinco anos, a casa ainda pertence ao SOS” e que a permanência de cada morador na casa está atrelada ao seu “comportamento correto” no convívio com os demais e sua família (SOS – CLUBE DE MÃES, 1989, p. 23verso).

A cerimônia de entrega das chaves das 36 casas aconteceu no dia 14 de dezembro de 1989, no próprio conjunto habitacional intitulado “Sol Nascente”, hoje conhecido como Conjunto Habitacional Ovídio Franzoni. Neste dia, todos renovaram o compromisso de pagar 10% do salário mínimo, durante cinco anos, como “aluguel simbólico”, a ser depositado em conta poupança do “Clube de Mães Fraternidade”. A responsabilidade dos impostos e despesas de água e energia elétrica foi passada para os membros do conjunto habitacional,

deixando claro que a escritura seria de responsabilidade de cada um após cinco anos (SOS – CLUBE DE MÃES, 1989, p. 24-26).

O livro encerra-se na página 27.

### 3.8.3 As Pastas

**Imagem 19-** Primeiras casas do mutirão da casa própria.



**Fonte:** Acervo fotográfico do SOS- Álbum intitulado “primeiras casas”

As pastas encontradas no arquivo, juntamente com as plantas das casas, contêm documentos enviados aos governos municipal, estadual e federal, todos assinados pela presidente do SOS Maria da Sé, solicitando a liberação de recursos para a compra do terreno num primeiro momento e, num segundo, para aquisição de materiais para construção e término das casas.

Antes da abertura da reunião com as mães para a retomada do Clube de Mães, Dona Sé fez um pedido de verba ao Ministro de Urbanismo e Meio Ambiente no valor de um milhão de cruzados, por meio do **ofício N° 35/87**, para a compra de dois alqueires de terra para a construção de 60 casas em regime de Mutirão. Em anexo, segue a justificativa da necessidade de implantação do projeto no Município. Destacamos algumas falas da presidente ao descrever o fundamento que impulsionou a fundação do “Clube de Mães” e informa que o trabalho realizado pelo SOS, a princípio, “passou a ter outro prisma a partir da percepção da real necessidade destas famílias, ou seja, que deveria ser trabalhada as causas do problema” e criou o Clube em 1974, mas que foi oficializado em 1975, “com o objetivo de realizar discussões sobre a realidade vivenciada pelas famílias e organizar trabalhos coerentes com



suas necessidades”. Na continuidade do documento, diz que a fundação do CEMIC foi baseada nestas discussões da realidade, no entanto justifica que a sua criação não foi suficiente para mudar a qualidade de vida dos atendidos, chegando à conclusão, por meio de discussões com o público atendido, da importância em realizar o trabalho de construção da casa própria e faz uma crítica à Empresa colonizadora do Município dizendo: “Por se tratar de uma cidade, onde a Companhia e Melhoramentos Norte do Paraná tem monopólio total sobre os terrenos, fica difícil a doação destes para a concretização dos objetivos propostos...”. Finaliza o documento, enfatizando que benfeitorias devem contemplar o local como: “Centro comunitário”, “creche” e “igreja” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1987f).

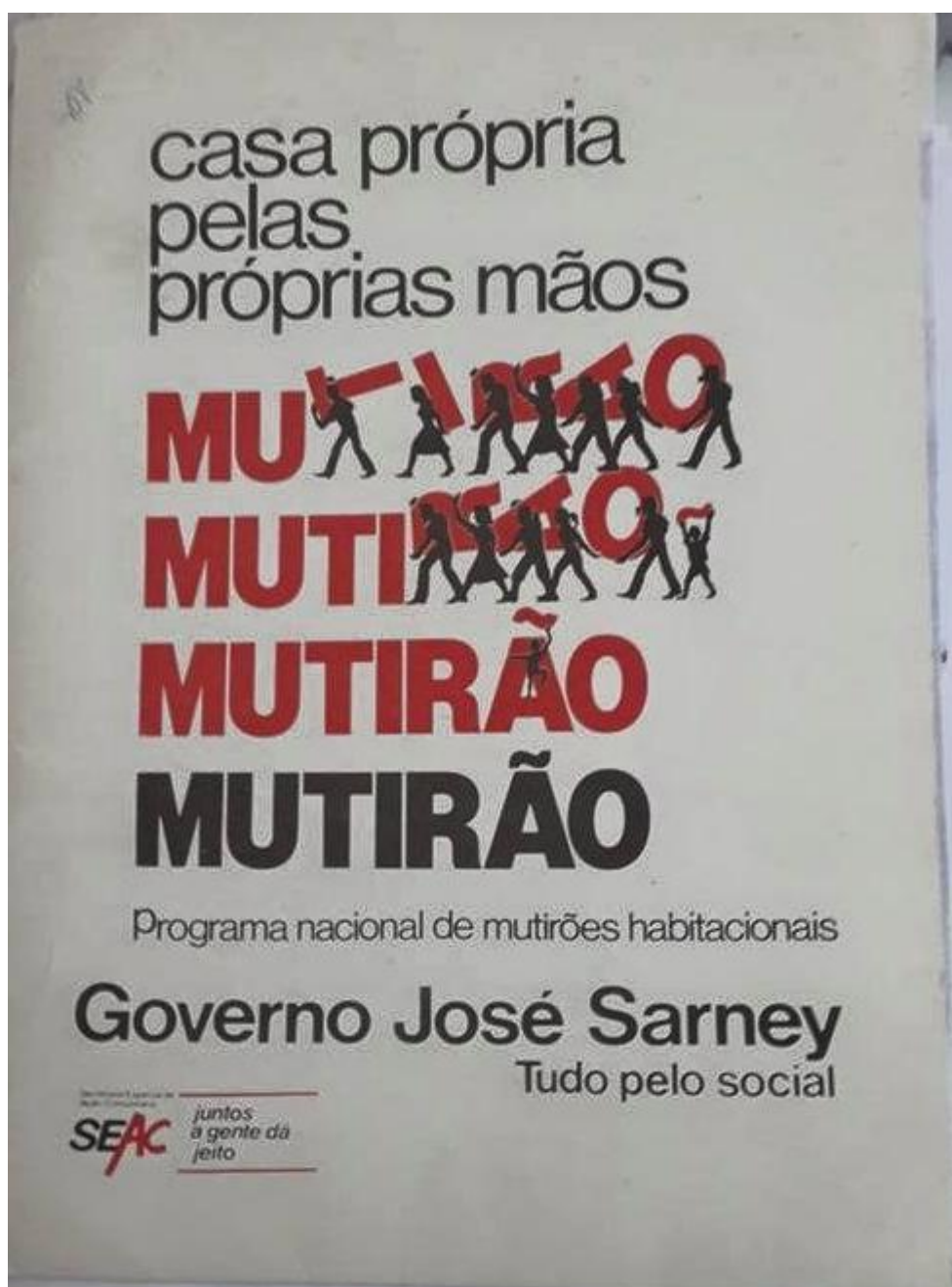
Dentre os documentos, encontramos uma **carta de junho de 1987**, escrita pela presidente Maria da Sé à CMNP para reforçar ou “lembrá-los” da solicitação de doação do terreno para a construção das casas. Chama nossa atenção, ao citar o trabalho desenvolvido, o desta que dado ao objetivo dos trabalhos que realizam: “proporcionar à criança e à família uma educação emancipadora” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1987a).

No **ofício Nº 81/87**, de novembro, a presidente, encaminhou ao Deputado e Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, uma solicitação de auxílio no envio do Projeto de Mutirão para liberação de recursos federais. Em anexo ao ofício, consta um projeto explicando o trabalho do SOS e como funcionaria o projeto de mutirão, no qual nos oferece a informação do tamanho das casas que seria de 42 metros quadrados (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1987h). No **ofício sob o Nº 84/87**, a presidente, solicitou ao Deputado Estadual Dirceu S. Manfrinato para que intercedesse na negociação tanto na Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR, como na Secretaria Especial de Ação Comunitária – SEAC em Brasília (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1987i).

Encontramos uma **carta**, sem identificação do nome do destinatário, na qual agradece o convite e a participação no evento do Centro de Estatística Religiosa e Intervenções Sociais – CERIS, em novembro de 1987. A presidente discute a importância do “planejamento para o trabalho social” para uma atuação conjunta das entidades, demonstrando uma grande preocupação no momento com o “[...] êxodo rural que acarreta o grande número de bóias-frias nas cidades e conseqüentemente surge o problema da habitação, tão séria em nossa região”. Ao finalizar a carta, ela solicitou esclarecimento e ajuda sobre órgãos que poderiam favorecer o trabalho de construção das casas em Cianorte (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1987e). Não encontramos resposta à carta, no entanto, na sequência, constam um documento da SEAC intitulado *FORMAS de Liberação de Recursos*, um *Cadastro Geral de Sociedade Habitacional* e um *Programa Nacional de Mutirões*

*Habitacionais*, preenchidos e dentro de uma pasta. Segue abaixo a imagem, destacando o “Programa nacional de mutirões habitacionais”, do “Governo José Sarney”. Os slogans aplicados nesta política são: “Tudo pelo social” e “Juntos a gente dá jeito”.

**Imagem 20** - Capa da pasta de arquivos dos documentos recebidos e enviados ao “Mutirão da casa Própria do SOS” – Programa nacional de mutirões habitacionais



**Fonte:** Acervo de documentos do SOS.

Dentre os documentos das casas populares do SOS, a instituição possui arquivado o Convênio 794/87, firmado entre a Prefeitura Municipal de Cianorte e o Ministério da

Habituação, Urbanismo e Meio Ambiente, para “aquisição de terreno que será destinado à execução de 60 casas para beneficiar famílias com renda inferior a 3 salários mínimos” (CIANORTE, 1987. p.1-3).

Encontramos arquivadas duas solicitações do Prefeito Municipal, Jorge Moreira da Silva, para liberação de “verba para construção de 36 casas populares, a fundo perdido, para atender às famílias faveladas de crianças atendidas pelo SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE CIANORTE, mantenedor da Creche CEMIC São José”, encaminhadas, no dia 13 de outubro de 1988, para o “Exmo. Sr. Ministro Prisco Viana, DD. Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano” (CIANORTE, 1988d) e outra para o “Deputado Federal, Dionísio Dal Prá” (CIANORTE, 1988b), salientamos que as solicitações não constam descrição de números ou ofícios. No entanto, em outubro de 1988, a Entidade recebeu o Ofício N° 411/88, do Deputado Federal Dionísio Dal-Prá, informando um “acidente ocorrido no prédio do MBES em Brasília” e que todos os registros foram destruídos, portanto, seria necessário enviar novamente todo o processo (BRASIL, 1988c). Em resposta, a presidente encaminhou toda a documentação outra vez e escreveu:

Não imaginamos o nosso sofrimento e o sofrimento de nossas mães ao tomarmos conhecimento do lamentável incêndio ocorrido justamente quando nossos sonhos estavam para se concretizar. Nossa vontade era de sair correndo para salvar nossos documentos e das demais entidades (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1988f).

Ao pesquisar os documentos, não encontramos registros de verbas federais para a aquisição de materiais de construção às 36 casas, apenas mais ofícios assinados pelo prefeito de Cianorte Jorge Moreira e pela câmara de vereadores, solicitando ajuda ao Governo Federal.

No intitulado “Jornal da Cidade”, datado de 1° de junho de 1989 (p. 06), registra-se a matéria “Clube de Mães: com trabalho e união famílias terão casa própria” da qual são transcritos alguns trechos sobre a construção das trinta e seis casas.

Destaca-se o enorme apoio da Cia Melhoramentos Norte do Paraná que, adotando o provérbio “não dê peixe e sim ensine a pescar” ofereceu ao Clube de Mães “Fraternidade” 12.200 metros quadrados de terreno com dois anos de prazo para pagamento da área [...].

A maioria das mães do Clube “Fraternidade” tem seus filhos educados pelas “tias” das creches e, fora do horário de expediente, trabalham na produção de acolchoados, agasalhos, costuras diversas, sendo que estas peças são vendidas a preços condizentes com o bolso do consumidor, além de promoverem bailes, almoços, festas de salgadinhos, padaria, etc. [...].

As casas ainda estão sendo construídas mas o conjunto já possui habitantes. Dona Benedita residia, até bem poucos dias, num barraco (ver foto)

localizado numa área de extremo perigo. Suas filhas estão na creche e seu marido é um dos trabalhadores do Projeto. Esta família, por necessidade máxima viu o sonho da casa própria ser realizado bem antes do programado. O barraco em que residia estava à beira de uma enorme erosão, com pouco mais de um metro à beira do precipício. É provável que se tivesse continuado ali até a próxima chuva Dna. Benedita teria sido vítima de um desabamento, com sua casinha, seus móveis (a maioria doados) e até mesmo seus cachorros “vira-latas” indo para o fundo da enorme cavidade [...].

Destacamos que encontramos um envelope com plantas de algumas das 36 casas populares, porém sem mais descrições. Passamos, agora, a descrever a história da Sociedade Comunitária Rural de Cianorte, programa iniciado pelo SOS em 1989.

#### **3.8.4 SOS – Sociedade Comunitária Rural de Cianorte**

Antes do término das casas populares, em junho de 1989, a presidente do SOS organizou novas mães e criou a “Sociedade Comunitária Rural de Cianorte”, constando como finalidade, no artigo 2º do seu estatuto: “suprir a necessidade de habitação da população carente e baixa renda da área rural” (SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, 1989, p. 1). Segundo conversas informais em reuniões, a intenção era construir uma vila rural no terreno comprado com o recurso disponibilizado pela União, por isto a prefeitura adquiriu um lote de terras da CMNP. No ano de 1990, o projeto de “Vila Rural” foi recusado pela Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, por meio do documento OF/INCRA/SR (9) CA/Nº 637/90, expedido à Entidade, sob a justificativa de que o terreno está localizado em perímetro urbano, definido pela Lei Municipal nº 1.180/89 (PARANÁ, 1990). Lembramos que o lote de terras foi adquirido ao lado do terreno das 36 casas e, para o término das casas, foi necessária a aprovação de tal lei municipal para que a prefeitura fizesse benfeitorias, como a instalação das redes de água e de energia elétrica.

Durante anos, os dirigentes da instituição participaram de conversas e reuniões com diversos prefeitos para doação deste terreno ao SOS com a finalidade de construir novas casas, porém, no ano de 2010, a presidente Maria da Sé, ao consultar por telefone o IAP, descobriu que, por falta de manutenção e limpeza do terreno, a área passou a pertencer à área de preservação, tornando-se parte do Parque Cinturão Verde, existente ao redor do município, pelo crescimento de diversas árvores nativas que não permitiam mais seu desmatamento. Assim, não seria possível executar nem o Projeto de Vila Rural nem aumentar o número de casas populares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa pensando em conhecer, sistematizar e analisar a história institucional da criança pobre em Cianorte por meio de Organizações Não Governamentais de assistência à infância, e, pela nossa curiosidade, delimitamos o tempo do início da formação do município, em 1955, até o ano 2000, que corresponde aos 10 primeiros anos de implementação do ECA. Os objetivos específicos foram: Registrar e organizar aspectos históricos de Organizações Não Governamentais de Cianorte a fim de preservar sua memória; Relacionar e significar a história contada com a teoria sobre a institucionalização de crianças no Brasil.

A respeito deste processo, não encontramos registros de atendimentos institucionais governamentais até a década de 1990, predominando os registros de iniciativas privadas, sem fins lucrativos, voltadas exclusivamente para a infância pobre da cidade.

Ao término da investigação, consideramos ter alcançado o primeiro objetivo específico já que foram organizados os documentos encontrados que preservam a história das instituições não governamentais do município de Cianorte no que se refere à infância no período pesquisado. O resultado prático, portanto, é a existência social e pública que passarão a ter tais documentos e também o início da visibilidade da história institucional da criança pobre que, até então, não existia.

O segundo objetivo específico levou-nos a deduções e reflexões como as que seguem, ao tomar por base os temas trabalhados: a importância do registro das atividades desenvolvidas com a criança; a existência de poderes velados: o poder da autoridade e do seu discurso; a atuação das crianças como forma de resistência e a necessidade da sua participação política nos ambientes que fomentam a política voltada para a infância; a relação trabalho/criança ainda presente nas instituições de Cianorte; a relação trabalho/mulher/criança reconfiguram uma nova fase institucional da criança no município; as singularidades do local contribuíram para novas formas de atendimentos institucionais das crianças; a desvalorização da infância e a supremacia da higiene social; a relação de exclusão do termo menor está presente nas instituições; e, a institucionalização volta-se exclusivamente para a criança pobre.

Na seção que é própria de Cianorte, vimos que as aparências importam muito, que a pobreza é o principal indicativo para a institucionalização da criança, que a cultura institucional permanece presente nas ONGs e se manteve vinculada à caridade e à filantropia durante o período estudado e que a política de Cianorte dificultou e ainda dificulta a

participação popular na intervenção de questões sobre a infância e podemos chegar a afirmar que não existe uma representatividade da população por causa dos mecanismos de controle da participação.

Foi possível constatar que, em Cianorte, a institucionalização da infância é própria da criança pobre e que existe uma forte cultura institucional que vem se transformando e reconfigurando-se em diferentes tipos de atendimentos. Ainda hoje, conseguimos detectá-la nas crianças que estão nas creches ou Centros de Educação Infantil, adentrando cada vez mais cedo nestes atendimentos sob o discurso de instituições em meio aberto.

Na seção que trata sobre a institucionalização da criança no Brasil, vimos que nem todas as crianças têm infância e que existe um modelo de educação para criança rica, mantendo a classe pensante nas mãos da elite, e outra para a criança pobre, visando ao aperfeiçoamento técnico e profissionalizante. Verificamos que a história da infância é um processo que vem se constituindo juntamente com os princípios da modernidade e, dependendo das relações existentes em cada período, são utilizados mecanismos de controle social na proposta de educação para a infância. As concepções higienistas e jurídicas dominaram o campo da infância e influenciaram práticas discriminatórias e excludentes, ora enaltecendo o discurso da cultura letrada, como a formação adequada para o desenvolvimento da criança, tachando a família de incompetente, ora utilizando a força policial para a manutenção da ordem. As concepções de infância acabam por disseminar práticas e modelos excludentes, os quais são apresentados como solução para a pobreza na realidade brasileira, a institucionalização da criança pobre.

Inferimos que, nos dez primeiros anos após a implantação do ECA, Cianorte não apresentou mudanças significativas na institucionalização da criança. Os registros apresentam o fechamento de uma instituição considerada como “Asilo” ou “Lar infantil” e a abertura de duas novas ONGs, uma no atendimento em meio aberto e a outra em regime fechado, pautada na perspectiva, proposta pelo ECA, de “abrigo” ou “Casa de Passagem”. No entanto, a morosidade do processo legal para a solução dos casos tem contribuído para a permanência da criança nos abrigos e não deixa dúvidas que apenas existe uma reconfiguração de atendimentos, substituíram-se as formas de entrada e saída das crianças na instituição, as quais passaram a ser cumpridas, desde então, por intermédio do judiciário.

A pesquisa documental sobre a história das instituições de Cianorte, agora materializada em acervo, apresenta um conjunto maior de aspectos que se tornou inviável discutir pelo volume do trabalho. No entanto, podem ser utilizados por outros caminhos investigativos. Neste sentido, outras temáticas nos ocorreram como possíveis futuras

pesquisas, tais como: A necessidade de um plano municipal para arquivos históricos, uma parceria entre Prefeitura Municipal e a UEM – Campos de Cianorte, destinando local próprio para arquivos históricos, culturais, administrativos e institucionais públicos ou não da cidade de Cianorte – Banco de dados históricos; A formação profissional dos trabalhadores das ONGs; A escola integral; A história da Educação Infantil em Cianorte; O financiamento das ONGs; As adoções; As questões de Gênero; e, Relações familiares. Sabemos que existem várias possibilidades de estudos devido ao volume de documentos e que o registro desta documentação abre um leque de investigações científicas importantes para o campo da criança e da educação em geral, especialmente para a educação infantil.

Algumas descobertas, no decorrer deste processo investigativo, ocorreram e foi necessário acrescentá-las na análise. Não era nosso objetivo tratar da questão da participação popular no CMDCA de Cianorte, mas a intervenção dos governos municipais na definição dos membros de diretoria e de trabalhadores das instituições saltavam aos olhos ao compor a narrativa histórica das ONGs. Apresentar esta discussão tornou-se inevitável para pensarmos nas formas de representatividade no campo político que envolvem a formulação de novas políticas públicas municipais e, conseqüentemente, as políticas estaduais e nacionais na área da infância.

Finalizamos com o sentimento de que ainda não concluímos nossa tarefa, tanto pelas várias frentes que se abriram durante a pesquisa e merecem ser investigadas, como pela amplitude do tempo em que a cultura da institucionalização da criança pobre, no Brasil, vem se arrastando, dificultando o seu processo de desinstitucionalização. No entanto, dada à necessidade de concluirmos, reiteramos a importância de romper com práticas discriminatórias e excludentes como a institucionalização da criança. É preciso tecer novas concepções de criança e infância, desconstruindo a cultura hegemônica vigente, com a finalidade de obter mais participação política e a efetivação de direitos para todos independente de classe social.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhaes. Rostos de crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco. (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 153-202.

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ. **Estatuto**. Aprovado em 17 de dezembro de 2003, Cianorte, PR: AAPRP, 2003.

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ. **Estatuto**. Aprovado em 25 de outubro de 1993. Documento registrado e arquivado sob nº 613, Lº A-3, protocolado sob nº 35507. Cianorte, PR: AAPRP, 1993.

ASSOCIAÇÃO ASSISTENCIAL E PROMOCIONAL RAINHA DA PAZ. **Livro Ata de Reuniões de Diretoria**. Cianorte, PR: AAPRP, 1992-1998.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CIANORTE – APAE. Disponível em: <http://cianorte.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=19052>. Acesso em: 16 jul. 2015.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE CIANORTE – POUSADA DA CRIANÇA. **Ofício nº 26/2011**. Cianorte, PR: APCAC, 2011a.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE CIANORTE – POUSADA DA CRIANÇA. **Livro Ata de Fundação**. Cianorte, PR: APCAC, 1997.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE CIANORTE – POUSADA DA CRIANÇA. **Livro Ata de Reuniões de Diretoria**. Cianorte, PR: APCAC, 1997-2010.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE CIANORTE – POUSADA DA CRIANÇA. **Convocação**, 04 de agosto de 2011. Cianorte, PR: APCAC, 2011b.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE DE CIANORTE – POUSADA DA CRIANÇA. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária**, de 04 de agosto de 2011. Cianorte, PR: APCAC, 2011c.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA – APMI. **Livro Ata de Reuniões de Diretoria**. Cianorte, PR: APMI, 1957-1997.

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA – APMI. **Livro Ata de Reuniões de Diretoria**. Cianorte, PR: APMI, 1997-2013.



BECHER, Francielle. **O perigo moral em tempos de segurança nacional: Políticas públicas e minoridades em Caxias do Sul – RS (1962-1992)**. 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Paulo Freire**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. (Coleção Educadores)

BERNARDES, Ieda Pimenta. **Como avaliar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado. 1998. v. 1. (Projeto como fazer)

BOSCO, Ana Paula Winters. **Políticas de Proteção à Maternidade e à Infância no Paraná: O Departamento Estadual da Criança (1947)**. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Curitiba. **Anais**. Curitiba: UFPR, 2006. Disponível em : <[http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana\\_Paula\\_Winters\\_Bosco\\_26.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Ana_Paula_Winters_Bosco_26.pdf)>. Acesso em 20 de jan. 2016.

BRASIL. **Ofício nº 110/88**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988c.

BRASIL. **Ofício nº 121/88**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988d.

BRASIL. **Ofício nº 411/88**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1988c.

BRASIL. **Código de Menores**: Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. 1927. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 19**, de 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal. 1998a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc19.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: DF: Senado Federal, 1988a.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos: **Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivos**. Rio de Janeiro: O Conselho, 2005.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, Lei Orgânica da Assistência Social, de 07 de dezembro de 1993. 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8742.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 9637/98, Lei das Organizações Sociais**, de 15 de junho de 1998. 1998b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm)>. Acesso em: 26 dez. 2015.

BRASIL. **Lei Nº 9790/99. Lei da OSCIPs**, de 23 de março de 1999. 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm)>. Acesso em: 26 dez. 2015.

BRASIL. **Ofício CGM/DF/C/Nº 9.954**. Ministério da Previdência e Assistência Social de 08 de novembro de 1988. Brasília, DF: MPAS, 1988a.

BRASIL. **Ofício/SGA/MHU nº 606/88**, de 07 de junho de 1988. Brasília, DF: Serviço Público Federal/MHU, 1988b.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro (PAIR)**. Brasília: Imprensa Oficial, 2006. Disponível em: [http://www.sociedadesemear.org.br/arquivos/20110520142354\\_programadea%C3%A7%C3%B5esintegradasreferenciaisdeenfrentamento%C3%A0viol%C3%AAnciasexualcontracrian%C3%A7aseadolescentesnoterrit%C3%B3riobrasileiropair.pdf](http://www.sociedadesemear.org.br/arquivos/20110520142354_programadea%C3%A7%C3%B5esintegradasreferenciaisdeenfrentamento%C3%A0viol%C3%AAnciasexualcontracrian%C3%A7aseadolescentesnoterrit%C3%B3riobrasileiropair.pdf). Acesso em 20 de jan. 2016.

CAMPOS, Rosânia. Educação infantil e organismos internacionais: Uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas repercussões no contexto nacional. Florianópolis, 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2008.

CARVALHO, Elma Júlia G. de. Reestruturação produtiva, reforma administrativa do Estado e gestão da educação. **Revista Educação & Sociedade**: revista de Ciências da Educação, São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Cedes, n. 109, v. 10, p. 1139-1166, set./dez., 2009.

CASTELLANO, Daniel. As dez cidades do Paraná com a melhor qualidade de vida. SITE. 06/12/2015. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/as-dez-cidades-do-parana-com-a-melhor-qualidade-de-vida-3f42ayf0mgzsau3a7gkj29pzz>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

CIANORTE. **Lei Nº 1398/92**, 20/02/1992. Dispõe sobre a criação do Conselho da Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Prefeitura Municipal: Câmara municipal, 1992.

CIANORTE. **Lei Nº 2990/07**, 11/11/2007. Altera a Lei 1398/92. Prefeitura Municipal: Câmara Municipal, 2007.

CIANORTE. **Lei Nº 3467/2010**, 19/05/2010. Altera a Lei Nº 2990/07. Prefeitura Municipal: Câmara Municipal, 2010.

CIANORTE. **Carta ao Deputado Dionísio Dal Prá**. Prefeitura Municipal: Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 1988a.

CIANORTE. **Carta ao Deputado Dionísio Dal Prá**. Prefeitura Municipal: Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 1988b.

CIANORTE. **Carta ao Ministro Prisco Viana**. Prefeitura Municipal: Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 1988c.

CIANORTE. **Carta ao Ministro Prisco Viana**. Prefeitura Municipal: Gabinete do Prefeito, 13 de outubro de 1988d.

CIANORTE. **Convênio com a União: Ministério da Habitação**. Prefeitura Municipal: Gabinete do Prefeito, 29 de dezembro de 1987.

CIANORTE. **37º Aniversário de Cianorte**. Prefeitura Municipal: Secretaria de Administração, jul. 1990.

CIOFFI, H. et al. **Cianorte – sua história contada pelos pioneiros**. Maringá, PR: Gráfica Ideal, 1995.

COMÊNIO, João Amós. **Um tratado universal para ensinar tudo a todos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ (CMNP). **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. São Paulo: EDANEE, 1975.

CONCEIÇÃO, Caroline Machado Cortelini. Práticas e representações da institucionalização da infância: Bebês e crianças bem pequenas na creche em Francisco Beltrão / PR (1980/1990). 2014. 253f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014.

CONDORCET, Marquês Jean Antonie Nicolas De Caritat. **Escritos sobre a instrução pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

CONSULTÓRIO ETIMOLÓGICO. **Instituição**. Disponível em: <<http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/etimologia-da-palavra-instituicao/siteconsultorio-etimologico>>. Acesso em: 13 out. 2015.

DIAS, M.; SILVA, R. **O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes**. Revista Ciência e Cultura, nº 45, 2012, Curitiba, Tuiuti, 2012, p. 177-188.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Definição de ONG**. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/ONG/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco. (Org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33 - 96.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. História da APAE. Brasília, DF: Federação Nacional das APAES. Disponível em: <<http://www.apaebrazil.org.br/#/>>. Acesso em: 05 maio 2015.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio**. Disponível em: <<http://www.dicionarioaurelio.com/instituicao>>. Acesso em: 14 out. 2015.

FOCAULT, Michel. Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979 -1980: exertos. Tradução, transcrição e notas Nildo Avelino, do Centro de Cultura Social. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

FOLHA REGIONAL DE CIANORTE. **O hospital e maternidade São Paulo de Cianorte.** Cianorte, PR, edição n. 1.030, de 16 de ago. de 2014, p. 11. 2014.

FOLHA REGIONAL DE CIANORTE. **Parque Cinturão Verde de Cianorte comemora 15 anos:** A reserva florestal urbana, considerada a segunda maior do país. Cianorte, PR, edição n. 1197, de 29 de abril de 2015. p. 2.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 2. ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal Ltda, 1981.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da Prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 54. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FUZETTI, M.; CAPOCCI, P. **As diferentes concepções da desinstitucionalização no Brasil.** Revista Enferm. UNISA, 2003; 4:37-9. Disponível em: <<http://www.unisa.br/graduacao/biologicas/enfer/revista/arquivos/2003-08.pdf>>. Acesso em 20 de jan. de 2016.

FUNDAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA. **História da FUNABEM.** Disponível em: <<http://www.fia.rj.gov.br/historia.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina.** Tradução de Sergio Franco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

GIDDENS, Antony. **A terceira via:** reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da socialdemocracia. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GONÇALVES, A. et al. Democracia, neoliberalismo e políticas públicas no velho e novo mundo: desafios para o século XXI. 2007. **Revista de Políticas Públicas**, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, v. 11, n. 2, jul.-dic. 2007. Disponível: <<http://www.redalyc.org/pdf/3211/321129122002.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2015.

GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. 37 p. (Projeto como fazer; v. 2).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1970.** Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD\\_1960\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Brasil.pdf) >. Acesso em: 13 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1970.** Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_t24\\_df.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t24_df.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1980.** Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd\\_1980\\_v1\\_t4\\_n26\\_df.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n26_df.pdf)>. Acesso em 17 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – Paraná – 1991.** Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1991/CD\\_1991\\_sinopse\\_preliminar\\_PR.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_PR.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – 2000.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse\\_preliminar/Censo2000sinopse.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – 2010.** Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=410550&idtema=90&search=parana|cianorte|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Entidades não governamentais 2013. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/peas/2013/default.shtm>>. Acesso em: 14 out. 2015.

JORNAL DA CIDADE, **Clube de mães: com trabalho e união famílias terão casa própria**, Cianorte, 1 jun. 1989. p. 6.

LANDIN, Leilah. **A invenção das ONGs: Do serviço invisível à profissão impossível.** 1993. 239. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK. **Ata da reunião**, realizada no dia 10 de janeiro 1970. Documento averbado sob N° 109, em 02/03/1970, reg. N° 101, L°. D, Cianorte, PR: LIAK, 1970a.

LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK. **Ata da reunião**, realizada no dia 10 de janeiro 1970. Documento averbado sob N° 128, em 30/07/1970, reg. N° 101, L°. D. Cianorte, PR: LIAK, 1970b.

LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK. **Ata da reunião**, realizada no dia 23 de setembro 1972. Documento averbado sob N° 15, em 19/10/1972, reg. N° 101, L°. D. 1972. Cianorte, PR: LIAK, 1972a.

LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK. **Ata da reunião**, realizada no dia 29 de junho 1970. Documento averbado sob N° 14, em 19/10/1972, reg. N° 101, L°. D. 1972. Cianorte, PR: LIAK, 1972b.

LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK. **Certidão de Inteiro Teor**. Terceira averbação, registro N° 101, L° D. Fls. 80. Cianorte, PR: LIAK, 1964-1971.

LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK. **Estatuto**. Data 15/09/1969. Documento Registrado sob o N° 101, L° D. Cianorte, PR: LIAK, 1964.

LAR INFANTIL ALLAN KARDEC – LIAK. **Livro Ata de Reuniões de Diretoria**. Cianorte, PR: LIAK, 1971-2000.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 96 p. (Pensadores & educação, 11)

LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE. **Ata de reunião**, realizada no dia 18 de abril de 1985. Documento averbado sob n° 5813, em 03/05/1985, reg. n° 23, L° A-001, 1995. Cianorte, PR: LMC, 1985.

LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE. **Ata de reunião**, realizada no dia 30 de agosto de 1994. Documento averbado sob n° 8920, em 06/09/1994, reg. n° 23, L° A-001, 1994. Cianorte, PR: LMC, 1994.

LEGIÃO MIRIM DE CIANORTE. **Estatuto**. Data 17/09/1984. Registrado sob o N° 230, L° A-001, 1984. Cianorte, PR: LMC, 1984.

LIGA FEMININA PRÓ-INFÂNCIA – LIGA. **Livro Ata de Reuniões de Diretoria**. Cianorte, PR: LIGA, 1956-1964.

LIMA, Paula Gabriela Mendes. A luta pelos direitos humanos infanto-juvenis no Brasil. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 15, n. 23, jan./jun. 2013.

LIMA, Rosangela de. **História do Ensino Primário Rural em Cianorte-PR (1950-1990)**. 2015. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2015.

LOCKE, John. Segundo Tratado sobre o Governo Civil – e Outros Escritos: Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do Governo Civil. Traduzido por Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

LONGO, Ísis S. Ser criança e adolescente na sociedade brasileira: passado e presente da história dos direitos infanto-juvenis. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, Campinas- SP, **Anais...** 2010, s/p.

LOPES, Emília. **A institucionalização de crianças e adolescentes à luz do direito fundamental à convivência familiar e comunitária**: Uma análise sócio-jurídica da implantação do acolhimento institucional no Município de Fortaleza. 2012. 172 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2012.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; Terezinha Oliveira. (Orgs.). **Educação na história**. São Luiz: UEMA, 2008. p. 229-249.

MAGER, M. et al. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados**. Maringá, PR: EDUEM, 2011.

MARTINS, Gilise Cristine Ponce. **O processo de (re) ocupação do norte do Paraná e o discurso que o legitimou (1955-1970)**. Revista história e-história. Campinas. UNICAMP, 2012. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=456>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

MASCARO, Alysson L. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORI, Mari Del. (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015, 137-176.

MEDEIROS, Adáuria Azevedo Farias de. **Práticas espíritas diversificadas: variações de conduta dentro de uma mesma doutrina institucional**. 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

MERISSE, Antonio. Origens das instituições de atendimento à criança pequena: o caso das creches. In: MESISSE, Antonio (Org.). **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997, p. 25 - 52.

MORELLI, Ailton José. A criança diante da Lei. In: MUILLER, Verônica Regina; MORELLI, Ailton José. (Orgs.). **Criança e adolescente a arte de sobreviver**. Maringá, PR: EDUEM, 2001. 47-92.

MORELLI, Ailton José. **Memórias de infâncias em Maringá: transformações urbanas e permanências rurais (1970/1990)**. 2010. 245f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. In: PRIORI, Mari Del. (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 259-288.

MÜLLER, Verônica Regina. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas e vida privada**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PARANÁ. **C. C N° 046/89** de 09 de maio de 1989. Brasília, DF: Casa Civil – Escritório de Representação do Paraná em Brasília, 1989.

PARANÁ. **Of/INCRA/SR (09) CA/n° 637/90**, de 12 de novembro de 1990. Curitiba: Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, 1990.

PARANÁ. **PROVOPAR**. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=61621&tit=Provopar-estadual-elege-sua-nova-diretoria PROVOPAR estadual>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORI, Mari Del. (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 347-375.

PERONI, Vera M. Vidal. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

REVISTA PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, DF, v. 8, n. 1, 1988. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931988000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000100004)>. Acesso em: 15 fev. 2016.

RIZZINI, I.; POLITTI, F. **Arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da Legislação e da assistência à infância no Brasil**. In: RIZZINI, Irene; POLITTI, Francisco. (Orgs.). 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 153-202.

ROCHA, Luiz Carlos. Há algo de degenerado no reino da sociedade industrial moderna. In: MERSSE, Antonio. (Org). **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. p. 11-24.

RODRIGUES, Elaine. **A (re) invenção da Educação no Paraná: apropriações do discurso democrático (1980 – 1990)**. Maringá, PR: EDUEM, 2012.

ROTTERDAM, Erasmo. **De pueris e a civilidade pueril**. Tradução de Fernando Guerreiro. Lisboa: Estampa, 1978.

ROUSSEAU, J-J. **Emílio, ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SALABERRY, Neuza T. Machado. **A APAE educadora: na prática de uma unidade da APAE de Porto Alegre**. 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção para um novo senso comum, v. 4).

SARAIVA JOVEM: dicionário da língua portuguesa ilustrado /organização da editora. São Paulo: Saraiva, 2010.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ata de fundação**, realizada em 31 de janeiro de 1970. Documento registrado sob nº 5 do Lº, de 11 de setembro de 1970. Cianorte, PR: SOS, 1970a.



SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Carta**, de 22 de junho de 1987 Cianorte, PR: SOS, 1987a.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Carta**, de 01 de julho de 1987. Cianorte, PR: SOS, 1987b.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Contrato de Comodato**, 01/08/1987. Cianorte, PR: SOS, 1987c

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Escritura Pública de Doação**, 21/08/1987. Cianorte, PR: SOS, 1987d.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Carta**, de 19 de novembro de 1987. Cianorte, PR: SOS, 1887e.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 35/87**. Cianorte, PR: SOS, 1987f.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 43/87**. Cianorte, PR: SOS, 1987g.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 81/87**. Cianorte, PR: SOS, 1987h.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 84/87**. Cianorte, PR: SOS, 1987i.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 107/87**. Cianorte, PR: SOS, 1987j.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Estatuto**. Protocolado sob nº 31327, Protocolo A-3 e registro sob nº 475, Lº A-2, 1989. Cianorte, PR: SOS, 1989.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Estatuto**. Documento registrado sob nº 5 do Lº, de 11 de setembro de 1970. Cianorte, PR: SOS, 1970b.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Lista de crianças**, 02/04/1996. Cianorte, PR: SOS, 1996.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Livro Ata de atividades e cadastro das mulheres participantes do Clube de Mães Fraternidade**. Cianorte, PR: SOS, 1993.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Livro Ata de reuniões da diretoria do SOS**. Cianorte, PR: SOS, 1970-1996.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Livro Ata de reuniões da diretoria do SOS**. Cianorte, PR: SOS, 1997-2014.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Livro Ata de reuniões do Clube de Mães Fraternidade**. Cianorte, PR: SOS, 1987-1989.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 03/88**. Cianorte, PR: SOS, 1988a.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 04/88**. Cianorte, PR: SOS, 1988b.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 54/88**. Cianorte, PR: SOS, 1988c.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 56/88**. Cianorte, PR: SOS, 1988d.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 63/88**. Cianorte, PR: SOS, 1988e.

SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS. **Ofício nº 73/88**. Cianorte, PR: SOS, 1988f.

SILVA, Maria Angelita. **Criança Xetá: Das Memórias da Infância à Resistência de um Povo**. 2013. 247f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

SOUZA, Nadir Leandro de. **Parque Municipal Cinturão Verde de Cianorte – módulo Mandhuy e sua relação com a cidade de Cianorte, Paraná**. 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2010.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. M. **ONGs no Brasil: Elementos para uma narrativa política**. 2001. Disponível em: <[http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/ongs\\_brasil.pdf](http://www.isabelcarvalho.blog.br/pub/artigos/ongs_brasil.pdf)>. Acesso em: 26 dez. 2014.

TOMAZ, Catarina. Há muitos mundos no mundo: Cosmopolitismo, participação e direitos da criança. 14. ed. Porto: Afrontamento, 2011. Biblioteca das Ciências Sociais.

TRIBUNA DE CIANORTE, **S.O.S CEMIC São José**, Cianorte, 26 jul.1987. Edição especial, p.4.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes de guerra. In: PRIORI, Mari Del. (Org.). **Histórias das crianças no Brasil**. 7. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 347-375.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira de. **O Instituto de Assistência à Infância: saúde e educação da criança maranhense (1911-1922)**. 2011. f181. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

WIKIPÉDIA. **Cianorte**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Cianorte>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

**ANEXOS:**

Ofícios de solicitação e autorização para coleta e análise documental das Organizações Não-Governamentais de Cianorte.













